



Élida Mattos Vaz

**O ensino específico do jornalismo e os
desafios contemporâneos da comunicação**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Rio de Janeiro
Setembro de 2018

Élida Mattos Vaz

**O ensino específico do jornalismo e os
desafios contemporâneos da comunicação**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Profa. Patrícia Maurício Carvalho

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Profa. Lilian Saback de Sá Moraes

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Prof. Milton Julio Faccin

UNESA

Prof. Patrícia Cardoso D`Abreu

UFRJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Élida Mattos Vaz

Gradou-se em Comunicação Social-Jornalismo, na Universidade Gama Filho, em 1985. Trabalhou como repórter e editora em diversos veículos, como *Jornal O Globo*, *TV Futura*, e como assessora de comunicação e ouvidora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Multirio /Empesa Municipal de Multimeios. Obteve o título de Mestre em Educação, pela PUC-Rio, em 1998. Em 2014, ingressou no doutorado no Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. É professora da Universidade Estácio de Sá, desde 2003. Áreas de interesse: Jornalismo, Teorias do Jornalismo, Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa.

Ficha Catalográfica

Vaz, Élida Mattos

O ensino específico do jornalismo e os desafios contemporâneos da comunicação / Élida Mattos Vaz ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. – 2018.

269 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2018.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Comunicação. 3. Jornalismo. 4. Formação específica. 5. Visão de alunos. 6. Professores e profissionais. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Para minha filha Rafaela e meus alunos

Agradecimentos

Ao meu pai, Eduardo Coelho Vaz (in memoriam), e à minha mãe, Maria de Lourdes, que me possibilitaram tantas escolhas e caminhos.

À minha filha Rafaela, por todo o amor e sentido da vida.

Ao meu genro Filipe, pelo carinho e atenção especiais.

À minha irmã Eliane, parceira de todas as horas.

Às minhas amigas-irmãs Rosângela Crispi e Nivia Carvalho, por toda a amizade e amor.

Aos meus amigos jornalistas, que tanto me inspiram, em especial Nivia Carvalho, Adriana Cruz e Paulo Oliveira, que servem de exemplo e me fazem crer no Jornalismo.

Ao meu orientador, professor Dr. Leonel Aguiar, pela oportunidade e pelo apoio.

À banca examinadora, por aceitar o convite de participar da minha defesa.

Ao programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio, pela oportunidade.

À Marise e a todos os funcionários do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, por toda a ajuda ao longo desses anos.

Aos meus professores e colegas de doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Vaz, Élide Mattos; Aguiar, Leonel Azevedo de. **O ensino específico do jornalismo e os desafios contemporâneos da comunicação.** Rio de Janeiro, 2018. 269p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Formar jornalistas é certamente uma das tarefas mais complexas e difíceis e ao mesmo tempo instigantes. Com todas as transformações porque passa o campo da comunicação e mais especificamente o do jornalismo, tanto pela disponibilidade de vários recursos tecnológicos, como pelas mudanças nos modos de produzir e consumir informação e notícia, a formação dos jornalistas se destaca como um dos temas centrais da área e objeto de inúmeras análises. O propósito desta tese é justamente refletir sobre a necessidade de a formação universitária dos que se dedicam à profissão ter uma especificidade capaz de atender, e responder, aos desafios impostos pela contemporaneidade, inclusive na chamada era pós-industrial, em que se desconstrói o modelo de negócios e de produção e difusão de notícias que perpetuou até recentemente. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica destinada a traçar o papel da universidade no Brasil, a trajetória do curso de Jornalismo, do seu surgimento, passando pelas mudanças curriculares até o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, implementadas em 2016, além da identificação da visão e das propostas de alguns dos principais personagens desse percurso, escrito com muitos percalços e descontinuidade. A discussão proposta se dá a partir dos modos de ver dos principais envolvidos neste processo: alunos, professores e profissionais. Foram entrevistados alunos de 1º e 8º períodos e professores das principais instituições de ensino do Rio de Janeiro, além de profissionais que atuam em diferentes áreas da profissão, como redações, empresa pública de comunicação, assessoria de comunicação e de imprensa, além de produções digitais, como sites e portais de notícias.

Palavras-chave

Comunicação; Jornalismo; formação específica; visão de alunos; professores e profissionais.

Abstract

Vaz, Élide Mattos; Aguiar, Leonel Azevedo de (Advisor). **The specific academic study of journalism and the challenges of contemporary communications.** Rio de Janeiro, 2018, p. 269. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

To graduate as a journalist certainly is a complex, challenging and yet instigating task. The academic study of journalism stands out as one of the main issues of the field and is object of many analysis, in the context of transformations in communications, and most of all in journalism, as the availability of technological resources and changes in how information and news are produced and consumed. The objective of this thesis is to reflect over the requirement of a specific university education for journalist, which needs to be capable of meeting and responding to challenges imposed by the contemporaneity, also in the so called post-industrial era, in which the business, the production and the broadcast news models that had been in force until recently, are now being deconstructed. For this purpose, a bibliographic research was made to trace the role of university in Brazil, the trajectory of the Journalism Course from its beginnings, going through the National Curricular Guidelines, implemented in 2016, besides the vision and proposals of some of the main characters of this path, written with severals obstacles and discontinuity. The proposed discussion is based on the perspective of the main actors in the process: students, professors and professionals. Students from the first and the last semester and professors from the main educational institutions of Rio de Janeiro were interviewed, as well as other professionals working in different areas such as reporters from media outlets, public communication company, press office, and digital productions like news websites.

Keywords

Communication; Journalism; specific training; vision of students; teachers and professionals.

Sumário

Introdução	11
1. O lugar da formação universitária	23
1.1. Saber e realidade	23
1.2. A educação na contemporaneidade	26
1.3. A universidade no Brasil.....	31
1.4. Idas e vindas: a descontinuidade como marca do ensino universitário brasileiro.....	39
1.5. LDB e o ensino superior.....	45
2. A trajetória do jornalismo e dos cursos universitários	56
2.1. O desafio de formar jornalistas.....	57
2.1.1. O bom jornalista nasce pronto?	60
2.2. A trajetória do Jornalismo.....	61
2.3. A formação acadêmica depois da prática	68
2.4. As DCNs e a retomada da formação específica	80
2.5. Influências e visões	89
3. A função do jornalismo na sociedade e sua constituição como profissão	113
3.1. A abordagem sociológica das profissões	113
3.2. O jornalismo na sociedade.....	118
3.3. O jornalismo como profissão.....	129
3.4. As teorias do Jornalismo	140
3.5. O jornalismo pós-industrial.....	146
4. A formação na visão de professores, profissionais e alunos.....	164
4.1. A dimensão da formação e o papel do jornalismo na sociedade	167
4.1.1. As instituições de ensino e os currículos.....	170
4.2. A visão de quem está na universidade e no mercado.....	184
4.2.1. Percepções de calouros e veteranos sobre a formação e o papel do jornalismo na sociedade.....	184
4.3. A visão de quem forma: com a palavra, os professores.....	195
4.4. A visão dos profissionais: a experiência no(s) mercado(s)	201
5. Considerações finais	213
6. Referências bibliográficas	225
7. Anexos	233

Lista de figuras

Figura 1: A rede de educação superior brasileira - isso pode ser o título com a exclusão do número	51
Figura 2: Título Instituições por tipo de organização acadêmica.....	52
Figura 3: Evolução do número de matrículas de 2007 a 2017	52
Figura 4: Vagas e ingressantes.....	53
Figura 5: Números dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo no Brasil	55
Figura 6: Circulação dos principais jornais brasileiros.....	125

Lista de quadros

Quadro 1:Trajetória dos Currículos Mínimos.....	87
Quadro 2: Grade curricular de universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro - curso de jornalismo	178

Introdução

O jornalismo ao longo da história tem passado por inúmeras transformações, tanto no que diz respeito ao processo de produção da notícia, quanto aos suportes e recursos utilizados, campos de atuação profissional, modelos de gestão e de financiamento de empresas e organizações que a ele se dedicam. Isso sem falar das mudanças provocadas pela expansão avassaladora do uso das tecnologias, especialmente em função do surgimento e presença das redes sociais nas nossas vidas, e que fizeram a atividade perder a sua centralidade no processo de difusão de informações de interesse social.

Formar o jornalista nesse contexto não é tarefa fácil e nem passível de consenso. Aliás, nunca foi. Desde que os primeiros jornais passaram a circular no mundo, data sobre a qual há também muita controvérsia, esse assunto está presente na sociedade.

No Brasil, esse debate também surge muito antes dos primeiros cursos de formação específica, na década de 1940. E tem se desdobrado, renovado, transformado, da mesma forma que o fazer jornalístico e o consumo de notícias. Setenta e um anos depois de surgir o primeiro curso de Jornalismo em terras brasileiras, mais precisamente em São Paulo, com a Faculdade Cásper Líbero, e mais de cem anos depois de se iniciaram as tentativas neste sentido, tivemos sete currículos e muitas intervenções do Estado, em especial nos momentos de repressão, como na época do Brasil-Colônia, Governo Vargas e ditadura militar.

A última proposta, em vigor, foi estabelecida após o Ministério da Educação instituir em 2009 uma comissão de especialistas para discutir a formação na área, então considerada obsoleta e ultrapassada. O Brasil, na época, se diferenciava do resto do mundo ao oferecer a formação em um curso de Comunicação Social (o Jornalismo era uma das habilitações, assim como Publicidade e Relações Públicas), que não aparece em nenhum outro lugar como profissão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) retomaram a formação específica em Jornalismo, ampliaram a carga horária do curso e estabeleceram,

pelo menos como resolução, maior intercâmbio entre teoria e a prática, historicamente considerados campos opostos. Mas isso não representou um consenso, especialmente diante dos inúmeros desafios que se apresentam na contemporaneidade a respeito de como se deve formar um jornalista, ainda mais diante de toda a complexidade que se apresenta em torno da sociedade, das relações com o processo de produção e difusão de notícias e da atividade como profissão.

Esgotamento do modelo de negócios, com o fim de diversos veículos que existiram por décadas e a demissão de um número expressivo de jornalistas, assim como a explosão dos recursos tecnológicos têm alterado – e prometem alterar ainda mais – o fazer jornalístico, que há tempos não mais se limita às tradicionais redações dos antigos jornais, revistas, ou do rádio e da televisão. Assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, produção de conteúdo, gestão de redes sociais e de processos comunicativos são apenas algumas das inúmeras atividades que fazem parte da rotina de milhares de jornalistas no Brasil e no mundo.

Pode-se considerar também que os debates a respeito do velho ofício de informar continuam sendo motivo de polêmica, num debate que envolve os jornalistas, as empresas e as práticas profissionais e que se encontram diariamente nas redes sociais que tanto mobilizam a nossa atenção e audiência.

Há ainda o retorno de projetos autorais, de jornalistas que perderam seus postos de trabalho nas redações, e que encontraram na tecnologia a possibilidade de seguir contando histórias, denunciando irregularidades.

Discutir a validade de uma formação específica desses profissionais, que já foram chamados de arautos da liberdade, é o objetivo central desta tese, que pretende desenvolver a análise a partir do cruzamento das percepções e falas dos principais personagens dessa trama: alunos, professores e jornalistas.

O propósito é saber como esses diferentes grupos analisam o lugar da universidade na formação dos jornalistas, qual deve ser o propósito dessa formação, o espaço a ser ocupado pelas disciplinas teóricas e práticas, a importância do diploma como elemento de distinção social e atribuição de status,

bem como a identificação dos desafios que se apresentam aos que escolhem a profissão.

Parte-se da hipótese de que as transformações por que passa o jornalismo, inclusive em decorrência da expansão do uso das tecnologias para registro e propagação de informações, torna a formação ainda mais importante, e com exigências específicas, justamente pela necessidade de diferenciar e assegurar ao jornalismo um lugar distinto no processo de produção das notícias.

Como observam Leonel Aguiar e Claudia Rodrigues¹, citando Castells, em função das transformações ocorridas na produção de conteúdos informativos, a profissão vem mudando de forma considerável. “O campo do jornalismo se alargou e passou a abarcar milhares de cidadãos, ativistas e profissionais que ressignificam as atividades jornalísticas”², afirmam.

Isso pode ser confirmado pela expansão de sites, blogs e outras produções ancoradas no ambiente digital produzidos por não jornalistas, como ocorre na área de moda, esportes, *life style*, entre outros, além dos chamados movimentos de midiativismo, como é o caso do *Mídia Ninja*³, que se intitula como uma “rede de comunicação livre, aberta para colaborações de todo canto do mundo”, formada por colaboradores de diferentes partes do país, sem formação jornalística, e que integra uma rede latino-americana de midiativismo (Facción – Red Latinoamericana de Midiativismo), presente em 21 países, com mais de 200 ativistas⁴.

Entre os projetos independentes, o número não é possível de ser calculado, pois envolve diferentes variáveis, inclusive em termos de categorização e classificação. Há quem estime que ultrapassem a casa de uma centena. Deles, alguns tem se tornado referência, como é o caso da *APública*⁵, agência de notícias

¹ AGUIAR, Leonel e RODRIGUES, Claudia. Ser jornalista na contemporaneidade: Uma contribuição aos estudos da profissão. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 7, n. 21, p. 301-316, jul./dez. 2017. Disponível em

<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/491/321>. Acesso: Julho de 2018

² Idem, ibidem

³ <http://midianinja.org/>

⁴ Idem

⁵ <https://apublica.org/>

que investe em reportagens investigativas; o *Colabora*⁶, focado especialmente em reportagens sobre a temática da sustentabilidade; e *Ponte*⁷, que se destina às notícias sobre direitos humanos, justiça e segurança, entre outros.

Foram combinadas diferentes metodologias para a realização desta tese, a começar pela revisão bibliográfica, destinada a estabelecer um levantamento atual sobre as discussões em torno da formação de jornalista no Brasil e no mundo, bem como o papel da universidade na constituição de conhecimentos e do surgimento das profissões.

Uma das questões norteadoras do estudo foi a consulta a diferentes fontes a respeito da trajetória do curso de Jornalismo, desde a fase anterior, marcadas por intensas discussões a respeito da validade ou não de os jornalistas terem uma formação específica e no âmbito das universidades. Daí, foram analisadas as várias versões que abordam as propostas de surgimento dos primeiros cursos, tanto do ponto de vista das instituições de ensino quanto dos seus formuladores, incluindo as legislações estabelecidas desde a década de 1940 até agora.

Também reunimos importante material da comissão de especialistas instituída pelo MEC no Governo Lula e que resultaram nas novas DCNs em vigor nos mais de 300 cursos de graduação existentes no País. Toda a fase de debate que envolveu o trabalho inicial da comissão, incluindo as audiências públicas, bem como o documento final que serviu de base à resolução que instituiu a retomada da formação específica em Jornalista, foram também vistas e revistas e confrontadas com as propostas implementadas a partir de 2016 pelas universidades contempladas nesta tese.

Revisões sobre as definições do lugar do Jornalismo na sociedade, desde o seu surgimento até a contemporaneidade, também foram observadas, visando mapear percepções, tendências e discussões. As teorias do Jornalismo também foram revistas, assim como estudos que apontam as transformações do campo, na chamada era pós-industrial. Dessa forma, foi possível constituir também o referencial teórico que apoia este trabalho.

⁶ <https://projetocolabora.com.br/>

⁷ <https://ponte.org/>

Esse processo se iniciou antes mesmo do doutorado, para organização do projeto, e estendeu-se até os últimos dias anteriores à defesa, auxiliando no processo de formulação do problema – qual a visão de alunos, professores e profissionais a respeito da formação de jornalistas na contemporaneidade, bem como dos objetivos do estudo, enumerados anteriormente e apresentados de forma detalhada no capítulo 4, que se destina à análise das falas dos grupos ouvidos.

Também optamos pela combinação de diferentes estratégias para coleta das falas dos grupos a serem ouvidos, desde conversas informais até a realização de entrevistas, utilizando roteiros e questionários previamente formulados e que iam sendo revistos mediante as observações coletas

As primeiras abordagens foram destinadas a definir mais precisamente as questões que deveriam ser discutidas, bem como os grupos a serem ouvidos. Isso foi de grande importância, especialmente entre os alunos, uma vez que possibilitou mapear melhor as questões a serem abordadas, bem como a forma de melhor discuti-las com tais grupos.

Iniciou-se assim um longo percurso, de coleta e análise, de cruzamentos e reflexões, que evidenciam a complexidade da pesquisa, uma vez que não se trata de uma realidade objetiva, ou que possa ser traduzida de forma objetiva, sem levar em conta inúmeros aspectos subjetivos, particulares, relativos aos intensos processos e transformações que são apresentados e representados de formas distintas, mas nem por isso menos relevantes.

Aquilo que os seres humanos percebem ao observar o mundo é, portanto, produto de uma operação muito complexa, na qual estão envolvidos o sujeito observador, o objeto observado, os esquemas interpretativos utilizados pelo observador e o contexto em que tal observação se dá e adquire ou encontra sentido. Isso sem falar que, no caso das ciências sociais (o interior das quais a comunicação se inclui), os objetos observados não são jamais uma coisa inerte, sem vontade própria. Eles podem interagir com o observador e, inclusive, reagir às suas interpretações, pois são sujeitos dotados de capacidade auto-reflexiva e fornecem, eles mesmos, interpretações acerca de suas situações. E ainda mais: não se pode esquecer que a própria presença do observador em determinado cenário já produz alterações no panorama observado. E ainda: o olhar do observador enseja mudanças no objeto observado e vice-versa. (BARROS e JUNQUEIRA, 2011, 34)

A escolha do tema se deu pela experiência da autora desta tese como jornalista e professora e dos questionamentos acumulados em longos anos dedicados à área. O início do jornalismo se deu em 1981, como estagiária de um jornal localizado na cidade de Nova Iguaçu, na violenta e estigmatizada Baixada Fluminense. Foram anos de trabalho marcados pelas condições precárias e pelo imprevisto, mas nem por isso por pouco aprendido. Foi possível nesta época conhecer e conviver com jornalistas que tinham sido formados pela experiência, pela prática, sem passagem pelos cursos universitários, que só surgiram no fim dos anos 40.

De lá, seguiu-se a passagem pela redação de um jornal de grande circulação, onde as condições de trabalho eram mais adequadas, mas nem por isso menos complexas. O sonho de “mudar o mundo” passou a ser acompanhado pelos assombros de pressões motivadas pelo excesso de trabalho, longas jornadas e pelo misto de exposição e encantamento que a profissão gerava.

O passo seguinte foi atuar no campo das assessorias de comunicação e imprensa, que cresciam e buscavam profissionais experientes. E lá se foram outros tantos anos, em que a rotina de produção de notícias se associava ao planejamento de inúmeras outras atividades, inclusive de atendimento ao público e ouvidoria, que muitas vezes podem fazer parte das estruturas de comunicação de empresas e organizações públicas.

Até que surgiu a oportunidade do mestrado e com ele a possibilidade de experimentar um novo campo de atuação, o magistério. As aulas em universidades, posso dizer hoje, foram e continuam sendo tão encantadoras quanto as primeiras e inúmeras experiências com as redações.

A sala de aula fez aflorar questionamentos que sempre me perseguiram, em especial com relação aos aspectos formativos dos jornalistas, talvez uma dimensão desenvolvida ou estimulada pela cobertura de educação que desenvolvi em redações e em trabalhos de assessoria.

Produzir esta tese significou, acima de tudo, a possibilidade de a autora rever toda a sua trajetória como jornalista, desde os tempos em que atuava nas

tradicionais redações, até chegar ao ensino. E também analisar com as lentes da ciência, de forma mais atenta e minuciosa, às mudanças que vêm sendo observadas no cotidiano junto aos jovens que procuram os cursos de jornalismo e também os profissionais sêniores, incluindo aí os que ainda se dedicam à profissão, seja nas redações ou em outros espaços, e também os que já se aposentaram.

Quando fiz o mestrado, optei pela Educação como forma de me aprofundar na cobertura que fazia como jornalista sobre a área. Poucos eram os mestrados oferecidos na Comunicação e, principalmente, no jornalismo. E menos ainda era o número de jornalistas que faziam essa transição, ou combinação, do mercado para a academia. Hoje, essa realidade é totalmente inversa. Desde o primeiro período, me deparo com alunos que já pensam em ser professores, que já estabeleceram como meta fazer mestrado e doutorado após a graduação e já buscam apoio para o desenvolvimento de projetos neste sentido.

Mas as mudanças também dizem respeito à forma como os alunos hoje vêm o jornalismo e suas implicações. Como professora de turmas de diversos períodos, iniciais e finais, percebo claramente que há desde cedo claros questionamentos a respeito de questões éticas e fundadoras da profissão, seja nas redações ou em outros campos surgidos mais recentemente.

E há, também, toda uma ordem de mudanças que alcançam e transformam o âmago do jornalismo, que passa a ser cada vez mais questionado, confrontado, combatido. Empresas que se mostravam sólidas, produções jornalísticas consagradas cedem lugar a pessoas comuns que passam a fazer sucesso com canais próprios surgidos com os dispositivos tecnológicos que tomam cada vez mais lugar nas nossas vidas.

Por isso a relevância de falar de profissão, formação, espaço acadêmico, de constituição de saberes, de perspectivas, de futuro e de tantos outros temas que são abarcados aqui e em inúmeros outros estudos que se realizam nos programas de pós-graduação.

E toda essa trajetória serve para justificar também o percurso que em esta tese se constrói, bem como as escolhas que foram feitas neste caminho.

O processo de seleção dos alunos levou em conta a hipótese de haver distintas percepções entre os que estão no período inicial e final do curso. Por isso, foram selecionados estudantes do 1º e 8º períodos, de algumas das principais universidades públicas e privadas que funcionam no Rio de Janeiro, a saber Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PUC-Rio e Universidade Estácio de Sá. Ao todo, foram ouvidos 13 alunos do 1º período e dez do 8º período.

Entre os profissionais, foram ouvidos sete jornalistas com experiência entre sete e 37 anos, e atuação em diferentes funções, áreas e veículos, como redação de jornal impresso, televisão, estruturas de assessoria de comunicação e de imprensa, além de projeto autoral na internet. Três deles, com experiência de 35 e 37 anos, já atuaram em postos de chefia em redações de grandes veículos no Rio, além de terem também se dedicado ao ensino de jornalismo, em cursos de graduação, pós-graduação e comunitário.

Já os professores têm como característica central o fato de terem experiência no mercado. Essa foi uma escolha previamente determinada, tendo em vista que consideramos haver entre o grupo possivelmente uma visão que contribuiria para formar a tríade de análises pretendidas e, também, as dimensões que o mercado traz à formação, na medida em que esses profissionais são, inclusive, reverenciados em muitos cursos justamente pela experiência prática no campo, especialmente das redações.

Dos oito professores entrevistados, dois são doutores, cinco são mestres e um é especialista. Como jornalistas, as experiências variam de 22 a 35 anos de profissão, tendo ocupado diferentes funções em veículos diferenciados, como jornais impressos, televisão, emissoras de rádio e portais e outras produções surgidas com a internet, além de assessoria. Três ainda atuavam no mercado por ocasião das entrevistas.

Já no que diz respeito à experiência docente, os tempos variam de quatro a 20 anos, nas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Ibmec e Universidade Estácio de Sá.

Não há e nem houve, em qualquer momento, intenção nesta tese de dar tratamento estatístico às informações coletadas com os três grupos. Longe disso, o propósito foi justamente observar de forma efetiva como a formação é percebida, dentro de uma perspectiva mais exploratória.

Os roteiros com as perguntas apresentadas aos diferentes grupos estão em anexo, ao final da tese.

Optamos também por não identificar os depoimentos, uma vez que não foi observada qualquer possibilidade de acréscimo à análise. Dessa forma, sempre vamos nos referir aos grupos e às falas sem a identificação de nomes, gêneros ou das universidades a que estão ligados. A distinção se dá apenas pelos grupos escolhidos como objetos da análise: alunos do 1º e 8º períodos, professores que tenham passagem pelo mercado e profissionais que estejam em atuação. Não buscamos também fazer distinções quanto aos tipos de instituições – se públicas ou privadas, isto porque também não foram registradas evidências de percepções distintas.

Para o desenvolvimento da análise, dividimos a tese em quatro capítulos. O primeiro, procura analisar o lugar do conhecimento na sociedade, e os movimentos que resultaram na criação da universidade, com o propósito de identificar o papel que lhe é atribuído e o desenvolvimento da ciência e do lugar da sistematização do conhecimento. Também buscou-se construir uma retrospectiva da trajetória do ensino superior no Brasil, tendo inclusive como característica a descontinuidade. Também busca-se discutir a importância da instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e seu impacto no ensino superior.

Já no capítulo 2, o propósito foi percorrer a trajetória do ensino e do jornalismo, observando no caso específico do Brasil as constantes mudanças com

relação aos currículos, o funcionamento dos primeiros cursos, até chegarmos às Diretrizes Curriculares Nacionais que foram propostas em 2009 e retomaram, a partir de 2016, a formação específica dos jornalistas.

Como forma de contemplar algumas das principais vertentes que marcam a discussão da formação, optamos, ainda, por trazer as concepções de formuladores de algumas das propostas que perduraram durante anos e, podemos afirmar, ainda influenciam alguns dos cursos existentes no país. São eles: Cásper Líbero, responsável pelo primeiro curso na área; Danton Jobim, a quem se atribuiu a modernização especialmente da técnica da produção da notícia, com a introdução de um modelo inspirado nos Estados Unidos; Carlos Rizzini, pioneiro nos estudos do jornalismo, segundo José Marques de Melo; e Celso Kelly, responsável pela polêmica da mudança curricular que extinguiu o curso de Jornalismo, substituído pelo de Comunicação, numa ação da Unesco e do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal), orientada pelos Estados Unidos.

O terceiro capítulo teve o propósito de analisar a função do jornalismo na sociedade e como se constitui como profissão. Para isso, recorreremos à sociologia, para compreender a distinção das profissões, inclusive com a abordagem da sociologia das profissões. Buscamos ainda compreender o lugar do jornalismo na sociedade, inclusive a partir da sua relação com o desenvolvimento social, além de abordar a crise que se abate sobre os meios de comunicação na atualidade e que tem provocado demissões em diferentes veículos.

Em busca de aprofundar a compreensão do jornalismo, recorreremos ainda a duas teorias que estão diretamente vinculadas à ideia dessa atividade como profissão – a teoria organizacional e a do espelho, que são descritas com o propósito de auxiliar o percurso em busca da análise proposta, que se constrói tendo, entre outros, o conceito de Jornalismo apresentado por José Marques de Melo e que sintetiza o pensamento de muitos autores da área no século XX:

Jornalismo é (...) um processo social que se articula a partir da relação (periódica /oportuna) entre organizações formais (editoras /emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal /revista /rádio /televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de

interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MARQUES DE MELO, 2009, 233)

É isso o que aponta também Nelson Traquina⁸ a respeito dos desafios do jornalismo na contemporaneidade, na era das redes sociais, dos compartilhamentos, das *fake news*⁹ e de tantas outras transformações que marcam a sociedade e o nosso campo.

O jornalismo continua sendo muito importante numa realidade que é cada vez fragmentada, no sentido de que com certeza, hoje em dia, há uma grande multiplicidade de fontes possíveis de informação. (...) Essa fragmentação é da própria natureza do jornalismo. Ser fragmentado. Ele se desenvolve muito em torno dos acontecimentos que desaparecem rapidamente, mudam de dia para dia. E ele tem que dar conta de acompanhar essa sucessão interminável de fatos. E as pessoas têm que entender, têm que reconhecer que o jornalismo tem limitações. E muitas vezes o jornalismo é encarado como se ele não tivesse essas limitações. E não são poucas. A começar pelo fato de estar tão ligado aos acontecimentos e ao cotidiano.¹⁰

Como forma de compreender melhor as transformações que marcam o campo, recorreremos a um estudo desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Colúmbia, a respeito do jornalismo na era pós-industrial. Trata-se de uma análise de grande valor, por apontar, entre outras coisas, a perda da centralidade do jornalismo e do total domínio que as empresas de comunicação tiveram até o século XX.

O quarto capítulo, por fim, é o que apresenta a visão daqueles que são o objeto central dessa tese: alunos, professores e profissionais do mercado. Neste sentido, o capítulo se desenvolve a partir da apresentação das propostas curriculares das instituições que foram contempladas no estudo, inclusive no que diz respeito à organização e distribuição das disciplinas, ao longo dos oito períodos de formação, já com base nas DCNs implementadas a partir de 2016. Também levamos em conta a forma como tais instituições apresentam seus cursos, pois tal material revela, de forma clara e evidente, a perspectiva que apresentam com relação à atividade e à formação que buscam oferecer.

⁸ <http://www.fca.pucminas.br/omundo/nelson-traquina-aponta-os-desafios-do-jornalismo/>

⁹ Notícias falsas. A respeito, vale ler <http://portal.mackenzie.br/fakenews/noticias/arquivo/artigo/o-que-e-fake-news/>

¹⁰ <http://www.fca.pucminas.br/omundo/nelson-traquina-aponta-os-desafios-do-jornalismo/>

A fala dos diferentes personagens, com ênfase em suas análises e observações sobre as questões propostas, a partir da perspectiva que enfatiza o lugar da linguagem e da ação como constitutivas da representação que se faz no campo, nos ajuda a estabelecer tessituras que evidenciam a preocupação com uma formação capaz de dar conta dos inúmeros desafios impostos a quem se dedica ao jornalismo, em todas as suas variações possíveis como campo de trabalho, desde as tradicionais redações até as formas mais inovadoras que envolvem redes sociais e, inclusive, a dinâmica da convivência com quem não necessariamente é da área e nem formado, mas impacta a sua existência.

Em seguida, passamos às conclusões, indicando o que podemos concluir a partir do estudo realizado e novas questões que surgem em função da análise realizada.

Compreender a dinâmica de uma profissão que se reveste cada vez mais de tantas distinções, impactos e controvérsias, e enfrentamentos, não é tarefa simples, e vem mobilizando há muito tempo pesquisadores da área e de outros campos de conhecimento, como bem observa Robert Darnton (1990), ao falar da sua experiência como repórter de jornal e de para quem escrevia suas matérias.

Nunca escrevemos para as “imagens de pessoas” invocadas pela ciência social. Escrevíamos uns para os outros. Nosso primeiro “grupo de referência”, como se poderia dizer na teoria da comunicação, encontrava-se espalhado em torno de nós na sala de redação, ou “buraco da cobra”, como dizíamos. Sabíamos que os primeiros a cair em cima de nós seriam nossos colegas, pois os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu status diariamente, ao se exporem aos seus colegas de profissão”. (DARNTON, 1990:72)

Por mais que o jornalismo venha mudando e ainda vá mudar, por mais que as redações já não sejam o desejo e nem o foco central dos jovens jornalistas que se formam todos os anos, há características que fazem desta uma profissão única, diferenciada, apaixonante e extenuante.

1. O lugar da formação universitária

Tratar da formação de qualquer profissional, em um mundo com tamanha diversidade e adversidade, não é tarefa simples. Nem nunca foi. A história da sociedade é marcada por discussões intensas a respeito dessa temática, sem que pareça haver muitos pontos de convergência, tantas são as problemáticas envolvidas.

Investir numa formação mais especializada, compartimentada, diante do avanço expressivo do conhecimento e da sua difusão, ou numa estrutura curricular mais generalista, que se constitua fortemente baseada na cultura e nos aspectos sociais, diante da emergência que se exige cada vez mais dos profissionais, de uma realidade cada vez mais complexa e que se transforma continuamente? Essas são apenas algumas das inúmeras vertentes que cercam os diferentes atores e instituições envolvidos direta ou indiretamente nessa questão.

O que deve se esperar da formação universitária? Qual o tempo, o tipo, o modelo, a estrutura? E, afinal, o que cabe às universidades, qual o seu papel na sociedade e como deve ser a sua relação com o mercado de trabalho? Deve-se pensar em parcerias ou os papéis são completamente distintos, sem nenhum ponto de convergência? Qual o retorno que a sociedade deve esperar disso?

Este capítulo tem o propósito de promover uma reflexão sobre essa temática, recuperando o surgimento e a trajetória das universidades, especialmente no Brasil. Para isso, foram utilizados autores que discutem o valor do conhecimento, da sua relação com a realidade, dos desafios que se impõem a quem se dedica a ensinar, bem como do papel que se espera que a universidade desempenhe na sociedade.

1.1. Saber e realidade

A busca pelo conhecimento faz parte da história da humanidade e tem sido associada, ao longo dos séculos, à resolução de problemas, com base no ideal iluminista. Mas nem sempre essa expansão está diretamente relacionada aos avanços historicamente desejados pela humanidade.

Na medida em que o conhecimento, a informação e a tecnologia avançaram na sociedade, o saber se tornou cada vez mais especializado e compartimentado, muitas vezes excluindo ou ignorando o todo ou o contexto onde está inserido. É o que Edgar Morin, já em 2003, chamava de “inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas”, que longe de avançar sobre a realidade que nos cerca nos afastou ainda mais dela e de seus problemas.

Há nesse processo um descompasso, pois à medida em que avançam as pesquisas e a produção de saber, focados em especificidades previamente determinadas, os problemas ganham cada vez dimensões complexas que exigem diferentes conhecimentos, sob o risco de não enxergarmos em todas as suas dimensões.

O resultado dessa especialização levada ao extremo é a hiperespecialização, que provocaria um distanciamento cada vez maior das questões como um todo e impede de se ver o global e, também, o essencial, uma vez que os problemas são retirados do contexto inclusive planetário e analisados dentro da perspectiva de aspectos específicos. “Ao mesmo tempo, o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender “o que é tecido junto”, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo”. (MORIN, 2003, 14)

Dessa forma, a complexidade passa a ser o desafio da globalidade, pois nada pode ser dissociado do contexto em que está inserido para ser efetivamente analisado e enfrentado. O ensino, do jeito que é concebido, não estaria favorecendo essa visão mais total da sociedade. No lugar disso, opta-se normalmente pelo particular, pelo detalhe, destacamos uma parte do todo e nos debruçamos apenas sobre ela.

O próprio crescimento descontrolado do saber, na visão do autor, criaria “uma gigantesca torre de Babel, que murmura linguagens discordantes”, nos fazendo nos afogar em meio a tanto conhecimento. (MORIN, 2003, 16)

São três os desafios presentes nessa conjuntura: o cultural, que resulta na divisão da cultura humana da científica; o sociológico, uma vez que nem sempre o

conhecimento é usado a favor da sociedade; e, por fim, o cívico, que resulta na perda do senso de responsabilidade e da solidariedade, já que cada um passa a cuidar apenas de si mesmo, sem pensar na coletividade.

Recorrendo a Montaigne¹¹, responsável pela formulação da primeira finalidade do ensino, Morin lembra que considerara a cabeça bem feita melhor do que a bem cheia. Isso porque, segundo o filósofo, no lugar de acumular saber, é melhor ter “aptidão geral para colocar e tratar os problemas”, dando sentido ao que se sabe e possibilitando a articulação com aquilo que vivemos. (MORIN, 2003, 21)

A autonomia do espírito é um princípio fundamental para a educação, para que aconteça de fato o desenvolvimento humano. Por isso, o autor discorda do emprego da palavra ensino, que ele considera redutora.

O “ensino”, arte ou ação de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que ele os compreenda e assimile, tem um sentido mais restrito, porque apenas cognitivo. (...) A bem dizer, a palavra “ensino” não me basta, mas a palavra “educação” comporta um excesso e uma carência. Neste livro, vou deslizar entre os dois termos, tendo em mente um ensino educativo. (...) A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre. (MORIN, 2003, 11)

A solução, assim, não está apenas em estabelecer relações e interações entre as disciplinas, mas mudar os princípios que organizam o conhecimento e que provocam essas fronteiras. A educação, dessa forma, deve nos ajudar a sermos melhores e olharmos além das nossas próprias necessidades.

Pascal já formulara a necessidade de ligação, que hoje é o caso de introduzir em nosso ensino, a começar pelo primário: “Sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas elas mantidas por um elo natural e insensível, que interliga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes...” (Pensamentos, Éd. Brunschvicg, II, 72). Para pensar localizadamente, é preciso pensar globalmente, como para pensar globalmente é preciso pensar localizadamente. (MORIN, 2003, 25)

¹¹ Michel Eyquem de Montaigne foi jurista, político, filósofo, escritor e humanista francês, considerado como o inventor do ensaio pessoal. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_de_Montaigne

A segunda revolução científica, ocorrida no século XX, apresentou os pontos necessários para formar uma “cabeça bem-feita”. Isto porque, observa Morin, ocorreram desdobramentos que passaram a exigir que se ligasse, contextualizasse e globalizasse os saberes. O que leva à articulação das disciplinas, indispensáveis à produção do conhecimento aplicado em prol da sociedade, da coletividade.

O desenvolvimento anterior das disciplinas científicas, tendo fragmentado e compartimentado mais e mais o campo do saber, demoliu as entidades naturais sobre as quais sempre incidiram as grandes interrogações humanas: o cosmo, a natureza, a vida e, a rigor, o ser humano. As novas ciências, Ecologia, ciências da Terra, Cosmologia, são poli ou transdisciplinares: têm por objeto não um setor ou uma parcela, mas um sistema⁷ complexo, que forma um todo organizador⁸. Realizam o restabelecimento dos conjuntos constituídos, a partir de interações, retroações, inter-retroações, e constituem complexos que se organizam por si próprios. Ao mesmo tempo, ressuscitam entidades naturais: o Universo (Cosmologia), a Terra (ciências da Terra), a natureza (Ecologia), a humanidade (pela visão em perspectiva da nova Pré-história do processo multimilenar de hominização). (MORIN, 2003, 26 e 27)

A “cabeça bem-feita” é, assim, a que consegue articular o que pelo saber científico se apresenta de forma separada, isolada, sem ser vista como parte de um todo, impedindo de ser compreendida em todas as suas dimensões. O que conecta o conhecimento à realidade, capaz de contextualizar, de estabelecer relações.

1.2. A educação na contemporaneidade

O lugar da universidade nesse processo de constituição de conhecimento é de fundamental importância. E vale retomar a origem e o significado dessa palavra, que tem como propósito designar a associação de mestres e alunos, reunidos para constituir um corpo, uma comunidade, ou uma associação dedicada à produção do conhecimento, à inovação, à formação do pensamento crítico.

Um documento formulado pela Unesco, intitulado *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento*¹², destaca as mudanças vividas pela sociedade na contemporaneidade, que tem o conhecimento como lugar central no sistema produtivo, capaz de distinguir pessoas, organizações e países. Mas não é

¹² UNESCO. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>

só isso. O documento ressalta que o conhecimento e a informação se tornaram forças produtivas e, dessa forma, passaram a ter uma relação direta com o capital, que passa a orientar a produção dessas duas dimensões de acordo exclusivo com sua lógica. E essa lógica nem sempre é voltada ao bem-estar coletivo.

À medida que a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o conhecimento propriamente dito, pois o capital financeiro funciona com a riqueza puramente virtual, cuja existência corresponde à própria informação. Essa situação produz, entre outros efeitos, um bastante preciso: o poder econômico que se fundamenta na posse de informação que, em consequência, se torna secreta e, por fim, constitui um terreno de competição econômica e militar sem precedente, bloqueando necessariamente, ao mesmo tempo, as forças democráticas, que se baseiam no direito à informação – tanto o direito a obtê-la como o de produzi-la e disseminá-la. Em outras palavras, do ponto de vista da informação, a sociedade do conhecimento é governada pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de tal modo que não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e à promoção efetiva da informação e do conhecimento necessários para a vida social e cultural.¹³

A consequência desse processo, muitas vezes, é um foco totalmente voltado aos interesses do capital e ao retorno financeiro que dele se espera. Assim, no lugar do desenvolvimento com autonomia das universidades, resultado da associação decorrente da sociedade do conhecimento, ocorreria a função heterônoma, e seu consequente afastamento das questões sociais.

Em suma, em lugar de prometer significativo progresso e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais, comprometidas com a vida das suas sociedades e articuladas a poderes diretos democráticos, a noção de sociedade do conhecimento sugere, ao contrário, tanto a heteronomia da universidade (quando ela produz conhecimento destinado a gerar mais informação para o capital financeiro, curvando-se às suas necessidades e à sua lógica), como a irrelevância da atividade universitária (quando a pesquisa é definida com autonomia pelas suas sociedades ou busca responder às suas necessidades sociais e políticas). A marca da heteronomia é clara, por exemplo, nas universidades latino-americanas na área das denominadas pesquisas básicas, em que os objetivos e os métodos de pesquisa são determinados pelos vínculos com os principais centros de pesquisas dos países econômica e militarmente hegemônicos, pois esses vínculos são pré-requisito para o financiamento das pesquisas e servem também como instrumento para o reconhecimento acadêmico internacional. Outro claro sinal da irrelevância é a deterioração e o desmantelamento das universidades públicas, cada vez mais tratadas pelo Estado como ônus (daí o avanço da privatização, da terceirização e da massificação) e

¹³ UNESCO. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>

fator de perturbação da ordem econômica (donde advém a crescente desmoralização do trabalho universitário público).¹⁴

Um outro aspecto destacado é o da redução do tempo entre a produção do conhecimento e sua aplicação, diante das emergências impostas pelo capital, que precisa assegurar o retorno daquilo que foi investido. Isso sem falar da rapidez com que um conhecimento se torna obsoleto.

De acordo com dados fornecidos por James Appleberry, citados por José Joaquín Brunner, o conhecimento com base disciplinar registrado internacionalmente levou 1.750 anos para duplicar pela primeira vez, contando a partir do princípio da era cristã; depois disso a cada 150 anos e, por fim, a cada 50 anos. Atualmente, ele é multiplicado por dois a cada cinco anos, e projeta-se que, em 2020, duplicará a cada 73 dias². Estima-se que a cada quatro anos duplica a quantidade de informação disponível; como os analistas observam, porém, somos capazes de dar atenção apenas a cerca de 5 a 10% dessa informação.¹⁵

O documento cita a Declaração Mundial do Ensino Superior para enaltecer a importância do lugar da universidade na sociedade contemporânea, diante dos desafios que se apresentam:

(...) sem uma educação superior adequada e instituições de pesquisa que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode garantir genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável; e, em particular, os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo não poderão reduzir o hiato que os separa dos países desenvolvidos industrializados.¹⁶

E ressalta o que deve ser considerado indispensável: “(...) a necessidade de preservar, reforçar e fomentar ainda mais as missões fundamentais e os valores da educação superior, em particular a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o aperfeiçoamento da sociedade como um todo”.¹⁷

A declaração destaca ainda que o ensino superior é fundamental “para o desenvolvimento sociocultural e econômico” e “para a construção do futuro,

¹⁴ UNESCO. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>. Acesso em janeiro de 2018

¹⁵ Idem, ibidem

¹⁶ Idem, ibidem

¹⁷ UNESCO. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>

diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais”.¹⁸

Essa tem sido uma tônica recorrente nas discussões que se estabelecem a respeito de como o conhecimento deve se constituir e há consenso de que mais do que acumular, é importante saber procurar, articular, estabelecer correlações e aplicar de forma criativa e eficiente. Ainda mais em um mundo onde a produção e difusão de conhecimentos se torna tão intensa, associada à gama de informações em que nos encontramos mergulhados cotidianamente.

A ampliação da educação superior, considerada espetacular, é um ponto destacado na declaração, com ressalvas para a expansão ocorrida entre 1960 e 1995, quando o número de matrículas saltou de 13 milhões para 82 milhões. Impressiona o crescimento e a expansão, mas isso não significa que o acesso tenha sido universalizado especialmente em países mais pobres quando comparados aos mais ricos. Ou seja, a desigualdade social, que se apresenta em diferentes formas da vida, é também presente na temática da educação, inclusive superior.

(...) este é também o período no qual ocorreu uma disparidade ainda maior – que já era enorme – entre os países industrialmente desenvolvidos, os países em desenvolvimento e especialmente os países pobres, no que diz respeito a acesso e a recursos para o ensino superior e a pesquisa. Também foi o período de maior estratificação socioeconômica e aumento das diferenças de oportunidades educacionais dentro dos próprios países, inclusive em algumas das nações mais ricas e desenvolvidas. Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade.¹⁹

Educar, formar e realizar pesquisas são as missões fundamentais que cabem à universidade. E devem ser pautadas pela ética, autonomia, responsabilidade e função preventiva, além de assegurar a igualdade de acesso, a maior presença das mulheres nas instituições, como alunas e docentes.

¹⁸ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso: Janeiro 2018

¹⁹ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso: Janeiro 2018

A Unesco também ressalta a importância das relações entre a universidade e a sociedade, considerando que a academia deve estar cada vez mais envolvida com as questões sociais, econômicas e culturais.

O reconhecimento dado pela sociedade à autoridade intelectual das instituições de educação superior, conforme a Declaração, está intimamente associado à sua capacidade de se expressar sobre os problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com plena consciência das suas responsabilidades. Nem a universidade enclausurada, de costas para a sociedade, nem a universidade militante, invadida pelos ruídos e o clamor das ruas, mas, sim, uma universidade participante, como José Medina Echavarría advogava há décadas. Uma universidade que participa em todos os aspectos da vida da sociedade, sem perder seu caráter de academia e que só afirma o que é apropriado afirmar na condição de academia²⁰.

Simon Schwartzman²¹, ao analisar o destaque que a Universidade de São Paulo alcançou no Brasil, lembra que somente com a criação das nações-estado, no início do século XIX, surgiu a noção da importância de criar as universidades, como forma de promover os valores da modernidade e da racionalidade. O modelo era principalmente o Europeu, mais especificamente o francês.

Na América Latina, o ensino superior do Brasil é um caso especial, seja por sua abrangência restrita seja pela alta qualidade de seus melhores cursos profissionais, escolas de pós-graduação e programas de pesquisa. É especial também pelo atraso com que surgiram suas instituições. Em outros países da região, as universidades datam do século XVI ou, no máximo, do século XIX, ao passo que as tardias universidades brasileiras só surgiram nos anos 1930 e 1940. Com isso, o ensino superior brasileiro permaneceu por muito tempo imune ao movimento de "reforma universitária" que, começando em Córdoba, Argentina, em 1918, espalhou-se por muitos países da região – Argentina, Peru, Uruguai, Venezuela, México – e engendrou não só uma mescla peculiar de autonomia e politização da universidade, mas também padrões acadêmicos que deixaram bastante a desejar.²²

Ainda que o autor aponte os anos de 1930 e 1940 como marco da instituição das universidades no país, esse processo se deu mesmo na década de 1920, como será visto mais adiante. Uma das marcas desse processo é o atraso, uma vez que o Brasil figura entre os países onde essas instituições chegaram muito tempo depois do que em países europeus ou mesmo nos Estados Unidos.

²⁰ UNESCO. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>

²¹ SCHWARTZMAN, SIMON. A universidade primeira do Brasil: entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100012.

²² SCHWARTZMAN, Simon. Op cit

E por essas terras, o que se observa na análise da trajetória do ensino superior é o fato de que durante muito tempo a universidade foi muito mais um desejo, inclusive no que diz respeito aos projetos formulados por diferentes educadores em diferentes períodos, do que uma ação concreta. Isso se deve, entre outros fatores, ao atraso na concretização dessas instituições em nosso país, bem como pela descontinuidade característica de políticas educacionais implementadas.

1.3. A universidade no Brasil

No Brasil, a história do surgimento das primeiras universidades só vai começar a ser escrita quase três séculos depois da Espanha, por exemplo. E esse atraso, associado ao fato de ser um projeto focado na elite, traz consequências até os dias de hoje para o país e seus cidadãos.

Mesmo com a chegada da Família Real ao País, a situação não foi alterada. Os filhos do Brasil Colônia eram enviados a Portugal para realizarem seus estudos, em instituições mantidas pelos jesuítas.

Essa universidade, confiada à Ordem Jesuítica, no século XVI, tinha, como uma de suas missões, a unificação cultural do Império português. Dentro do espírito da Contrarreforma, ela acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando a desenvolver uma homogeneidade cultural avessa a questionamentos à fé Católica e à superioridade da Metrópole em relação à Colônia. A Universidade de Coimbra, no dizer de Anísio Teixeira, foi a “primeira universidade”: nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.²³

Os cursos, listados na citação acima, começaram a surgir em 1827, seguindo o modelo francês, com forte ênfase no ensino e pouca atenção à pesquisa. E adotavam o sistema de cátedras vitalícias, em que o detentor de conhecimentos numa determinada área permanecia durante toda a vida.

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram

²³ TEIXEIRA, Anísio apud OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso novembro de 2017

estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade.²⁴

Oliven considera que a demora na criação da primeira universidade brasileira tenha sido decorrente também do ideário positivista que prevalecia entre os oficiais que proclamaram a República.

Como instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, a universidade era considerada, pelos líderes políticos da Primeira República (1889-1930), uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo. Em função disso, eram francamente favoráveis à criação de cursos laicos de orientação ou técnica profissionalizante.²⁵

Ao contrário de outras colônias existentes na América Latina, o Brasil só viu surgir a sua primeira universidade em 1920, no Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto nº 14.343. A Universidade do Rio de Janeiro passou a reunir faculdades que já existiam. Outras iniciativas ocorridas em estados como São Paulo e Paraná não tiveram continuidade.

A criação do Ministério da Educação (na época, da Educação e Saúde) ocorreu apenas no governo Vargas, que também instituiu, em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, documento que esteve em vigor até 1961. O documento estabelecia que as universidades poderiam ser oficiais – de caráter público, sendo criadas no nível federal, estadual ou municipal, ou livre, neste caso particular. E eram obrigadas a criar três cursos entre os de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.

A primeira legislação universitária brasileira, de 1931, autorizou as futuras instituições a concederem "privilégios universitários" – entre eles, o direito de os diplomados exercerem as profissões liberais. A legislação honrava as noções usuais de cultura, pesquisa e autonomia institucional, mas sua principal preocupação era manter sob controle os padrões e o tamanho das profissões; para isso, as universidades seriam submetidas a rígida fiscalização ministerial. O pressuposto era que haveria uma "universidade modelo" na capital do país, que serviria como padrão para todas as demais.²⁶

Simon Swartzman²⁷ ressalta que a década de 1930 foi marcada pelas disputadas ideológicas, além de conflitos políticos.

²⁴ OLIVEN, Arabela Campos. Op cit

²⁵ Idem, ibidem

²⁶ SCHWARTZMAN, SIMON. Op cit

²⁷ Idem, ibidem

(...) por certo tempo, pareceu que o governo federal colocaria a instituição líder da Universidade do Brasil, a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a tutela da Igreja Católica (Schwartzman, 1991b; Schwartzman et al., 2000). Essa faculdade seria a unidade central da universidade: desenvolveria pesquisa e ensino de alto nível nas ciências e humanidades, prepararia professores para o ensino secundário e infundiria competência científica nas velhas faculdades profissionais que haviam sido incorporadas à universidade quando essa foi estabelecida. Por diversos motivos, o acordo com a Igreja não vingou, e, na década de 1940, a Igreja Católica decidiu criar a sua primeira universidade privada, também no Rio de Janeiro.²⁸

E há ainda que se destacar a forte presença da igreja nesse processo. Ao tratar da importância de Gustavo Capanema na educação brasileira, onde ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde no Governo Vargas, Schwartzman²⁹ destaca sua “íntima associação com os setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica”, especialmente com Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e Cardeal Leme, todos com forte atuação no Rio.

Não se tratava de mera afinidade filosófica ou ideológica. Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhista e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja, que trabalharia em consulta constante com Alceu Amoroso Lima.³⁰

A consequência desse acordo político foi a maior presença do Estado na educação, o que acabou tendo que ser aceito pela Igreja. Mas esta continuou atuando para que a forma e o conteúdo fossem os que considerava adequados, inclusive no projeto do ensino superior.

Eduardo Meditsch (2012) recorre a Darcy Ribeiro para lembrar que a primeira universidade brasileira foi criada de forma um tanto inusitada, já que o surgimento decorre da necessidade de se conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica, que visitaria o país. “Como não havia instituição habilitada a conceder o título, um decreto veio resolver o problema. O Rei ganhou o título e, em consequência, o Brasil ganhou a Universidade”. (MEDITSCH, 2012, 49)

²⁸ Idem, ibidem

²⁹ Idem, ibidem

³⁰ SCHWARTZMAN, SIMON. Op cit

Para Meditsch (2012), a universidade brasileira historicamente tem sido resistente a desempenhar sua função crítica, inclusive em relação a si mesma. Este processo seria decorrente do papel que a instituição assumiu inicialmente na sociedade brasileira, de ter como foco a distribuição de títulos e diplomas, sem qualquer perspectiva de mobilidade social.

Hegemonia cultural é um ponto a ser destacado no estabelecimento do sistema de ensino, uma vez que todo o processo foi e continua sendo sempre cuidado pelos chamados detentores do poder, que representam as classes mais favorecidas. Foi assim com as primeiras escolas e também com as primeiras universidades. O autor lembra o que disse Enzensberger, para quem a pequena burguesia foi o sujeito histórico que deteve a hegemonia na produção de bens culturais.

Todas as esferas das organizações superestruturais são ocupadas por membros da nossa classe, e praticamente todas as “escolas”, “tendências” e “movimentos” que desempenham um papel nas sociedades industriais avançadas foram inspirados, apoiados e implementados pela pequena burguesia. (...) (ENZENBERGER, R. apud MEDITSCH, 2012, 40)

Não se pode falar de educação no Brasil e muito menos de ensino superior sem recorrer a Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que tiveram papel central neste processo. Anísio Teixeira é reconhecido por sua defesa do ensino superior, baseado na certeza de que isso representava a “materialização do desenvolvimento da sociedade” e devia se concretizar por meio de um sistema educativo “democrático, livre e autônomo”.³¹

Anísio Teixeira foi responsável por dois projetos considerados dos mais relevantes ao ensino universitário do país: o da Universidade do Distrito Federal, criada em abril de 1935, e da Universidade de Brasília, em 1962, criada por determinação e empenho de Darcy Ribeiro. O foco central dos educadores era lutar contra o atraso do país, acreditando que só poderia ser vencido com a educação.

³¹ BERTOLLETI, Vanessa Alves. *Anísio Teixeira e o projeto de universidade brasileira. UDF e UNB*. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.39.pdf. Acesso: Janeiro 2018.

A luta em defesa da consolidação de uma universidade genuinamente brasileira nas estratégias de Anísio Teixeira inspira-se na busca pela construção de uma instituição que fosse uma verdadeira mansão da liberdade, do pensamento novo e do progresso nacional. Conforme Mendonça (2002), a concepção de Anísio acerca da universidade pressupunha a visão democrática do educador. Este referencial foi construído pela progressiva incorporação de uma visão pragmática de vida e Educação, evidenciado na influência marcante da concepção de John Dewey (1859-1952) no processo de formação de seu pensamento.³²

Deve-se ressaltar ainda a função atribuída à universidade por Anísio Teixeira, bem além da difusão do conhecimento que ele acreditava podia ser feita pelos livros, assim como de conservar a experiência humana e muito menos preparar para práticas profissionais ou ofícios de arte. Para o educador, a universidade deveria “formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva”, mantendo o que ele chamava de “uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e desenvolve”.³³

Libânia Nassif Xavier³⁴, ao tratar da importância de Anísio Teixeira para a educação brasileira, e para o sistema de ensino superior, destaca uma frase dita pelo educador por ocasião do exame pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, reunida, em maio de 1968, de reestruturação do ensino superior no país: “A educação não é só um bem para o indivíduo, mas uma necessidade para a sociedade”.³⁵

Para Anísio, a universidade teria o papel de formular e divulgar a cultura nacional, devendo atuar como centro de produção do conhecimento, e não de reprodução do que já existe, estando essa ação a cargo de profissionais com competência técnica.

O comando deveria ficar a cargo de conselhos que representassem a sociedade e o ensino, por sua vez, deveria estar diretamente relacionado à produção de conhecimento fundamentado na realidade do país, “no modo de pensar brasileiro”, tanto focado no ensino elementar e universitário, quando na formação de pesquisadores e de professores.

³² BERTOLLETI, Vanessa Alves. Op cit

³³ TEIXEIRA, ANÍSIO, 1988, 34. APUD BERTOLLETI. OP cit.

³⁴ XAVIER, Libânia Nassif. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/17.pdf>. Acesso: Janeiro 2018

³⁵ Idem, ibidem

As experiências pioneiras da década de 1930, isto é, a Universidade de São Paulo (USP) e a UDF constituem referências centrais nas análises desenvolvidas por Anísio Teixeira sobre o ensino superior brasileiro. Em sua opinião, essas experiências corresponderam ao desejo de fundar no Brasil uma nova tradição universitária, formadora da cultura e da ciência nacionais. Apesar da interrupção da experiência da UDF durante o período do Estado Novo (1937-1945), tais anseios seriam retomados em suas linhas gerais nas décadas de 1950-1960, com o projeto e implantação da Universidade de Brasília (UnB).³⁶

Libânia³⁷ lembra que a década de 1930 mobilizou os intelectuais do Brasil em torno da questão da identidade nacional. Buscava-se ainda construir instituições que permitissem que o país ingressasse na modernidade.

Reivindicando uma ciência do social, os intelectuais atuantes em diferentes áreas de conhecimento buscaram interferir nas orientações políticas que incidiam sobre a organização da sociedade, defendendo a adoção de um tipo de administração científica, e nesse empenho inauguraram um rico período de recriação institucional. Reunido na Associação Brasileira de Educação, um grupo de intelectuais se voltou para a organização do ensino no país, publicando nos jornais de grande circulação o “Manifesto dos pioneiros da educação nova”.¹ A defesa de alguns princípios contidos no manifesto trouxe para o centro do debate educacional questões fundamentais que apontam para a modernidade. Entre elas, a democratização das relações sociais pela crítica ao caráter excludente da escola tradicional e pelo reconhecimento do direito à educação a todos os cidadãos. Ao defender a aplicação da ciência e da técnica aos assuntos do ensino e da pesquisa educacional, o manifesto promoveu a valorização do papel social e político do educador profissional, o que resultou em um estímulo ao processo de especialização e autonomização do campo educacional e, logo, de sua legitimação perante o público e o governo.³⁸

Os pioneiros também trataram do ensino superior, apontando para a universidade três funções básicas: “de ‘criadora de ciências’ (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e vulgarizadora ou popularizadora, atribuição das instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”.³⁹

A mobilização dos educadores profissionais – grupo em constituição nos anos 1920 – faz parte de um processo mais amplo que foi conduzido, em grande parte, no quadro da constituição de três campos profissionais, cujos saberes de base racional apoiaram intervenções na esfera pública: a medicina, a engenharia e a educação. Por volta da década de 1920, médicos, engenheiros e educadores, munidos cada vez mais de uma formação técnico-científica específica, compartilharam a intenção de interferir nos destinos do país. Mobilizando estratégias variadas, como o engajamento em funções dirigentes da vida pública, ou como formuladores de explicações, normas e valores presentes em seus

³⁶ XAVIER, Libânia Nassif. Op. Cit.

³⁷ Idem, ibidem

³⁸ Idem, ibidem

³⁹ Idem, ibidem

discursos reformadores, esses intelectuais atuaram como articuladores do processo de modernização da sociedade brasileira, logrando formular uma visão geral e um modelo explicativo para o país.⁴⁰

Retornando à análise ao papel de Anísio Teixeira, Libânia Xavier lembra que ele permaneceu afastado da vida pública durante todo o Estado Novo. Só retomou o lugar de destaque nas discussões sobre educação em 1946. Entre as ações que desenvolveu está a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e a atuação como presidente do Inep.

Nas palavras de Darcy Ribeiro (1997, p.225), ao criar o CBPE o propósito de Anísio era incentivar a intelectualidade brasileira, particularmente a universitária, a lidar com o ensino primário – ou seja, a se preocupar com a educação elementar –, assim como se preocupavam com a medicina e a engenharia. Contudo, a movimentação dos agentes no campo de lutas aberto pelas posições em disputa no processo de tramitação da LDB promoveu um rearranjo nas posições das principais lideranças que formavam o staff do CBPE. Enquanto Florestan Fernandes se empenhava na ‘campanha em defesa da escola pública’, Darcy Ribeiro apontava, com a criação da UnB, uma espécie de reorientação do projeto do CBPE. Aderindo à proposta da UnB, Anísio Teixeira transferiria para Brasília boa parte dos recursos humanos e financeiros alocados no CBPE, destinados a subsidiar projetos de intervenção nas escolas primária e média brasileiras.⁴¹

Desde a década de 1950, o cenário tinha como foco a discussão da crise da universidade brasileira, com vários intelectuais defendendo a necessidade de reformulação urgente da estrutura, considerada insuficiente ao papel que era atribuído à instituição para transformar o país, especialmente no que diz respeito ao que se esperava em termos de contribuição para o desenvolvimento econômico do país. E foi assim que surgiu a UnB:

(...) a proposta de uma reforma universitária era partilhada por amplos setores do meio intelectual brasileiro. A convicção de que a estrutura da universidade brasileira não correspondia aos anseios desenvolvimentistas e de emancipação nacional era consenso entre grupos que visualizavam soluções diferenciadas para o mesmo problema. Darcy Ribeiro ressaltava a oportunidade de formular um projeto de universidade inteiramente diferente do modelo vigente no Brasil, defendendo a ideia de que seria mais fácil e produtivo criar algo totalmente novo do que reformular o modelo já existente com seus vícios e mazelas. Nessa perspectiva, ele acreditava ser possível provocar um movimento radical de mudança pelo impacto que a concretização de um novo modelo de universidade poderia causar. Assim é que Darcy Ribeiro pôs-se a articular a concretização de um ambicioso projeto: a criação de uma universidade na futura capital, Brasília.⁴²

⁴⁰ Idem, ibidem

⁴¹ Idem, ibidem

⁴² MIGLIEVICH, Adélia. Darcy Ribeiro a UnB: intelectuais, projeto e missão. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n96/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500939.pdf>

A criação da UnB é resultado do empenho pessoal de Darcy Ribeiro, que tratou de convencer deputados a respeito da importância de criar uma instituição que revolucionasse o ensino superior no país. E acabou convencendo não só os deputados como o então presidente João Goulart, que autorizou a criação da “Universidade necessária”, como definia Ribeiro.

Darcy fez parte de uma geração de intelectuais e artistas que acreditava firmemente ser possível construir um projeto cultural abrangente para o Brasil e para a América Latina. Um projeto destinado a revolucionar as estruturas do país e do continente, e não apenas reformá-las [...] era uma geração de humanistas que queria nada menos que o todo. [...] (FERRAZ, 2008, APUD MIGLIEVICH-RIBEIRO)⁴³

Nos 20 anos de morte de Darcy Ribeiro, em fevereiro de 2017, o jornal *Correio Braziliense*⁴⁴ enalteceu a ideia e a determinação do educador, ao afirmar que o projeto da UnB não representou a construção de mais uma universidade convencional.

Darcy lançou a ideia, articulou e conspirou para que ela se transformasse em utopia concreta. Não se tratava meramente de inaugurar mais uma universidade convencional. Era necessário conceber uma instituição de ensino superior à altura da ousadia política e estética da capital modernista. Em todos os países, a universidade é a expressão da riqueza e do desenvolvimento social. Darcy imaginou uma universidade radicalmente diversa: ela teria de ser experimental e, ao mesmo tempo, contribuir para superar os graves problemas do subdesenvolvimento.⁴⁵

O projeto original, no entanto, que trazia uma série de inovações, como a criação de institutos centrais e faculdades, destinados a evitar o isolamento de áreas afins, assim como o fim das cátedras e a implementação da pesquisa desempenhada concomitantemente com a atividade da docência, entre outros, acabou sendo seriamente afetado pelo regime militar e nunca chegou a se concretizar efetivamente.

⁴³ XAVIER, Libânia Nassif. Op. Cit.

⁴⁴ FRANCISCO, Severino. Darcy Ribeiro foi o mentor da arquitetura do pensamento de Brasília. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/17/interna_cidadesdf,574549/a-relacao-de-dearcy-ribeiro-com-brasilia.shtml

⁴⁵ Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/17/interna_cidadesdf,574549/a-relacao-de-dearcy-ribeiro-com-brasilia.shtml

1.4.

Idas e vindas: a descontinuidade como marca do ensino universitário brasileiro

Helena Sampaio⁴⁶ destaca a descontinuidade como uma das marcas do ensino superior no país. Segundo ela, há cinco datas que marcam as mudanças de rumo no setor: 1808, 1898, 1930, 1968 e 1985. Nesses momentos, ocorreram mudanças significativas na estrutura do ensino superior brasileiro.

O primeiro marco, em 1808, é decorrente da chegada da Família Real ao Brasil e tem como foco a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema:

O modelo de formação profissional combinou, em sua origem, duas influências: o pragmatismo que havia orientado o projeto de modernização em Portugal, no final do século XVIII – cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra⁴ – e o modelo napoleônico do divórcio entre ensino e a pesquisa científica. No Brasil, a criação de instituições de ensino superior, seguindo esse modelo, buscava formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas, e implicava em rejeitar qualquer papel educacional da Igreja Católica que fosse além do ensino das primeiras letras.⁴⁷

Nessa primeira fase, em 1808, o sistema se constitui tendo como eixo as escolas de Medicina e Engenharia e, posteriormente, Direito. O desenvolvimento do sistema é lento, assim como as transformações sociais e econômicas do Brasil. “Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social”, observa Helena.

A autora lembra ainda que até 1878, o ensino superior no Brasil era exclusivamente público e privativo do poder central. Não havia possibilidade de crescimento em função da falta de investimentos do governo. Assim, as instituições só podiam surgir com autorização do governo, que também interferia totalmente nos currículos adotados e na escolha dos dirigentes.

Nesse contexto de centralismo político do regime imperial, o debate sobre a criação de uma universidade no Brasil passava, inevitavelmente, pela discussão sobre o grau de controle do Estado na educação. Para muitos, uma universidade

⁴⁶ SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990. Disponível em <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso: Novembro de 2018

⁴⁷ Idem, *ibidem*

seria exatamente uma forma de atender aos objetivos centralizadores do governo. Assim, tanto para os defensores deste tipo de organização do ensino superior como para os positivistas, seus principais opositores, a idéia de universidade aparecia associada, com raras exceções⁴⁸, à de ingerência oficial no ensino.(...) No decorrer do século XIX nem só os positivistas eram contrários à criação de universidades. Os argumentos foram vários e se dividem em dois blocos: no primeiro, sustentava-se que os cursos especializados, como a engenharia, minas e agronomia, por terem caráter mais pragmático seriam mais apropriados à ex-colônia, onde, segundo este tipo de argumento, faltavam as bases para os cursos mais amplos e desinteressados, conforme convém a uma universidade. No segundo bloco, encontram-se aqueles que tomavam os cursos de caráter mais humanístico como fúteis e ultrapassados, uma vez que apareciam associados ao modelo escolástico da decadente universidade de Coimbra antes de sua reforma.⁴⁸

Profundas transformações sociais, que alcançam a educação, passam a ocorrer a com a abolição da escravidão, a queda do império e a Proclamação da República, em 1889.

A Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permite a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país. (...) A criação do sistema educacional paulista, por volta de 1880/1900, é parte central desse processo. Este sistema, cujo desenvolvimento está associado à modernização do Estado de São Paulo, representa a primeira grande ruptura com o modelo de escolas profissionais centralizadas e sujeitas a um forte controle burocrático do governo nacional. O sistema paulista surge em resposta aos novos arranjos econômicos e sociais, os quais, por sua vez, deram a base para a sua ampliação e diversificação.⁴⁹

E isso resulta numa rápida expansão do número de instituições que se dedicavam ao ensino superior. De acordo com Helena Sampaio, só nas três primeiras décadas daquele século o número de instituições de ensino superior saltou de 24 para 133. “As mudanças que ocorreram não foram somente de ordem quantitativa. O ensino superior passou a dar mais ênfase à formação tecnológica que, por sua vez, exigia uma base científica melhor.

Já em 1930, o grande marco é a criação do Ministério da Educação e Saúde, o que provoca uma série de mudanças no sistema de ensino superior. É quando ocorre a chamada Reforma Francisco de Campos.

Esta reforma estabelecia que o ensino superior deveria ser ministrado na universidade, a partir da criação de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras. No que diz respeito à organização do sistema, a reforma previa duas

⁴⁸ SAMPAIO, Helena. Op cit

⁴⁹ Idem, ibidem

modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantido por particulares) e o instituto isolado. A administração central da universidade caberia ao conselho universitário e ao reitor, que passava a ser escolhido a partir de uma lista tríplice, medida que vigora até hoje. A reforma estabelecia também como deveria ser composto o corpo docente (catedráticos e auxiliares de ensino, submetidos a concursos, títulos e provas) e dispunha ainda sobre questões como ensino pago, diretório de estudantes etc.⁵⁰

Havia um foco central, a criação de uma faculdade que se encarregasse de formar professores para o ensino secundário. No que diz respeito às universidades, pouco se avançou. Houve a criação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, em ações muito mais associadas a grupos políticos, intelectuais e educadores que não tinham, necessariamente, vínculo com o ensino superior

As novas universidades, desta forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Este processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele.⁵¹

Para Helena Sampaio, houve mais uma sobreposição de modelos do que uma substituição, uma vez que houve a manutenção do foco na formação para profissões, sendo a atenção com a pesquisa um processo “institucionalizado de modo muito parcial e apenas em algumas regiões do país, sobretudo naquelas mais desenvolvidas”.⁵²

Na década de 1950 surge um movimento, observa Helena Sampaio, parecido com o dos anos 1920, destinado à reforma de todo o sistema de ensino brasileiro. E o superior não escapa disso. São críticas sobre a estrutura universitária adotada no país:

(...) a primeira se dirigia à instituição da cátedra; a segunda, ao compromisso efetuado em 30 com as escolas profissionais, que criara uma universidade compartimentalizada, isolando professores e alunos em cursos especializados em escolas diferentes; e a terceira era quanto ao aspecto elitista da Universidade, que

⁵⁰ SAMPAIO, Helena. Op cit

⁵¹ Idem, ibidem

⁵² Idem, ibidem

continuava atendendo a uma parcela mínima da população, sobretudo dos estratos altos e médios urbanos.⁵³

E é nesse clima que ocorre a reforma de 1968, do Governo Federal. Entre as medidas previstas estão o fim das cátedras e a criação dos departamentos que passam a ser unidades mínimas destinadas ao ensino e à pesquisa; a criação dos institutos básicos; a organização do currículo dividido em duas partes – básico e formação profissionalizante; a instituição dos créditos e semestralidade; a organização em dois tipos de sistema, um vertical, que envolvia departamentos, unidades e reitoria, e outro horizontal, com o surgimento dos colegiados de curso, reunindo professores de diversos departamentos, responsáveis. Isso resulta em um novo modelo, estabelecido por um regime ainda mais autoritário, no qual as instituições ficavam submetidas à suspeita e vigilância policial :⁵⁴

(...) as antigas escolas profissionais resistiram com sucesso à sua dissolução em institutos e departamentos; e havia, no fundo, uma contradição insolúvel entre os ideais de democratização e participação estudantil das universidades e o modelo de universidade de elite que havia sido copiado das "research universities" norte americanas, e implantado, por um ato legal, para todo o país. (...) Para a análise dos descaminhos dessa reforma dois processos, um de caráter endógeno e outro, exógeno ao sistema de ensino superior, devem ser considerados: o primeiro vincula-se ao momento de repressão política no qual se processou a reforma, que acabou levando a uma deslegitimação do próprio sistema: o segundo se refere à expansão do sistema, ou seja, ao modo pelo qual o governo atendeu à explosiva demanda por ensino superior que havia sustentado o movimento de 68.⁵⁵

Interessante ressaltar as controvérsias que marcam esse período, em que ampliava-se o sistema universitário, mas com um intenso controle, que não conseguia impedir que suas estruturas se democratizassem:

Para os militares, sobretudo no início, os problemas do ensino superior eram uma questão de polícia e disciplina. Com diferentes ênfases em um e outro país, reitores eleitos foram substituídos por coronéis, professores foram demitidos, estudantes foram presos, as ciências sociais acabaram sendo banidas e a educação cívica obrigatória foi introduzida. Amplos setores das universidades foram destruídos e desmoralizados, enquanto milhares de estudantes se engajaram na guerrilha urbana. (...) Paradoxalmente, entretanto, a universidade recriada pela reforma de 68, em um período de acirramento da repressão política-ideológica no país, incluía medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes e docentes na gestão da instituição. Incluía ainda

⁵³ Idem, ibidem

⁵⁴ Idem, ibidem

⁵⁵ SAMPAIO, Helena. Op cit

medidas que promoviam o fortalecimento de valores acadêmicos (a estruturação da carreira e a valorização da pesquisa).⁵⁶

Também vale observar que esse mesmo comportamento dúbio é verificado em outras atividades e instituições, como ocorre com os meios de comunicação. De acordo com Alzira Alves de Abreu (2002), enquanto fechavam alguns jornais e prendiam jornalistas, os governos militares também financiavam a modernização da imprensa.

Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos.(ABREU, 2002, 15)

Abreu (2002) destaca que um dos símbolos desse projeto foi a criação da Embratel, em 1965, mesmo ano em que foi criado o Ministério das Telecomunicações, e a Telebras, em 1972. Ao mesmo tempo, os militares investiram na formação dos oligopólios de comunicação, tornando os órgãos estatais os principais anunciantes que sustentavam esse sistema. Retornaremos a esse assunto no capítulo 2, quando tratarmos do ensino de jornalismo no Brasil.

Voltando à trajetória da universidade no Brasil, houve ainda um expressivo crescimento do ensino superior, com o aumento da oferta de vagas nas instituições públicas e com o estímulo das unidades privadas. “Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento(...)”.⁵⁷

Mas há que se observar o que Eduardo Meditsch (2012) lembra desse tempo de repressão, especialmente quanto à vigilância imposta às universidades, inclusive em 1982, quando “a Universidade brasileira ainda tinha espiões dos órgãos de segurança da ditadura infiltrados nas salas de aula, para vigiar o trabalho intelectual”. (MEDITSCH, 2012, 17)

⁵⁶ Idem, ibidem

⁵⁷ SAMPAIO, Helena. Op cit

A última fase a que Helena Sampaio se refere, em 1985, tem a ver com a eleição de um presidente civil depois de 24 anos de presidentes-militares, e o início da Assembleia Nacional Constituinte.

São, segundo a autora, quatro características que marcam essas diferentes fases do ensino superior no país. Ao contrário de outros países latino-americanos, no Brasil não se registram grandes conflitos entre Igreja e Estado no que diz respeito ao ensino superior. Mas observa-se uma tensão histórica entre o governo federal e os estados, uma vez que apesar da centralização o âmbito federal “não consegue impor uma política centralizada para todo o ensino superior”, em função da resistência de alguns estados, como São Paulo.

A terceira característica é o grande tamanho que assume o ensino privado, que não se confunde, a não ser em pequena parte, com o ensino religioso. As principais características do setor privado são conhecidas. Ele se desenvolve principalmente nas regiões mais desenvolvidas, busca as áreas mais "soft", que requerem menos investimentos em equipamentos e laboratórios, e cresceu, em grande parte, como resposta às expectativas otimistas dos anos 70, e aos privilégios credencialistas conquistados pelas classes médias em ascensão. É neste setor que existe maior competitividade na educação superior brasileira, mas, ao contrário do que possa ocorrer por exemplo nos Estados Unidos, esta competitividade não leva necessariamente à melhoria da qualidade, já que o que se disputa é um alunado de baixo poder aquisitivo e educação prévia de má qualidade. Existe, no entanto, grande diversidade de instituições neste conjunto — universidades confessionais, comunitárias, técnicas, empresariais — que nunca foram objeto de maior pesquisa e estudo. Apesar da idéia generalizada de que elas não têm qualidade, e podem ser até mesmo prejudiciais, o fato é que elas vendem um serviço que é consistentemente procurado e comprado, e isto deve ter algum valor para os compradores.⁵⁸

Por fim, a quarta característica apontada ganha maior dimensão a partir de 1968 esse caracteriza pelo:

(...) contraste entre o modelo "francês", de ensino superior organizado através de faculdades profissionais, e o modelo "americano", que caracteriza o sistema de pós-graduação estabelecido no período mais recente. Esta contradição explica, em parte, as dificuldades de implementação de alguns dos ingredientes básicos da reforma de 1968, como o ciclo básico e o sistema de crédito, assim como boa parte dos problemas vividos hoje pelos programas de pós-graduação, muitos dos quais não conseguem resolver de forma satisfatória a contradição entre orientações acadêmicas e de especialização profissional.⁵⁹

⁵⁸ SAMPAIO, Helena. Op. cit

⁵⁹ Idem, ibidem

Vale observar as principais carreiras apontadas por Helena Sampaio, entre as que apresentavam mais de duas mil matrículas em 1988. São divididas entre as **tradicionais**, que surgiram até a década de 1970 (Farmácia, Medicina, Odontologia, Música, Filosofia, Direito, Medicina Veterinária, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Engenharia, Ciências Econômicas, Agronomia, Serviço Social, Física, Química, Geografia, História, Química Industrial, Geologia, Letras, Matemática, Economia Doméstica, Enfermagem e Obstetrícia e Comunicação Social, que veio substituir na década de 1960 a formação específica em jornalismo e publicidade, tornando essas áreas, bem como a de relações públicas habilitações); as **modernas**, surgidas entre 1970 e 1975 (Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia, Ciências Biológicas, Educação Física, Ciências Contábeis, Psicologia, Administração, Educação Artística, Estudos Sociais, Nutrição, Magistério de Ciências e Estatísticas); e os **recentes**, incluindo os que surgiram de 1975 em diante (Engenharia Florestal, Comunicação Visual, Artes Práticas - licenciaturas de 1º grau em artes industriais, Educação para o Lar, Técnicas Agrícolas e Comerciais; Turismo, Desenho Industrial, Zootecnia, Formação de Professores do currículo especial do 2º grau, Terapia ocupacional, Construção Civil, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Secretário Executivo, Processamento de Dados e Ciências da Computação).⁶⁰

1.5. LDB e ensino superior

De acordo com censo do Inep, realizado em 2016, o Brasil possui 8.052.254 de estudantes universitários, em 34.366 cursos de graduação, oferecidos por 2.407 instituições. Um dado interessante revelado pelo censo é que 8,2% do total de instituições (o que equivale a 197 universidades) concentram 53,7% do total de matrículas⁶¹. A maioria delas é privada.

No Brasil, o ensino superior é regido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, cuja primeira versão foi promulgada pelo presidente João Goulart, em 1962⁶². A última versão, que está em vigor, é de 1996, promulgada no governo

⁶⁰ SAMPAIO, Helena. Op cit

⁶¹ http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206

⁶² <http://www.revistaeducacao.com.br/historia-da-ldb/>

Fernando Henrique⁶³ Cardoso. O artigo 43 estabelece que o ensino superior tem como finalidade:

*I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.*⁶⁴

A LDB, dessa forma, estabelece que as universidades são instituições pluridisciplinares, destinadas à formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa investigação, extensão, domínio e cultivo do saber humano. Por isso,

Devem possuir: I. produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto das necessidades de nível regional e nacional; II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado; III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A universidade tem autonomia didática e científica, bem como autonomia administrativa e de gerenciamento de recursos financeiros e do patrimônio institucional.⁶⁵

Apesar de todas essas supostas garantias atribuídas pela lei, há especialistas que analisam a influência das chamadas políticas neoliberais nas universidades brasileiras, incluindo organismos internacionais diretamente ligados ao capitalismo. É o que afirma, por exemplo, Maria de Fátima de Paula⁶⁶, ao

⁶³ O governo Fernando Henrique Cardoso teve início em 1995 e foi encerrado em 2003.

⁶⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

⁶⁵ STALLIVIERI, Luciane. O sistema de ensino superior do Brasil: Características, tendências e perspectivas. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf

⁶⁶ PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a05v14n1.pdf>

ressaltar que esse processo teve início nos anos 1990 e é decorrente das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas uma década antes.

A universidade brasileira, sobretudo a partir dos anos 1990, tem recebido forte influência das políticas neoliberais e dos organismos internacionais do capital, tais como FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, dentre outros, sofrendo pressões transnacionais num cenário de globalização excludente. Da internacionalização da educação superior passamos ao comércio dos serviços educacionais. Ou seja, a educação superior deixou de ser vista como dever de Estado e direito do cidadão, sendo concebida como serviço, mercadoria, e perdendo, com isto, o seu caráter eminentemente público. Neste cenário, ganharam destaque os contratos de gestão, as parcerias público-privadas, a diversidade de fontes de financiamento para a educação superior. Neste contexto, deu-se um vazio de Estado no financiamentos das instituições públicas de educação superior, o que provocou, por um lado, a proliferação indiscriminada de instituições privadas de ensino superior (temos hoje um dos índices mais altos de privatização do ensino superior na América Latina e no mundo – cerca de 90% das instituições brasileiras de ensino superior são privadas, sendo responsáveis por 70% das matrículas neste nível de ensino) e, por outro lado, a privatização interna do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades públicas.⁶⁷

De acordo com Maria de Fátima de Paula, tal processo teve início no governo Fernando Henrique Cardoso, e fez parte de um projeto de reforma do Estado, destinado à modernização da máquina estatal. Para a autora, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado em 1995, “abriu mais um precedente para a privatização das universidades públicas”, diante da proposta do então Ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, de transformar as instituições de serviços do Estado, incluindo as universidades, em organizações sociais públicas não estatais. Assim, haveria redução de investimentos públicos no ensino superior, numa ação que Maria de Fátima considera similar às propostas pela Reforma Universitária de 1968, quando o país era governado pelos militares.

As propostas “modernizantes” para a universidade, na década de 1960, que partiram do consultor naturalizado norte-americano Rudolph Atcon, do General de Brigada Carlos de Meira Mattos, dos acordos MEC\USAID (...) viam a educação como instrumento de aceleração do desenvolvimento, devendo a universidade estar a serviço do sistema produtivo: propunham a “racionalização” da instituição universitária, com relação aos recursos financeiros, materiais e humanos; buscavam uma maior produtividade e eficácia para o sistema universitário, devendo a universidade funcionar como uma empresa privada; propunham um maior entrosamento entre as universidades e o setor produtivo, inclusive como forma de captação de recursos adicionais; e recomendavam a

⁶⁷ PAULA, Maria de Fátima de. Op cit

cobrança de anuidades\mensalidades nas instituições universitárias públicas como forma de justiça social.⁶⁸

Vale observar ainda que o então ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, responsável pela proposta para o setor, é um economista, com passagem pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, além de ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas e técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.⁶⁹

Retornando a Maria de Paula de Fátima, a crítica é com relação à semelhança observada entre o governo FHC e o militar. Segundo a autora, a diferença que existiu entre os dois governos foi relativa ao volume de investimentos na educação superior, com vantagem para os militares, o que possibilitou a expansão do sistema nas décadas de 1960 e 1970, inclusive na área de pós-graduação.

Políticas destinadas a assegurar mais acesso das populações de menor renda no ensino superior, desenvolvidas durante o governo Lula⁷⁰, são destacadas por Alexandre de Paula Franco,⁷¹ como forma de assegurar a equidade de um sistema que sempre se mostrou elitizado.

Mesmo com investimentos públicos em políticas afirmativas como o Fies ou o Programa Universidade para todos (ProUni), que abrangem cerca de 200 mil alunos, não temos garantido ao menos 26% da população universitária. resumidamente, estamos distantes da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação – lei 10.172/05 que prevê que 30% de jovens entre 18 e 24 anos devam

⁶⁸ Idem, ibidem

⁶⁹ CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octênio FHC. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>

⁷⁰ O governo Lula ocorreu de 2003 a 2011, em dois mandatos consecutivos.

⁷¹ FRANCO. Alexandre de Paula. Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15028>. Acesso: Dezembro 2917

estar na educação superior, fato confirmado pelo censo da educação superior realizado pelo Inep em 2006. (...) Pelo conjunto de indicadores que constituem o perfil dos alunos que ingressam na educação superior no Brasil, podemos concluir que não estamos tão próximos de alcançar padrões de qualidade aceitáveis, nem tampouco a universalização da educação superior, ainda que em longo prazo, atuando apenas na perspectiva de ampliação de vagas. A conjuntura educacional brasileira carece, portanto, do desenvolvimento de políticas de valorização da escolaridade juvenil, dos resultados de desempenho na escola média, e de melhoria das condições socioeconômicas da população.⁷²

Cibele Yhan de Andrade⁷³ destaca a desigualdade como um fenômeno ainda presente no que diz respeito aos resultados da educação brasileira, inclusive a superior. Segundo ela, apesar de a oferta ter se ampliado a partir dos anos 1990, o acesso dos jovens ainda é bastante limitado.

No Brasil, a oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 90. Houve a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e também do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009). Quando comparamos a situação brasileira com a de outros países mais desenvolvidos, vemos que o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul.⁷⁴

Os dados da pesquisa são assustadores, diante do número expressivo de jovens que não têm acesso ao ensino superior, especialmente entre os negros e de mais baixa renda. O que o estudo comprova é o que os não brancos são os mais prejudicados neste acesso, em todas as etapas do ensino.

O problema verificado no acesso ao ensino superior é decorrente do que se observa, também, nas fases anteriores. Evasão e repetência em níveis elevados fazem parte da realidade do ensino brasileiro, apesar das inúmeras reformas e leis em vigor.

Um estudo realizado em 2017 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em mais de 45 países, revela que no ano de 2015 mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham

⁷² ANDRADE, Cibele Yahn de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. Disponível em <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>

⁷³ Idem, *ibidem*

⁷⁴ Idem, *ibidem*

acesso ao ensino médio. Já no ensino básico, esse percentual é da ordem de 17%.⁷⁵

Como se não bastasse o acesso, a qualidade é outro problema e que resulta, inclusive, tanto no acesso ao ensino médio quanto à qualidade dos que conseguem chegar e concluir essa fase do ensino. A Avaliação Nacional de Alfabetização revela que 55% dos alunos entre 8 e 9 anos não estão plenamente alfabetizados. O que faz com que os índices de evasão e reprovação sejam elevados e o problema se arraste até o ensino superior.⁷⁶

O último censo do ensino superior no Brasil, divulgado em 2017, pelo Ministério da Educação, revela que o número de matrículas trancadas é superior a 1,2 milhão⁷⁷. Já a 8ª edição do Mapa do Ensino Superior⁷⁸, apresentada em 2018, pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, tendo como base o ano de 2016, indica que a evasão alcança 30,1% das matrículas na rede privada e 18,5% na rede pública. Nos cursos de Educação à Distância o percentual é da ordem de 36,6% entre as instituições privadas e 30,4% na pública.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, o percentual de matriculados no ensino superior era de 18,5%, bem abaixo de outros países vizinhos ao Brasil.

Ainda com base no Censo 2017, os números de instituições e cursos evidenciam uma concentração de instituições particulares. Das 2.448 instituições de ensino, 87,9% são particulares. A maior concentração é de faculdades, que ultrapassam a casa das 1.800 instituições, seguidas dos centros universitários, com

⁷⁵ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/mais-da-metade-dos-adultos-brasileiros-nao-chegam-ao-ensino-medio-diz>

⁷⁶ <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/censo-escolar-2017-cai-numero-de-matriculas-na-educacao-basica-22347576>

⁷⁷ Disponível em

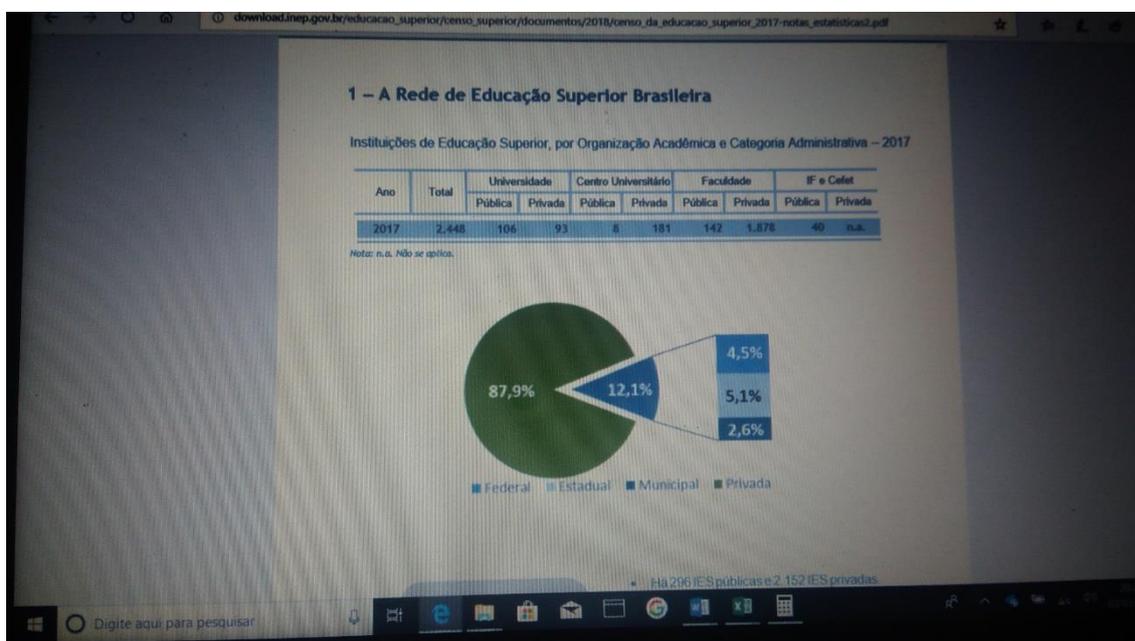
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

⁷⁸ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/pesquisa-mostra-evasao-de-30-em-cursos-superiores-privados>

181 unidades. Já entre as universidades, o maior número é de instituições públicas, com 106 contra 93 particulares⁷⁹.

Em termos totais, são 296 instituições de ensino superior públicas e 2.152 privadas que atendem a mais de 8 milhões de estudantes. O número total de matrículas verificado em 2017, da ordem de 8.290.911, representa um crescimento de 56,4% quando comparado ao verificado dez anos antes, em 2007. De acordo com o censo, a média de crescimento anual é de 4,6%. Nos cursos presenciais, a relação é de 2,5 matrículas nas instituições privadas para cada matrícula nas instituições públicas.

Figura 1: A rede de educação superior brasileira - isso pode ser o título com a exclusão do número



Dados do Inep confirmam a forte presença de instituições particulares no ensino superior do país. Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

⁷⁹http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Figura 2: Título Instituições por tipo de organização acadêmica

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.448	100,0	8.290.911	100,0
Universidades	199	8,1	4.941.007	59,7
Centros Universitários	189	7,7	1.684.378	20,3
Faculdades	2.020	82,2	1.670.747	20,1
IPS e Colêgios	40	1,6	100.105	1,2

Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica – 2017

Número de matrículas por tipos de instituições de ensino.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Figura 3: Evolução do número de matrículas de 2007 a 2017.



Número de matrículas cresceu no período analisado pelo Inep, mas não assegura o acesso de toda a população jovem ao ensino superior.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Figura 4: Vagas e ingressantes

2 – Vagas e Ingressantes

Número de Vagas de Cursos de Graduação, por Tipo de Vaga e Categoria Administrativa – 2017

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.779.086	7.900.060	9.429	2.869.597
Pública	823.843	655.033	3.953	164.857
Federal	483.137	380.618	2.857	95.662
Estadual	238.629	194.428	787	43.414
Municipal	102.077	79.987	309	21.781
Privada	9.955.243	7.245.027	5.476	2.704.740

O número de vagas e o número de ingressantes varia entre o tipo de instituição, com concentração no sistema privado.

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Observa-se uma forte concentração de cursos, vagas e matrículas na região Sudeste, enquanto a região Norte é a que registra os menores números em todos esses itens.

Os dez cursos mais procurados registram quase 50% do total de matrículas. São eles: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Medicina, Pedagogia e Psicologia.⁸⁰

O de Jornalismo não figura entre os mais procurados, mas apresenta oferta expressiva: são 330 cursos espalhados pelo Brasil, oferecidos por 271 instituições de ensino. Nos dados estatísticos do Censo de 2017, o curso aparece no rol de Comunicação Social, oferecido por 55 instituições públicas e 218 privadas. Dos 330 cursos que constam do censo, 69 são de caráter pública e 261 privada. Ao todo, as unidades oferecem quase 53 mil vagas, das quais 76% são concentradas em cursos mantidos por instituições privadas e apenas 24% por públicas. O

⁸⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dez-carreiras-tem-quase-metade-de-todos-os-formados-no-brasil-desde-2001-g1-tera-serie-de-reportagens.ghtml>

número de concluintes é superior a oito mil novos profissionais lançados anualmente no mercado, dos quais quase 6,5 mil são de instituições privadas e apenas pouco mais de 2 mil de unidades de faculdades ou universidades públicas.

Números dos cursos de Comunicação Social - Jornalismo⁸¹

Observação: ver arquivo em anexo (em excel), pois há mais uma coluna com número de concluintes.

⁸¹ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Figura 5: Números dos cursos de Comunicação Social - Jornalismo no Brasil

Cursos (Classe INEP) e Programas e/ou Cursos	Número de Instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Comunicação Social	574	74	500	1.309	161	1.148	202.593	27.432	175.161	34.890	4.274	30.616
Cinema e vídeo	9	5	4	9	5	4	1.410	739	671	185	87	98
Comunicação Institucional	8	2	6	9	2	7	440	161	279	107	48	59
Comunicação social (redação e conteúdo)	50	9	41	58	11	47	6.374	2.014	4.360	1.006	261	745
Jornalismo	273	55	218	330	69	261	52.859	12.642	40.217	8.518	2.022	6.496
Marketing e propaganda	275	7	268	381	7	374	46.794	1.419	45.375	8.899	158	8.741
Mercadologia (marketing)	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Publicidade e propaganda	342	32	310	425	35	390	82.157	5.422	76.735	14.052	967	13.085
Radialismo	14	7	7	15	8	7	1.487	939	548	285	144	141
Relações públicas	63	18	45	70	21	49	9.145	3.651	5.494	1.529	523	1.006
Rádio e tele-jornalismo	10	3	7	11	3	8	1.927	445	1.482	309	64	245

Ao todo, o Brasil conta com 330 cursos de Jornalismo, a maior parte oferecida por instituições privadas.

2. A trajetória do jornalismo e dos cursos universitários

O jornalismo vive uma fase de profundas transformações, com a perda da sua centralidade no processo de decidir o que é notícia e propagar aquilo que considera relevante para a sociedade. A expansão das redes sociais⁸² e a popularização de dispositivos tecnológicos, entre os quais se destaca o telefone celular⁸³, com recursos capazes de produzir e compartilhar imagens, sons e textos, vêm afetando de forma efetiva o fazer jornalístico e traz à tona inúmeras críticas às produções jornalísticas, às empresas e aos jornalistas.

Se o jornalismo e a expansão da atividade da imprensa alteraram de forma efetiva a dimensão do sentido do público e do privado⁸⁴, ocupando lugar central e determinante na propagação não só de informações, mas de ideias e ideais, transformando a sensibilidade humana, a tecnologia não só usurpou essa posição, como possibilitou que a atividade, as empresas e os próprios profissionais passassem, inúmeras vezes, a ser questionados sobre suas práticas e processos.

Certamente esse alcance público das críticas ao jornalismo e aos meios de comunicação, compartilhadas, curtidas e comentadas por milhões de pessoas nas redes sociais, é o que dá a exata dimensão de como o fazer jornalístico ultrapassou as barreiras das escolas de jornalismo e das redações, para se colocar no debate entre pessoas das mais variadas faixas etárias, formações, etc. E, também, resultou no surgimento de uma série de movimentos diversos, que reivindicam a produção jornalística mais independente e focada nos interesses coletivos⁸⁵.

⁸² Levantamentos indicam que mais de 3 bilhões de pessoas no mundo estão conectadas às redes sociais. Isso representa 40 por cento da população global. O Brasil lidera o ranking dos países da América Latina que mais acessam a internet e a tendência é de que os números cresçam ainda mais nas próximas décadas. Disponível em <https://olhardigital.com.br/noticia/40-da-populacao-mundial-esta-nas-redes-sociais-diz-estudo/70226>. Acesso: Dezembro 2017

⁸³ Levantamento da Fundação Getúlio Vargas indicava, no início de 2017, que até o fim daquele ano haveria um Brasil um smartphone para cada habitante. Disponível em <http://link.estadao.com.br/noticias/gadget,ate-o-fim-de-2017-brasil-tera-um-smartphone-por-habitante-diz-pesquisa-da-fgv,70001744407>

⁸⁴ A esse respeito, vale consultar Jürgen Habermas e J. B. Thompson, que mostram como houve a mudança da esfera pública com o surgimento dos meios de comunicação, em especial a imprensa.

⁸⁵ RODRIGUES, Cláudia e AGUIAR, Leonel. Narrativas jornalísticas e midiativismo: estudo de caso sobre as rotinas de produção do coletivo Mídia Ninja. Disponível em <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/632/312>. Acesso: Dezembro 2017

Este capítulo tem o objetivo de mapear a trajetória do ensino de jornalismo no Brasil, com o propósito de estabelecer correlações entre as tentativas e as ações que se efetivaram e o contexto político do país. Pretende-se, assim, evidenciar que se trata de uma história marcada por contínuas rupturas e modelos, inclusive, importados, sempre sob a justificativa de se atender às exigências de um país com a dimensão do Brasil e complexidades.

No que diz respeito à formação dos jornalistas, buscamos apresentar principais marcos dessa história. Para isso, recorreremos a diferentes autores, documentos e pesquisas, tendo como início as observações de Joseph Pulitzer e sua proposta implementada na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, tida como um dos modelos da formação acadêmica de quem se dedica à atividade. Leva-se em conta, ainda, as considerações que o autor fez a respeito da formação, não só pelo fato de os Estados Unidos terem influenciado boa parte das propostas de ensino no Brasil como também por Columbia ser considerado um centro de excelência na formação dos jornalistas até os dias de hoje.

O processo de constituição do curso no Brasil também é abordado, assim como a sua relação com a história da imprensa. Pretende-se, assim, contribuir para que se tenha a real dimensão do processo que cerca o ensino de jornalismo, passando pela análise do jornalismo como profissão, com *ethos* próprio e distinto.

2.1. O desafio de formar jornalistas

Eduardo Meditsch (2012) é taxativo ao afirmar que há mais de um século a sociedade brasileira vem sendo desafiada a respeito da formação dos jornalistas. O debate, que tem se tornado um assunto cada vez mais presente não só nos campi universitários, mas em toda a sociedade, pela visibilidade que os veículos, os jornalistas e os processos de produção da notícia alcançaram na sociedade digital, se expandiu a partir do processo de industrialização da imprensa, quando os jornais passaram a se organizar na forma de empresas, o que fez surgir também a demanda por profissionais mais qualificados.

O percurso do ensino de jornalismo é parte também da história das universidades no país e enfrenta também os mesmos dilemas. Atraso,

descontinuidade, interferências externas são apenas algumas das marcas dessa trajetória, impactada o tempo todo pelas transformações tecnológicas que resultam em mudanças efetivas nos modos de produzir e consumir notícias.

Outro fato mais recente que colocou o tema ainda mais em evidência foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de extinguir a exigência do diploma, numa decisão tomada por oito de nove ministros do Supremo Tribunal Federal, em 17 de junho de 2009⁸⁶. A desregulamentação da profissão, decidida pelo STF, 40 anos após o diploma passar a ser exigido para o exercício profissional, não alterou efetivamente o mercado de trabalho, uma vez que as empresas jornalísticas continuam contratando profissionais formados, mas trouxe desprestígio à carreira.

Por outro lado, observa-se também em período recente a implementação das novas diretrizes curriculares, a partir de 2016, resultado do trabalho de uma comissão de especialistas instituída pelo Ministério da Educação, pela Portaria MEC no. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Composta pelos professores José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira, a comissão elaborou uma profunda análise da formação ao longo dos tempos, fez consultas públicas e propôs a retomada de uma formação mais específica, com o fim do curso de Comunicação Social.⁸⁷

Tais ações, associadas às transformações do modo de produzir e consumir informação, inclusive com a onda das chamadas fake News, dá o tom do contexto que envolve a temática, sem que pareça haver um consenso a respeito da ênfase que se deve dar ao ensino teórico e ao prático, em análises que muitas vezes parecem tratar essas áreas como totalmente opostas e não complementares. E há também discussões efetivas sobre qual deve ser o perfil de professores (se devem ou não ter experiência prática ou formação mais teórica), além da duração do curso, disciplinas que devem compor o currículo, entre outros aspectos.

José Marques de Melo (2003) lembra que a convivência entre a universidade e o jornalismo já nasceu sob o signo do descompasso, quando Tobias

⁸⁶ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>

⁸⁷ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13063-pces039-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192

Peucer defendeu, na Alemanha, em 1690, sua tese de doutorado, a primeira do gênero. Isso porque o processo de produção de conhecimento, no âmbito universitário demandava, assim como hoje, um tempo distinto da rapidez com que a atividade jornalística é desenvolvida.

Por isso, o processo se deu de forma lenta, até que a notícia, no século XIX, passasse a ser consumida pela classe trabalhadora e não mais pela elite dominante. E foi assim que em 1908 surge nos Estados Unidos, na Universidade do Missouri, a primeira escola que tinha como propósito formar jornalistas profissionais. Justamente para compensar os tempos distintos da academia e da prática jornalística, seu fundador, Walter Williams, criou um jornal laboratório que funcionava seguindo os moldes das redações da época, visando permitir o aprendizado prático dos alunos e ao mesmo tempo fornecer notícias à comunidade local.

Enquanto isso, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, o empresário Joseph Pulitzer colocava em prática um outro método de formação de jornalistas especializados, contemplando pessoas já formadas em outras áreas, que recebiam o título de mestres em Jornalismo.

Melo (2003) ressalta que ao longo da história foram desenvolvidos programas permanentes de pesquisa, financiados inclusive por empresas jornalísticas. Dessa forma, a relação entre a acadêmica e as empresas foi se construindo, nem sempre de forma harmônica, inclusive pelo fato de as universidades buscarem autonomia e muitas vezes desenvolverem estudos críticos sobre os efeitos da mídia na sociedade. No Brasil, as primeiras tentativas ocorreram nas faculdades de Direito, onde eram oferecidas disciplinas sobre retórica verbal e argumentação jornalística, mas a maior parte dos profissionais era mesmo formada nas redações, no que o autor chama de “pedagogia do batente”, em que profissionais com mais experiência orientavam os novatos, chamados “focas”, nas tarefas que fazem parte do cotidiano da profissão, passando pela apuração das notícias, redação, diagramação dos impressos, entre outros.

A experiência, contudo, mostrava-se insatisfatória. Tanto assim que uma das metas perseguidas pelos profissionais e empresários reunidos no I Congresso Brasileiro de Jornalismo (Rio de Janeiro, 1918) foi a criação de uma escola de jornalismo, à semelhança do que existia na Europa e na América do Norte. (MELO, 2003, 174)

No entanto, tal pressão, que contava com a participação também da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) só resultou em medida governamental três décadas depois, quando o então Presidente Getúlio Vargas instituiu o ensino de jornalismo, que se tornaria realidade somente em 1947, como veremos mais adiante.

2.1.1. O bom jornalista nasce pronto?

O debate em torno da formação dos jornalistas é antigo. E marca a trajetória da atividade, com a divisão entre os que defendiam a existência de cursos universitários e os que consideravam que o bom jornalista já nasce pronto, não precisando, portanto, de formação acadêmica.

Por muito tempo, as propostas de criar cursos destinados à formação dos jornalistas, se eram apoiadas por alguns segmentos, eram também refutadas por diferentes críticos, incluindo os próprios jornalistas, sob o argumento de que um bom profissional já nascia com aptidões naturais, sem que tivesse que receber qualquer formação específica.

Ao contar a história da Universidade de Columbia⁸⁸, Joseph Pulitzer (2009) lembra que enfrentou muitos críticos e opositores quando desenvolveu e apresentou o projeto daquela que se transformou numa das mais importantes escolas de formação de jornalistas no mundo. E afirma, de forma categórica, que nunca conheceu um grande editor que tivesse nascido com todas as habilidades necessárias ao desempenho da função, chegando inclusive ao ponto de afirmar que a única posição que uma pessoa pode ocupar pelo simples fato de ter nascido é a de idiota.

Pulitzer não desconsiderava a importância da vocação e do talento, mas defendia o ensino como forma de aperfeiçoar ainda mais tais características e

⁸⁸ <https://www.columbia.edu/>

possibilitar que o profissional não se perdesse nas rotinas aceleradas e intensas das redações. Para ele, se o “faro” pela notícia pode vir do berço, outras qualidades podem ser desenvolvidas pela formação acadêmica, por treinamento e, também, por lições extraídas da prática, entre o que dá ou não certo. (PULITZER, 2012)

O *publisher*, que dá nome a um dos mais importantes prêmios do jornalismo do mundo, mesmo destacando a importância da prática, era refratário à ideia de que o jornalismo se aprende apenas com ela, nas redações, inclusive pelo fato de a rotina de produção de notícias ser acelerada e não deixar muito tempo livre para que o mais experiente ensine ao novato “as coisas que deveria saber antes de realizar o mais simples trabalho jornalístico”. (PULITZER, 2012, 16)

O jornalista utiliza muitas vezes da expressão escola para se referir à formação dos jornalistas e também não concordava com a ideia de que outros cursos poderiam dar conta de formar um jornalista. Isto porque, acreditava, muitas vezes o conteúdo e a forma não necessariamente dariam conta das necessidades da prática jornalística e de suas rotinas.

O jornalista ocupa uma posição singular. Sozinho, ele tem o privilégio de moldar a opinião, tocar os corações e apelar à razão de centenas de milhares de pessoas todos os dias. Esta é a mais fascinante de todas as profissões. Um soldado precisa esperar quarenta anos por sua oportunidade. A maioria dos advogados, dos médicos e dos sacerdotes morre na obscuridade, mas a cada dia se abrem novas portas para o jornalista que merece a confiança da comunidade e tem a capacidade de se comunicar com ela. (PULITZER, 2012, 20)

2.2.

A trajetória do jornalismo

Para José Marques de Melo (1994), a imprensa e o jornalismo surgem como resultado das exigências decorrentes as transformações econômicas, sociais e políticas das sociedades europeias, em decorrência das revoluções burguesas, que transformam a informação num bem social e indispensável a quem quisesse se situar no novo cenário.

As primeiras produções, dos avisos e das gazetas, no século XV, são escassas, mas se ampliam no século seguinte pela necessidade social por informação de quem viva nas cidades e, também, dos próprios governantes.

Com tiragens reduzidas, limitadas a cem ou no máximo 200 exemplares, os primeiros jornais passaram a circular de forma mais regular na Alemanha, em 1609. (KUNCZIK APUD BARSOTTI, 2014) Antes disso, observa Melo (1994), isso não ocorria por conta da censura prévia que se abatia sobre toda a Europa nos séculos XV e XVI, pelos estados nacionais e pelo poder da Igreja. Dessa forma, o considerado autêntico jornalismo, que ocorre por meio de processos regulares, contínuos e resultado da liberdade de informação, só vai se erguer com a ascensão da burguesia e o fim da censura.

A produção era rudimentar, sendo comum uma única pessoa desempenhar as diferentes funções necessárias à produção dos jornais impressos: apuração e redação da notícia, impressão e distribuição. Nessa fase, o jornalismo era considerado romântico, desenvolvido com ênfase nas discussões políticas e literárias. A partir das primeiras décadas do século XIX, começam a ocorrer significativas inovações tecnológicas nos modos de produção, que exigem investimentos dos proprietários dos jornais, que passam a se transformar em empresas capitalistas, fazendo surgir, mais adiante, a fase de profissionalização, com a atividade sendo desempenhada em tempo integral. (BARSOTTI, 2014)

Michael Schudson (2010) observa que a notícia foi inventada em 1830, enquanto o repórter é uma invenção social de 1880 e 1890.

Os primeiros jornais haviam sido equipes de um homem só: um único indivíduo atuava como impressor, agente de publicidade, editor e repórter. Os “correspondentes”, nos jornais do século XVIII e início do século XIX, eram geralmente viajantes ou amigos do editor em portos estrangeiros, que enviavam correspondências para os periódicos de suas cidades-natal. No curso do século XIX, os editores passaram a confiar menos nessas fontes informais de notícias e mais nos escritores *freelances* e repórteres contratados, que eram pagos para escrever. Os *penny press* foram os primeiros a empregar os repórteres para as notícias locais. (SCHUDSON, 2010, 81)

Em 1890, os repórteres se viam como cientistas capazes de analisar e propalar fatos políticos e econômicos, de uma forma “realista”. A formação se dava por treinamento em uma disciplina científica ou pelo compartilhamento da admiração popular pela ciência.

A complexidade do jornalismo é ressaltada por Nelson Traquina (2005), ao destacar que não há resposta possível à pergunta “O que é o jornalismo?”. O

autor observa que essa resposta não cabe num livro e muito menos numa frase. E passa a tecer uma série de considerações que nos levam próximos a algumas das muitas, e menos complexas, definições do jornalismo.

Poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de mortes, tal como o nascimento do primeiro filho de uma cantora famosa ou a morte de um sociólogo conhecido mundialmente. É a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. (...) Os jornalistas responderiam prontamente, como define a ideologia profissional desta comunidade, que o jornalismo é a realidade. Há verdade nesta afirmação. Existe um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor /ouvinte /telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. (TRAQUINA, 2005, 19 e 20)

E prossegue também lembrando que o desejo por informações faz parte da vida cotidiana, como forma de se sentir inserido socialmente, inclusive pela disponibilidade de temáticas a serem abordadas. Por isso, ele também considera que o “o jornalismo é um conjunto de “estórias”, “estórias da vida”, “estórias das estrelas”, “estórias` de triunfo e tragédia”. (TRAQUINA, 2005, 21)

Pode-se afirmar, assim, que o jornalismo vai muito além da perspectiva de ser reduzido ao domínio técnico de linguagens e formatos e que “os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais”. (TRAQUINA, 2005, 22)

Ao recuperar a história da imprensa, Traquina (2005) estabelece a relação intrínseca entre o jornalismo, a democracia e as transformações sociais que fizeram por emergir a necessidade de informação no lugar da propaganda, fazendo com que fosse constituído um novo grupo social, o dos jornalistas, que passa a reivindicar um novo monopólio de saber, relacionado ao que é a notícia. E isso traz a reboque a comercialização do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas. “Vários fatores contribuíram para fazer do século XIX a “época de ouro” da imprensa: 1) a evolução do sistema econômico; 2) os avanços tecnológicos; 3) fatores sociais; e 4) a evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo à democracia”, afirma, utilizando Leonor O’Boyle (1968) como fonte.

Alzira Alves Abreu (2003) lembra que o Brasil colonial não tinha universidades e a atividade jornalística era também proibida, assim como ocorria na África e na Ásia. Isso só mudou com a chegada da Família Real, em função da necessidade de imprimir os atos do governo e de divulgar notícias de interesse da Coroa.

Ela atribui o início do jornalismo a Hipólito da Costa, que criou o *Correio Braziliense*⁸⁹, produzido em Londres. A vinda da Família Real fez surgir a Imprensa Régia, que passou a editar, no mesmo ano, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que seguia o modelo da *Gazeta de Lisboa*, editado em Portugal, e funcionava como uma espécie de órgão oficial do governo. (LUSTOSA, 2003)

Vale observar que a decisão de lançar um jornal sobre o Brasil em Londres foi resultado do fato de Hipólito da Costa, um brasileiro nascido no Uruguai, ter fugido de Portugal, onde esteve preso pelo Santo Ofício. A proposta era mostrar as transformações pelas quais o Brasil Colônia passava com a chegada da Família Real, na expectativa de que o progresso finalmente chegasse por aqui.

A forma que Hipólito achou para trabalhar pela mudança foi a palavra impressa e livre de censuras, tal como ele via ser a prática no país que o acolhera. A Inglaterra era um país livre, onde a monarquia constitucional era um fato; onde o Parlamento realmente funcionava e limitava o poder do rei; onde havia uma imprensa livre. (LUSTOSA, 2003, 14)

O jornal, no formato de um livro, tinha cerca de cem páginas esse dividia em diversas seções, destinadas a temas como política, comércio, artes, literatura. Havia uma seção chamada “Miscelânea”, em que Hipólito falava sobre as novidades do mês, fazendo comentários e observações críticas sobre o governo que se instalara no país, inclusive defendendo a independência.

Há muita controvérsia sobre o papel que o *Correio Braziliense* teve na história do Brasil Colônia até a independência e mesmo sobre o fato de ser Hipólito da Costa o primeiro jornalista. Alguns autores consideravam que o intuito era justamente clamar pelo desenvolvimento do país e sua transformação

⁸⁹ Isabel Lustosa explica que o jornal foi chamado de *Correio Braziliense* “porque, naquele começo do século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasilianos aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria”. (LUSTOSA, 2003, 14)

numa nação livre e organizada, a exemplo do que Hipólito conhecera nos Estados Unidos e na Inglaterra. Outros consideram que o interesse era apenas fazer uma crítica ao governo português em solo brasileiro. Qual fosse a intenção do autor, o jornal circulou de forma clandestina até ser extinto em 1822.

Já a *Gazeta*, que publicava os decretos e ações da família real, foi o primeiro jornal impresso no Brasil. Era uma espécie de diário do governo português.

(...) seguindo os moldes de sua irmã, *Gazeta de Lisboa*, era uma espécie de folha oficial onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com a família real. Publicava também um noticiário internacional, mas este era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia de forma que nada que lembrasse liberalismo ou revolução alcançasse as vistas sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa. Até 1821, quando os sucessos da revolução portuguesa começaram a ter consequências sobre o Brasil, a única folha impressa a que o público do Rio de Janeiro tinha acesso era a tediosa *Gazeta*. (LUSTOSA, 2003, 20)

No que diz respeito ao fundador do jornalismo brasileiro, José Marques de Melo (2003) lembra que por mais de meio século se considerou que o título cabia a Frei Tibúrcio José da Rocha, pela primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. E há ainda Tavares Bastos, publicista, que militou na imprensa no Segundo Reinado e é apontado por Costa Rego, primeiro professor de jornalismo do Brasil, como o primeiro jornalista brasileiro de fato.

Controvérsias a parte, retomando Alzira Abreu (2002), vale ressaltar que só após a partida de d. João VI para Portugal, quando o país começou a entrar em ebulição, é que surgiram os primeiros jornais independentes no Rio. Era o ano de 1821. Mas embora algumas publicações defendessem o liberalismo econômico, seus donos eram conservadores sobre as questões políticas.

E mesmo com a independência, muitos jornais foram fechados e seus editores impedidos de continuar no país. A situação não mudou muito nos anos seguintes. A imprensa até os anos 1950 vivia à custa de anúncios do Estado, numa relação total de dependência, além de classificados e alguma publicidade do comércio.

(...) no segundo governo Vargas I(1950-1954), que o processo de industrialização do país se tornou mais viável e, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Com a maior diversificação da atividade produtiva trazida pela indústria, começaram os investimentos de peso em propaganda e surgiram as primeiras grandes agências de publicidade. (...) Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios. (ABREU, 2002, 9)

Os anos 1950 marcam ainda um significativo processo de modernização, com os jornais inclusive tornando-se empresas de caráter comercial. A modernização envolveu, entre outros avanços, um novo modelo de gestão e também de diagramação, atribuída ao jornal *Última Hora*, criado em 1951 por Samuel Weiner; o uso do *lead*, primeiro parágrafo da notícia, onde devem ser respondidas as perguntas o quê, quem, quando, onde e porquê, e uso de equipe de copidesque, responsável pela reescrita e revisão das edições, pelo *Diário Carioca*, também em 1951, baseado no modelo americano; criação de suplementos nas edições dominicais, da divisão do conteúdo em editorias, além do uso de fotografia na primeira página, no *Jornal do Brasil*, em 1956.

O regime militar, que toma conta do país a partir de 31 de março de 1964, é outro período de transformações do jornalismo. Primeiro, o golpe recebe forte apoio de diversas empresas jornalísticas, em especial os veículos de maior prestígio e circulação:

A maioria dos proprietários de jornal encampava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN, o partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição do presidente João Goulart. Udenista era a família Mesquita, proprietária de *O Estado de S. Paulo*, assim como Roberto Marinho, dono de *O Globo*. Herbert Levy, proprietário da *Gazeta Mercantil*, jornal que ganharia importância nos anos 70, tinha sido um dos fundadores da UDN em 1945 e foi um dos articuladores do movimento golpista em 1964. (ABREU, 2002, 13)

A censura é outra marca efetiva da ditadura que se instaurou no país, assim como ocorreu no período do Brasil Colônia e na era Vargas. Nos anos de regime militar, diversos jornais vão desaparecer por serem contrários ao regime. Como conta Abreu (2002), dos 22 jornais diários e comerciais que existiam em 1950, restaram em 1960 apenas 16 e na década seguinte, somente sete. Em contrapartida, os que apoiam o governo conseguem financiamentos a fundo perdido e se transformam em grandes oligopólios, amealhando títulos de jornais, emissoras de rádio e TV. Por outro lado, também é nesse período que a chamada

imprensa alternativa, que combatia o regime, vai alcançar as maiores tiragens, como é o caso de *O Pasquim*, que chega a cem mil exemplares.

A liberdade só foi resgatada com a promulgação da Constituição de 1988, fase marcada, segundo Abreu (2002) pela aplicação de estudos mercadológicos e medidas estratégicas, que transformaram os leitores, ouvintes e espectadores em clientes. Mas isso não significa necessariamente que as relações com o poder foram eliminadas.

A partir das características desse público, de suas expectativas, de seus gostos e valores, passou-se a definir o conteúdo, a linguagem e a apresentação daquilo que lhe era oferecido. Não foi só o público que passou a influenciar diretamente sobre os meios de comunicação. Também as empresas de publicidade procuraram induzir as empresas jornalísticas a se tornar meios mais atraentes e sedutores de divulgação para os produtos anunciados. (...) Criou-se, portanto, uma relação estreita entre as exigências mercadológicas e as redações. (ABREU, 2002, 29)

Essa proximidade com o mercado, observa Alzira Abreu (2002) alterou a produção dos textos, que passaram a ser mais curtos, com ênfase nas imagens e fez surgir as colunas de notas curtas. Além disso, passou-se a dar mais importância aos leitores, ouvintes e telespectadores no processo de decisão pelas notícias.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a partir da década de 1950, o jornalismo brasileiro passa a sofrer influência dos Estados Unidos, rompendo, assim, com o padrão francês que perdurara até então. O modelo norte-americano, trazido para o Brasil por Danton Jobim e Pompeu de Souza, focava a informação e a notícia e separava o conteúdo opinativo.

Além das reformas descritas anteriormente, ocorreram inovações na cobertura jornalística⁹⁰, com mudanças também na linguagem, e a adoção dos manuais de redação⁹¹ e do próprio foco do jornalismo.

⁹⁰ O Jornal *Última Hora*, criado em 1951, é um dos grandes inovadores em termos de apresentação gráfica e modelo de gestão, com Samuel Weiner a frente das mudanças. (ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa (1970-2000), Editora Zahar, 2002) e WEINER, Samuel. Minha razão de viver.

⁹¹ Nilson Lage lembra, em suas Apostilas de Jornalismo, que: "No caso específico do Diário Carioca, a reforma editorial, conduzida por Danton Jobim e Pompeu de Souza na década de 50, consistiu não apenas da introdução da técnica do lead, mas também de uma série de inovações que correspondiam à modernização do idioma escrito. O Diário incorporou formas de escrever -

Sem dúvida, a imprensa brasileira, na década de 50, foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como característica o grande espaço para o *fait divers*, para a crônica e para a publicação de folhetins. (...) Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e do dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. (ABREU, 1996, 15)

2.3. A formação acadêmica depois da prática

Aqui e em todo o mundo, os cursos de formação para jornalistas vão surgir bem depois da prática de produzir jornais ter sido iniciada. No Brasil, os primeiros cursos só vão ser implementados na década de 1940, evidenciando o que Vera França (2010) chama de dinâmica invertida. Isto porque, assim como ocorre em outros campos da comunicação, como cinema, publicidade, os cursos só surgiram mais de cem anos depois do primeiro jornal entrar em circulação.

E isso gera importantes consequências para o campo da comunicação e do jornalismo, impactados pelos modos de fazer que vão determinar em boa medida a orientação da formação dos seus futuros profissionais. O espaço acadêmico é marcado pelo pragmatismo, com cursos com ênfase mais profissionalizante, especialmente no caso do jornalismo. Além disso, as pesquisas costumam ter demandas mais instrumentais, sendo pautadas, em boa medida, pela solução de problemas. Outra questão a ser considerada seria a falta de distanciamento da realidade, assim como o imediatismo com que as pesquisas passaram a se desenvolver.

Há que se considerar ainda a extensão e a diversidade de atividades possíveis na carreira, tanto para quem opta por atuar nas redações quanto nas possibilidades cada vez maiores de trabalhos fora das redações (caso de assessorias de comunicação, de imprensa, etc.). Isso sem falar na diversidade de veículos, bem como na mobilidade do objeto, muitas vezes determinada pelo

escolhas léxicas e gramaticais - difundidas a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 por autores que objetivavam aproximar o texto literário da fala brasileira. Por exemplo: dizer que alguém mora "na rua X" e não "à rua X", limitar o tratamento cerimonioso, eliminar do texto palavras em desuso (como *edil* ou *alcaide*) e formas gramaticais em extinção no idioma, como as mesóclises, os *realizar-se-á*, os *far-se-ia* ou os *da-me-lo-iam*". Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia1_b.htm

modismo. Hoje, por exemplo, há uma forte ênfase em estudos sobre o jornalismo na sua versão digital sem que tenham sido esgotados os estudos sobre os meios mais tradicionais.

No caso da comunicação, componente básico da vida social, experiência permanente do homem, o aprendizado começa com os primeiros dias de vida. Aprendemos as formas comunicativas de nossa cultura, aprendemos a nos comunicar, reconhecemos os modelos comunicativos com os quais nos defrontamos. A exposição e o uso permanente dos meios de comunicação fazem deles, de seus conteúdos, do seu desempenho dos personagens que os habitam; dominamos em certa medida, seu funcionamento, dirigimos-lhes críticas. Trata-se aí de um conhecimento vivo, intuitivo, espontâneo – e que apresenta uma grande riqueza em função de seu enraizamento no terreno da experiência e sua sintonia com nosso viver cotidiano, com as indagações, problemas e desejos que povoam a vida do dia a dia. (FRANÇA, 2010, 44)

Recorrendo a José Marques de Melo (2003), é possível observar que o processo de formação de profissionais na América Latina se desenvolve de forma paralela à industrialização. E apesar do atraso, o Brasil é um dos primeiros países da região, com a Argentina, a desenvolver programas destinados a formar os jornalistas. Ou pelo menos tentativas. Aqui, o modelo inicial de inspiração, segundo o autor, teria sido o europeu, enquanto os argentinos optam pela lógica norte-americana. O autor ressalta tentativas dos dois países de nacionalizar a formação, muitas vezes sufocadas pela burocracia que muitas vezes emperra o processo de mudanças nas universidades.

Fernanda Lima Lopes (2013), no entanto, ressalta a influência aqui no Brasil desde o início do modelo de ensino importado dos Estados Unidos.

As primeiras discussões sobre a formação de jornalistas brasileiros ocorreram em 1908, no momento da criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mas a proposta não chegou a se concretizar. A entidade prosseguiu mobilizada na defesa da formação e em 1917 Raul Pederneiras⁹² elaborou a primeira proposta curricular para a Escola de Jornalismo. O modelo de inspiração era o norte-americano e o currículo composto por 31 disciplinas das mais variadas, inclusive de outros campos de conhecimento, como História Natural,

⁹² Formado em direito, foi caricaturista, chargista, escritor e dramaturgo, entre outras atividades. Destacou-se por integrar um trio de gênios do humor, que se manifestavam com as charges e caricaturas. Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/humor/raul-pederneiras-9042331>

Química, Física, Escrituração Mercantil, entre outras. A proposta também não chegou a ser implantada. (LOPES, 2013)

Em 1918, uma proposta veio novamente à tona no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, organizado pela ABI.

O I Congresso Brasileiro de Jornalistas é considerado o movimento mais emblemático no alvorecer da ideia de se construir uma escola de jornalismo no Brasil, pois sistematizou algumas ideias que já vinham se articulando. Segismundo (1988) registra que as discussões do I Congresso foram organizadas de acordo com as seguintes comissões temáticas: identidade profissional e escola de jornalismo, profissão de jornalismo, ação da imprensa, liberdade de imprensa, história do jornalismo, assuntos diversos. (LOPES, 2012, 55)

Nos registros feitos sobre o congresso havia a defesa da implantação de uma escola com o propósito de aproximar os jornalistas, “elevar o nível moral da profissão”, “manter rigorosa ética jornalística”, bem como “cuidar esclarecidamente dos problemas da imprensa”. (LOPES, 2012, 55) A formação deveria ser feita em cinco anos e caberia à própria ABI fiscalizar a ênfase na prática.

Em 1935, uma nova iniciativa surge no Rio de Janeiro, que previa a criação da Universidade do Distrito Federal, onde funcionaria uma escola de jornalismo. A universidade deveria ser autônoma, sem vínculos com o governo, e surge a partir de decreto do prefeito Pedro Ernesto. Anísio Teixeira foi convidado para ser o reitor e elaborar o projeto, ficando a formulação do curso de jornalismo a cargo do então editor do jornal *Correio da Manhã*, Costa Rego.

Na proposta formulada para a UDF, a ideia não era de implantar uma escola profissional para formar jornalistas, “mas um curso universitário destinado a refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa”. (LOPES, 2015, 58) Pretendia-se, assim, estabelecer uma relação entre o jornalismo e a publicidade.

O curso, no entanto, não chegou a vingar, pois o projeto da universidade foi descontinuado em 1939, no Governo Vargas. Mas é possível observar as correntes que existem em torno do ideal de formação dos jornalistas, numa clara divisão entre os que comungavam com o padrão europeu, especialmente francês

de fazer jornalismo, mais vinculado à opinião, e os que consideravam o modelo americano mais atual e adequado, com a ênfase na informação.

Ainda segundo Fernanda Lopes, as primeiras iniciativas legais para criar a escola de jornalismo ocorreram em 1938, com o Decreto-Lei 910, que “chegou a exigir a posse do diploma para o exercício profissional de jornalismo”. (LOPES, 2012, 58) Por falta de apoio, inclusive dos donos de veículos de comunicação, a exigência não foi implementada.

Em relação à legislação sobre ensino, 1938 também é um ano significativo. O Decreto-Lei 421, de 11 de maio, definiu que todo curso superior no país, privado ou público, só poderia iniciar suas atividades com autorização do governo federal e, para continuar a funcionar, deveria obter seu reconhecimento no Ministério da Educação (MEC). A autorização e o reconhecimento, portanto, ficavam a cargo dos critérios do MEC, embora a organização curricular fosse prerrogativa da universidade. Apenas anos mais tarde o governo irá estipular currículos mínimos (...). (LOPES, 2012, 58 E 29)

O decreto de 1938 determinou a criação de escolas de jornalismo e estabeleceu a obrigatoriedade de registro profissional no Ministério do Trabalho, além de estabelecer jornada de trabalho de cinco horas, descanso semanal e benefícios previdenciários, entre outros. O curso deveria ser criado em cooperação com a ABI e sindicatos que representassem a categoria. Esse aspecto será discutido no próximo capítulo sob a lógica da constituição da profissão.

Para Fernanda Lopes (2012), a proximidade do curso com a ABI e os sindicatos revela a vinculação do então presidente Getúlio Vargas com o sindicalismo e é também um reconhecimento à mobilização dessas organizações, em especial a associação, prestigiada por diferentes instâncias de poder.

Eduardo Meditsch (2012), por sua vez, recorre a José Marques de Mello (1977) para lembrar que assim como ocorreu com o surgimento da primeira universidade no Brasil – em virtude da decisão de conceder um título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica, em 1923, como visto no capítulo 1 – os cursos de jornalismo surgem do lobby de jornalistas que atuavam como redatores do serviço público do governo Vargas.

O ensino de Jornalismo foi implantado no Brasil como resultado do lobby de jornalistas-redatores do serviço público, junto à ditadura a que serviam, com o objetivo de melhorar seus salários obtendo um título de nível superior. Graças a

influência desses profissionais no governo. O este era o tempo do Departamento de Imprensa e Propaganda, um dos pilares do Estado Novo de Getúlio Vargas – foram criados os primeiros cursos regulamentados no eixo Rio-São Paulo, na década de 1940. (MEDITSCH, 2012, 50)

Meditsch também destaca o I Congresso Brasileiro de Jornalistas em 1918 como um marco desse processo. Reitera que a proposta previa um programa predominantemente prático, mas destaca a utilização de um jornal laboratório, que seria produzido pelos estudantes, com o propósito de poderem não só conhecer, mas desenvolverem na prática todas as etapas que envolvem o trabalho jornalístico. Esse modelo vai inspirar a proposta da Faculdade Cásper Líbero, que acaba tendo o mérito de criar, efetivamente, o primeiro curso, em 1947.

A história da Cásper Líbero está registrada no site da fundação de mesmo nome⁹³, que lembra que a primeira escola superior de Jornalismo no Brasil foi criada em 16 de maio de 1947, quando o jornal *A Gazeta*, de propriedade do empresário Cásper Líbero e usado como espaço de prática dos estudantes completava 41 anos. O site ressalta que a criação atende a parte do testamento do empresário.

No testamento, o jornalista delineou o que pretendia para aquela que nasce como “Escola de Jornalismo Cásper Líbero”, no seguinte trecho: “b) – o objetivo cultural de criar e manter uma escola de jornalistas e ensinamento de humanidades, particularmente português, prosa, estilo, literatura, eloquência, história e filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior.”⁹⁴

A faculdade, que depois passou a oferecer cursos de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Rádio e TV, ressalta que sua preocupação, em todos os seus 70 anos de existência complementados em 2017, é de “fazer com que a capacitação técnica dos alunos seja complementada por uma formação ética e humanística de excelência – absolutamente necessária para qualquer atividade no mundo da comunicação”. E prossegue reiterando o compromisso oferecer aos alunos um “embasamento sociocultural”.⁹⁵

Fernanda Lopes (2012) ressalta que a faculdade foi implementada por meio de convênio com a PUC-SP e tinha o corpo docente formado por professores

⁹³ <http://fcl.com.br/faculdade/>

⁹⁴ Idem

⁹⁵ idem

de diferentes áreas, como direito, filosofia, ciências e letras, além de jornalistas. Ela recupera um depoimento do jornalista José Hamilton Ribeiro, ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, para lembrar que muitos profissionais que já atuavam na imprensa se matricularam no curso, mas não ficaram satisfeitos com o modelo de ensino. A discordância estava no ritmo das aulas, muitas vezes consideradas distantes “do mundo agitado do jornalismo”. Hamilton fez parte de um grupo de alunos que fez greve com o propósito de pressionar a instituição a mudar o curso e acabou expulso. (LOPES, 2012, 64)

Parcerias com empresas de comunicação são um dos pontos destacados pela faculdade, que tem três mil alunos e 124 professores.⁹⁶ E é também o ponto destacado por Marques de Melo (2003), para quem a iniciativa de criação do curso vinculada a uma empresa jornalística de grande poder na época, o jornal *A Gazeta*, foi fundamental por assegurar o acesso dos primeiros alunos ao mercado de trabalho. A redação, inclusive, funcionava como laboratório para a prática dos estudantes.

O segundo curso a surgir no cenário brasileiro foi o da Faculdade Nacional de Filosofia, que pertencia à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. O curso tinha duração de três anos, sendo os dois primeiros de estudo básico e mais um ano de especialização, com disciplinas de caráter técnico.

De acordo com Eduardo Meditsch (2012) os cursos até a década de 1960 foram criados para possibilitar que os jornalistas-redatores ascendessem em suas carreiras e só secundariamente para oferecer mão-de-obra especializada às empresas jornalísticas, que ainda viviam na fase pré-capitalista.

(...) estes cursos confirmam uma tendência beletриста (ou “clássico-humanista”, conforme a Abepec classificava na época) que já havia sido ensaiada na abortada experiência na Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira, na década de 1930, e que havia morrido com esta Universidade. Esta tendência dominaria o ensino de Jornalismo no país até a década de 1960. Vinculados às faculdades de filosofia, os cursos de Jornalismo eram compostos quase que exclusivamente por disciplinas da área de humanidades, com a hegemonia de uma visão literária, ético-jurídica e romântica da profissão, que encontrava eco na tradição europeia da Universidade brasileira, na sua dependência cultural e na absoluta falta de equipamentos para ministrar outro tipo de ensino. (MEDITSCH, 2012, 50 e 51)

⁹⁶ Dados fornecidos pelo site oficial da instituição <http://fcl.com.br/faculdade/>

E assim surgiram outros cursos, como da Universidade Federal da Bahia, em 1950, e da PUC-Rio, em 1951.

Outro momento importante dessa trajetória é o da implantação do primeiro currículo mínimo, em 1962, decorrente da criação do Conselho Federal de Educação. Meditsch critica a interferência da Unesco no ensino de Jornalismo no Brasil e em outros países à época chamados de terceiro mundo. Isto porque a entidade, dominada na época pelos Estados Unidos, defendia o controle sobre a formação dos jornalistas, alertando que o “Jornalismo podia agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos, ou atenuá-los até o ponto de extingui-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos”. (KELLY apud MEDITSCH, 2012, 53).

O ponto central dessa ação da Unesco foi a criação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (Ciespal), com sede no Equador, e que vai desenvolver uma série de cursos para “modernizar” os sistemas educacionais da América Latina.

Na Conferência de Punta Del Leste, realizada naquele ano, é traçado um programa de “modernização” dos sistemas educacionais do continente, que receita um controle centralizado, prioridade ao ensino técnico e profissional, tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e despolitização das relações educacionais. Articulado a esta política, de 1960 a 1964, o Ciespal já havia formado mais de 200 professores e diretores de escolas, além de jornalistas profissionais, em seus Cursos Internacionais de Aperfeiçoamento em Ciências da Informação Coletiva. (IANNI E MELO APUD MEDITSCH, 2012, 53)

Celso Kelly, que ocupou diferentes funções, inclusive a presidência da ABI, é um dos que recebeu a formação do Ciespal e acaba sendo responsável pelo segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo, em 1966, em pleno regime militar e que vai ser marcar a tecnificação do ensino, que sai da fase beletриста e entra na positivista. Baseada fortemente na tradição norte-americana, esse modelo vai se caracterizar pela visão funcional-empiricista da Comunicação, acaba com a formação específica em jornalismo e faz surgir a ideia do profissional polivalente, capaz de atuar em todos os meios de comunicação. Instituiu-se o curso de Comunicação Social.

A submissão ao controle do Ciespal sobre este intercâmbio é explicitada nos documentos da época. O seminário do Rio de Janeiro de 1965 pede novos

encontros “sob a supervisão imediata da Ciespal”, e encarrega a entidade da unificação da linguagem acadêmica e da regulamentação profissional do Jornalismo. Em 1970, o encontro das escolas de Comunicação em Salvador, embora se rebelde contra a formação polivalente, defende a pesquisa para a melhoria da Comunicação coletiva “como propõe o Prof. Carlos Manilha, presidente do Conselho do Ciespal”. Em 1972, a IV Semana de Estudos de Jornalismo, realizada em São Paulo, cita o Ciespal diversas vezes em seu relatório e solicita que “ao nível de atualização dos conteúdos de aprendizagem” o Ciespal atue “mais intensivamente, no sentido de patrocinar encontros ou cursos de aperfeiçoamento científico”. (MELO APUD MEDITSCH, 2012, 57)

Esse currículo, implantado em 1969, além de ser feito por um brasileiro formado pelo Ciespal, teve o acompanhamento de técnicos norte-americanos, com o claro propósito de “articular a Universidade ao sistema econômico e evitar a sua politização”. (LINS DA SILVA APUD MEDITSCH, 2012, 57) O autor considera que a ação, iniciada numa conferência realizada pela Unesco em Paris em 1948, teve preocupação claramente política e se implanta nos países latino-americanos justamente após a Revolução Cubana, numa clara tentativa de evitar que por aqui ocorra algo parecido.

Já Marques de Melo (2003) considera que a ação da Unesco se caracteriza como modernizadora e multiplicadora, destinada a difundir novos conceitos e ações no campo da comunicação, incluindo o desenvolvimento da pesquisa. Mas erra ao adotar um modelo de currículo que não leva em conta as diferenças culturais e econômicas da região, entre outros fatores. Por isso, considera o resultado danoso e responsável pela criação de “guetos “comunicológicos” dentro das universidades”, que não trouxeram as soluções esperadas quando os países da região superaram os regimes autoritários, além de distanciar os cursos do mercado e das demandas da sociedade.

É compreensível que muitos desses comunicólogos se tenham convertido em profetas do caos e estejam refugiados hoje nos cursos de pós-graduação, buscando influenciar (sem muito êxito) as novas gerações, querendo conquistar a adesão de teses ultrapassadas. É por isso também que as tentativas de criação de mestrados profissionalizantes encontram resistência nas universidades de vários países. (MELO, 2003, 165)

Para Meditsch (2012), trata-se de uma modernização conservadora e que resultou no fim da orientação teórica da formação dos jornalistas, baseada na premissa clássico-humanística, considerada não científica pelo Ciespal, que adota disciplinas valorizadas pelo funcionalismo americano.

O Ciespal não se limitava a propor a criação de um novo tipo de profissional: propunha a extinção e a substituição das profissões previamente existentes. A política do Centro influenciou a regulamentação profissional em diversos países e conseguiu unificar a linguagem acadêmica da área em todo o continente, com a boa desculpa de "facilitar o intercâmbio". Em 1964, o Centro já havia formado em seus cursos mais de duzentos professores e diretores de escolas, e os resultados não tardaram a aparecer. Conforme relatório do professor americano Raymond Nixon, em 1970 um terço das escolas do continente haviam trocado a denominação "de jornalismo" por "de comunicação" ou equivalente. Em 1980, este número estava próximo de 85%.⁹⁷

Vale observar uma ação que fugiu dessa predominância da ação do Ciespal, ainda que enfatizando a prática, foi o projeto de Pompeu de Souza na Universidade de Brasília (UnB), destinado a criar a Faculdade de Comunicação de Massas, considerado bem avançado e inspirado em um modelo norte-americano. Mas foi interrompido pelo governo militar em 1965. A Universidade já contava com o curso de Jornalismo

O site da UnB⁹⁸ conta a história da faculdade, em um texto do professor Luiz Braga, ex-diretor. Explica que o curso de Comunicação se confunde com a história da Universidade e também os dramas que a instituição enfrentou em virtude do governo militar, em 1964.

Nesse momento já existia um curso de Jornalismo em funcionamento, o embrião de da Faculdade de Comunicação de Massa. O projeto da Faculdade de Comunicação era inovador para a época. Quando a maioria das instituições de ensino oferecia habilitação em Jornalismo, o projeto de Pompeu de Sousa previa uma Faculdade composta por três escolas: uma Escola de Jornalismo, uma Escola de Publicidade e Propaganda, e uma de TV, Rádio e Cinema. Funcionando em íntima associação com a Faculdade, embora independente dela, seria criado um Centro de Teledifusão Educativa da Universidade de Brasília – CETUnB – para práticas de laboratório da Faculdade. Era intenção desenvolver o estudo não apenas sobre as práticas consagradas pelos meios e atividades de comunicação existentes, mas também a pesquisa de fórmulas novas e criativas de comunicação. A proposta consistia em oferecer uma formação humanística e científica interdisciplinar. Esse projeto foi interrompido com as mudanças que aconteceram na UnB em 1964. Seguiu-se um período crítico, marcado pelo medo, ameaças, perseguições e prisões de alunos e demissões de professores.⁹⁹

A Faculdade de Comunicação, segundo o site, chegou a ser implantada, mas sem a expressão “de Massa”. “O estatuto da nova Faculdade estabelecia

⁹⁷ MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>

⁹⁸ <http://fac.unb.br/historia/>

⁹⁹ Idem

genericamente como seus objetivos formar profissionais, docentes e pesquisadores, e incrementar a pesquisa no campo da Comunicação”. Mas não havia liberdade e os parâmetros vigentes eram conservadores. Além disso, a faculdade deixa de existir e o curso passa a ser atrelado a um departamento, vinculado à Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – que também oferecia os cursos de Direito, Administração e Biblioteconomia.¹⁰⁰

Mesmo assim, o professor lembra que houve avanços, como aquisição de equipamentos e material e expansão do corpo docente, além da implantação, em 1974, do programa de mestrado e a realização, em 1975, I Seminário Latino-Americano de Comunicação, sobre “Comunicação a Desenvolvimento”. Em 1989, período de redemocratização, o Conselho Universitário aprova a criação, novamente da Faculdade de Comunicação.

A proposta preservava a estrutura básica de uma Faculdade na UnB, com seus órgãos executivos e deliberativos, porém adaptada às condições peculiares da Comunicação. A Faculdade surge com estrutura bi-departamental: Departamento de Jornalismo e Departamento de Audiovisuais e Publicidade. Além disso, o projeto aprovado previa uma administração descentralizada, através das diversas instâncias como as Coordenações da Graduação, Pós-graduação e Extensão; Chefias de Departamentos; Sistemas de Laboratórios. A criação da Faculdade de Comunicação teve efeito catalisador sobre as energias de professores, funcionários e estudantes. Nos anos seguintes começaram as discussões sobre reforma curricular que culminaram com a proposta implantada em 1993. Posteriormente os currículos foram reformulados em 2003 e revistos em 2008, vigorando até o momento.¹⁰¹

Um depoimento de Pompeu de Souza¹⁰² apresenta a estrutura pensada para a Faculdade de Comunicação de Massa, que não chegou a existir do jeito que foi proposta originalmente:

A estrutura definitiva da Faculdade de Comunicação de Massa compor-se-ia de três escolas: uma Escola de Jornalismo, uma Escola de Publicidade e Propaganda, e uma de TV, Rádio e Cinema. A divisão do trabalho acadêmico entre as três unidades não se basearia na diversidade dos meios e veículos, pois estes seriam sempre os mesmos em quaisquer delas: o jornal, a revista, o rádio, a TV e o cinema, essencialmente. Além disso, nós tínhamos o projeto de implantação de uma unidade complementar denominada “Centro de Teledifusão da Universidade de Brasília”, com o caráter de instituição autárquica para que pudesse atender a plenitude de seus ambiciosos propósitos. O Centro deveria editar um jornal diário, do qual pretendíamos tirar edições simultâneas em Brasília, São Paulo e

¹⁰⁰ <http://fac.unb.br/historia/>

¹⁰¹ idem

¹⁰² <http://fac.unb.br/historia/>

Rio e, talvez mais tarde, em outras capitais; editar igualmente uma revista de informação interpretada – gênero que só surgiria no Brasil alguns anos depois; criar e manter uma agência de publicidade e propaganda; criar e manter uma estação de rádio, uma estação de TV, e uma produtora cinematográfica. Estes vários veículos seriam utilizados, academicamente, no que chamávamos de ‘laboratório-verdade’, em que a formação profissional dos estudantes não seria à base de laboratório de faz-de-conta, mas no próprio exercício profissional, sob a supervisão e responsabilidade de execução dos professores.¹⁰³

O mesmo regime militar que proibiu o funcionamento da Faculdade de Comunicação de Massa passou a exigir que os jornalistas tivessem diploma para atuar e implantou os primeiros currículos mínimos. Podemos considerar essa uma clara tentativa de controlar a formação desses profissionais no país, associada a uma série de leis restritivas ao exercício da liberdade de imprensa. Essa marca, no entanto, não é exclusiva da ditadura militar e faz parte da história da imprensa brasileira, que se inicia com atraso e marcada pelo signo da censura, que vai se repetir ainda no Governo Vargas.

O decreto-lei 972 de 1969 delimitava o exercício da profissão, estabelecendo em que áreas o jornalista poderia atuar:

A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades: a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea “a”; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.¹⁰⁴

O descontentamento com o curso levou a uma nova reforma curricular em 1979. Meditscth (2012) explica que isso ocorreu depois de intensa discussão em que se apontavam falhas nas disciplinas obrigatórias. Pretendia-se inaugurar uma “fase crítica reflexiva”, conforme as novas influências da Unesco e da Ciespal, que na época já não estavam totalmente alinhados à política americana.

¹⁰³ <http://fac.unb.br/historia/>

¹⁰⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm

De fato, tanto a Unesco quanto o Ciespal transformaram-se em feitiço que se volta contra o feiticeiro, com a crescente independência de seus técnicos em relação aos norte-americanos, com a nova hegemonia exercida agora pela socialdemocracia europeia nessas entidades, e sua busca por cooptar as esquerdas latino-americanas. Posições como a defesa de uma nova ordem mundial de informação, por parte da Unesco, levaram o governo Reagan a cortar financiamentos da entidade. (MEDITSCH, 2012, 58)

A falta de seriedade com que o currículo de 1979 foi desenvolvido fez com que nada se modificasse efetivamente. Uma série de contradições foram identificadas na proposta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação pela União Cristã Brasileira, também influente na época. E o Conselho Federal resolveu o problema apagando frases apontadas como problemáticas. (MEDITSCH, 2012)

Depois de passar por uma comissão de especialistas e por um relator do Conselho Federal de Educação, a proposta original só se manteve na justificativa. Todas as demais partes foram modificadas e o currículo não teve adesão das escolas de comunicação.

O descontentamento motivou os empresários dos meios de Comunicação a fazerem uma de suas habituais campanhas pelo fechamento dos cursos, o que levou o CFE a decidir “rever em profundidade” a questão, tornando optativa às Universidades a adoção da nova lista de disciplinas. Apesar de, com isso, ter sido aplicado em poucas escolas, o currículo mínimo de 1979 deixou marcas no ensino da Comunicação no Brasil. Intensificou a tendência à especialização, extinguindo o comunicador polivalente, criando a habilitação em Rádio e TV e enquadrando os já existentes cursos de Cinema também como habilitação. (MEDITSCH, 2012, 59)

Entre as características desse novo currículo, apontadas por Meditsch (2012), estão o fato de não recuperar a base humanista que fora excluída nas versões anteriores, a supressão da Comunicação como arte e um “teoricismo” nas disciplinas classificadas como técnico-profissional. A prática fica sob a responsabilidade das empresas, por meio de estágios. Para o autor, isso fez com que se formassem mais técnico-administrativos do que profissionais criativos, como exigido pelo jornalismo.

A burocracia também marca o currículo de 1979 e vai estar presente no que viria a seguir, em 1984. Exige-se o retorno da prática e, para isso, se determina que os cursos tenham equipamentos nos laboratórios, sem que sejam

asseguradas as condições necessárias, incluindo os recursos. E nem se determina quem devia cuidar desse aspecto. Essa burocracia, que acaba por emperrar o funcionamento dos cursos, é uma das marcas que Meditsch (2012) aponta como características das nossas universidades e cursos. Com isso, perde-se o caráter crítico do ensino.

Foi derrotado pela estrutura herdada da reforma do ensino, que o condenou à fragmentação e assim o impediu de resistir à segunda derrota, a do condicionamento: quando rechaçou o “jornalista polivalente”, a profissão de “comunicador” da receita do Ciespal, esqueceu de rechaçar junto o arcabouço teórico que os justificava. Negou o tipo de profissional imposto, mas ficou com a teoria imposta com ele, para formar, estranhamente, outros profissionais. (MEDITSCH, 2012, 70)

2.4. As DCNs e a retomada da formação específica

Em 2002 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação, conforme previsto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1995. Não houve grandes alterações em relação ao que já vinha sendo implementado nos cursos universitários. E a formação em Comunicação Social, instituída na década de 1960 pela Unesco e o Ciespal, para formar um comunicador polivalente, que atendesse às supostas demandas de informação dos países latino-americanos, se manteve até a implantação, em 2016, das novas DCNs, formuladas por uma comissão de especialistas, instituída pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, em 2009. Retomou-se a formação específica em jornalismo, com o fim do curso de Comunicação Social. As demais habilitações também estão sendo revistas no sentido de se tornarem cursos independentes.

O currículo em vigor foi apresentado em setembro de 2009¹⁰⁵. A comissão foi formada, segundo o MEC, com o propósito de atender aos anseios das entidades acadêmicas e profissionais. E teve a participação dos professores José Marques de Melo (Presidente), Eduardo Meditsch, Alfredo Vizeu, Luiz Gonzaga

¹⁰⁵ A proposta pode ser conhecida em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf

Mota, Carlos Chaparro, Sonia Virginia Moreira, Lúcia Araújo e Sérgio Mattos¹⁰⁶. Os trabalhos da comissão foram realizados entre fevereiro e junho de 2009.

Foram realizadas três audiências públicas, em diferentes cidades, e aberta uma consulta pública no portal do MEC. As audiências reuniram coordenadores de cursos, professores, representantes de entidades de classe e representantes da sociedade. Pouco se noticiou a respeito, assim como por ocasião das outras reformas e revisões do curso.

O Observatório da Imprensa, ao abordar o primeiro debate, ocorrido em março de 2009, destacou a importância da qualidade do ensino pelos participantes da audiência.

Os debates na audiência revelaram uma preocupação relacionada com a qualidade do ensino, teórico e prático, a criação de regras definitivas para estágio dos estudantes e condições para que atuem nas diversas mídias, a adoção de políticas que dêem prioridade à formação humanística, a necessidade de aprimorar políticas voltadas para reconhecimento, fiscalização e avaliação periódica dos cursos de Jornalismo em todo o país, além de incentivo à criação de mecanismos legais para facilitar o acesso das universidades a emissoras de rádio e canais de televisão.¹⁰⁷

Ainda segundo a notícia, os estudantes foram os que mais reclamaram da qualidade do ensino e do aumento do número de vagas.

Eduardo Meditsch (2012) lembra que durante o trabalho, a comissão se deparou com fatos que mudaram o cenário da profissão de jornalismo no país, como o fim da exigência do diploma e a revogação da Lei da Imprensa.

A Lei de Imprensa¹⁰⁸, em vigor desde 1967, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 30 de abril de 2009, numa decisão que teve sete votos favoráveis. A justificativa pela decisão foi de que a lei, formulada no período da ditadura, não atendia mais as exigências da sociedade após a promulgação da Constituição de 1988.

¹⁰⁶ Vale ver a entrevista do professor Sergio Mattos ao site Observatório da Imprensa, disponível em http://observatoriodaimpresa.com.br/interesse-publico/_ed783_os_desafios_das_novas_diretrizes_do_curso_de_jornalismo/

¹⁰⁷ <http://observatoriodaimpresa.com.br/diretorio-academico/audiencia-destaca-a-importancia-da-qualidade-do-ensino/>

¹⁰⁸ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1104820-5598,00.html>

Menos de dois meses depois, em 17 de junho do mesmo ano, o STF também decidiu acabar com a exigência do diploma, encerrando uma longa pressão que especialmente os donos dos veículos de comunicação faziam a respeito. Notícias publicadas à época ressaltavam que a Associação Nacional de Jornais (ANJ), que representa os donos dos jornais, comemorou a decisão.¹⁰⁹

Foram oito votos a favor pelo fim da exigência e apenas um favorável à sua manutenção. Votaram contra a exigência do diploma o relator Gilmar Mendes e os ministros Carmem Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Celso de Mello. Só o ministro Marco Aurélio defendeu a necessidade de manter o curso superior em jornalismo. Outros dois ministros, Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes, não participaram da sessão.

O relator Gilmar Mendes defendeu o voto contra a exigência do diploma afirmando que a “formação específica em cursos de jornalismo não é meio idôneo para evitar eventuais riscos à coletividade ou danos a terceiros”. Sugeriu que os próprios veículos passassem a controlar a contratação de seus profissionais e comparou o jornalista ao chefe de cozinha. “Um excelente chefe de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima estarmos a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área”.¹¹⁰

A decisão do STF provocou a mobilização de entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)¹¹¹, sindicatos, cursos universitários, entre outras organizações. Apesar da mobilização, não houve mudanças no processo.

Retomando a questão da comissão de especialistas encarregada de rever a formação dos jornalistas, Meditsch (2012) explica que a proposta teve como ponto

¹⁰⁹ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1198310-5598,00-STF+DERRUBA+EXIGENCIA+DE+DIPLOMA+PARA+EXERCICIO+DA+PROFISSAO+DE+JORNALISTA.html>

¹¹⁰ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1198310-5598,00-STF+DERRUBA+EXIGENCIA+DE+DIPLOMA+PARA+EXERCICIO+DA+PROFISSAO+DE+JORNALISTA.html>

¹¹¹ A esse respeito, vale ver a mobilização desencadeada pela Fenaj a favor do diploma em <http://fenaj.org.br/campanha-em-defesa-da-profissao-de-jornalista/>. E há ainda no site uma série de artigos que defendem a manutenção do diploma em <http://fenaj.org.br/artigos-sobre-o-diploma/>

central o retorno do curso de Jornalismo – que até então vinha sendo uma habilitação do curso de Comunicação, com a organização de um conjunto de disciplinas que contemplam seis eixos de formação: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial.¹¹²

Entre as mudanças implementadas a partir do que foi proposto pelos especialistas, está, além da desvinculação do curso de comunicação social, com o retorno do curso de Jornalismo, o aumento da carga horária para 3.200 horas, o retorno do estágio obrigatório, maior integração entre teoria e prática, entre outras.

Na defesa do retorno do curso de Jornalismo, os especialistas apontaram os danos que o modelo único, de um curso de Comunicação, trouxe à formação dos profissionais, afetando inclusive a identidade profissional.

A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional”. E mais adiante, afirma-se que as discussões teóricas ganharam “crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em consequência, passou a não [se] reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo”.¹¹³

A comissão destacava no documento de conclusão do trabalho, sete meses após ser instituída, que as iniciativas apresentadas atendiam aos anseios de entidades que defendem a qualidade do ensino, como sindicatos e universidades e faculdades, assim como empresas do setor.

No que diz respeito à organização do curso, a comissão destaca a necessidade de os currículos atenderem “as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade”, além do emprego de metodologias que estimulem a participação ativa dos alunos, bem como a integração entre teoria e prática.

¹¹² http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf

¹¹³ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf

Outro ponto destacado dizia respeito à interação dos alunos com profissionais e públicos desde o início do curso, para que os futuros profissionais tivessem contato com problemas reais da área.

Incentivo à pesquisa, integração entre a graduação e a pós-graduação, inclusive por meio dos mestrados profissionais instituídos pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹¹⁴, regulamentação das atividades de estágio, que passou a ser obrigatório, são alguns dos elementos estruturais do projeto pedagógico. O objetivo da proposta, ressalta o documento, era assegurar a formação de profissionais “dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento”, além de destacar a ênfase que deve ser dada ao “espírito empreendedor” e “ao domínio científico que gerem pesquisas”¹¹⁵, além de preparar os futuros profissionais para atuar em funções de assessorias em organizações de diferentes tipos. As transformações decorrentes dos avanços e inovações tecnológicas também são destacadas no documento, com o ressaltado de que os alunos devem ir além do domínio de técnicas e ferramentas, tendo “como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, onde o impresso não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho nem dite as referências da profissão, embora conserve a sua importância no conjunto midiático”¹¹⁶.

Numa análise do contexto do jornalismo à época, a comissão ressaltou as mudanças impostas aos meios de comunicação na era da informação, quando deixaram de ser os detentores do poder, ressaltando a capacidade discursiva das organizações e cidadãos que se instalou no mundo contemporâneo. Por isso, defenderam a necessidade de o jornalismo passar a ter uma maior eficácia argumentativa e nova linguagem narrativa no espaço público, como forma de conseguir atender às exigências atuais do mundo

O documento ressalta ainda que o jornalismo entrou no século XXI em “estado de crise”, por todas as alterações ocorridas inclusive no processo de

¹¹⁴ https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_30_08_07.pdf

¹¹⁵ http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o_relatorio_da_comissao_de_especialistas/

¹¹⁶ idem

produção e consumo da notícia. E defende o retorno do curso de Jornalismo lembrando que esta é uma profissão reconhecida internacionalmente, enquanto a Comunicação não faz parte do rol de profissões de outros países além do Brasil.

Entre as competências gerais, a comissão destaca a necessidade de os cursos levarem os alunos a compreenderem e valorizarem conquistas históricas de cidadania, bem como conhecer “a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística”, além de reconhecer temas relevantes das atualidades, distinguir entre o verdadeiro e o falso, com base na ética, “dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa”, além de ter domínio de pelo menos outros dois idiomas além do português, ter capacidade de trabalhar em equipe, “saber conviver com o poder, a fama e a celebridade mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação aos mesmos”, além de outros aspectos¹¹⁷.

Já as competências são divididas em três eixos: cognitivas, pragmáticas e comportamentais. As cognitivas dizem respeito ao conhecimento da história e dos fundamentos e dos cânones do jornalismo e da cidadania, inclusive quanto aos “objetivos e lógicas de funcionamento” das instituições públicas e privadas, religiosas, entre outras.

No que diz respeito às competências pragmáticas, destaca-se a necessidade de o profissional saber “contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidades”, assim como organizar pautas e coberturas, saber o que perguntar e como conduzir uma entrevista, assim como ter independência na relação com as fontes, em defesa da pluralidade, assim como “dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, produção, edição e difusão”, entre outras.

¹¹⁷ http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o_relatorio_da_comissao_de_especialistas/

Já com relação às competências comportamentais, são ressaltados os aspectos éticos e deontológicos do jornalismo, inclusive com o reconhecimento do direito à informação como um exercício indispensável à cidadania.

Outro ponto a ser destacado são os seis eixos que devem fazer parte da formação. O primeiro, de fundamentação humanística, tem como foco o aspecto intelectual da profissão, em que se privilegia a realidade brasileira, com conhecimento a respeito da diversidade cultural, sempre associados à vida cotidiana.

A fundamentação específica, por sua vez, visa assegurar ao jornalista a ser formado “clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão”, que envolvem fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico, além de acesso à pesquisa sobre paradigmas hegemônicos e pensamentos emergentes.

Por sua vez, o eixo de fundamentação contextual tem o propósito de assegurar que os alunos conheçam as teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, além das rotinas de produção e processos de recepção e de regulamentação das estruturas midiáticas.

O eixo da formação profissional relaciona conhecimentos teóricos e práticos, visando levar os alunos a conhecer processos de “gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem como a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, como os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas”.

O de aplicação processual é focado no objetivo de levar o jornalista a dominar “ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho”, enquanto o eixo de prática laboratorial, integrado aos demais eixos, visa

possibilitar que os alunos apliquem aquilo que aprendem na prática, por meio do exercício de atividades que simulem a realidade profissional.

O quadro abaixo, extraído de trabalho desenvolvido por Ferreira¹¹⁸, com base nos estudos de Moura, apresenta uma síntese dos currículos mínimos adotados para formação dos jornalistas, incluindo a resolução formulada por Celso Kelly, que previa a formação polivalente.

É possível observar, assim, que o curso específico de Jornalismo foi estabelecido em dois pareceres, de 1962 e 1965, até que em 1969 passa a valer a resolução proposta por Celso Kelly, com o estabelecimento do curso de Comunicação Social, cuja estrutura de um núcleo comum vai vigorar até as novas DCNs implantadas em 2016. Em boa medida, as regras têm em comum uma formação estabelecida a partir das chamadas disciplinas gerais, de conhecimentos sobre a sociedade, história, economia, etc, e as específicas e técnicas, focadas no fazer jornalístico.

A autora observa ainda que é possível dividir a formação em quatro fases distintas: a clássica-humanística, com ênfase nas questões humanas; a científico-técnica, já voltada às atividades profissionais específicas; a fase crítico-reflexiva, com enfoque crítico aos condicionamentos sociais; e a de crise da identidade, decorrente da existência de um currículo formal que impede a liberdade de os cursos gerirem aquilo que desejam oferecer. E é justamente essa última fase que leva à mobilização de docentes, pesquisadores, profissionais e do próprio mercado e faz surgir as novas DCNs, criadas pelo grupo de trabalho instituído pelo MEC.

Quadro 1: Trajetória dos Currículos Mínimos

Legislação	Cursos ofertados	Estrutura das Disciplinas	Duração dos cursos	Carga Horária Mínima
PARECER no.323/62	Curso de Jornalismo	Disciplinas gerais, específicas e técnicas	Duração Mínima: três anos letivos	Não especificado
PARECER no. 984/65	Curso de Jornalismo	Disciplinas Gerais ou de Cultura	Duração Mínima: quatro a	2.700 horas-aula

¹¹⁸ FERREIRA, Ediene do Amaral.

Do Currículo Mínimo aos novos Referenciais Curriculares de 2009: a trajetória curricular dos cursos de Comunicação Social no Brasil. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/543-0.pdf

		Geral Disciplinas Especiais ou Instrumentais, Disciplinas Técnicas ou de especialização	nos letivos	
RESOLUÇÃO no. 11/69	Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração e (formação polivalente)	Disciplinas básicas de formação Soci al (parte comum - sentido fenomenológico e cultural) Disciplinas de formação Profissional (parte diversificada- sentido instrumental)	Duração Mínima: três anos letivos Duração máxima: Seis anos letivos	2.200 horas-aula
RESOLUÇÃO no. 03/78	Curso de Comunicação S ocial – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e P ropaganda, Rádio e Televisão, Cinematografia	Tronco Comum Matérias de Fundamentação Geral\ Humanística Matérias de Fundamentação específica Matérias de Natureza Profissional (campo profissio nal)	Duração Mínima: três anos letivos Duração Máxima: seis anos letivos	2.200 horas – aulas Incluídas atividades de projetos experimentais e excluído tempo dedicado a Estudo de Problemas Brasileiro e Educação Física
RESOLUÇÃO no. 02/84	Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo, Cinema	Matérias ou disciplinas do tronco comum (áreas: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação, Filosofia e Arte) Matérias ou disciplinas da parte específica (área: Técnicas e da Linguagem), Projetos Experimentais	Duração Mínima: Quatro anos letivos Duração Máxima: Sete anos letivos	2.700 horas- aulas e excluído tempo dedicado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física

Fonte: FERREIRA, Ediene do Amaral.

Do Currículo Mínimo aos novos Referenciais Curriculares de 2009: a trajetória curricular dos cursos de Comunicação Social no Brasil. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/543-0.pdf

2.5. Influências e visões

A concepção do curso de Jornalismo ao longo da história no Brasil pode ser vista também a partir da visão daqueles que se dedicaram à formulação de propostas, currículos e legislação.

Um dos personagens centrais desse processo é Celso Kelly, cuja centralidade na trajetória da formação dos jornalistas pode ser destacada pelo impacto que as mudanças que defendeu, de uma formação híbrida, que resultou na extinção dos cursos de Jornalismo, substituídos pelos de Comunicação Social.

Kelly também merece destaque pela formação que recebeu do Centro Internacional de Estudos de Jornalismo (Ciespal), órgão da Unesco, cuja atuação sobre a América Latina é extremamente polêmica.

Entre os demais componentes dessa história que ainda está em curso e provoca debates intensos, também recorreremos a Cásper Líbero, a quem se atribui a criação do primeiro curso superior de jornalismo; Danton Jobim, que levou sua experiência das redações para as salas de aula da Universidade do Brasil, atual UFRJ, surgida um ano após o legado de Cásper Líbero; e Carlos Rizzini, que assim como os demais personagens, foi um grande defensor do ensino de jornalismo nos moldes do que se fazia nos Estados Unidos, considerado modelo a ser seguido, especialmente pela ênfase dada à prática, que ele inclusive chama de adestramento.

Ana Arruda Callado observa que há muito em comum em dois desses personagens aparentemente bem diferentes - Danton Jobim e Celso Kelly – além do fato de ambos terem sido presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Jobim foi um jornalista e político ativo, enquanto Kelly atuou como crítico de arte e técnico em educação.

(...) a participação que tiveram – em momentos diferentes – na criação e na elaboração do currículo dos cursos universitários destinados a jornalistas, além das reflexões que deixaram sobre um momento crucial da imprensa brasileira, os anos 40 e 50 do século passado, permitem que a homenagem que aqui se faz uma

estes dois mestres que tive no Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, a lendária F.N.Fi¹¹⁹.¹²⁰

Danton e Kelly foram professores do primeiro curso de Jornalismo oferecido por uma universidade pública e eram bem diferentes: enquanto Jobim era um homem de redação, o único profissional efetivo que fazia parte do corpo docente, e costumava faltar às aulas, demonstrando maior interesse pela política, Kelly, que passou a escrever colunas em jornais, era dedicado, assíduo e pontual e se destacava pelo amor pelas artes, tema da sua disciplina.

Entre os quatro personagens escolhidos nesta tese para compor a retomada da história do Jornalismo pode-se observar que têm em comum a defesa pela formação dos jornalistas e um posicionamento totalmente contrário a uma tese muito defendida na época, inclusive nas redações, a de que o bom jornalista já nasce pronto. Também defendiam que o curso se dividisse entre a parte teórica e a prática, esta última muito focada naquilo que o desejo de Cásper Líbero, manifestado em seu testamento, se concretizou logo no início da primeira turma: a de usar as redações para a formação dos jornalistas.

Elias Machado¹²¹ observa que até a metade do século XX uma confusão epistemológica impediu a legitimação das pesquisas acadêmicas no campo do jornalismo, pelo simples fato de a área ser tratada basicamente como uma prática profissional, sem o lastro científico que marca outros campos de conhecimento.

Isso fez com que os cursos de Jornalismo ficassem relegados a uma condição marginal, não só por terem surgidos tardiamente, mas também por terem sido impregnados pela predominância da prática, com o ensino voltado mais às técnicas e que desconsiderava a produção de conhecimento.

Por isso, considera a necessidade de tratar o jornalismo nas três funções diferenciadas que desempenha: prática profissional, objeto científico e campo especializado do ensino.

¹¹⁹ Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro

¹²⁰ CALLADO, Ana Arruda. Danton Jobim e Celso Kelly: Confluências e dissonâncias. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/3803/3352>.

¹²¹ MACHADO, Elias. Dos estudos sobre jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. Disponível em <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2>

Como prática profissional deveria ficar claro que o exercício do jornalismo exige o domínio de determinadas técnicas e conhecimentos específicos e que o jornalista profissional deve obedecer a um conjunto de normas deontológicas legitimadas, tanto entre os pares, quanto pelos demais setores sociais. Como campo de ensino especializado, deveria ficar claro que a aprendizagem do jornalismo, um trabalho sistemático que vai muito além do conhecimento obtido por osmose nas redações, depende do desenvolvimento de metodologias especializadas, capazes de possibilitar aos docentes, tanto o repasse das novas teorias, quanto uma boa formação técnica aos futuros profissionais. Como objeto científico com status próprio, deveria ficar claro que o jornalismo possibilita a fundação de um campo de conhecimento especializado que tendo na prática jornalística um objeto legítimo necessita para a sua plena compreensão o desenvolvimento de metodologias próprias, adaptadas as suas demandas particulares.¹²²

Milton Faccin e Soraya Venegas Ferreira¹²³ também consideram que a trajetória do ensino na área, ainda recente, com pouco mais de seis décadas, é marcada pela tensão ou disputa entre o campo teórico e a prática profissional.

Isto é possível de se observar nas primeiras tentativas frustradas de qualificar jornalistas no início do século XX, quando, por exemplo, a Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, tentou criar uma escola de Jornalismo, nos moldes das organizações norte-americanas. Também nas iniciativas de Anísio Teixeira de implantar, na década de 1930, uma formação humanística na Universidade do Distrito Federal, extinta pelo Estado Novo.¹²⁴

A presença da prática, muitas vezes em oposição à técnica, pode ser considerada decorrente dos formuladores das propostas da formação dos jornalistas, desde que o primeiro curso foi pensado, no fim dos anos 40. Em geral, os formuladores tinham uma relação direta na área. Podemos considerar que todos os formuladores de propostas de formação de jornalistas eram “homens da imprensa”, que têm em suas vidas passagens por redações ou, pelo menos, como colaboradores de jornais.

Um exemplo é Cásper Líbero, apontado como responsável pela criação do primeiro curso de Jornalismo no País. Líbero, de acordo com o site da fundação que leva o seu nome¹²⁵, apesar de formado em Direito, dedicou sua vida ao jornalismo, com passagem pela sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo*, no Rio, e sendo também apontado como o criador da primeira agência de notícias

¹²² MACHADO, Elias. Op cit.

¹²³ FACCIN, Milton. E FERREIRA, Soraya Venegas. Entre nós: desafios da implantação dos TCC's como síntese dos seis eixos previstos pelas DCN's para formação do jornalista no século XXI. Disponível em <http://www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/372/230>

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ <http://fcl.com.br/casper-libero/>

totalmente nacional, a Americana, fundada na capital paulista, e que contava com sucursal no Rio de Janeiro.

Logo no início do site, a fundação destaca a relação do advogado com o jornalismo, afirmando ter Cásper Líbero “ampla sensibilidade jornalística”, tendo revolucionado “o conceito de jornalismo no País”. Líbero é ainda descrito como “um jovem idealista”, que se formou como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no Rio. Como advogado, trabalho apenas por pouco mais de dois anos, em escritório e como procurador da Fazenda do Estado de Mato Grosso.

O site também informa que Cásper Líbero foi um dos fundadores do Jornal *Última Hora*, importante veículo que circulou no Rio de Janeiro a partir de 1951, por iniciativa de Samuel Weiner, com apoio do então presidente Getúlio Vargas, e que contribuiu com inúmeras inovações em termos gráficos e técnicos, inclusive com uso de cores.¹²⁶

A relação de Cásper Líbero com o jornalismo se estendeu ainda mais, com ele ainda bastante jovem, quando aos 29 anos passou a ser dono do jornal A Gazeta.

Cásper foi responsável pela modernização do periódico com a importação de rotativas da Alemanha, composição e impressão gráfica, sendo o primeiro jornal a imprimir em cores no País; implementou novas tecnologias como o uso da gravura e a valorização das imagens na paginação; substituiu o telégrafo pelo teletipo. Instalou uma nova dinâmica na distribuição do jornal, fazendo chegar às mãos dos leitores em tempo recorde, tendo na rua, nesta época, a maior esquadilha de viaturas de “A Gazeta” para realização deste processo. Aquele jovem bragantino foi o primeiro empresário-jornalista do Brasil, capaz de organizar o seu Jornal “A Gazeta” de maneira a obter lucros, mas sem deixar de promover um jornalismo correto e ético.¹²⁷

Entre os inúmeros feitos atribuídos a Cásper Líbero, como criação de suplemento de esportes, transmissão de jogos com uso de auto-falantes, criação de uma rádio, está o desejo de criar uma fundação que se dedicaria a assegurar o funcionamento dos veículos que havia criado e também o de investir em educação

¹²⁶ Para saber mais sobre o jornal, vale consultar <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ultima-hora-de-samuel-wainer-um-jornal-inovador-que-nasceu-em-1951-19408074>

¹²⁷ <http://fcl.com.br/casper-libero/>

e comunicação, “a fim de apoiar a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida”.¹²⁸

O desejo veio à tona com a precoce morte do empresário, no dia 27 de agosto de 1943, quando o avião em que viajava sofreu um acidente. Cásper não tinha herdeiros e toda sua fortuna foi direcionada à fundação que leva o seu nome e ao desenvolvimento do que viria a ser a primeira escola de jornalismo da América Latina, hoje chamada de Faculdade Cásper Líbero.

No testamento, Cásper Líbero reitera o seu amor pelo jornalismo, ao afirmar que o jornal *A Gazeta* “é o reflexo e o orgulho de toda a minha existência de labores, sempre ao serviço de São Paulo, do Brasil, Justiça e das grandes ideologias”.¹²⁹

Ainda no documento, o advogado e empresário destaca a finalidade da fundação a ser criada com seu patrimônio, com uma tríplice finalidade:

(...) a) objetivo patriótico de iniciativas e campanhas por São Paulo, pelo Brasil, pela Justiça, pelos nobres ideais, pela cultura e grandeza de nossa pátria, servindo-se para isso de “A Gazeta”, do seu auditório, do seu Rádio e dos recursos do patrimônio com que a dotou; b) objetivo cultural de criar e manter uma escola de jornalistas e ensinamentos de humanidades, particularmente português, prosa, estilo, literatura, eloquência, história e filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior; c) objetivo jornalístico, consistente em assegurar e desenvolver o nome, futuro, prosperidade econômica e prestígio de “A Gazeta”, mantendo-a como órgão de genuína opinião pública e interesses da pátria, aparelhada dos inventos e aperfeiçoamentos que o progresso for engendrado, fidelíssima à elevada finalidade da Fundação.¹³⁰

A proposta de formação de Líbero aparece no testamento com a indicação das disciplinas que deveriam fazer parte do currículo. E deram início à Faculdade Cásper Líbero, criada em 16 de maio de 1947, e considerada como a primeira escola superior de Jornalismo do país.

Observa-se a ênfase à prática na referência que o site faz a respeito da atuação docente “de profissionais de sólida formação acadêmica e vasta experiência no mercado”, bem como de laboratórios destinados à prática dos alunos, como de webjornalismo, rádio universitária, house organ, revistas e TV.

¹²⁸ <http://fcl.com.br/casper-libero/>

¹²⁹ <http://fcl.com.br/casper-libero/testamento/>

¹³⁰ idem

Gisely Valentim Vaz Coelho Hime explica que Cásper Líbero participou ativamente das discussões que antecederam à criação do que seria o primeiro curso de Jornalismo no Brasil, iniciadas na década de 1930. E buscou conhecer como se dava a formação de jornalistas em países da Europa e nos Estados Unidos.¹³¹ Não há registro que o desejo de Cásper Líbero de criar um curso também de nível secundário tenha sido realizado.

Ainda segundo Gisely, os debates que passam a ocorrer no Brasil em torno da formação dos jornalistas, desde a década de 1930, e que resultam na formação da Associação Paulista de Imprensa, são amplamente divulgados por Cásper Líbero em *A Gazeta* e levam o empresário a organizar uma série de conferências sobre jornalismo. Congressos da área eram objeto da cobertura do jornal de propriedade de Cásper, que promovia ainda debates a respeito da temática.

Gisely observa ainda que há registros das reflexões mais aprofundadas de Cásper Líbero a respeito da função social do jornalismo, que ele considerava prioridade na constituição da formação dos jornalistas. Isto teria ocorrido no Congresso Panamericano de Imprensa, ocorrido em 1929, em Washington, nos Estados Unidos. A função dos jornais na formação intelectual, moral e política dos leitores aparece numa homenagem que o empresário recebe de jornalistas paulistas. E também está presente nas páginas do jornal mantido pelo grupo de Líbero.

O projeto editorial do grupo aparece segundo Gisely, principalmente, no lançamento da rádio *Gazeta*, cujo objetivo seria “ser instrumento difusor de cultura”, tendo como lema “informar e educar”, sob a palavra de ordem “inovação”, para atingir a todas as classes, cobrindo todos os assuntos, “principalmente grandes manifestações de arte”.¹³²

A importância que Cásper Líbero dá à formação da elite intelectual é destacada por Gisely ao lembrar que o empresário procura estreitar as relações com os universitários, convidados a visitar a redação de *A Gazeta*, além da

¹³¹ HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>.

¹³² Idem, *ibidem*.

promoção de eventos variados, sempre com o propósito de estimular a participação de estudantes.

O pensamento jornalístico de Cásper Líbero é dividido em seis princípios básicos, segundo Gisely. São eles:

(...) * **progresso** - a palavra-chave d'A *Gazeta*, tanto no que se refere às instalações e maquinário, quanto às idéias transmitidas, sintonizando-a com a vanguarda cultural; * **nacionalismo** - traduzido no lema "Para um Brasil cada vez maior e melhor". Enxerga na cultura nacional os elementos necessários para impulsionar o progresso do País, tornando-o uma Nação grande e respeitada perante o mundo; * **regionalismo** - manifesto no imenso amor por São Paulo, visto como a locomotiva do País na construção de uma Nação maior e melhor; * **coletividade** - responsabilidade do jornalismo, uma vez que fator decisivo na formação da opinião pública. Este deve canalizar os interesses da sociedade, orientando-os para o engrandecimento da Nação em benefício da coletividade; * **juventude** - simboliza a concretização desse Brasil maior e melhor, desde que bem orientada. O segredo do progresso de um país está na formação cultural de suas elites e a juventude encerra as elites do futuro; * **jornalismo, enquanto função social** - colaborador no fortalecimento do espírito cívico, que fundamenta os sentimentos de nacionalismo, patriotismo e regionalismo, tornando possível o engajamento do indivíduo no projeto de construção da Nação.¹³³

Michelle Roxo de Oliveira¹³⁴ observa que na primeira fase, o curso de Jornalismo criado por Cásper Líbero foi subordinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Universidade Católica de São Paulo¹³⁵, enfatizando a formação clássico-humanista, com disciplinas que enfatizavam a cultura, como filosofia, literatura e história. Os professores eram também da instituição a que a Cásper era associada, com perfil mais acadêmico. Já na década de 1950, começam a compor o quadro docente profissionais de mercado de São Paulo.

¹³³ HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno. Disponível em http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos3_b.htm.

¹³⁴ OLIVEIRA, Michelle Roxo de. O jornalista de “ampla cultura geral” ou a ênfase humanística na primeira fase do ensino de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-jornalista-de-201campla-cultura-geral201d-ou-a-enfase-humanistica-na-primeira-fase-do-ensino-de-jornalismo-da-faculdade-casper-libero>.

¹³⁵ Isso se devia às normais de ordem legal exigidas para o funcionamento dos cursos de nível superior. O curso foi criado por meio de convênio estabelecido entre a Fundação Cásper Líbero e a PUC-SP. Fonte: OLIVEIRA, Michelle Roxo de. O jornalista de “ampla cultura geral” ou a ênfase humanística na primeira fase do ensino de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-jornalista-de-201campla-cultura-geral201d-ou-a-enfase-humanistica-na-primeira-fase-do-ensino-de-jornalismo-da-faculdade-casper-libero>.

Outro personagem importante dessa história é Danton Jobim, formado em Direito e que dedicou toda a vida ao jornalismo. Com grande experiência em redações, passou a lecionar a disciplina de Técnicas de Redação na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ, no Rio de Janeiro. Era o ano de 1948, um após a criação do mesmo curso na Faculdade Cásper Líbero.

Marcia Furtado Avanza lembra que a trajetória jornalística de Jobim foi iniciada no jornal *O Trabalho*, vinculado ao Partido Comunista. Além disso, passou pelas redações dos principais jornais do país, como *A Noite*, *A Manhã*, *Correio da Manhã* e *O Globo*. Em São Paulo, foi secretário de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, além de ter assumido a direção do jornal *Última Hora* e passado também pelo *Diário de Notícias*.¹³⁶

Jobim é conhecido, com Pompeu de Souza, pela introdução no Brasil de uma série de técnicas adotadas nos jornais norte-americanos, como dos manuais de estilo, modernização do texto, inclusive com a introdução do *lead*¹³⁷. Foram inovações que conheceu em viagens feitas aos Estados Unidos e essa experiência foi amplamente utilizada na sua ação como professor universitário.

Enfatizava a importância da cultura na atividade jornalística, considerando ainda que se trata de um exercício também de inteligência.

Jobim (2003) também entendia que a compreensão do jornalismo ia muito além da técnica. Para ele, jornalismo tem sua própria “verdade”, que não pode ser a de um sociólogo ou de um historiador, porque é uma hipótese impossível de ser verificada através de processos de que eles se servem. Como explica, é “uma verdade por assim dizer provisória e contingente”. Por isso, separava o jornalismo das demais ciências, reconhecendo, contudo, sua interação. No entanto, confessava que o jornalismo no Brasil não dispunha, naquela época, de informações ou de dados confiáveis que pudessem promover um entendimento maior do fenômeno.¹³⁸

Jobim, assim como Celso Kelly também teve formação do curso oferecido pelo Ciespal e sua proposta se baseava na perspectiva de assegurar maior eficácia

¹³⁶ AVANZA, Marcia Furtado. A contribuição de Danton Jobim para o ensino de jornalismo: análise atual das escolas pioneiras. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20contribuicao%20de%20Danton%20Jobim%20para%20o%20ensino%20de%20jornalismo%20analise%20atual%20das.pdf>. Acesso Janeiro de 2018

¹³⁷Primeiro parágrafo da notícia, em que se responde as seis perguntas básicas: quem, o quê, quando, onde, como e por quê. Lage, Nilson. Estrutura da notícia. Ática, 2006

¹³⁸ AVANZA, Marcia Furtado. Op. Cit.

ao jornalismo como instrumento de ação social. Defendia uma formação humanística e sólida, que deveria envolver conteúdos relativos à moral, à cultura, além de aspectos técnicos

Em sua tese de doutorado, Avanza observa que um dos projetos de Jobim era destinado ao desenvolvimento de pesquisas avançadas sobre o jornalismo. Para isso, pretendia criar o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre Informação. O projeto, que nunca se concretizou, contaria, nos planos de Jobim, com a participação de alunos da Universidade do Brasil, onde era professor, e teria o apoio de diferentes organizações, como a Fundação Getúlio Vargas.¹³⁹

Ana Arruda Callado¹⁴⁰ lembra que Jobim era o único professor do curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia que frequentou que era profissional de redação, com vasta experiência. E poderia ter contribuído, de forma efetiva, com sua experiência na formação dos novos jornalistas. Ele era responsável pela disciplina de Técnica de Redação Jornalística, mas não é considerado pela autora como um bom professor.

Displicente, faltava muito às aulas, e estava mais preocupado com política do que com o curso; contava casos divertidos. Só quando passei, já jornalista tarimbada, a dar aulas em cursos universitários é que descobri o grande professor que ele poderia ter sido. Sabia tudo da profissão, foi o introdutor das modernas técnicas no jornalismo brasileiro e deixou textos até hoje preciosos em seu livro *Espírito do jornalismo*.¹⁴¹

No livro *O ensino de jornalismo*, Carlos Rizzini apresenta, em 1953, a defesa da formação dos jornalistas, observando, logo no início, que considerava absurda a posição de pessoas, inclusive qualificadas, que consideravam o ensino na área “ocioso” e “excrescente”. Para ele, não é verdade que o jornalismo não se ensina, ainda que haja talentos excepcionais que possam desempenhar a atividade independentemente de terem ou não formação na área.

E cita Joseph Pulitzer, que questionava se diante de tantas responsabilidades poderia ser o jornalismo “deixada aos azares da autoeducação”. ((PULITZER APUD RIZZINI, 1953, 5)

¹³⁹ Idem, *ibidem*

¹⁴⁰ CALLADO, Ana Arruda. *Op cit*

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

O modelo proposto por Pulitzer, apresentado anteriormente, é destacado por Rizzini, que lista inclusive as sete disciplinas que compunham o currículo. Outro aspecto curioso contido no livro é influência que a chamada imprensa amarela¹⁴² tem com o progresso do jornalismo nos Estados Unidos e em todo o mundo, na opinião do autor, por ser associado aos desejos do povo.

Há no livro uma descrição minuciosa da carga horária e das disciplinas que compunham os currículos das principais escolas de jornalismo, tanto nos colégios quanto nas universidades, surgidas nos Estados Unidos, inclusive com a divisão de disciplinas básicas e de eletivas, que em alguns casos serviam como especialização. E são apresentados estudos com o propósito de avaliar os cursos e seus impactos na atividade profissional de seus formados.

Para Rizzini, há dois aspectos centrais do ensino de jornalismo por ele analisado nos EUA:

(...) o das aulas práticas e o da ajuda de jornais e jornalistas. Tôdas as escolas possuem redações, laboratórios e oficinas e procuram detalhar e modernizar os seus instrumentos, empregando o teletipo¹⁴³ o telefoto, o teletypsetter, e o fax, ou transmissão de fac-simile. Tôdas editam jornais, internos ou externos, de circulação particular ou pública, realizando o pensamento do primeiro deão da escola de Missouri: o aluno precisa ver impresso aquilo que escreve. (RIZZINI, 1953, 37)

O apoio de jornais e jornalistas era assegurado pela permissão para que os alunos frequentassem e usassem as redações para desenvolver a prática. Rizzini lembra que os alunos da Universidade de Colúmbia, por exemplo, publicavam duas edições por ano de jornais que funcionavam nos arredores de Nova Iorque. E isso também ocorria em outros jornais e cidades americanas.

E a avaliação que se fazia era de que esse tipo de ensino apresentava resultados consistentes, inclusive atestados em pesquisas. Interessante ressaltar também o número expressivo de alunos que se formavam em jornalismo. Como exemplo, Rizzini cita o ano letivo de 1949-50 quando foram formados 4.937 novos jornalistas, que conseguiam emprego em jornais, rádios e outros setores.

¹⁴² Imprensa amarela é um termo utilizado para designar a imprensa sensacionalista, surgida nos EUA, no século XIX, numa disputa entre os jornais *New York World*, de John Pulitzer, e o *New York Journal*, de William Randolph Herst. Disponível em <http://www.casadosfocas.com.br/o-que-significa-imprensa-amarela-ou-marrom/>

Vale observar ainda os pontos que o autor destaca como fundamentais para o bom funcionamento dos cursos de jornalismo: ter autonomia nas escolas ou faculdades a que estavam vinculados; contar com disciplinas “de ordem profissional”, divididas entre fundamentais, eletivas e especializadas, além das de caráter cultural; contar com laboratórios para a prática; manter a produção de publicações que sejam feitas por alunos. E ele conclui que o curso da Faculdade Nacional de Filosofia, atual UFRJ, no Brasil, não atendia a nenhum desses requisitos.

Sobre o ensino no Brasil, Rizzini observa que o curso teve que passar por uma fase de experiência e de observação, por ser novo no âmbito universitário. E retoma à crítica aos que consideravam que o bom jornalista já nasce pronto:

No Brasil, mais do que nos Estados Unidos, predomina o velho e safado, e cômodo, e consolador preconceito de que “quem é bom já nasce feito”. Gostamos da improvisação, do empirismo, do jeito, e confiamos cegamente na bossa. Simpatizamos com o sucesso fácil, fruto saboroso da lei do menor esforço. Amamos os poetas espontâneos e repentistas, os desafiadores de modas e cantigas, todo gênero de intuitivos, como se eles representassem o máximo e não o mínimo do próprio talento, e não passassem, realmente, de amostras do que poderiam ser. Chegamos a afirmar cândidamente que as crianças que tocam de ouvido não devem estudar música para não estragar a vocação. (RIZZINI, 1953, 44)

Tal situação seria decorrente do que ele chama de “desaprêço pelos diplomas em geral e pelos de bacharel em particular”. E critica o descaso desde o Império, passando ainda pela primeira República. (RIZZINI, 1953)

A falta de crença no ensino de jornalismo era motivo de crítica da parte de Rizzini, que destaca a experiência da Cásper Líbero, por ter criado um curso diretamente ligado ao jornal *A Gazeta*, a exemplo da Universidade de Colúmbia “quanto à origem”, e à de Missouri, “quanto à objetividade”.

Não havendo cátedras, as disciplinas técnicas, e as culturais nêle instituídas são ministradas por professores contratados, que não pertencem ao corpo docente da Faculdade e, portanto, não têm assento na sua congregação. Reduzido a uma situação marginal, o Curso não é ouvido na escolha do diretor da Faculdade e nas questões pedagógicas e de patrimônio, e, sequer, tem voz para sugerir as medidas necessárias à marcha dos seus trabalhos. Esse estado de menoridade incute no meio acadêmico a falsa noção de ser o jornalismo estudo de segunda importância e causa ao curso um outro dano, e pior, por atingir-lhe o rendimento (...). (RIZZINI, 1953, 47 e 48)

Já na Faculdade Nacional de Filosofia, a “falta de treino profissional” seria o ponto considerado mais crítico. A conclusão do autor é de que a experiência norte-americana, que considerava tão bem-sucedida, não exercia a influência devida por aqui.

O bacharel em jornalismo não deve saber como se faz jornal. Deve saber fazê-lo. Por isso, nos cursos norte-americanos os alunos não aprendem como recolher um fato, reduzi-lo a notícia, dar-lhe título, ilustrá-lo com fotografias ou desenhos e situá-lo nas páginas do jornal; ou como escrever um artigo, uma crítica, um comentário e uma cabeça de reportagem; ou como se fixam os temas de publicidade, preparam-se as mensagens de venda, os textos e os títulos, e se elaboram os *layouts*. Os alunos executam, eles próprios, essas tarefas e acompanham pessoalmente a sequência das operações mecânicas complementares: gravura, composição, prova, revisão, emenda, paginação, calandragem, fundição e, por fim, montagem e impressão. (RIZZINI, 1953, 55)

Havia a defesa de que os cursos aqui contassem com a mesma estrutura das americanas, inclusive quanto aos equipamentos básicos para impressão de um jornal, como laboratório fotográfico, oficina gráfica, entre outros recursos. Isso porque, para ele, a impressão de um jornal “encarrila o Curso no seu destino, trazendo-lhe (...) vantagens imediatas”, como dar caráter profissional às aulas práticas, possibilitar que os alunos tenham experiências efetivas e também responsabilidade, incluindo conhecimentos de organização e administração, circulação, publicidade, enfim, todas as etapas que envolvem a produção jornalística. E ele destaca, por fim, que a tudo isso se acrescenta a que vai assegurar a empregabilidade do aluno: o adestramento.

Dedicado à Associação Brasileira de Imprensa, onde foi presidente e conselheiro, Celso Kelly é autor do livro “As novas dimensões do jornalismo”, escrito em 1966, e que reúne uma série de pronunciamentos e reflexões a respeito da formação dos profissionais da área. O autor, inclusive, dedica o livro à ABI, afirmando ter como propósito “(...) da defesa da liberdade e do aprimoramento do jornalismo (...)”. (KELLY, 1966, dedicatória)

A obra, de 109 páginas, pode ser considerada uma síntese do pensamento de Kelly a respeito do que considerava adequado à formação dos jornalistas. São oito capítulos, que tratam desse o conceito de jornalismo, passando pela teoria estética do jornalismo, liberdade de imprensa, jornalismo boêmio, ensino, com

foco na formação sistemática, reformulação do ensino, além de uma oração aos jovens jornalistas e uma análise do jornalismo carioca.

Com o sugestivo título de “Oração ao Jovem Jornalista”, Celso Kelly apresenta, em oito páginas, as características, qualidades e compromissos que os novos jornalistas devem apresentar para abraçar a profissão que escolheram. No texto, o autor utiliza expressões como responsabilidade, devoção, dedicação, corpo, alma, dependência e fidelidade integradora. Há uma evidência explícita da concepção do autor da profissão como uma espécie de devoção, permanente, “acima de quaisquer outros interesses.” (KELLY, 1966, 79)¹⁴⁴

Proferida como discurso de paraninfo aos formandos de 1966, na antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, a oração destaca ainda o caráter sedutor da profissão:

Até agora, essa profissão fôra para os diplomados um campo de ensaio; para alguns, um comêço de trabalho – com as devidas desculpas e evasões de quem ainda tinha os passos presos à escola. Era, quando muito, uma transição entre o dever universitário e a experiência profissional. De hoje em diante, o grau recebido confere a responsabilidade: a devoção se tornará total. Ao Jornalismo os egressos deste Curso se dedicarão de corpo e alma”. (KELLY, 1966, 78)

O autor observa ainda que o jornalismo, ao contrário de outras profissões “que permitem um namoro discreto, uma participação comedida, uma acomodação entre outros afazeres”, acaba por envolver por completo quem a escolhe. “O jornalismo – desde que queira se triunfar nêle – é absorvente, egoísta, exclusivista, reclamando a dedicação integral, a devoção de todas as horas, a paixão pelo ofício, acima de quaisquer outros interesses”. (KELLY, 1966, 79)

A visão da profissão como uma atividade marginal ou que não seja a principal atividade também é contestada por Kelly. Para ele, os que adotam essa postura, “Não atingem a exata e nobre condição de jornalista”. (KELLY, 1966, 79)

Isso porque o autor considera que os jornalistas, de fato, precisam ter uma “sensibilidade privilegiada”, pelo fato de terem que observar o que ocorre à sua

¹⁴⁴ Na transcrição dos textos do autor, foram mantidas as características originais, inclusive quanto ao uso de acentos gráficos que vigoraram na época. Nota da autora

volta, precisando ter ainda uma “extraordinária acuidade”. Referindo-se à relação da profissão com a ciência, e comparando o jornalismo com a psicologia ou a sociologia, Kelly é enfático: “Não se trata de uma *relação de ciência*, porém de uma *relação de sensibilidade*, isto é, o grande cotidiano e o belo diálogo que o jornalismo trava, a todo momento, com os que o buscam na ânsia da notícia e do comentário”. (KELLY, 1966, 79, grifos do autor)

Ainda seguindo esta lógica, o autor observa que o modo de agir do jornalismo não é o do cientista, mas do artista.

O jornalista descobre, a qualquer pretexto, as peculiaridades da espécie e as traduz em “achados” elementares – os seus registros – com que desvenda os mais intrincados mistérios. Na captação de tais aspectos – uns parecem vulgares, outros fatais, sem ares de transcendência – escreve o jornalista o mais sensível capítulo sobre a humanidade. Talvez o mais verdadeiro, dada a acuidade que revela. Tem, sobre os ensaístas, a superioridade do pressentimento, uma projeção diária no futuro. O passado não lhe pertence. O presente não se limita a presente: é também predição”. (KELLY, 1966, 79)

A sensibilidade é considerada um “dom de Deus”, mas que pode ser aperfeiçoada pelas pessoas, no caso os jornalistas. É uma visão do jornalista como flâneur, “passeando sua atenção por variados domínios (como o turista que vagueia o olhar pela natureza) (...)”. (KELLY, 1966, 81) Esse aperfeiçoamento da sensibilidade seria resultado de um treinamento especial, cuja forma não é explicitada pelo autor, mas que torna os jornalistas capazes de selecionarem aqueles que de fato significam para a coletiva. E assim o jornalista se torna “um servidor de esclarecimento”. (KELLY, 1966, 82)

Ainda sobre a sensibilidade necessária ao jornalista, Kelly ressalta:

A sensibilidade profissional faz do jornalista o selecionador espontâneo, intuitivo dos acontecimentos que virarão notícia, e dá-lhes o tratamento que lhes assegure essa transformação técnica. A cada passo, confere os resultados de seus pressentimentos: com isso, apura e ajusta a sensibilidade, com que, de novo, se entrega a seu interminável colóquio como mundo – fonte de sua motivação – e com o público - destino de suas mensagens. (KELLY, 1966, 82)

Na oração, Kelly apresenta a necessidade de o jornalista possuir, além da sensibilidade, “conhecimentos culturais básicos”, entre eles o da geografia, da história, física, artes além dos idiomas. Mas ele ressalta que a cultura para o jornalista não deve ser medida apenas com a erudição: “(...) ao contrário, será a

verdadeira cultura – a cultura assimilada -, não para a reprodução enfática, porém para a melhor compreensão dos fatos, associada à sensibilidade cultivada e treinada, que é também efeito e integração de cultura”. (KELLY, 1966, 83)

Ainda seguindo esta lógica, Kelly enfatiza que em todo o jornalista existe “um ser enciclopédico, iniciado nos bancos universitários e complementado, existência afora, pelas achegas do ofício”, aludindo à experiência como um fator determinante neste processo de formação.

E é nesse ponto que ele faz a referência explícita à formação universitária dos jornalistas, observando que ela deve contemplar cultura geral, cultura específica e cultura técnica, devendo ocorrer de forma simultânea “com a prática e a inovação”. O autor destaca a importância do “ambiente da Universidade”, pelas possibilidades que apresenta quanto ao acesso ao saber, à pesquisa, a convivência com a diversidade de profissões, bem como encontro com mestres e demais colegas “de quantos cursos testemunhem a universalidade do conhecimento”. (KELLY, 1966, 84)

A relação entre Universidade e liberdade são destacadas pelo autor, que considera que:

(...) se confundem no ideal comum da liberdade: naquela a liberdade de cátedra, sagrada e intocável, essencial ao desenvolvimento das pesquisas e à formação e reformulação das teorias; neste, a liberdade de imprensa, indispensável à elaboração da notícia e à interpretação dos acontecimentos. O jornalista também é um pesquisador. Essa liberdade, por que tanto se batem os cientistas e os jornalistas, tem sua razão em outro ideal comum à Universidade e à Imprensa: o de servir à verdade, o de persegui-la, o de preservá-la de deformações e de falsidades, o de poder falar em nome dela aos estudantes e ao público, o de fazer dela o fundamento da tranquilidade de sua consciência, o de viver e morrer por ela. (KELLY, 1966, 85)

Compromisso com a verdade e liberdade de expressão são enfatizados pelo autor, que evidencia sua visão cristã diante do mundo e das profissões:

Quem caminha com tais credenciais, para o mundo maravilhoso das comunicações coletivas, leva à humanidade uma mensagem de fé, de integridade moral, de respeito por seu semelhante, como se das contingências do jornalismo emergisse uma nova magistratura na pureza de suas intenções e pronunciamentos, apesar das inquietações e vicissitudes do ofício. (KELLY, 1966, 85)

A visão romântica do jornalismo, associado a grandes heróis de diferentes épocas, é evidente na perspectiva de Celso Kelly. Entre os grandes personagens da história do mundo, destaca Homero, poeta épico da Grécia antiga; Aquiles e Heitor, também personagens da mitologia grega; e Ernest Hemingway, escritor norte-americano, que se destacou no jornalismo com a conquista de prêmios de grande relevância, como o Pulitzer¹⁴⁵.

É dessa forma que o autor relaciona o jornalismo, historicamente, ao que considera seu aspecto mais singelo: “(...) a escolha e captação do fato, a sua reformulação em notícia, a divulgação regular da mesma a um público cada vez maior(...)”. A essência do jornalismo reside, na visão de Kelly, em saber captar e transferir a informação a quem se interessa. E ele prossegue observando que o virtualismo da imprensa está justamente na passagem da informação, na sua transformação em notícia.

A captação do fato é outro aspecto destacado pelo autor, como um desafio permanente para o jornalista.

Não me refiro aos achados do acaso, porém à seleção, à penetração em fatos essenciais no turbilhão dos acontecimentos que ocorrem a cada minuto no mundo, a reclamar a atenção. Muitos são os chamados, poucos os escolhidos. (...) E, ante a fertilidade de eventos – a maior inflação de todos os tempos – exige-se a justa dosagem do mais importante, do mais pitoresco, do mais humano (...). (KELLY, 1965, 13 e 14)

Diante disso, o jornalismo se configura como uma enciclopédia dos modos de vida, dos fatos mais relevantes, do interesse das multidões. Mas, segundo Kelly, “sem o artificialismo dos verbetes, nem a pedantaria dos conhecimentos sistematizados, nem a pretensão da auto-suficiência”, mas com a “universalidade dos domínios”. (KELLY, 1865, 14)

Comunicabilidade é um conceito empregado em diversos pontos pelo autor, para se referir a todos os recursos empregados pelo jornalismo na transmissão dos fatos que se julgam mais relevantes – processo de apuração, a linguagem adotada, ou “tôda criação expressiva”. (KELLY, 1966, 15) Um processo que o autor define como engenho e que envolve inclusive aspectos

¹⁴⁵ <http://www.pulitzer.org/>

artísticos. “Tôda arte, tôda linguagem, tôda criação expressiva importa em transmissão de uma idéia, uma mensagem, uma notícia. (KELLY, 1966, 15)

A conquista do público é apontada como a principal função do público, no que Kelly chama de “a grande batalha da competição jornalística”, lembrando que assim como não há teatro sem plateia, não existe jornal ou revista sem leitores. (KELLY, 1966, 15) Apesar da busca por grandes tiragens, Kelly observa que o público não pode ser visto como algo compacto, homogêneo, mas sim por diversos grupos que se diferenciam por inúmeros fatores e interesses, como culturais, econômicos, profissionais, etc.

E o jornalismo vai se especializando de acordo com os interesses desses diferentes grupos, tanto para a abordagem de assuntos locais, inclusive em determinados idiomas predominantes na comunidade, quanto para esportes, economia, entre outras temáticas. E há que ressaltar a opinião do autor de que o “viveiro autêntico do jornalismo” se dá na pequena imprensa e vai se perdendo na medida em que essas organizações se expandem.

Quando circunstâncias de várias ordens interferem nas organizações tentaculares do jornalismo, chegando a construir cadeias de jornais e emissoras, o refúgio da autenticidade e da simplicidade está nos jornais pequenos e nas pequenas emissoras do interior. O jornalismo não se mede tão somente pelas tiragens astronômicas, mas pela sobrevivência integral de seus atributos inatos. Deve-se, pois, dispensar igual importância ao jornalismo, qualquer que seja a dimensão, desde que ética, técnica e substancialmente atinja o mínimo de seus impostergáveis requisitos. (KELLY, 1966, 18 e 19)

Além de apresentar as características que distinguem os diferentes veículos por onde circulam as produções jornalísticas – TV, jornal impresso, revista e rádio, Kelly também destaca a importância da publicidade, lembrando que a técnica cresceu aliada ao desenvolvimento do jornalismo, exercendo, portanto, também forte influência sobre o leitor. E também comenta a respeito da propaganda política e dos departamentos de informação, que também possuem funções próximas do jornalismo.

Recorrendo a Alceu Amoroso Lima, que como visto anteriormente era uma importante liderança católica, Celso Kelly defende uma teoria estética do jornalismo, pela criatividade que envolve a atividade, bem como pela

comunicabilidade, integração social, emoção coletiva, valorização do cotidiano, entre outros fatores. E o autor aponta novamente dois problemas cruciais do jornalismo: a posição diante dos fatos e a capacidade de transferência ao leitor. E aponta o repórter como a figura central desse processo, pela “curiosidade por tudo, sensibilidade aguçada, destemor diante do perigo, perseverança e continuidade”, que são apontadas como qualidades essenciais ao bom profissional. (KELLY, 1966, 26)

Novamente Kelly aponta as similaridades entre os jornalistas e artistas, pela capacidade de captar flagrantes da vida humana e da natureza:

Onde quer que haja a ponta avançada da sensibilidade humana, rasgando o véu dos fatos que nos circundam, existe ali o autêntico repórter, que dará depois tratamentos diversos aos resultados de sua penetrante investigação. O repórter e o escritor em geral alcançam revelações que escapam de todo ao comum dos homens, empobrecidos, ou inexperientes em sua condição de auscultar os seus semelhantes. Eis porque todos precisam do jornalista e do artista, ou seja, de quem lhes dá a ver e sentir o que a sua visão curta não permite alcançar de pronto. Um e outro, dada a vocação que lhes é peculiar, estão acima da mediocridade. (KELLY, 1966, 27)

E as semelhanças do processo jornalístico com o artístico se dão, na opinião do autor, tanto pela ordem ética quanto pela estética.

De um lado, a captação do fato ao meio, tal como o pintor ou o romancista diante de uma criatura que se tornará modelo ou personagem. De outro lado, a comunicação do fato captado, não de maneira fria e documentária, mas segundo a sensibilidade do repórter ou cronista, contando o contável e provocando nas entrelinhas o manancial de sugestões que a sua palavra enxuta possa produzir. (KELLY, 1966, 29 E 30)

Como exemplo dessa arte de reportariar um fato, cita a cobertura de um julgamento: o jornalista, que no lugar de apresentar as notas taquigráficas tomadas nos depoimentos e debates, “conta os fatos nas suas essencialidades e nas suas culminâncias, no seu pitoresco e no seu dramático”, fazendo com que “a realidade da reportagem torna-se maior que a realidade do documento”. (KELLY, 1966, 30) E os efeitos desse trabalho são os mesmos do processo de criação artística, focados na emoção e na sugestão.

Outro aspecto ressaltado nesse sentido é o do uso da palavra, que faz o jornalismo se aproximar da literatura, mas sem que isso signifique que devemos

confundir a produção das notícias com a ficção. Haveria então afinidades e influências da literatura sobre o jornalismo e do jornalismo sobre a literatura. “Uma das diferenças residirá no propósito do autor: o escritor expressa seus próprios pensamentos e experiências; o jornalista expressa os da comunidade. A literatura pode abstrair-se do tempo; o jornalismo precisa ser oportuno”. (BOND apud KELLY, 1966, 32)

Estar sempre atento, ou de “faróis acesos” nos dizeres de Kelly, é o comportamento que se espera dos bons jornalistas, que devem sempre estar em busca de informações. E também decorre da sensibilidade do jornalista a escolha, entre tantos fatos, daqueles que mais sensibilizam a audiência. Assim, o autor enumera a necessidade de os jornalistas saberem “como observar, ouvir, anotar e interpretar os fatos e acontecimentos de cada dia”. E nessa tarefa de informar não é o efêmero que caracteriza o jornalismo, mas a busca do permanente. “(...) o jornal é exatamente uma contínua luta pela fixação de realidades, uma tentativa de captar, nos acontecimentos cotidianos, algumas verdades particulares e permanentes na vida do homem”. (KELLY, 1966, 28)

Escrever depressa é outro requisito considerado fundamental por Kelly aos grandes jornalistas. E isso deve ser associado à precisão e ao menor uso de palavras, de modo a transmitir de forma exata a informação ao leitor. E cabe ao jornalista, além de informar, divertir e contribuir para a formação da opinião pública.

Antes de entrar na discussão da formação dos jornalistas, Celso Kelly analisa a fase do jornalismo boêmio, que ele intitula também de “fase heróica”, pelo fato de ser praticado por jovens que enfrentavam toda ordem de escassez de recursos, tanto materiais quanto financeiros. O período, destaca o autor, foi marcado pelo que ele chama de “esforço ilimitado de alguns e a adesão de outros”. A remuneração, além de baixa, era irregular – muitas vezes, o pagamento era feito em vales, fazendo com que a atividade não tivesse caráter profissional – “O jornalismo é apenas um bico, ou um meio para se alcançar empregos e situações vantajosas” -e nem mesmo os jornais pudessem ser caracterizados ou tratados como empresas por seus donos. (KELLY, 1966, 47)

“Atmosfera de improvisação e de combate” são algumas outras expressões usadas por Kelly para descrever esse período, marcado ainda, segundo o autor, pelo idealismo e pela paixão dos que se dedicavam à atividade, exercida sem qualquer formalidade.

A redação de um jornal – e, como via de regra, eram precárias essas redações – assemelhava-se a uma oficina de aprendizagem, a um clube, a um núcleo político, a um ponto de encontro e de novidades. Poetas, deputados, escritores, artistas confundiam-se com os homens de imprensa; por vezes, os autênticos jornalistas eram pouquíssimos, em relação ao grupo de afeiçoados. (KELLY, 1966, 47 e 48)

Kelly observa que o ensino de jornalismo, seja em nível médio ou universitário, não supriria da parte das empresas jornalísticas a manutenção de departamentos destinados ao desenvolvimento de estudos a respeito da atividade, bem como o estímulo a inovações técnicas.

Os estudos de um jornalista não cessam nunca. Com ambições enciclopédicas, o jornalismo sempre requer mais conhecimentos do plano das especializações, reclama aprofundamento e atualização permanentes. Volto a Hohenberg: *através de toda a sua carreira, se quiser acompanhar os tempos, deverá voltar sempre à escola. Programas pioneiros, tais como patrocinados pelo American Press Institute*¹⁴⁶, *que mantém regularmente seminários de duas semanas para jornalistas veteranos das principais categorias, conseguiram apóio geral de profissionais de todos os tipos.* (KELLY, 1966, 52 e 53 – grifo do autor)

Cultura e sensibilidade para selecionar notícias são duas características apontadas como fundamentais à boa prática do jornalismo por Celso Kelly. O autor destaca que sem cultura e sensibilidade, os jornalistas não conseguem selecionar as notícias entre as centenas ou até mesmo milhares de informações que chegam às redações.

A ética é outro aspecto destacado como fundamental à boa prática do jornalismo, sendo associada especialmente à busca pela verdade.

Se a ignorância leva por vezes a distorções e equívocos, o fanatismo ou quaisquer outras paixões podem conduzir a falsidades. Não pode o jornalismo fugir à sua ética, que é baseada na verdade e somente na verdade. *Se a imprensa tem hoje a importância que tem e a sua liberdade é um ponto capital do verdadeiro progresso social – pondera Alceu Amoroso Lima – é devido a êsse seu papel para criar a Opinião Pública e mantê-la, dentro de seus direitos e dos seus*

¹⁴⁶ O American Press Institut é uma instituição destinada a desenvolver estudos destinados a ajudar empresas de comunicação a engajar a audiência, com aumento de receita e a prática de produções mais qualificadas. Funciona até hoje e pode ser acessado em https://www.americanpressinstitute.org/about/about-us/?utm_content=nav

deveres. Sempre que o jornalista envenena a Opinião Pública, fanatiza-a ou a informa mal, está falhando à sua finalidade. (KELLY, 1966, 56)

Kelly observa que o compromisso com a verdade e a ética é uma das questões fundamentais “no preparo de jornalistas: a sua formação moral, alicerce da consciência de um ofício, que se transformou em profissão de interesse público, como o professorado ou a medicina.” (KELLY, 1966, 56) Por isso, o autor considera que ética e legislação de imprensa é uma disciplina considerada fundamental.

Do ponto de vista da cultura, outro pilar importante na formação dos jornalistas, Kelly destaca a importância de os jornalistas terem uma sólida formação em cultura geral, compreendendo:

(...) a interpretação do tempo, ou seja a história e a contemporaneidade; o conhecimento do espaço, ou seja a geografia e a física; a linguagem científica, ou seja a matemática, a metodologia das ciências, e a ciência em si, em seu estado atual, particularmente as conquistas biológicas; os estudos relacionados com a sociologia, a economia, a política, a criminologia, as relações internacionais, no que se identificam com problemas vivos do presente; uma visão ampla das artes, da indústria e dos esportes, como formas criativas e recreativas (...) (KELLY, 1966, 58)

O autor observa, no entanto, que este vasto conhecimento não significa que se pretenda transformar os jornalistas em enciclopédias, mas capazes de dominar o que seja fundamental para interpretar “a infinita riqueza humana, como notícia e público”. (KELLY, 1966, 58 e 59) Mas o ensino de tais disciplinas deve atender às peculiaridades do jornalismo, por meio dos programas, que defendia Kelly, deveria ser distinto do que é oferecido em outros cursos, como filosofia, magistério, etc. Por isso, a ênfase deve ser na problemática contemporânea. Nada a ver também com o que se fazia no antigo ensino médio, “(...) tão divorciado da vida que nêle insistir importaria em aprofundar um vício”. (KELLY, 1966, 59) Prossegue ainda, defendendo que o êxito do ensino estaria na articulação das diferentes disciplinas, na “interpretação das vivências do nosso tempo”. (KELLY, 1966, 60)

Mais uma vez, o autor enumera os conteúdos que considera fundamentais à formação dos jornalistas e que ele chama de Ciências da Informação e da Comunicação Coletiva: Psicologia Social, Antropologia Cultural, Ética, Política, Psiquiatria, no aspecto da formação geral, e Publicidade, Relações Públicas,

Educação, Administração e Estatística, entre as consideradas específicas. Seria assim constituído um arcabouço de saberes de diferentes campos das ciências, para o que chama de “análise fenomenológica da notícia”, dando ao jornalista “plena consciência” dos seus afazeres. (KELLY, 1966, 61)

Uma outra disciplina considerada fundamental por Kelly é a de Introdução ao Jornalismo, ou Teoria do Jornalismo e das Comunicações, que daria aos jornalistas a capacidade de convergir “dados para a análise do fenômeno “comunicação coletiva” (...)”. (KELLY, 1966, 61)

Ainda que considere um certo idealismo, o autor defende uma formação que crie uma “consciência jornalística escrupulosa”, fazendo com que os meios de comunicação seriam regidos por práticas que capazes de conter excessos, banir a demagogia, evitar o sectarismo e ser orientado por uma ação neutra. (KELLY, 1966, 61)

O livro reúne ainda as considerações que Celso Kelly fez ao Conselho Federal de Educação a respeito das reformulações que julgava necessárias ao ensino de jornalismo. O posicionamento parte de considerações formuladas e divulgadas em 1948 pela Unesco (mais especificamente pela Segunda Comissão de Necessidades Técnicas), e que considerava o treinamento profissional condição básica para o bom desempenho profissional.

Os quatro princípios fundamentais promulgados pela Unesco davam conta da enorme influência que o jornalismo exerce sobre a sociedade, alertando para o que pode ser feito a partir disso, de forma positiva e negativa, inclusive do ponto de vista do entendimento ou da discórdia entre as nações. O terceiro princípio diz respeito à necessidade de o jornalismo ser praticado por profissionais que possuam “mais ampla base de conhecimentos”, para evitar a “superficialidade ou a natureza apressada de seus comentários”. Por fim, reforça-se o papel da prática, essencial “à boa aplicação dos conhecimentos gerais e das técnicas da informação”. (KELLY, 1966, 62 e 63)

O autor volta a ressaltar o valor do processo de aprendizagem decorrente da prática, lembrando que “cada redação ou estúdio vem sendo uma escola

natural, em que, não havendo as figuras ostensivas do mestre e do aluno, existe, contudo uma progressiva transmissão de técnicas e conhecimentos, ao sabor das circunstâncias e solicitações”. (KELLY, 1966, 62)

Ele observa que essa formação contínua apresenta virtudes e também excessos, tanto na aprendizagem informal, decorrente da prática, quando no âmbito acadêmico. Kelly considera ainda a dificuldade de se transpor a vivência da profissão - qualquer que seja – para o espaço da escola, e ressalta que esse processo, que ocorre em todas as áreas, só se dá com uma ação contínua, de experiências e ajustes. Defende ainda o valor da pesquisa, como lugar capaz de propiciar a renovação:

Quase sempre se caracterizou pelo predomínio das teorias sobre a prática; pelo verbalismo exagerado; pela falta de objetividade; por um formalismo exacerbado. Assim tem acontecido em todos os ramos, na medicina e na própria engenharia, mais próximas da objetividade, em virtude da natureza de cada qual. Entretanto, sucessivas alterações vão conquistando a desejada integração profissional. A Lei de Diretrizes e Bases obriga o ensino superior à sua ministração em cooperação com centros de treinamento. O verbalismo cede lugar à vivência da profissão. Não dispensa, porém, a sistemática dos estudos. E, mais ainda, não se contenta com a revelação do saber específico em seus conhecimentos compendiados: exige a concomitância do ensino com a pesquisa, pois só esta abre caminho à renovação, fugindo à rotina. (KELLY, 1966, 66)

A criação do Ciespal, por iniciativa da Unesco, idealizada em 1958 e iniciada em 1959, também é ressaltada por Kelly, que considera a iniciativa “bem inspirada”. O autor cita a realização de levantamento feito em todos os países ibero-americanos, em quatro seminários, destinados a promover o encontro de professores e diretores dos cursos de jornalismo, de diretores e profissionais de veículos de comunicação e de associações de classe, visando à discussão sobre “as virtudes e defeitos do ensino de jornalismo” e que resultou numa publicação indicando soluções e revisões. (KELLY, 1966, 67)

Kelly enaltece o lugar do Ciespal na análise da formação dos jornalistas, explicando que os seminários realizados pelo Centro abordaram temas como a estrutura dos cursos de jornalismo em relação às necessidades dos meios de comunicação, a situação dos profissionais e o desenvolvimento das ciências da informação.

Com relação à prática, Kelly considera que “o treinamento” poderia ser feito com o deslocamento dos alunos a uma redação, onde pudesse realizar estágio, “oferecendo a vantagem incontestável da vivência efetiva da profissão”, ou pela criação de estruturas de laboratórios onde pudessem ser realizados exercícios (mas tendo, segundo o autor, como “desfavor a ausência de realismo profissional”) ou, por fim, o intercâmbio entre as escolas que formam os jornalistas e as empresas, com os alunos passando períodos alternados de meio ano em cada ambiente.

Qualquer que seja a modalidade admitida para o treinamento, impõe-se, como medida complementar, a participação de representantes de empresa nos conselhos departamentais de jornalismo. Graças a essa presença, a profissão estaria refletida nos planos de ensino, e a parte de aplicação ganharia perspectivas imprevistas. Até mesmo – tal como ocorre em certos cursos técnicos de nível superior no Brasil – os alunos passariam a profissionais antes de terminado o curso. (KELLY, 1966, 73)

E enumera as disciplinas que deveriam compor o currículo mínimo:

I. disciplinas culturais: a) Civilização Contemporânea; b) Estudos Sociais e Econômicos; c) História da Cultura Artística e Literária; d) História e Geografia do Brasil; e) Cultura Brasileira; II. Disciplinas específicas: a) Ciências da Informação; b) História do Jornalismo; c) Jornalismo Comparado; d) Ética e Legislação do Jornalismo; e) Administração de empresas jornalísticas; f) Investigação Científica dos Meios de Informação; III. disciplinas instrumentais: a) Português e Literatura de Língua Portuguesa; b) Língua Estrangeira Moderna; c) Redação de Jornalismo; d) Técnicas de Jornalismo e as respectivas práticas: jornal, periódico, rádio-jornalismo, tele-jornal, publicidade(...). (KELLY, 1966, 76)

O autor explica ainda que para complementar as disciplinas de Redação de Jornalismo e Técnicas e Práticas de Jornalismo, os cursos deverão contar com o que ele chama de Centro de Treinamento, ou Oficina de Aplicação, ficando as disciplinas específicas a cargo do Instituto de Informações, que funcionará como centro de pesquisas e de colaboração didática.

3. A função do jornalismo na sociedade e sua constituição como profissão

Muito se discute a respeito do papel que o jornalismo tem na sociedade, sendo recorrente atribuir à atividade a tarefa de informar, de transmitir o que ocorre da forma mais verdadeira possível, com isenção, imparcialidade. Mas a função social do jornalismo vai bem além de informar e é preciso compreendê-la na sua dimensão mais complexa sobre a vida cotidiana, abrangendo além dos aspectos sociais, os econômicos e políticos.

Mas o jornalismo tem se transformado e expandido de forma considerável, desde que surgiu. São muitas as transformações na forma de produzir notícias e, também, na organização do mercado de trabalho e nas opções de atuação, bem como nos dilemas e desafios que profissionais e empresas do ramo vêm enfrentando nas últimas décadas.

Abordar o papel do jornalismo na sociedade, diante dos desafios e rupturas que marcam a atividade ao longo da história, é um dos propósitos deste capítulo, que também se destina a discutir a atividade como profissão. Para isso, vamos analisar como se dá o processo de constituição das profissões no âmbito da abordagem sociológica das profissões, associando depois esse debate ao impacto do jornalismo na sociedade, bem como ao percurso da atividade até ser considerada uma profissão. Também se discutem teorias que embasam a percepção do campo como atividade profissional, assim como os dilemas que o campo vem enfrentando na chamada era pós-industrial, com base num estudo desenvolvido pela Universidade de Columbia.

3.1. A abordagem sociológica das profissões

Não é possível falar de sociologia e jornalismo sem recorrer a Max Weber, um dos sociólogos mais clássicos da era moderna e que se dedicou não só a observar o jornalismo como um campo de conhecimento científico como atuou como editorialista em vários jornais alemães. Em 1910, a pedido da Associação de Sociologia Alemã, durante conferência, destacou a importância de se estudar a imprensa, por meio de uma sociologia da imprensa. O propósito, segundo ele, não

era adular “os senhores da imprensa”, mas sim tratar de um tema, a imprensa, que considerava extraordinário e imprescindível à vida moderna.¹⁴⁷

Weber apontou na ocasião uma série de questões que até hoje estão presentes em muitos estudos de abordagem sociológica sobre o impacto da imprensa na sociedade, a começar pelas relações que são estabelecidas na medida em que determinados assuntos são tornados públicos pelos jornais. Os interesses de quem têm o direito de falar na imprensa, o aspecto capitalista presente na atividade de forma cada vez mais crescente também são abordados, assim como a tensão que acaba por se estabelecer entre os interesses públicos e privados.

(...) devemos orientar a investigação sobre a imprensa no seguinte sentido. Perguntando primeiro: o que aporta a imprensa à conformação do homem moderno? Segundo: que influências exerce sobre os elementos culturais objetivos supraindividuais? Que deslocamentos produz neles? O que se destrói ou é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, do “sentimento de viver” – como se diz hoje em dia –, que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas?¹⁴⁸

A proposta do sociólogo, mais do que dar respostas, era apontar questões e usar os jornais como instrumento para as análises, procurando verificar, inicialmente, como o conteúdo dos jornais foi se transformando, em estudos que começariam de forma quantitativa para depois avançar para a abordagem qualitativa.

Numa conferência que fez em 1919, a estudantes da Universidade de Munique, sobre “Política como vocação”, título de um de seus livros, Weber também falou sobre o jornalismo como profissão, associando-o à vocação política. Também ressaltou as dificuldades que os que se dedicam à atividade enfrentam, diante das pressões a que estão expostos.

¹⁴⁷ WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2084/1825>. Acesso Maio 2018

¹⁴⁸ Weber, Max. Op cit

(...) não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida - segundo as exigências do “mercado” - e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e, acima de tudo, sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um fato que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam.¹⁴⁹

Ao falar da abordagem das profissões no âmbito da sociologia, Carlos Manuel Gonçalves¹⁵⁰ lembra que os estudos foram iniciados nos anos 1930 nos países de língua inglesa, que buscaram uma distinção entre profissão e ocupação. Como decorrente das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que impactam o mundo do trabalho em função do processo de globalização, especialmente na Europa e América do Norte, surge a análise sociológica das profissões.

Embora sejam inúmeras as abordagens, a análise pode ser dividida a partir da perspectiva funcionalista, pelas contribuições dos interacionistas simbólicos, entre os anos 30 e 60, mas também pela crítica que se faz às teses funcionalistas, a partir do surgimento de revisões, que avançam até os anos 70; terceiro, na década de 1980, com o que o autor chama de “sedimentação da diversidade de quadros teórico-metodológicos, ampliando perspectivas desenvolvidas na fase anterior”, enfatizando aspectos relativos ao poder e monopólios profissionais; e a quarta e última fase, com a comparação dos fenômenos profissionais, a partir do avanço da sociologia na Europa continental e de novas problemáticas teóricas.

Os britânicos Carr-Saunders e Wilson (1933) são apontados como autores que fundam a abordagem sociológica das profissões.

Da sua leitura destaca-se, em primeiro lugar, a definição dos atributos particulares às profissões, e não observáveis nas ocupações comuns, que lhes dão

¹⁴⁹ SANTOS, Márcia V. Malcher dos. Jornalista por Vocação: algumas considerações sobre a percepção de Max Weber a respeito da profissão. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32263>

¹⁵⁰ GONÇALVES, Carlos Manuel. Análise sociológica das profissões. – Principais eixos de desenvolvimento. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>

um lugar distintivo no seio da sociedade e, em segundo, a defesa do profissionalismo, na qualidade de sistema de valores, como fundamental para o funcionamento das sociedades capitalistas. Daqui derivam determinadas questões principais, interdependentes, que irão nortear, nas décadas seguintes, as perspectivas funcionalistas: o que é uma profissão? quais os atributos que possuem, em termos de natureza e organização do trabalho e dos valores, que as distinguem das ocupações comuns? qual a função social das profissões? que contributos poderão fornecer para a manutenção das sociedades capitalistas?¹⁵¹

Nos anos 1950 e 1960 foi desenvolvida a perspectiva funcionalista, na sociologia norte-americana, que distinguia as profissões das ocupações. Entre os atributos distintivos está o altruísmo, a orientação vocacional, dispor de conhecimentos científicos e técnicos que são mais complexos e se caracterizam pela especialização, decorrentes de formação universitária longa. A isso se soma a utilização racional e não de caráter do mercantil e as práticas profissionais orientadas por princípios éticos e deontológicos, e cita como exemplos os médicos e os advogados, que serviram de referencial para as demais. Além disso, outro aspecto destacado é dar respostas às necessidades sociais, como forma de assegurar a integração. São privilegiadas as profissões com maior distinção social – como a dos médicos e advogados.

É Parsons (1958, 1972, 1982) um dos sociólogos que recupera esta tese de Durkheim ([1897] 1973 e [1893] 1984), enfatizando-a na sua análise e rompendo, em simultâneo, com a perspectiva de natureza sociográfica sobre as profissões (...).A posse de conhecimentos científicos e técnicos e o ideal de serviço à colectividade são consideradas como as principais fontes de legitimidade social das profissões e uma garantia da sua imprescindibilidade funcional para as sociedades. As teses funcionalistas foram fundamentais para a delimitação do campo da análise sociológica das profissões e para a sua valorização no seio da sociologia.¹⁵²

O interacionismo simbólico vem romper com a perspectiva funcionalista na análise das profissões, uma vez que o foco passa a ser nas práticas dos

¹⁵¹ GONÇALVES, Carlos Manuel. Op cit

¹⁵² Idem, ibidem

membros que pertencem a uma determinada profissão como forma de reconhecimento e legitimação social por terem o monopólio de uma determinada atividade, distinguindo-se em termos de prestígio e status social. Essa primeira ruptura, atribuída especialmente a Hughes, se dá inclusive pela mudança epistemológica e teórica dos interacionistas no que diz respeito à sociedade e à sociologia.

(...) a problemática sociológica nuclear radica-se na análise das práticas dos membros de um grupo ocupacional para serem reconhecidos e legitimados socialmente como detentores monopolistas de uma área de actividade profissional, o que lhes confere um elevado prestígio e estatuto social - deste modo é determinante a compreensão dos jogos de interacção social permeados pela conflitualidade e pelo poder de controlar e monopolizar determinadas actividades profissionais; as profissões são objectos da prática quotidiana, não mais de que um “folk concept”; a inexistência de uma definição apriorística de profissão, mas uma pluralidade de situações, resultantes de diferentes contextos sociais em que são exercidas as correspondentes actividades laborais (...)¹⁵³

A isso se soma também a opção por estudos relativos a profissões não mais socialmente distintivas, que passam a ser analisadas pela observação participante e histórias de vida, com base nos estudos etnográficos da Escola de Chicago.

O poder profissional emerge com as revisões que são feitas sobre a abordagem funcionalista, entre os anos 1960 e 1970, com o surgimento de inúmeras referências teóricas. Vai também, segundo o autor, gerar um desencanto sobre o mundo profissional pelos sociólogos. Isso se caracteriza “pelos estratégias de defesa ou de consolidação protagonizados pelas profissões dos seus próprios interesses económicos e políticos”.¹⁵⁴

Os anos 1980 marcam o que o autor aponta como terceira fase da análise sociológica das profissões – é quando ocorre o aprofundamento das análises sobre poder e monopólio profissionais. Há uma redução das críticas sobre as profissões

¹⁵³ GONÇALVES, Carlos Manuel. Op cit

¹⁵⁴ Idem, ibidem

e também uma revisão sobre sua inserção nas sociedades capitalistas, marcadas por processos de globalização.

A quarta fase, nos anos seguintes, é marcada pela ampliação da sociologia na Europa, com abordagem comparativa dos fenômenos profissionais.

Na contemporaneidade, Gonçalves observa que tanto nos países europeus como anglo-americanos ampliam-se as noções de profissões, mas mantendo alguns eixos comuns, como posse de um conjunto de conhecimentos científicos e técnicos específicos, decorrentes de formação acadêmica, autonomia profissional, identidade própria e associação de pares.

3.2. Jornalismo na sociedade

Considerar que o jornalismo vive hoje o momento de maior transformação, em decorrência especialmente da onipresença da tecnologia e das redes sociais, significa ignorar que toda a história da atividade é marcada por mudanças profundas e significativas. Basta observar o que o surgimento dos primeiros jornais impressos gerou sobre a sociedade, assim como o impacto e as mudanças decorrentes da presença do rádio e da televisão.

Pode-se assim afirmar que a história do jornalismo é marcada por transformações, tanto do ponto de vista dos recursos empregados para a sua produção quanto pelos impactos que gera na sociedade.

O surgimento da atividade coincide com o processo de urbanização e também vai ser decorrente e impactar a alfabetização, o consumo e a introjeção dos modos de vida moderna.

Antonio Hohlfeldt (2010) lembra que há uma íntima relação entre o desenvolvimento social e os processos comunicacionais, isto porque a comunicação desempenha uma série de ações na sociedade, como informar, constituir consenso de opinião, persuadir, convencer, aconselhar, constituir identidades e também divertir.

O ponto de partida dessa relação foi, na opinião do autor, a invenção da escrita pelos sumérios, 3.500 AC, assim como o surgimento da escrita entre os judeus e os gregos, permitindo a codificação das narrativas mitológicas, passando pela Grécia e as aplicações feitas por Platão e Aristóteles, assim como na época do império romano, no surgimento da burguesia europeia e da Europa e dos Estados Unidos no século XX. O autor lembra que cada uma dessas épocas apresenta características específicas e formas distintas de concretizar os processos comunicacionais, de modo que a comunicação também atenda a diferentes finalidade e propósitos. Ou seja, a comunicação está, historicamente, associada ao desenvolvimento social.

Isto porque a comunicação, ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentre as quais: informar, constituir um consenso de opinião – ou, ao menos, uma sólida maioria – persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto a atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir. (...) O estudo da história das civilizações – fiquemos com as ocidentais, mas certamente podemos aplicar o mesmo princípio a todas as demais – evidencia uma íntima relação entre a existência de sistemas comunicacionais e o auge do desenvolvimento civilizacional. (HOHLFELDT, 2010, 63)

José Marques de Melo (2003) vai mais longe e considera que a comunicação significa o “próprio momento da Humanização” e representa “o alicerce da vida em sociedade”. (MELO, 2003, 31) A imprensa, assim, representaria a consolidação da cultura alfabética, servindo ao individualismo e à auto-expressão pessoal na sociedade, num claro encadeamento de circunstâncias históricas decorrentes do declínio do feudalismo, do desenvolvimento do comércio, do aparecimento das indústrias, da expansão da vida urbana, da criação das universidades e da formação da elite intelectual burguesa.

Assim, a imprensa decorrente da invenção da prensa móvel de Johannes Gutenberg, em 1450, seria um prolongamento de recursos que o homem já vinha utilizando, como papel, tinta, alfabeto, metais, e veio atender a necessidade de produção de livros pela elite intelectual, assim como suporte à expansão das atividades da burguesia comercial e industrial, atendendo também às necessidades

de organização administrativa das cidades e principados e também aos interesses da Igreja, por exemplo, na reprodução de orações e imagens de santos.

Na difícil tentativa de definir o que é o jornalismo, Nelson Traquina (2005) remonta ao século XIX onde, segundo ele, foram cultivadas as raízes da atividade tal qual conhecemos hoje. Isso seria decorrente da emergência da informação, fazendo daquele século a época de ouro do jornalismo, em função da evolução da economia, devido à industrialização da sociedade e do surgimento da publicidade; o desenvolvimento da política de acordo com os princípios democráticos, o avanço dos recursos tecnológicos e uma série de transformações sociais, como a urbanização, o surgimento e a expansão das cidades.

Diante dessas perspectivas, vale acrescentar as observações de Sylvia Moretzhon (2007), que considera que por lidar com fatos do cotidiano e pelo ideal iluminista que apresenta, o jornalismo tem como função o esclarecimento dos cidadãos, inclusive com o propósito de demonstrar que os fatos não são necessariamente o que parecem ser. Mas isso exigiria uma desnaturalização normalmente presente no processo produtivo das notícias e um pensar por si próprio, como tratado por Kant.

A naturalização das rotinas de produção, prossegue Moretzhon (2007) acaba por conformar uma maneira de fazer jornalismo como se fosse a única possível, com a internalização de procedimentos pela justificativa de que é necessário produzir a notícia num determinado período de tempo, ou como ela própria ressalta, sob a justificativa de que fazer de forma contrária pode significar que “o jornal não sai”. (MORETZHON, 2007, 239)

Há ainda nesse contexto o fato de que os objetos do jornalismo são decorrentes do cotidiano e a necessidade de transmitir a informação com rapidez se transforma num fetiche. “(...) a valorização da urgência na transmissão de informações cria um fluxo contínuo que tem como efeito principal “alimentar o sistema”, de modo que se consome sobretudo velocidade, e não notícias”. (MORETZHON, 2007, 239)

Moretzhon (2007) define esse processo como irracionalismo, baseado na lógica do capital financeiro, que hoje se estende por todos os espaços sociais e rege o que ela chama de “máquina de informação” das grandes corporações do setor. A submissão a essa lógica altera completamente as rotinas profissionais e reconfiguram o mercado de trabalho, inclusive com a supressão de milhares de vagas, como será visto mais adiante. Ela recorre a Muniz Sodré (2004), para quem jornais e emissoras de televisão se transformaram em parques temáticos, chamados por ele de “disneilândia do mundo noticioso”, fazendo com que se perca completamente a distinção entre assessores de imprensa e jornalistas de fato, diante da necessidade contínua de produção de informação para suprir essa roda que não para nunca.

Ignacio Ramonet (2013) concorda que a rapidez trouxe consequências consideráveis à produção das notícias, uma vez que os prazos foram completamente abolidos, impactando diretamente a qualidade das notícias.

(...) há alguns anos, essa rapidez atingiu uma espécie de limite intransponível (é como a velocidade da luz, não se pode ir mais rápido do que ela). A ideia de prazo desapareceu na informação contemporânea: não há prazo, a informação é imediata. A velocidade máxima – e, portanto, o limite – é o imediatismo. (...) O que é um jornalista; É o analista de uma jornada, de um período, como a própria palavra diz. Mas o período não existe mais e, em consequência, não há mais jornalismo, mas sim “imedialistas”, que não são mais capazes de analisar, pois, para isso, é preciso tempo. Se não há mais tempo, não há análise. (RAMONET, 2013, 32)

O autor também vai na contramão da perspectiva de que os meios de comunicação sejam essenciais à democracia. Para Ramonet, em geral, a mídia não atende aos interesses dos cidadãos e no lugar disso atua a serviço dos interesses de grupos privados. O resultado disso seria a perda da credibilidade dos meios que se dedicam à produção e difusão da informação, especialmente na era atual, em que a internet multiplicou a informação individualizada e a produção autonomia. Como

exemplo, ele cita o caso do *Huffington Post*¹⁵⁵, agregador de blogs americanos, surgido nos Estados Unidos, que só existe na rede e conta com versão brasileira.

No que diz respeito às mudanças nas rotinas da profissão, Moretzhon (2007) destaca a reorganização das redações, em que os jornalistas passaram a produzir para diferentes veículos, inclusive de suportes e perspectivas diferente, deixando de produzir notícias para focar em conteúdo.

Ao estudar a Tribune Company, Klinenberg (1999) constatou que esse conglomerado de comunicação redefiniu o papel dos repórteres, de modo que eles pudessem trabalhar em várias mídias ao mesmo tempo, concluindo que a “polivalência midiática autoriza um modo de produção no qual cada mídia procura utilizar os produtos das outras para melhorar sua oferta”, e melhorar também a produtividade. É nesse quadro que se opera a mudança de nomenclatura, pois os repórteres agora produzem “conteúdos”, adaptáveis a todos os veículos da empresa. (MORETZHON, 2007, 240)

Tais mudanças têm como foco central a geração de lucro para as empresas jornalísticas e são sustentadas pelo aumento das jornadas de trabalho dos jornalistas que se mantêm empregados, além da supressão de vários postos de trabalho. A sobrecarga, as longas jornadas e o medo do desemprego aparecem nas falas de muitos dos profissionais entrevistados na pesquisa realizada neste doutorado, como será visto no próximo capítulo.

Esse processo ocorre em todo o mundo e não é diferente no Brasil. Várias empresas, especialmente as que reúnem diferentes veículos, anunciam a fusão das suas redações, alegando tratar-se de um processo decorrente da necessidade de produzir mais, melhor e mais rápido. Mas, no fundo, as práticas são resultados da busca incessante pelo corte de custos e do aumento da lucratividade, ainda que sob pena de desqualificar o produto central do jornalismo, a notícia.

Com o título de “Nova era no Infoglobo”, o grupo responsável pelas edições de alguns dos jornais com as maiores tiragens do país – *O Globo*, *Extra* e *Expresso* – anunciou a integração das equipes em uma só redação. Na notícia,

¹⁵⁵ <https://www.huffingtonpost.com> e <https://www.huffpostbrasil.com/>

veiculada no jornal *O Globo*, anuncia-se que a “nova” redação seria dividida em duas grandes áreas, a de produção de conteúdos, dividida nas chamadas macroeditoriais, e a de publicação, responsável pela edição dos produtos impressos e digitais¹⁵⁶. A notícia, com direito à infográficos que mostravam o novo processo da produção de conteúdo e fotos de diferentes épocas dos jornais, não foi a única. Houve também entrevista com alguns dos editores envolvidos no processo, alguns dos quais acabaram deixando a redação logo depois¹⁵⁷. O processo resultou na demissão de inúmeros jornalistas, que ocupavam diferentes funções nos três veículos e foi complementado posteriormente com a fusão das redações da revista *Época*, que também pertence ao grupo¹⁵⁸, com nova onda de demissões.

FLUXO DE TRABALHO
PRODUÇÃO
MACROEDITORIAS
 Produzem textos, vídeos e gráficos
ENRIQUECIMENTO
MESA CENTRAL
 Coordena toda a produção e a publicação
DISTRIBUIÇÃO
 Produtos
 digitais
 Jornais O Globo
 Extra e Expresso
 Sites do Globo
 e do Extra
PUBLICAÇÃO

Ver esquema ser reproduzido em:

<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/a-nova-redacao.html>

¹⁵⁶ <https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/a-nova-redacao.html>

¹⁵⁷ <https://oglobo.globo.com/brasil/octavio-guedes-fala-sobre-os-novos-desafios-com-fusao-da-redacoes-do-globo-do-extra-20840505>

¹⁵⁸ <https://grupoglobo.globo.com/2018/03/espanol-revista-epoca-lanca-novo-projeto-grafico-e-editorial/>

O Diretor da Infoglobo, Frederic Kachar, justificou a mudança pela necessidade de as redações atenderem aos novos consumidores que exigem informação 24 horas por dia, em tempo real¹⁵⁹. Vale observar que na declaração do diretor não há menção à notícia e nem leitor, embora os produtos sejam jornais impressos. Já o então diretor de redação de O Globo, Ascânio Seleme, justificou a integração pela necessidade de conquistar uma audiência cada vez mais qualificada e pela necessidade de suprir a forte queda de receita em publicidade, o que levou a organização a buscar novos clientes no ambiente digital.¹⁶⁰

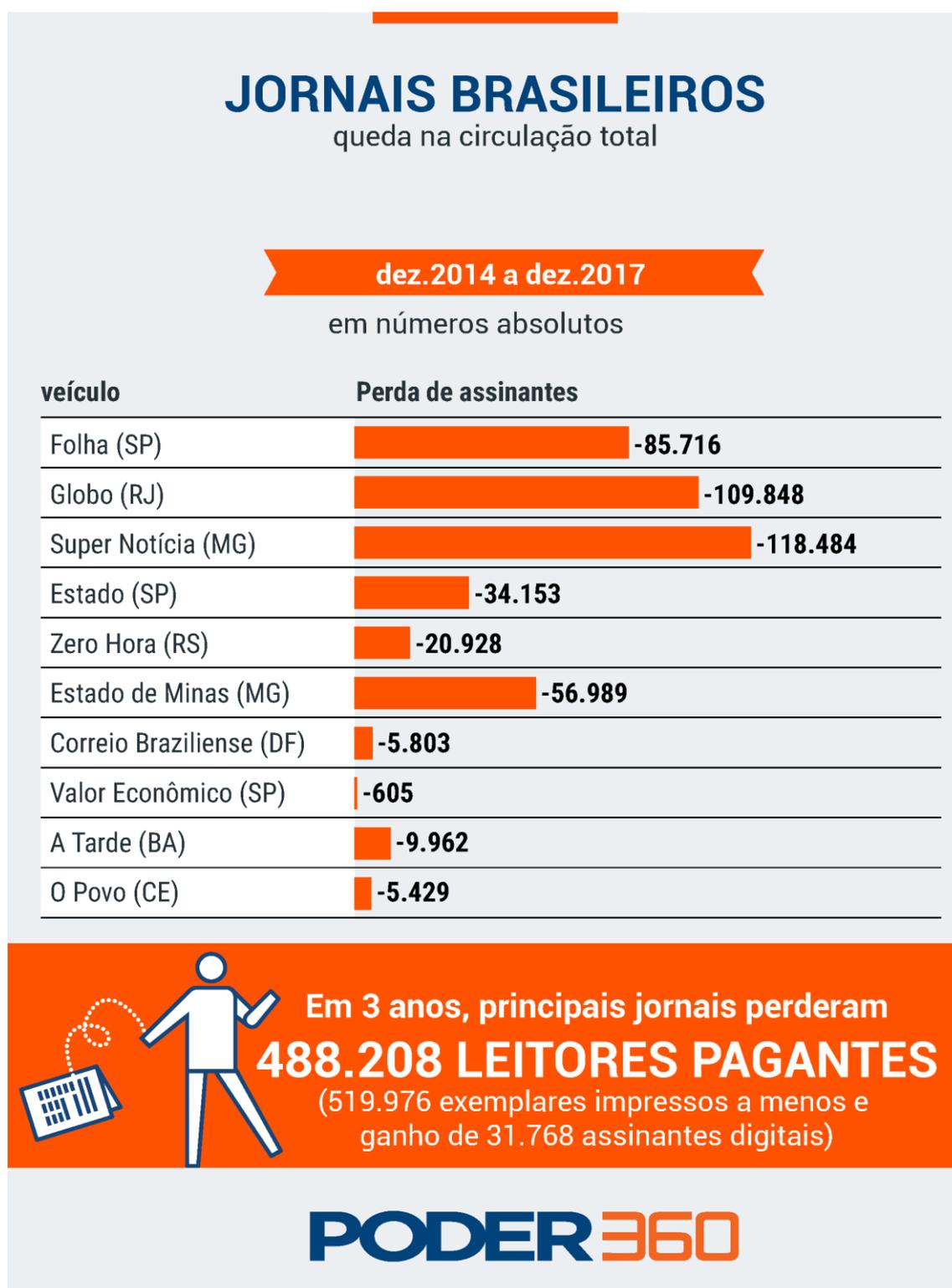
Ao contrário do que ocorreu na era da comunicação de massa, os meios de comunicação, tradicionais e os digitais, enfrentam dificuldades para se viabilizar economicamente. A tiragem de jornais impressos vem sendo reduzida drasticamente. Segundo o Portal Poder 360, a queda da circulação da mídia impressa é brutal, tendo chegado a 520 mil exemplares por dia se somadas as tiragens dos 11 principais jornais do país, entre os anos de 2015 e 2017¹⁶¹. O Globo, sozinho, teria perdido quase 110 mil leitores, segundo dados coletados junto ao IVC – Instituto Verificador de Circulação.

¹⁵⁹ <https://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-extra-expresso-se-integram-em-uma-redacao-multimedia-20840004>

¹⁶⁰ Idem

¹⁶¹ <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>

Figura 6: Circulação dos principais jornais brasileiros.



Dados sobre circulação revelam queda expressiva do número de leitores nos principais jornais.
 Fonte: Poder 360¹⁶²

¹⁶² <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>

A notícia revela ainda que a tiragem das versões digitais desses 11 jornais alcançou cerca de quase 32 mil novos assinantes, num resultado muito abaixo do esperado e contrário ao que se observou no mesmo período, por exemplo, com o jornal *New York Times*.¹⁶³

As empresas produtoras de revistas e programas de televisão de caráter jornalístico também viram suas audiências despencar. A Editora Abril anunciou o fim de dez títulos e a demissão de cerca de 800 funcionários. Maior editora de revistas do país, a Abril também pôs fim à *Vejinha Rio*, encarte de um de seus principais produtos, após 27 anos. Até mesmo quadrinhos da Disney, que fizeram grande sucesso nos anos 1950, deixaram de ser produzidos, em função da brusca queda de vendas.¹⁶⁴ Na televisão, também ocorreram fusões, como a das equipes encarregadas da cobertura de esportes da *TV Globo*, *Sportv* e *globoesporte.com*, com mais demissões.¹⁶⁵ A área sofreu profundas mudanças, inclusive deixando o jornalismo e passando ao controle de entretenimento.

Trata-se de um fenômeno mundial, que resulta na fusão de várias funções e na extinção de muitos postos de trabalho, e faz desaparecer empresas e títulos icônicos da área. Como ocorreu com a *Time Inc.*, proprietária de revistas como a *Time* e *Life*, que encerrou suas atividades em 2018, depois de ser vendida a *Meredith Corp.*, uma editora pequena do Estado de Iowa, nos Estados Unidos, e focada em produtos para casa, família e autoajuda¹⁶⁶.

Por aqui, a maior onda de demissões dos últimos tempos começou em 2015, quando mais de mil jornalistas foram demitidos¹⁶⁷. Em 2016, pelo menos mais 1.200 jornalistas perderam o emprego, segundo dados da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)¹⁶⁸. E 15 veículos foram fechados.

¹⁶³ <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>

¹⁶⁴ <https://moneytimes.com.br/abril-fecha-10-revistas-apos-troca-de-comando-veja-exame-e-claudia-continuam/>

¹⁶⁵ <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2017/10/18/globo-demite-40-profissionais-e-reformula-area-de-esportes.htm>

¹⁶⁶ Disponível em Revista de Jornalismo ESPM. Número 21, ano 7

¹⁶⁷ <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/1-400-jornalistas-demitidos-em-2015/>

¹⁶⁸ Disponível em <http://www.abi.org.br/2016-ano-tragico-para-a-imprensa-1-200-demissoes/>

O ano de 2016 foi dramático para imprensa brasileira. Os primeiros sinais da grave crise que se avizinhava foram registrados no primeiro semestre. A circulação dos cinco maiores jornais do País registrou uma queda de 8 a 15% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Os números foram produzidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), que mapeia edições impressas e digitais. Eram os primeiros sinais de uma tormenta que provocaria demissões em massa nas redações e a extinção de vários veículos de comunicação.¹⁶⁹

Em 2017 e 2018, a situação não se alterou e algumas estimativas chegaram a apontar um crescimento no número de demissões da ordem de 60 por cento¹⁷⁰. Notícias sobre demissões de dezenas de profissionais passaram a fazer parte do rol de temas discutidos em redes sociais e sites de notícias especializados ou focados no Jornalismo.

Adriana Barsotti (2014), ao analisar a crise da indústria que atinge o jornalismo, lembra que desde 1970 o grau de confiança na imprensa dos Estados Unidos vem caindo de forma significativa, a uma média de 0,6 ponto percentual por ano. E a queda da leitura de jornais chega a 0,95% desde 1960. A autora apresenta uma série de dados sobre a queda da circulação de jornais em todo o mundo e cita a previsão de Philip Meyer de que em 2043 não haverá mais leitores de jornais nos EUA. Outro dado apresentado refere-se à queda da receita publicitária, o que gera ainda mais cortes de jornalistas nas redações.

Para Bernardo Kucinski (2005), a crise não é só decorrente da entrada em cena das mídias digitais, capazes de mobilizar bilhões de pessoas em todo o planeta¹⁷¹, mas também decorrente do vazio ético consequência da onda neoliberal que se espalha pelo Brasil e pelo mundo. As redações teriam se rendido às regras do mercado ou à ideologia dos proprietários dos veículos, afastando-se do seu papel de assegurar o direito à informação.

¹⁶⁹ Disponível <http://www.abi.org.br/2016-ano-tragico-para-a-imprensa-1-200-demissoes/>

¹⁷⁰ <https://portal.comunique-se.com.br/transicao-2017-2018-e-marcada-por-demissoes-na-imprensa/>

¹⁷¹¹⁷¹ <http://Tecmundo.com.br/amp/inter>

Esse também é o pensamento de Ignacio Ramonet (2013), que destaca a concentração de mídia um dos problemas centrais, uma vez que impede a independência e coloca em dúvida os interesses dos donos desses monopólios. Consequências da era do neoliberalismo, que considera o mercado mais importante que o Estado e concentraria o foco das empresas exclusivamente no lucro. Assim, observa o autor, o jornalismo foi se afastando de sua missão cívica original ao se associar cada vez mais com o capital.

Retomando Sylvia Moretzhon (2007), o processo neoliberal que avança pelo mundo traz uma instabilidade social crescente, assim como a destruição de direitos consagrados na lógica do Estado como promotor do bem-estar social. E esse processo coloca ainda em evidência o valor que se passa a dar a outras formas de produção e propagação de informação.

É também neste quadro que floresce a suposta “fluidez” pós-moderna, de contestação ao saber institucionalizado, à ciência e à própria razão, de tal forma que todos os discursos passam a ter a mesma validade, igualando-se justamente pelo fato de serem “diferentes”, mas jamais superiores ou inferiores em relação aos demais. O jornalismo não escaparia desse enfoque: é evidente que tudo se equivale, não haveria por que conferir a essa atividade uma autoridade especial (...). (MORETZHON, 2007, 273, 274)

Dessa forma, o jornalismo, que já foi considerado o quarto poder, passa a ser desqualificado, assim como ocorre com várias outras instituições, tendo o seu papel e a sua função questionados e simplificados ao extremo de muitos considerarem que vivemos na era em que todos somos produtores e difusores de informação. Para Moretzhon, o cidadão, que fotografa ou comunica sobre a ocorrência de algum fato relevante, deve ser entendido sempre como fonte importante, capaz de dar o testemunho necessário à construção da notícia. Mas não apresenta as qualificações necessárias a um jornalista, inclusive no que diz respeito ao distanciamento daquilo que será noticiado, inclusive no sentido de considerar, o tempo inteiro, que os fatos não são o que parecem.

3.3. O Jornalismo como profissão

Historicamente, o jornalismo convive com mudanças – de suportes, de modos produtivos e de funções que desempenha na sociedade. Retomar um pouco a constituição da trajetória do jornalismo e de quem a ele se dedica nos ajuda a avançar no debate pretendido nesta tese.

Isso porque é possível observar inúmeros perfis e formações profissionais que se dedicaram e se dedicam à atividade, desde que surgiu, até os dias de hoje. Apontado como “filho da Revolução Francesa”, o jornalismo se associa às lutas pelos direitos humanos e à consolidação da burguesia. (MARCONDES FILHO, 2009)

Os jornais surgem parecidos com os livros em termos de formato e conteúdo. Eram monotemáticos e seu texto não apresentava as características jornalísticas. O chamado primeiro jornalismo, que se dá entre 1789 e 1830, caracteriza-se pelo foco político e ideológico, e vai ser usado para derrubar o poder que mantinha tudo sob segredo. É neste momento que se estabelece a função do jornalismo de informar e fiscalizar o poder público, no modelo iluminista, caracterizado pelo jornalismo político-literário.

(...) as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância de ideias, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias. É época também em que o jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico, o diretor torna-se uma instância diferente da do editor, impõe-se o artigo de fundo e a autonomia redacional. (...) o jornalismo vai deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força política autônoma. (MARCONDES FILHO, 2009, 19)

As redações nessa época são ocupadas por homens com ambição política. Era comum a criação de jornais por políticos que, à medida que tinham destaque, criavam seus impressos para servirem de plataforma na divulgação de suas ideias e clubes onde reuniam seus seguidores. “Em Paris, somente entre fevereiro e maio de 1789 surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais”, revela Marcondes Filho, que utiliza informações coletas por Otto Groth. (MARCONDES FILHO, 2009,19)

Já a segunda fase, ou o segundo jornalismo, de 1830 a 1900, vai ser caracterizado pelo jornalismo da chamada grande imprensa, já inserido na lógica de produção capitalista. O romantismo, que caracterizou a primeira fase, vai ser substituído pela produção de notícias na lógica industrial, com foco na obtenção de lucro, com os jornais populares e com foco sensacionalista.

A gradual implantação da imprensa como negócio, iniciada após 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, impõe-se plenamente por volta de 1875. A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: seu valor de troca, a venda de espaços publicitários (para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica) passa a ser prioritária em relação ao seu valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. (MARCONDES FILHO, 2009, 21)

É a imprensa de massa, em que o jornalismo passa a ser desempenhado por trabalhadores que ganham baixos salários. Essa fase é caracterizada pelo surgimento de conteúdos voltados ao entretenimento, nos chamados folhetins.

O surgimento dos oligopólios e monopólios da comunicação, em que um mesmo dono detém títulos de veículos distintos, como jornais, emissoras de TV, rádio e revistas, vai se dar no chamado terceiro jornalismo, que ocorre entre 1900 e 1970, caracterizado pela concentração do grande capital. A expansão da atividade ocorre principalmente no pós-guerra.

O quarto jornalismo, de 1970 em diante, é marcado pela maior concentração de poder dos donos dos meios de comunicação, que passa a predominar em relação ao jornalismo. A principal função nessa era tecnológica passa a ser a do editor que, segundo Barsotti (2014), desempenha o papel de mobilizador de audiência, já que não há mais necessidade de selecionar as notícias, pois o espaço na web é infinito, e o foco deve ser a mobilização da atenção dos usuários, numa efetiva evidência das transformações ocorridas nas redações na era do jornalismo on-line.

Para Marcondes Filho (2009), há ainda outras características nessa era, como a avalanche de informações fornecidas pelas assessorias de imprensa, que acabam por se confundir e se misturar com o matéria produzido pelas empresas jornalísticas, além da “substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações”, alterando o papel do jornalista de contador de histórias e explicador do mundo, diante do descrédito que marcam pelos tempos atuais.

Outro aspecto ressaltado pelo autor é o aumento da sobrecarga de trabalho dos jornalistas e do impacto que a tecnologia causa nas relações de trabalho, na ética profissional e também dos conteúdos, inclusive com maior ênfase da imagem sobre o texto e também com relação ao interesse despertado pelo insólito. “Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imageticamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser “informar-se sobre o mundo” para ser “surpreender-se com pessoas e coisas”. (MARCONDES FILHO, 2009, 37)

Um texto clássico de Gabriel Garcia Marques, intitulado “A melhor profissão do mundo”¹⁷², apresentado na 52ª Assembléia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles, Estados Unidos, em 1996, lembra também as transformações do jornalismo, desde os tempos em que não havia formação específica e aprendia-se o ofício “nas redações, nas oficinas, no botequim do outro lado da rua, nas noitadas de sexta-feira”, numa era marcada pelo romantismo, em que o jornalismo era desempenhado mais pelo amor e a crença na atividade do que pelos aspectos de negócios.

O jornal cabia então em três grandes seções: notícias, crônicas e reportagens, e notas editoriais. A seção mais delicada e de grande prestígio era a editorial. O cargo mais desvalido era o de repórter, que tinha ao mesmo tempo a conotação de aprendiz e de ajudante de pedreiro. O tempo e a profissão mesma demonstraram que o sistema nervoso do jornalismo circula na realidade em sentido contrário. Dou fé: aos 19 anos, sendo o pior dos estudantes de direito,

¹⁷² <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/04/a-melhor-profissao-do-mundo-por-gabriel-garcia-marquez-533995.html>

comecei minha carreira como redator de notas editoriais e fui subindo pouco a pouco e com muito trabalho pelos degraus das diferentes seções, até o nível máximo de repórter raso.

Otto Groth, (2011) ao analisar o jornalismo como profissão, afirma que o termo designa um espectro variado de atividades que não podem ser denominadas de uma única forma. O autor, que concentra sua análise a respeito do jornal, mais importante meio de comunicação de massa da época em que realiza seus estudos sobre a Ciência dos Jornais como campo disciplinar, explica que sob esta designação, jornalismo, estão incluídos todos os profissionais que atuam profissionalmente no fornecimento de textos para jornais e revistas, mas, também, os que trabalham em agências de notícias e estruturas correlatas. Fazem parte ainda os que atuam em assessorias de imprensa de organizações públicas e privadas e em empreendimentos dessa natureza.

No entanto, o autor observa que a Federação Nacional da Imprensa Alemã não concorda com essa designação, estabelecendo que os jornalistas são apenas os profissionais que atuam na produção de notícias, ou cujo trabalho tem a essência jornalística, definidos por ele como “escritores do dia”. (GROTH, 2011, 325)

Há uma distinção entre o jornalismo no sentido estrito, reservado ao que efetivamente se dedicam ao jornalismo, e os demais profissionais, inclusive os literários, que utilizam da produção textual, mas de forma distinta, o que ocorre, inclusive, nas revistas científicas. Dessa forma, o autor aponta que o jornalista é o profissional que se dedica ao “trabalho nos jornais e nas revistas semelhantes e jornais”. (GROTH, 2011, 326) E acrescenta que o jornalismo como profissão é um produto do século XIX.

Para o autor, profissão é aquela que implica especialização, especificação e realizações de uma pessoa, com chances de ganho (remuneração). Mas há um outro aspecto que o autor considera fundamental em se tratando das profissões: o social. Isto porque, segundo ele:

Profissão é uma categoria sociológica não no sentido de que a profissão serve a uma comunidade, que se insere sem atritos na vida comunitária, mas sim

no sentido de que os seus membros formam um “grupo” maior, que a profissão é exercida por um número maior de pessoas que sabem uma das outras, que tem uma consciência coletiva e um certo sentimento de comunhão (ainda que só hajam ligações imateriais entre elas) e que assim assegura a continuidade espacial e temporal da atividade profissional. (...) Profissão sempre exige uma pluralidade de pessoas, que representam uma unidade, um “todo”. (GROTH, ANO??? página 328)

Isso se dá tanto com relação aos costumes, modos de vestir, qualidades de caráter, aprendizagem e um *ethos* profissional que promovem um sentimento de comunhão, de pertencimento. Por isso, para Groth nem todas as funções desempenhadas no âmbito do jornalismo nos séculos XVII e XVIII apresentam tais características, uma vez que não havia esse sentido de grupo ou de pertencimento. A concepção de profissão vai ocorrer entre fim do século XVIII e o início do XIX, que coincide com a expansão da atividade jornalística, inclusive com uma espécie de código de ética que orientava as ações dos profissionais envolvidos. Esse período coincide com a realização do primeiro congresso, na Alemanha, em 1864, e o surgimento de associações e sindicatos, a partir de 1880, também em território alemão, estendendo-se posteriormente a outros países europeus.

Traquina (2005) também concorda com a tese de que a profissionalização do jornalismo foi proporcionada pelo surgimento de sindicatos, associações e clubes, tanto nos Estados Unidos como em países europeus, como a Inglaterra, Portugal e a França. Já no fim do século XIX, outras formas de organização surgiram, como os encontros internacionais. É também naquele século que começam as preocupações deontológicas, que se tornam um fenômeno no século seguinte. Por isso, antes, quando esses códigos eram nulos, livros que se destinavam ao ensino do jornalismo nos Estados Unidos orientavam os alunos a colorir as histórias que contavam, improvisando alguns fatos além dos apurados. “Já tivemos a oportunidade de ver as práticas de publicidade clandestina, as situações de duplo emprego, e o sensacionalismo no jornalismo nos Estados Unidos que continuaram a existir mesmo no início do século XX”, diz Traquina

(2005, 87 e 88), observando que o primeiro código deontológico foi escrito em 1900 na Suécia, mas foi adotado apenas em 1920.

O baixo prestígio da profissão também é um ponto destacado pelo autor, ao observar que essa condição é histórica, ainda que a imprensa tenha ocupado lugar de destaque na sociedade. Na França, por exemplo, por muitos anos, o jornalismo não foi reconhecido como tal, entre outros motivos pelo fato de muitos o utilizarem como caminho para outras posições de destaque na sociedade. Na Inglaterra, o jornalismo era considerado de estatuto e qualidade inferiores e nos Estados Unidos, embora os jornalistas fossem mais bem pagos, ainda recebiam baixos salários e enfrentavam inúmeras dificuldades, inclusive pela falta de segurança nos empregos.

O ensino é ponto destacado como positivo na profissionalização pelo autor, que lembra que o processo teve início mais cedo nos Estados Unidos e na França.

No Estados Unidos, o desenvolvimento do ensino do jornalismo começou nos anos 60 do século XIX, com a introdução formal de uma instrução jornalística no ensino superior. O General Robert E. Lee, reitor de uma universidade conhecida hoje como a Universidade de Washington, começou o treino em impressão após a Guerra Civil norte-americana. Seguiram-lhe outras universidades (...). A regra geral é que estas aulas eram dadas por antigos homens dos jornais. (TRAQUINA, 2005, 83 e 84)

A reivindicação dos jornalistas de pertencer a uma profissão tem início no século XIX e se estende ao século XX, assim como ocorre em outras áreas. Dessa forma, a ideia de que a resposta à pergunta se o jornalista é ou não uma profissão não pode se restringir a sim ou não. Para Traquina (2005), no lugar da dicotomia “é preciso pensar as atividades de trabalho na sociedade numa linha de profissionalização”, sendo, portanto, necessário questionar “se o jornalismo tem estado envolvido num processo de profissionalização que visa a sua deslocação na direção do pólo representado pelas profissões liberais, como médicos e advogados”. (TRAQUINA, 2005, 122)

A respeito do *ethos*, observa que tem sido firmado há mais de 150 anos, numa crença que tem como base maior a liberdade, inclusive no sentido de retratar os acontecimentos do modo como ocorrem, como será visto mais adiante, quando discutirmos a teoria do espelho.

No Brasil, desde que o surgimento dos primeiros jornais, em 1808, até a criação do primeiro curso universitário em 1947, a atividade não era vista e nem tratada como uma profissão. As redações eram um lugar, portanto, de passagem, e a atividade era uma fonte extra, sem se constituir como ocupação principal.

Desde seu surgimento até 1880, a imprensa brasileira foi caracterizada pelo discurso panfletário, refletindo e atuando diretamente nas lutas políticas e questões sociais da época, como a abolição da escravatura, o processo de independência e a transição da Monarquia para a República. Nesse período, os jornais eram fundados principalmente por escritores, padres, ex-militares, personagens políticos e revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento. Aqueles que escreviam nos jornais, fazendo a matéria e o comentário, também faziam parte desses grupos e movimentos.

Improviso e acúmulo de funções eram características desta fase inicial do jornalismo, quando não havia exigência quanto a qualquer formação da parte daqueles que desejavam ser jornalistas. Isso vai começar a mudar com o processo de urbanização, industrialização e alfabetização da sociedade, que faz a necessidade e o acesso à informação se tornarem efetivos e, conseqüentemente, resultem no aumento das tiragens dos jornais. “Data dessa época o surgimento da chamada *penny press* (em alusão ao preço de um centavo), em oposição aos jornais *six penny* (de seis centavos)”, explica Adriana Barsotti (BARSOTTI, 2014, 90 e 91), lembrando que os *penny papers* se afastaram do partidarismo político e focaram nas questões do cotidiano, atraindo a atenção dos leitores.

O novo jornalismo também contribuiu para a profissionalização do ofício de jornalista. Os jornais começam a contratar correspondentes estrangeiros e o jornalista passa a ser remunerado. Até aquela época, a cobertura de política de Washington e Nova York era feita pelos membros do Congresso que escreviam ocasionalmente para os jornais de suas cidades relatos maçantes sobre as sessões

(Schudson, 2010, p. 36). Na década de 1880, os jornais começam a dar preferência a jovens diplomados em suas contratações, levando a *The Journalist*, publicação especializada em jornalismo, a afirmar: “Hoje, os formados são a regra. Com mais gentleman e menos boêmios, a imprensa melhorou, e a ética e o status do jornalista subiram” (Amaral, 1996, p.31). (BARSOTTI, 2014, 93)

Por aqui, a primeira lei sobre a profissão só vai surgir em 30 de novembro de 1938, quando o então presidente Getúlio Vargas edita um decreto que regulamenta a duração e as condições de trabalho nas empresas jornalísticas.

Rafael Pereira Silva¹⁷³ aponta outros aspectos estabelecidos por essa primeira lei sobre a profissão:

O jornalista era definido nesse momento como um trabalhador intelectual cuja função era desde a busca por informação até a redação de notícias e artigos. O decreto também definia as principais funções ocupadas pelos jornalistas: redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.¹⁷⁴

Antes disso ocorrer, o jornalismo era um lugar de passagem entre os que desejavam ocupar a política ou então cargos públicos, assim como da literatura. Servia de complemento de renda, uma vez que não era visto como um emprego. No caso dos escritores, a ideia era se consagrar na literatura ocupando o espaço que surgiu com os jornais. E muitos deles procuravam retratar a realidade brasileira, como acontece com Euclides da Cunha, na célebre cobertura da Guerra dos Canudos, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* e transformada em livro. Isso teria feito surgir a figura do repórter, o que se diferencia dos Estados Unidos, onde trata-se de “um profissional portador de um conhecimento específico e de um “saber fazer” próprio orientado para a busca do novo e para coleta de fatos”, princípios que só chegaram ao Brasil na década de 1950.

Esta década, inclusive, é considerada a que marca a profissionalização do jornalismo em terras brasileiras, pela adoção de uma série de mudanças e modernizações tanto em relação às empresas quanto às práticas, inclusive

¹⁷³ Silva, Rafael Pereira da. Op cit

¹⁷⁴ Idem, ibidem

fortemente influenciados pelos modos de fazer jornalismo americano, como a objetividade, neutralidade, adoção do lead e da pirâmide invertida.

Relatos sobre a história da imprensa e do Brasil mostram que, nesta conjuntura em que foram estabelecidas as primeiras definições jurídicas sobre a profissão o país passava por intensas crises do governo e da própria imprensa. O Estado Novo instituído por Vargas estabeleceu a censura no país e criou órgãos, como o departamento de imprensa e propaganda, cujo objetivo era controlar a imprensa e o rádio. Esse período impossibilitou a existência de jornais sem grandes recursos e, em contrapartida, favoreceu aqueles que contavam com apoio financeiro. Concomitante, ampliava-se o número de sindicatos e entidades voltadas aos jornalistas no país. Com o objetivo de enquadrar a classe emergente dos jornalistas, em 1946, por exemplo, foi fundada a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que surgiu com o intuito de representar os sindicatos.¹⁷⁵

Como visto no capítulo anterior, é também nessa fase que surgem as primeiras faculdades destinadas à formação dos jornalistas, inclusive por ação de empresários da área – caso de Cásper Líbero, que era dono de jornal, usado para o desenvolvimento da prática dos estudantes, futuros jornalistas.

Já o decreto 7.037, de 10 de novembro de 1944, estabelecia uma tabela com valores mínimos para quem atuava em empresas jornalísticas ou correlatas, além de estabelecer que não havia incompatibilidade no exercício do jornalismo com outras funções remuneradas, inclusive públicas.

O decreto de 1944 acrescentou a remuneração mínima daqueles que trabalhavam em atividades jornalísticas e enquadrava como jornalistas também os redatores existentes na radiodifusão e na redação publicitária. Acrescentou-se nesse decreto os fotógrafos como função auxiliar de redação ao lado do revisor, ilustrador ou desenhista e arquivista. O decreto de 1938 apenas diferenciava o jornalista, do locutor e do fotógrafo, mas não classificava dentro da hierarquia. E o decreto de 1944 além de enquadrar radialistas e publicitários como jornalistas,

¹⁷⁵ Silva, Rafael Pereira da. Op cit

classificava o fotógrafo como auxiliar dos jornalistas (PETRARCA, 2005, p.13, APUD SILVA)¹⁷⁶

Pelo menos outros quatro decretos, entre 1961 e 1969, foram editados, alguns deles já no governo militar, estabelecendo alguns dos parâmetros da profissão, inclusive em termos de salários. O de 1961, editado em 22 de agosto, assinado pelo então presidente Jânio Quadros, regulamentava o de 1938, que instituíra a formação, estabelecia que atuava no jornalismo há mais de dois anos com registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderia exercer a profissão mesmo sem ter diploma. Também não havia necessidade de formação para quem exercesse atividades “puramente técnico-materiais”, listadas como revisor, fotógrafo e arquivista.

Em 1962, um novo decreto, editado em 12 de junho, regulamentou o registro profissional, reiterando o que era considerado jornalista profissional:

(...) aquele cuja função remunerada e habitual, compreende a busca ou documentação de informações, inclusive fotográficas, a redação de matéria a ser publicada, contenha ou não comentário; a revisão de matéria, quando já composta tipograficamente; a ilustração, por desenho ou outro meio, do que fôr publicado; a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de empresas jornalísticas; a organização e conservação, cultural e técnica, de arquivo redatorial; bem como a organização, orientação e direção de todos esses trabalhos e serviços.¹⁷⁷

Mas é o de 1969 (decreto-lei 972) que é considerado um marco nessa trajetória, por ampliar a concepção da atividade e oficializar a profissão no Brasil, com a valorização da formação acadêmica.

A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades: a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela

¹⁷⁶ Idem, ibidem

¹⁷⁷ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1177-12-junho-1962-353211-publicacaooriginal-1-pe.html>

televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea “a”; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.¹⁷⁸

Para Fernanda Lima Lopes (2013), a consolidação da profissão vai além das leis que instituem a formação, a obrigatoriedade do diploma ou a definição do que é o jornalismo. Relaciona-se em grande parte com a valorização mercantil da informação.

Um aspecto marcante para transformações institucionais no jornalismo e para o reconhecimento dessa atividade como profissão é a incorporação na imprensa da concepção de notícia como mercadoria. Esse não representa um fato singular, com uma marcação específica; não aparece em um lugar ou tempo exatos, mas pode ser acompanhado na trajetória do desenvolvimento da imprensa e da mídia em diferentes partes do mundo ocidental, incluindo o Brasil. (...) a lógica do mercado não é o que embalou e alimentou prioritariamente a imprensa em seu nascedouro. Esse modo de funcionamento mercantil foi se incorporando a ela na medida de seu crescimento, de modo a se tornar hegemônico, resguardadas as particularidades de cada país e de alguns veículos (...). (LOPES, 2013, 69)

Ao falar de identidade profissional, Lopes (2013) lembra que a do jornalismo é resultado do processo de consolidação da atividade como profissão e o reconhecimento dos jornalistas no espaço social como profissionais, assim como a expansão das escolas de formação. Todos esses fatores, segundo ela, fazem parte do processo de valorização mercantil da informação e da expansão das empresas

¹⁷⁸ Silva, Rafael Pereira da. Op cit

de comunicação. Outro aspecto ressaltado pela autora é o papel da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no processo de formação acadêmica dos jornalistas.

3.4. As teorias do Jornalismo

Para avançar nas discussões propostas neste capítulo, observa-se a necessidade de recorrer a algumas das teorias do Jornalismo. É o caso da organizacional que, segundo Nelson Traquina (2005), vai mudar o foco da análise teórica do jornalismo do âmbito individual para o coletivo, tendo como base as organizações jornalísticas, e também a do espelho, pela relação que apresenta com a ideologia profissional. Juntas, essas teorias nos permitem avançar mais no debate a respeito do jornalismo como profissão, bem como compreender as transformações que o campo enfrenta na contemporaneidade.

Foi o sociólogo norte-americano Warren Breed quem publicou o primeiro artigo a respeito da teoria organizacional. O estudo, intitulado “Controle Social da redação”, aborda os constrangimentos a que os jornalistas são submetidos nas organizações onde trabalham. Isso se daria pelo fato de os profissionais incorporarem as regras das organizações a respeito dos padrões editoriais acima das crenças pessoais. E em decorrência de recompensas e punições que vão sendo apresentadas pelas empresas aos profissionais sutilmente. Com isso, ocorreria o que Breed chama de “conformismo”, que se dá em diferentes situações, a começar pela suposta passagem de conhecimentos dos mais experientes aos novatos. “Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dito qual é a política editorial”. (BREED apud TRAQUINA, 2005, 152)

Essa incorporação dos valores da organização pelos jornalistas ocorreria ao longo do tempo, dia após dia.

Todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isso significa que se socializam e `aprendem as regras` como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se

espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”. (BREED apud TRAQUINA, 2005, 153)

Breed (1999) dividia os jornalistas em duas categorias principais – executivos, que incluem os *publishers* e os editores; e os repórteres, que seriam os *staffers*. Os primeiros seriam os que determinam a política editorial e como não podem apurar e escrever as notícias, delegam essa tarefa aos repórteres. Os conflitos entre os dois grupos são percebidos pela pesquisa de campo feita pelo teórico e seriam contidas pelos mecanismos apontados.

Dessa forma, Traquina (2000) considera que haveria uma cultura organizacional no lugar de uma cultura profissional, incorporadas por seis fatores destacados por Traquina (2005) a respeito do estudo realizado por Breed: o medo das punições, em função da autoridade da organização e das possíveis sanções que podem ser tomadas contra os que não aderem “às regras”; os laços de amizade que surgem da convivência cotidiana e que resultariam em sentimentos de obrigação e de estima com os superiores, inclusive pelo respeito e admiração aos mais velhos, que muitas vezes ensinam aos mais jovens e servem de modelo profissional; o desejo de progredir na organização, ocupando postos mais avançados; a ausência de grupos de lealdade em conflito, devido à não-presença, por exemplo, dos sindicatos na discussão de assuntos internos.

Outros fatores seriam o prazer pela atividade, uma vez que os jornalistas costumam gostar do trabalho, inclusive por estarem próximos das grandes decisões e do poder; e as notícias como valor, consideradas um desafio permanente, inclusive com relação aos possíveis obstáculos, como horário de fechamento, por exemplo.

A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestadamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, ele redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redactorial. Ele ganha, desse modo, não só recompensa ao nível do estatuto mas também a aceitação num grupo solidário empenhado num trabalho interessante, variado e, por vezes, importante. (BREED, 1999, 166)

É recorrente observar, entre os jornalistas, relatos sobre o que os motivaram a escolher a profissão e como se sentem na execução do trabalho, por mais desafios que a atividade imponha a quem a ela se dedique.

Retomando as questões apontadas por Breed (1999), vale observar que no caso das sanções, elas podem ocorrer desde a decisão pela distribuição das pautas, privilegiando alguns com a cobertura de temáticas consideradas mais impactantes; por alterações nos textos das notícias produzidas, tanto em termos de cortes quanto de reescrita de partes; inclusão da assinatura ou não do autor, por exemplo.

(...) Breed defende que os seis fatores promovem o conformismo com a política editorial da empresa jornalística. Acrescenta que cinco destes fatores parecem ser constantes e ocorrem em todos os jornais estudados. O fator variável é o segundo: a obrigação e a estima por jornalistas mais antigos. Segundo Breed, este segundo fator parece ser a variável ativa determinante, não só do conformismo para com a política editorial da empresa, mas também da moral e do bom desempenho profissional. (TRAQUINA, 2005, 155)

O resultado desse processo seria uma redução mínima da autonomia por parte dos jornalistas, num verdadeiro processo de ilusão, que não os fariam perceber como as empresas controlam o processo. Isso se deve ao fato de a política editorial em geral ser vaga e não muito clara e ao fato de muitas vezes os editores fazem “vista grossa” a algumas ações dos jornalistas, que se desdobram em suas funções a caça de notícias.

Além disso, haveria também a “tática da pressão” que os jornalistas desenvolvem sobre os diretores que nem sempre conhecem a fundo alguns dos fatos noticiados (os considerados “menores”), além de utilizarem da prova forjada ou até do envio do que foi apurado para outro veículo diante da recusa de publicação naquele onde trabalha.

Há ainda outros dois fatores que geram essa espécie de “acomodação”: a liberdade que os jornalistas têm em determinados tipos de histórias, em especial as que decorrem do trabalho de busca diária que realizam (chamada “ronda”) e o

estatuto de “estrela” que alguns jornalistas possuem, por mérito ou prestígio, e que fazem com que tenham maior possibilidade de transgredir as regras editoriais.

Assim, segundo a teoria organizacional, as notícias são resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas – dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional. ((TRAQUINA, 2005, 158)

A questão do custo de produção e a busca pelo lucro, sendo as empresas jornalísticas operadas na lógica do negócio, também devem ser ressaltadas pois, segundo Traquina (2005) imporiam constrangimentos aos jornalistas. A dimensão econômica da produção é ressaltada pelo autor, ao observar que as empresas desde a era da globalização vêm buscando estabelecer novas “sinergias”, com estratégias multimídia, embora isso também implique em outra questão, que é a concentração de produtos em uma só empresa. 147)

John Soloski (1999) também se utiliza da teoria organizacional para falar sobre os constrangimentos gerados pela profissionalização do jornalismo. Ele lembra que a visão romântica que se construiu sobre o jornalismo considera o repórter como aquele que investiga um político infame, o apanha em flagrante e ajuda a condená-lo à prisão, melhorando a vida de quem é oprimido e desprotegido. Essa cruzada mitificaria o papel do repórter, que trabalharia de forma incansável, em diferentes versões, quase todas iguais.

Na visão do autor, o profissionalismo do jornalismo afetaria de forma efetiva o processo de produção das notícias por uma série de constrangimentos a que o jornalista acaba sendo submetido, sem que perceba. Isso se daria pelo estabelecimento de políticas editoriais, que serviriam para controlar mais o comportamento dos jornalistas do que as normas profissionais, assim como o

sistema de recompensas adotados pelas empresas como forma de reconhecer os profissionais que mais se adequam a essas exigências.

O autor observa que as empresas jornalísticas operam dentro da lógica do capitalismo que está diretamente relacionado à profissionalização. Dessa forma, o profissionalismo do jornalismo controlaria o comportamento dos jornalistas ao estabelecer padrões e normas de comportamento e as recompensas profissionais. Entre as normas, estaria o princípio da objetividade, discutido mais abaixo com as teorias, sendo as recompensas marcadas pelo lugar que o jornalista ocupa na redação pelas notícias que produz e pela ascensão profissional.

(...) o profissionalismo jornalístico eficiente e efectivo para controlar o comportamento profissional dos jornalistas. (...) Embora os jornalistas não relatem as notícias de modo a manter o sistema político-económico existente, as suas normas profissionais acabam por produzir “estórias” que defendem implicitamente a ordem vigente. Além disso, as normas profissionais legitimam a ordem vigente ao fazê-lo parecer um estado de coisas que ocorre naturalmente. Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição económica da organização jornalística individual nem o sistema político-económico global no qual a organização jornalística opera. (...) (SOLOSKI, 1999, 100)

Assim, os mecanismos de controle (do profissionalismo conjugado com a política editorial) estabelecem as fronteiras do comportamento profissional dos jornalistas.

A teoria do espelho também serve de base à análise proposta. Mais antiga das teorias, ela considera que as notícias são um reflexo da realidade, que assim as determina. Dessa forma, o jornalista seria um profissional desinteressado, sem qualquer interesse específico que poderia desviá-lo de sua função de “informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer”. (TRAQUINA, 2005, 147)

Traquina explica que a teoria surge como decorrência de dois processos que se iniciam no século XIX e se estendem ao século XX, que são a

comercialização do jornalismo e a profissionalização de quem o exerce. Nessa lógica, constitui-se um *ethos* profissional, que teria como papel o de “observador, que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”, no novo paradigma das notícias como informação. Esse jornalismo de informação se distingue do opinativo, de natureza mais política (TRAQUINA, 2005, 147)

Outro momento que marca a história dessa teoria é do surgimento do conceito de objetividade, nos anos 1920 e 1930, também nos Estados Unidos, em que se reafirma o lugar do jornalismo, como propósito de informar, diante da expansão das atividades dos Relações Públicas, que atuam com o propósito de propagar as ideias e posições de organizações e pessoas privadas, e da expansão da propaganda no período de guerra.

A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas como um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do *espelho* porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia. (TRAQUINA, 2005 149)

A respeito da objetividade, Schudson (2010) considera que ela emerge entre 1920 e 1930, como resultado do ceticismo e da desconfiança que marcam o século XX pela ação de pensadores do século como o alemão Friedrich Nietzsche. Cai por terra a perspectiva da neutralidade do jornalismo e da perda da confiança na sociedade democrática que passa a ser regida pelo mercado. Uma série de mudanças são introduzidas no jornalismo, como maior número de reportagens assinadas, bem como a especialização dos jornalistas, assim como o desenvolvimento da reportagem interpretativa, uma vez que os fatos já não

bastavam. “A objetividade tornou-se um ideal no jornalismo, não obstante, precisamente quando a impossibilidade de superar a subjetividade na apresentação da notícia passou a ser amplamente aceita”, observa Schudson (2010), lembrando que o ideal da objetividade foi a única resposta possível diante do “profundo silêncio” provocado pela modernidade. (SCHUDSON, 2010, 186)

3.5. O jornalismo pós-industrial

Se o jornalismo é consequência direta das mudanças da sociedade e também as influencia não se pode esperar que a chamada era pós-industrial passasse despercebida pelo setor, sem provocar impactos e mudanças significativas no sistema de produção e consumo de notícias.

Antes de avançar a respeito das considerações a respeito dessa era sobre o jornalismo, é importante definir conceitualmente a chamada fase pós-industrial, a partir de dois autores que são considerados referências a respeito da temática: o sociólogo Daniel Bell, dos Estados Unidos, que teria formulado o conceito baseado na lógica da sociedade da informação, onde importaria mais obter conhecimento do que deter os meios de produção; e o também sociólogo Alan Tourraine, da França, para quem a acumulação do capital não se daria mais pelos bens econômicos da sociedade, mas do conhecimento.

Para Daniel Bell, a sociedade pós-industrial representaria a terceira fase de organização da sociedade, iniciada na sociedade pré-industrial e precedida pela industrial. Na primeira, sociedade pré-industrial, a base são as estruturas tradicionais, o sistema produtivo era agrário e baseado na posse da terra. Já a segunda, a de caráter industrial, que se processa na chamada era moderna, tem como foco central a produção de bens industriais, estando o poder relacionado diretamente aos detentores do capital. É justamente nessa fase, como vimos anteriormente, que o jornalismo se consolida.

A sociedade pós-industrial, para Bell (1974), tem relação direta com a chamada sociedade da informação, tendo como base a prestação de serviços. Decorre do período de perda de importância do processo de industrialização, que atinge o seu limite, e a fonte de poder está baseada no saber decorrente da

informação. Já não basta deter os sistemas de produção, mas saber como produzir de forma diferenciada, eficiente, uma vez que os meios e recursos estão disponíveis a quem souber utilizá-los. A inovação torna-se o fundamento deste novo ciclo.¹⁷⁹

Com base em dados estatísticos, da economia norte-americana, Bell apresenta dados que evidenciam o crescimento muito mais acelerado e efetivo do setor de serviços em relação à indústria, a partir de 1947.

Daniel Bell (1973), um dos principais estudiosos da sociedade pós-industrial, defende que a análise da sociedade deve distinguir três aspectos principais: a organização política, a cultura e a estrutura social, sendo a organização política responsável por regular a divisão do poder e garantir a ordem social, mediando os conflitos individuais e de grupo; a estrutura social abrange as questões de economia, tecnologia e sistemas operacionais, e a cultura é o campo dos símbolos e dos significados, no qual as demais características se expressam e constroem a sociedade.¹⁸⁰

Já Touraine (1969) divide a sociedade nas fases agrária, mercantil, industrial e programada ou pós-industrial. Esta última seria a que concentra o maior volume de comunicação e o que vale é a utilização de bens simbólicos produzidos maciçamente. Assim, o novo valor é o conhecimento, decorrente dos bens culturais, cuja aquisição torna-se mais importante do que detenção dos bens de produção.

Uma sociedade pós-industrial tende a ser uma sociedade de massa, ou seja, a realizar uma “mobilização” cada vez mais generalizada da população. O desenvolvimento rápido das informações e das comunicações, o que é próprio da

¹⁷⁹ RODRIGUES, Carla. Jornalismo e sociedade pós-industrial. Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política. V. 14, no 27, jul|dez2013. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Comunicação Social

¹⁸⁰ DANTAS, Denise. O cenário pós-industrial: modificações no ambiente do objeto na sociedade contemporânea e seus novos paradigmas. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43536/47158/>

sociedade pós-industrial e que não o era na sociedade industrial, enfraquece o papel dos intermediários.¹⁸¹

O sociólogo francês, que se dedicou a estudar os movimentos sociais na América Latina, inclusive no Brasil, afirma que uma sociedade pós-industrial se torna um campo de conflitos, mesmo que ocorra um enriquecimento, pois ela é marcada apenas pelo que se faz, por ter suprimido as essências.

As observações dos dois autores nos ajudam a compreender a análise do Centro de Jornalismo Digital da Universidade de Columbia, a respeito do impacto dessa era pós-industrial sobre a indústria jornalística, ou o “ecossistema jornalístico”, como chamam os autores do estudo, inclusive pelo fato de não haver mais necessidade de a imprensa servir para intermediar as relações de poder, como ocorreu desde o seu surgimento, até o século XX. Afinal, essa era é marcada pela liberdade que permite aos indivíduos ocuparem espaços e desenvolverem ações mais diretas em relação à como se informam, além de fazer com que os antigos receptores tornem-se também produtores de informação e de sentido.

O dossiê, baseado no cenário da imprensa norte-americana, é uma importante reflexão sobre as transformações que vêm ocorrendo no jornalismo como atividade profissional e produtiva e é taxativo ao afirmar que tanto o jornalismo quanto os jornalistas mudaram e de forma significativa. E nos leva a entender, conforme explicam os autores, a aplicação do conceito pós-industrial ao jornalismo: trata-se de um termo que foi empregado pela primeira vez em 2001, por um jornalista chamado Doc Searls, na verdade David “Doc” Searls, jornalista americano, que atua como editor de jornal e blogueiro, com inúmeros seguidores, que atua também com desenvolvimento de pesquisas na área, para designar o “jornalismo que já não é organizado segundo as regras da proximidade do maquinário de produção.”¹⁸²

Isso significa que para fazer notícias não é mais necessário estar perto das rotativas, onde os jornais costumam ser impressos, em estruturas em que os

¹⁸¹ TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais – Para evitar mal-entendidos. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a02n17.pdf>

¹⁸² *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos*. Relatório de C.W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky. Tradução de Ada Félix. In Revista de Jornalismo da ESPM. Edição Brasileira da Columbia Journalism Review. Junho de 2013, número 5, ano 2.

maquinários ficam no subsolo das redações, ou mesmo diante de equipamentos e equipes de TV. É possível fazer jornalismo com um celular ou qualquer outro dispositivo mobile, conectado a internet.

Uma das primeiras e talvez principais consequências do fim da fase de glamour que marcou o poder e o domínio das empresas jornalísticas tradicionais seria justamente o fim desse tipo de indústria, uma vez que não é possível mais manter seu domínio sobre o processo de produção das notícias. Isso se deve principalmente à liberdade conquistada pelos diferentes atores que participam desse processo, em especial os

Produzido em 2012, o estudo, assinado pelos professores C. W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky, apresenta os fatores que resultaram no impacto sobre o ecossistema jornalístico, a começar pela liberdade que a chamada audiência passou a ter, “sem as velhas limitações dos modelos de radiodifusão e da imprensa escrita”, decorrentes da explosão de novas técnicas e ferramentas que acabaram por destruir o modelo até então vigente.

Jornalismo sem fins lucrativos versus empresas focadas no lucro, financiamentos coletivos, com o *crowdfunding*, e coberturas transmitidas em tempo real com o uso apenas de um celular fazem parte do cenário que pôs a nocaute a chamada indústria jornalística, depois de décadas de dominação total. O resultado disso é a desconstrução do modelo até então vigente e, muitas vezes, a queda da qualidade na produção de notícias, além do fim do papel que o jornalismo teve desde o seu surgimento, de mediar o debate público.

Grandes conglomerados que operaram durante anos no mercado, tanto o norte-americano quanto o brasileiro, e também em outros países de outros continentes, viram, de uma hora para outra, suas receitas e audiências despencarem quase que na mesma proporção. Mas vale lembrar que isso já tinha sido previsto por Alan Touraine, desde o fim dos anos 60 e não foi só determinado pela explosão das tecnologias e dispositivos móveis que passaram a fazer parte da vida de parte expressiva dos cidadãos do mundo.

Antigamente havia uma. Era uma indústria que se mantinha de pé por coisas que em geral mantêm um setor em pé: a similitude de métodos entre um grupo relativamente pequeno e uniforme de empresas e a incapacidade de alguém de fora desse grupo de criar um produto competitivo. Essas condições não se cumprem mais. (...) de uma hora pra outra, todo mundo passou a ter muito mais liberdade. Produtores de notícias, anunciantes, novos atores e, sobretudo, a turma anteriormente conhecida como audiência gozam hoje de liberdade inédita para se comunicar, de forma restrita ou ampla, sem as velhas limitações de modelos de radiodifusão e da imprensa escrita. Nos últimos 15 anos houve uma explosão de técnicas e ferramentas. E, mais ainda, de premissas e expectativas. Tudo isso lançou por terra a velha ordem.¹⁸³

Na apresentação do estudo, que se divide em três partes, focadas nos jornalistas, instituições e no que os autores chamam de ecossistema jornalístico. Eles ressaltam que entre as mudanças observadas está a audiência, que deixou de ser um mero leitor e espectador, para se tornar um usuário e até mesmo editor, diante da interferência e participação que o público passou a ter no processo de produção das notícias. “(...) para tirar proveito do acesso a indivíduos, multidões e máquinas, também será preciso mudar radicalmente a estrutura organizacional de veículos de comunicação (...)”, destaca o estudo, lembrando que as mudanças, diante das transformações ocorridas, precisam ser também intensas.

Interessante observar as convicções que os analistas apresentam da imprensa e da sua relevância social, considerando o jornalismo como essencial, que necessita de subsídios que acabam com o surgimento da internet. Além disso, ressaltam que é fundamental reestruturar a atividade e as organizações e existiriam oportunidades para se fazer isso de novas formas.

A importância do jornalismo é destacada pelo fato de ser o espaço onde podem ser feitas denúncias, além de oferecidas informações que acrescentem percepções, análises e conhecimentos a respeito dos fatos noticiados. Mas também são taxativos ao afirmar que nada poderá ser feito do jeito que vigorou nos últimos anos. O mundo mudou e o jornalismo também precisa mudar.

¹⁸³ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit.

Cabe destacar o papel que atribuem aos jornalistas, de serem porta-voz da verdade.

Já que narrar fatos reais é vital, o valor do jornalismo não pode ser reduzido a outras necessidades, secundárias. (...) Acreditamos que o papel do jornalista – como porta-voz da verdade, formador de opinião e intérprete – não pode ser reduzido a uma peça substituível para outro sistema social; jornalistas não são meros narradores de fatos. Precisamos, hoje e num futuro próximo, de um exército de profissionais que se dedique em tempo integral a relatar fatos que alguém, em algum lugar, não deseja ver divulgados, e que não se limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos hoje inundados), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e nele repercuta.¹⁸⁴

Os autores lembram a profusão de pessoas comuns que passaram, com os recursos tecnológicos, a poder registrar e propagar fatos que presenciam, mas isso está longe de ser o que o jornalismo pode efetivamente oferecer, inclusive no que diz respeito ao que se faz no nível de comunidades.

Esse é um importante aspecto a ser comentado, uma vez que cada vez mais, no Brasil especialmente, a participação do público tem sido cada vez maior, tanto nos meios impressos, em rádios, tvs e na internet. E há ainda a propagação intensa de informações muitas vezes falsas ou no mínimo não checadas, propagadas com o uso do Whats App e outros aplicativos. As recentes eleições trouxeram inúmeras denúncias a respeito dessa prática, aqui e nos Estados Unidos, para gerar pânico e levar muitos eleitores a decidirem o voto pelo medo ou pelas chamadas fake news, que seriam na verdade informações falsas veiculadas em formato similar às notícias e que mesmo desmentidas acabam sendo consideradas verdade e comprometem a percepção de muitas pessoas a respeito da realidade.

O que os autores destacam é o valor da notícia séria, considerada como a notícia precisa, exata, seja qual for a temática envolvida. Esse é o produto do jornalismo que pode servir como elemento diferenciador diante de tudo o que

¹⁸⁴ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op, Cit.

estamos assistindo. E eles afirmam que esse bom jornalismo precisa ser subsidiado, sem que isso comprometa a sua qualidade.

Subsídios volta e meia são vistos como sinônimo de aporte direto pelo Estado, o que levantaria óbvios e sérios temores. Mas o subsídio, no sentido do apoio dado a uma atividade considerada de interesse público, pode assumir várias formas. Pode ser direto ou indireto, pode vir de fontes públicas ou privadas. Doações de cidadãos são subsídio – tanto quanto um concedido pelo Estado. O bom jornalismo sempre foi subsidiado; o mercado nunca foi capaz de suprir o volume de informação que uma democracia exige.¹⁸⁵

A cobrança direta ao público não é considerada eficaz e nem capaz de cobrir os custos efetivos da operação. Pelo menos nos métodos apresentados que, em geral, acabam por liberar os usuários do pagamento, representando uma parcela que só serviria para retardar a queda observada na publicidade tradicional, mas não capaz de impedir ou reverter o problema.

O foco deste relatório é o modo como jornalistas exercem sua função, e não práticas comerciais de instituições que abrigam esses profissionais. Há, contudo, um ponto crucial de interseção de práticas comerciais e práticas jornalísticas: o apoio da publicidade, principal fonte de subsídio do jornalismo norte-americano desde a década de 1830, está desaparecendo (no caso de jornais, grande parte dessa receita já evaporou; e há mais má notícia a caminho para jornais, revistas e emissoras de rádio e TV). Anunciantes nunca tiveram interesse no patrocínio propriamente dito de meios de comunicação; o elo entre receita publicitária e salário de jornalistas sempre foi uma função da capacidade do veículo de comunicação de atrair essa receita. Até deu certo no século 20, quando o poder de barganha no mercado de mídia estava nas mãos de quem vendia, no caso os meios. Hoje, esse modelo já não serve.¹⁸⁶

Esse é sem dúvida uma das grandes questões que têm mobilizado as empresas de comunicação: de onde tirar os recursos necessários para custear sua produção – que não é ou não deve ser barata, diga-se de passagem, pois isso afeta

¹⁸⁵ Idem

¹⁸⁶ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit.

diretamente a qualidade, diante de uma série de fatores que fizeram as verbas de publicidade desaparecer. Diversas empresas e empresários acharam que bastaria migrar para as produções digitais, o que não trouxe os resultados esperados.

A saída para esse dilema estaria, segundo os autores do dossiê, na reestruturação dos processos e modelos organizacionais, inclusive visando gerar uma economia de recursos.

O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão de explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais. Nessa reestruturação, todo aspecto organizacional da produção de notícias deverá ser repensado. Será preciso ter mais abertura a parcerias, um maior aproveitamento de dados de caráter público; um maior recurso a indivíduos, multidões e máquinas para a produção de informação em estado bruto; e até um uso maior de máquinas para produzir parte do produto final. Serão mudanças sofridas, pois irão afetar tanto a rotina diária como a autoimagem de todos os envolvidos na produção e distribuição de notícias. Sem isso, no entanto, a redução dos fundos disponíveis para a produção do jornalismo fará com que no futuro a única opção seja fazer menos com menos. Não há, na crise atual, solução capaz de preservar o velho modelo.¹⁸⁷

Para os autores, o acesso a informações, em função de movimentos que defendem a transparência de empresas e governos, e das novas ferramentas para produzir e distribuir informações, como é o caso de redes sociais como o Facebook, o Twitter ou mesmo o modelo Wiki, podem dar maior dimensão e impacto a que um pequeno veículo produza. “Tudo isso faz o público ter muito mais meios de obter e processar notícias”, explicam os autores¹⁸⁸.

Ao tratar especificamente dos jornalistas, considerados indispensáveis para a recuperação do jornalismo na era atual, os autores destacam a importância de serem qualificados, com “profundo conhecimento do assunto e capacidade de

¹⁸⁷ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit.

¹⁸⁸ Idem

levar a informação ao público na hora certa”¹⁸⁹. Mas isso não significa que especialistas ou outras pessoas qualificadas não possam participar do processo, desde que tenham de fato capacidade para isso.

Mas o retrato pintado pelas mudanças no ecossistema do jornalismo não é só de perda. Se de um lado velhos monopólios desaparecem, há, de outro, um volume cada vez maior de trabalho jornalisticamente útil a ser feito pela colaboração de amadores, multidões e máquinas. Uma corretora de commodities, por exemplo, não precisa de um repórter plantado em uma lavoura de trigo para entrevistar o agricultor: satélites podem produzir imagens em tempo real da cultura, interpretar essa informação visual e, num piscar de olhos, transformar tudo em dados úteis.¹⁹⁰

O que o dossiê defende é que o processo seja sempre feito da forma que mais permita atender aos interesses do público pela informação. Em algumas situações, isso pode ser feito por cidadãos conectados, que passarão as primeiras informações, ou também por eles e os jornalistas, que darão a versão final, mais completa e precisa. E melhor escrita, muitas vezes.

Ressaltam que isso não significa que o jornalista seja substituído, mas sim deslocado para um posto mais elevado na cadeia editorial, onde só ele poderá atuar.

Já não produz observações iniciais, mas exerce uma função cuja ênfase é verificar, interpretar e dar sentido à enxurrada de texto, áudio, fotos e vídeos produzida pelo público. A “apuração dos fatos” ocupa um lugar de destaque na autoimagem do jornalismo: está no cerne daquilo que o jornalista faz – algo, que, em sua concepção, ninguém mais pode fazer; é o aspecto da ocupação que requer a habilidade mais tácita; é a função que serve de forma mais direta o interesse público. A importância desse trabalho de reportagem se reflete em muitas das batalhas mais perenes travadas em torno do jornalismo na última década e meia,

¹⁸⁹ Idem

¹⁹⁰ Idem

da briga aparentemente interminável entre “blogueiros x jornalistas” ao conflito sobre agregação de conteúdo x cobertura própria¹⁹¹.

Os autores destacam a importância do trabalho de reportagem, nem sempre percebido por quem não é do meio. Mas destacam a importância de se utilizar todo o potencial gerado pela comunicação digital, nem sempre aproveitado corretamente por jornalistas e empresas da área. Desta forma, deveria haver mais atenção à reportagem, que deve passar a ser feita com formas de apuração que utilizem os inúmeros recursos disponíveis. Mas advertem que a situação vivida pelas empresas jornalísticas, de colapso financeiro, representa uma ameaça real a este tipo de trabalho.

Um caso comentando, entre tantos outros, é o terremoto ocorrido no Japão em 2011, que resultou em vazamento na usina nuclear de Fukushima Daiichi, em que as pessoas, preocupadas com a falta de informação sobre níveis de radiação, recorreram a contadores que transmitiam a medição por um site. Nesses casos, ressaltam, a multidão pode fazer mais do que os jornalistas. Mas nem isso e nem o flagrante feito pelo cidadão comum, com o celular, excluem a importância do papel e do lugar do jornalista no processo de produção da notícia. E isso vale inclusive para pensar nas responsabilidades que envolvem o desenvolvimento e o emprego de algoritmos para coletar e organizar dados.

É evidente que o jornalista pode ser muito mais eficiente do que a máquina na apuração e disseminação de certas informações. É entrevistando gente que o profissional tem acesso aos fatos e se “apodera” de um assunto, às vezes com exclusividade. Ligar para o palácio do governo ou para a Secretaria de Educação, comparecer a reuniões e assimilar o que é dito ali, dar ideias e questionar – tudo isso aproxima a notícia da ideia de “drama” que o teórico da comunicação James Carey julgava central para o conceito do jornal. Pessoais e humanas, essas atividades convertem o jornalismo em uma espécie de performance da informação, e não mera divulgação de fatos.¹⁹²

¹⁹¹ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos. Op. Cit.*

¹⁹² *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos. Op. Cit.*

Por isso, os jornalistas precisam se especializar tanto em técnicas quanto habilidades de comunicação e apresentação, inclusive no que diz respeito à utilização de dados. Só dessa forma, acreditam, o jornalismo poderá ocupar o lugar de relevância e se distinguir das outras formas de produção de conteúdo.

Todo jornalista deve ser capaz de analisar dados e indicadores que acompanham seu trabalho e estar ciente de que toda cifra representa uma atividade humana. Além disso, deve ser capaz de entender feedbacks e interpretá-los de forma correta, para poder melhorar o alcance e o conteúdo daquilo que produz.¹⁹³

Isso vale também para as diferentes formas de narrar uma notícia. Por isso, é importante dominar o uso dos recursos distintos para contar uma história, assim como ter a competência para elaborar e gerir projetos diferenciados. Mudanças já percebidas por aqui, como a de editores que não só editam, mas tratam da audiência, como observado no trabalho de Adriana Barsotti (2014), assim como projetos autorais empreendidos por diferentes jornalistas no Brasil e no mundo, são apostas que os autores do dossiê fazem a respeito do futuro da atividade, muito em breve.

No que diz respeito às instituições, o dossiê destaca a divergência da abordagem a respeito da situação atual do jornalismo, citando duas revistas que pertencem às universidades de Columbia e Havard, que se dividem entre falar das possibilidades que os tempos atuais apresentam ao jornalismo e, por outro lado, da derrocada que o setor enfrenta. E vão então dar exemplos do declínio e do renascimento de empresas jornalísticas, que enfrentam o mundo pós-industrial de forma distinta.

É preciso indagar, ainda, como organizações jornalísticas tradicionais estão reformulando processos para se adaptar ao novo cenário da informação. Um estudo sobre o New York Times a ser publicado em breve por Nikki Usher, professor assistente da George Washington University, provavelmente ajudará muito a esclarecer a questão, embora também devamos começar a sintetizar saídas adotadas por organizações criativas para se adaptar à era digital. Estudiosos

¹⁹³ Idem

precisam partir de uma constatação sociológica básica – o fato de que a maioria das instituições jornalísticas busca assimilar a ruptura com o mínimo possível de mudanças em processos operacionais e autoimagem ideológica – e começar a indagar como instituições criativas contornam essas limitações sistêmicas, autoimpostas.¹⁹⁴

O estudo da jornalista Nikki Usher, realizado após quatro meses de observação do funcionamento da redação, e transformado no livro “Making News at The New York Times”, indica a ocorrência de mudanças no processo de fechamento e atualização de notícias e na hierarquia do processo¹⁹⁵. Uma das constatações feitas pela professora é de que o trabalho do editor do site era feito apenas com base no próprio julgamento, sem qualquer supervisão editorial e baseada na lógica de publicar antes. Além disso, todo o trabalho de redação de notícias e produção de títulos era feito pelo próprio editor, sem a ajuda de qualquer outro profissional, como revisores, como forma de atender às expectativas dos leitores, de ter sempre notícias novas e de forma rápida. Urgência, interatividade e participação são três características destacadas pela autora no livro a respeito das exigências que o jornalismo e os jornalistas enfrentam na contemporaneidade. Nada muito diferente do que já foi constatado em estudos realizados nas redações brasileiras, inclusive no que diz respeito à redução do quadro de jornalistas e na eliminação de diversas funções.

Retomando o estudo de Columbia, vale destacar que o caso do New York Times, embora sirva para ilustrar as tentativas de mudanças feitas por uma grande empresa jornalística, não significa que o processo seja simples e fácil. Ao contrário. Os autores afirmam que embora não haja instituição incapaz de mudar, o processo é bastante difícil.

A segunda coisa a lembrar é que instituições jornalísticas capazes de se adaptar seriam uma das mais valiosas fontes de crescimento e evolução no ecossistema jornalístico de modo geral. É óbvio que, onde quer que ocorra, a adaptação tem tremendo impacto; grandes instituições jornalísticas são, contudo, como um navio de guerra: ainda que demorem para mudar de curso, uma vez

¹⁹⁴ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit

¹⁹⁵ <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mercado/165945-ny-times-troca-comando-da-redacao.shtml>

completada a volta são capazes de avançar com força e velocidade impressionantes. Editores e gestores de meios de comunicação devem ter em mente que muito da mudança potencial nesse ecossistema depende de sua capacidade de pensar de forma distinta.¹⁹⁶

Nesse ponto, cabe uma reflexão a respeito do perfil e da formação de editores e gestores da indústria midiática, que nem sempre parecem preparados para enfrentar os desafios dessa era pós-industrial. E também a própria formação dos jornalistas, ainda condicionada em boa medida pela forma analógica de pensar e produzir notícias. Isso não significa que não haja jornalistas, antigos e novos, tentando se adequar aos novos tempos, mas é uma questão a ser observada e levada em conta. E não parece que seja muito diferente nos Estados Unidos.

Aqui há ainda mais um aspecto a ser levado em conta, que diz respeito à concentração da mídia pelos mesmos grupos. Um estudo divulgado em 2017 pelo Repórter sem fronteiras e Intervozes, com 50 veículos ou redes de comunicação, revela que 26 pertencem ou são controlados por grupos econômicos.

Nove são do Grupo Globo, cinco do grupo Bandeirantes, outros cinco de Edir Macedo (considerando a Rede Record e os meios de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus), quatro da RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul e três do grupo Folha. Os grupos Estado, Abril e Editorial Sempre Editora/SADA controlam, cada um, dois dos veículos de maior audiência. Os demais possuem apenas uma das mídias pesquisadas.¹⁹⁷

Além do aspecto relativo à falta de diversidade e pluralidade da produção jornalística, a concentração significa que as empresas estão nas mãos de gestores muito mais habituados à lógica da indústria midiática do período anterior.

O dossiê também aponta o fato de as instituições jornalísticas, durante o século XX, terem como característica um enorme poder, inclusive em relação a outras instituições de poder constituídas. A influência que exerciam levou inclusive à expressão jornalismo como quarto poder, que se sobreponha aos

¹⁹⁶ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit

¹⁹⁷ Idem

demais, como enorme poder de influência sobre o público em geral. Isso efetivamente não se dá mais da mesma forma.

Hoje, a ideia da influência, ao menos como corolário do porte da audiência, passa por mudanças. Embora ninguém negue que instituições jornalísticas atuais sigam sendo excepcionalmente fortes em sua capacidade de mobilizar a opinião pública e punir políticos desvirtuados, a fragmentação do público consumidor de notícias lançou por terra a velha noção do público como massa. De novo, não estamos negando que instituições tradicionais de comunicação tenham um grande público na internet, como gestores desses sites não cansam de repetir ao comparar o número de visitantes únicos e *pageviews* dessas páginas ao de pequenos blogs. O que mudou não é o tamanho do público propriamente dito, mas o modo como é entendida a relação entre instituição e público – entre o jornalismo e a imagem que este faz do público. Mudanças nessa imagem do público têm profunda relação com uma segunda leva de transformações: o declínio do capital simbólico de instituições jornalísticas tradicionais¹⁹⁸.

Associada à crise financeira, a queda da reputação é um tema que os autores do estudo consideram que deva ser analisado por jornalistas e pelas instituições jornalísticas, por se tratar de uma crise estrutural, para qual apontam algumas saídas, como de formar parcerias, ultrapassar fronteiras mais rígidas e hierárquicas, dominar e explorar os recursos que o ambiente digital oferece, desenvolver novos projetos, entre outras recomendações diretamente relacionadas aos investimentos necessários para tornar o jornalismo relevante.

Os autores desenham ainda o que acreditam que serão as instituições jornalísticas no futuro. E uma das características destacadas é o tamanho, bem menor do que o que se verifica hoje. Os recursos necessários para custear toda a operação poderão vir de diferentes fontes, que podem ser decorrentes de novas formas de assinstura digital, estratégias de venda para mídias sociais, verbas de fundações e subsídios do Estado, entre outros.

¹⁹⁸ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit

Nosso argumento é que instituições jornalísticas do futuro, além de menores e “agnósticas” quanto a fontes de receita, devem ter três características definidoras. Terão um fluxo de trabalho “hackeável”, ou contornável. Vão adotar alguma forma daquilo que chamamos de “institucionalismo em rede”, sendo que muitas das maiores organizações jornalísticas de penetração nacional devem promover um jornalismo que cobre prestação de contas (*accountability journalism*) local em parceria com veículos locais de imprensa. E, por último, instituições jornalísticas terão de repensar radicalmente o que conta como “prova jornalística válida”, buscar novas maneiras de avaliar essas novas provas e integrar tais processos de apuração e avaliação a seus fluxos de trabalho “hackeáveis”.¹⁹⁹

Quanto ao ecossistema jornalístico, os autores apontam que significa que as organizações jornalísticas nunca foram donas do próprio destino. Tudo girava em torno de uma produção estabelecida sobre determinadas marcas, apoiadas por grandes estruturas. A internet veio para mudar isso. Ou melhor, criar um novo ecossistema, que acabou com o papel de intermediação ocupado antes pelas empresas e profissionais do setor.

A chegada da internet não trouxe um novo ator para o ecossistema jornalístico. Trouxe um novo ecossistema – nem mais, nem menos. Com ele, o anunciante pode chegar ao consumidor diretamente, sem pagar nenhum pedágio – algo que muito consumidor até prefere. O amador pode ser um repórter “na acepção do termo” (“reportador”): a notícia do terremoto em Sichuan, na China, do pouso de emergência de um avião no Rio Hudson, em Nova York, e de massacres na Síria partiu, sempre, de relatos de gente na cena dos fatos. A doutrina do “uso justo”, até então uma válvula de escape para a reutilização disciplinada de pequenos blocos de conteúdo por um pequeno grupo de meios virou, de repente, uma oportunidade para a construção de operações ineditíssimas de agregação e “reblogging”. E por aí vai.²⁰⁰

E há novamente uma série de recomendações, como trabalhar em parcerias, utilizar o trabalho sistematizado por outros, entre um rol de observações

¹⁹⁹ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit

²⁰⁰ Idem

que apontam possíveis caminhos, sempre relacionados à reformulação dos processos que tenham como foco novamente o jornalismo que seja relevante.

Entre as conclusões apresentadas, os autores destacam primeiro o fato de o trabalho ter mais características de ensaio do que trabalho acadêmico, resultado de pesquisas sistematizadas, por conter na verdade a visão deles sobre o que se deparam no cotidiano e na observação das profundas transformações da atividade. E alertam que no mundo novo, marcado por mudanças de toda a ordem, o principal é se adaptar sempre, “à medida que velhas certezas desmoronam e adotar novidades que ainda nem entendemos plenamente”, sempre lembrando da importância do jornalismo, descrito com a velha máxima de se tratar da exposição de fatos que alguém, em algum lugar, não quer ver publicados, como “um bem público essencial”.²⁰¹

Podemos retomar Michael Schudson, que também discute as transformações do jornalismo na atualidade, lembrando que o que antes existia na prática profissional se esvaiu e não há perspectiva de estabilização para os próximos tempos. “Nunca houve apenas Um Verdadeiro Jornalismo, mas agora isso se torna mais evidente do que nunca”²⁰², afirma o autor.

Referindo-se à imprensa americana, Schudson afirma que as transformações têm exigido novas compreensões do que é e do que tem sido o jornalismo, isto porque as fronteiras da atividade, que há pouco tempo se mostravam estáveis e permanentes, foram desconstruídas, como é o caso da relação com os leitores inclusive com novas formas de produção de informações, como é o caso dos blogs.

Outro ponto destacado pelo autor é relativo ao excesso de trabalho enfrentado pelos jornalistas, que atuam sete dias da semana, 24 horas por dia, comparando-se ao personagem de Charles Chaplin, no filme “Tempos modernos”, que retrata a vida dos operários submetidos a períodos extenuantes de trabalho no

²⁰¹ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Op. Cit

²⁰² SCHUDSON, Michael. As notícias como um gênero difuso: a transformação do jornalismo na contemporaneidade. Tradução de Patrícia Dias e Sônia Pereira. Disponível em <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/08.-Michael-Schudson.pdf>

início da era industrial, quando acabam parecendo mais máquinas do que homens.

Isto incomoda-me mais do que qualquer outra coisa. O que se observa nos jornalistas hoje em dia, penso eu, não é um ritmo de trabalho alimentado pela paixão – embora seja assim que tudo começa –, mas um ritmo de trabalho alimentado pela cafeína. É um ritmo de trabalho sem pausas. É um ritmo de trabalho que faz lembrar Charlie Chaplin na linha de montagem.²⁰³

O autor também observa que o jornalismo atual pode ser realizado a baixo custo, por uma única pessoa e um computador portátil.

Mas todo esse quadro está longe de resultar em desânimo para o estudioso. Ao contrário, ele considera que este é o melhor momento para os jornalistas. Mas para isso é preciso ter disposição para viver com salários baixos, ser ágeis no processo de coleta dos dados necessários a uma notícia, assim como nos contatos, ideias e relações on line, além de precisar ter coragem para inovar, arriscar e experimentar.

E ele sustenta a sua tese, ou como chama, o seu otimismo, lembrando o crescimento significativo do jornalismo americano a partir dos anos 70. Além disso, cita também a eficiência que a atividade pode assegurar com o uso dos recursos on line. Além disso, lembra que o jornalismo “parece ser um daqueles campos – como a música, a arte e o teatro – no qual as pessoas entram porque o adoram, e não porque acham que vai ser o seu sustento”.²⁰⁴ E por fim, ressalta o entusiasmo dos jornalistas que atuam nas versões on line, muitos dos quais provenientes de meios convencionais e que encontraram no ambiente digital mais felicidade, inclusive por participarem de projetos diferenciados, como é o caso de uma antiga repórter de um jornal que diz que se sentia que foi para o céu ao desenvolver seu trabalho jornalístico numa organização online financiada por filantropia.

Otimismo, em dose exagerada ou não, o que se pode observar por aqui são percursos parecidos percorridos por jornalistas considerados “seniores”, que

²⁰³ Idem, *ibidem*

²⁰⁴ SCHUDSON, Michael. Op cit

durante anos atuaram em mídias convencionais e, diante da redução da oferta e possibilidade de trabalho, passaram a desenvolver projetos autorais ou criaram novas possibilidades de trabalho, sem se afastar do jornalismo. Não é a regra geral, mas ocorre.

4.

A formação na visão de professores, profissionais e alunos

Ao analisar as tarefas da pesquisa da ciência da cultura, Otto Groth afirma que o surgimento de novas disciplinas é resultado, em geral, de necessidades e “da aflição” da vida”. O autor ainda ressalta que neste processo deve-se destacar a importância do vigor e da vivacidade que são provocadas pelas relações que se estabelecem e se ligam de forma recíproca entre a ciência e a prática. (GROTH, 2006, 182)

E é justamente no cruzamento do que se pode chamar “aflição da vida”, provocada pela reciprocidade entre o exercício que se desenvolve cotidianamente na sala de aula e a busca pela compreensão científica que este capítulo se constrói, a partir das falas de quem está diretamente envolvido no processo de formação dos novos jornalistas: os alunos, os professores e os profissionais que um dia também já estiveram nas universidades, em busca da constituição de saberes e conhecimentos que os tornassem capazes de cumprir os desafios impostos pelo exercício do jornalismo.

Dessa forma, buscamos reunir aqui as falas dessas três dimensões, na compreensão de que essa construção discursiva é um elemento fundamental à representação e à constituição da identidade do jornalismo como campo profissional e que revela análises capazes de nos orientar no exercício reflexivo necessário a respeito da formação acadêmica e ao papel do jornalismo na sociedade, com todos os seus dilemas e complexidades.

Trazemos ainda ao debate as grades curriculares adotadas nas universidades que foram parte do projeto de pesquisa deste doutorado, a saber Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio (PRC-Rio), Universidade Estácio de Sá e Ibmecc do Rio de Janeiro, tendo como foco os currículos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), implementadas em 2016.

O propósito é, a partir da análise do que dizem alunos, professores e profissionais e as propostas dos cursos, expressas em como se apresentam e na

organização de disciplinas que propõem à formação dos alunos responder as questões apresentadas no decorrer deste estudo, a saber:

1. Qual o papel que os alunos das fases inicial e final do curso de Jornalismo atribuem à Universidade, o de atender às exigências do mercado ou de investir na produção de saber?
2. Quais as expectativas que alunos do 1º e do 8º período têm a respeito do curso?
3. O que esperam os alunos de 1º período se confirma entre os concluintes?
4. Quais a visão de professores, todos com passagem no mercado de trabalho do jornalismo, a respeito da formação dos futuros profissionais da qual participam de forma ativa?
5. E o que diz respeito aos profissionais, como analisam a formação que receberam e os limites que essa formação quando se deparam com a prática da profissão, no mercado de trabalho?
6. Como se deve pensar a relação entre disciplinas teóricas e práticas mais de 70 anos após o surgimento do 1º curso de Jornalismo?
7. O que se pode depreender a respeito do impacto que os currículos já adotados têm sobre o atual, inclusive no que diz respeito à formação do profissional polivalente adotada nos anos 1960?
8. Como a formação pode acompanhar as mudanças tão aceleradas que se registram na área, tanto em termos de emprego de tecnologia quanto da participação mais ativa de quem consome notícias e hoje também produz informação?

Essas são algumas das questões que orientam as discussões a serem apresentadas a seguir, com o entrelaçamento das falas que convergem e divergem, num mosaico bastante compreensível mediante os papéis que cada um dos ouvidos ocupa no processo em questão, bem como diante das incertezas e desconstruções porque passa a profissão nas últimas décadas.

Como vimos nos capítulos anteriores, são muitas as idas e vindas no processo de constituição da formação acadêmica dos jornalistas, bem como os interesses que se apresentam no jogo de poder que envolve o direito à informação como um requisito básico da vida nas sociedades democráticas.

E isso diz respeito inclusive ao papel das universidades, que muitas vezes são reduzidas ao papel de formadoras da mão de obra que o mercado deseja, distanciando-se da missão mais nobre de ser um local de constituição de saberes e de formação de profissionais críticos, criativos e comprometidos com os requisitos básicos da ética e do interesse coletivo.

Os percalços da profissão, por vezes glamourizada e outras tantas defenestrada, também são uma marca importante, presentes nas falas dos grupos ouvidos. Como observa o jornalista Alberto Dines (1986), os jornalistas, historicamente, são percebidos ora como párias, ora como gênios, conforme as relações, ações e percepções que se constroem e desconstroem.

O autor lembra que isso se deve à proximidade que os jornalistas tinham com os intelectuais até a primeira metade do século XX, ao mesmo tempo em que está sempre à margem do poder, embora se relacione com ele de diferentes formas.

Mas ainda assim, não há dúvidas de que estamos aqui tratando de uma atividade essencialmente intelectual pois, como o próprio Dines observa, informar pressupõe formar e se ancora em uma série de valores, inclusive inerentes aos aspectos éticos e morais de cada indivíduo, que exigem não apenas uma formação específica sólida mas a constituição de saberes a respeito do mundo, na percepção daquilo que o mundo é e das dores que enfrenta. Desta forma, Dines compreende que a missão da profissão também é relativa à educação, exigindo complexos conhecimentos e o intransigente compromisso com a busca compromisso com a verdade, que torna o jornalista teimoso e inflexível, que deve ter compromisso sempre com a causa pública.

Fábio Pereira (2011) também aborda a relação dos jornalistas com os intelectuais, ao reiterar, assim como Dines, que isso decorre em função, inclusive, da presença de escritores nas redações.

Podemos afirmar que, até a primeira metade do século XX, os jornalistas e os intelectuais brasileiros mantinham uma relação muito próxima. O jornal era visto como um espaço de exercício político e literário. Intelectuais intervinham

frequentemente na imprensa para expressar posicionamentos políticos, publicar crônicas, contos, poemas e folhetins. E também para receber algum tipo de remuneração, pois dificilmente sobreviviam apenas da atividade intelectual. Os jornalistas que tinham a ambição de se tornar escritores ou políticos também se utilizavam das redações como uma espécie de trampolim para a futura carreira. (PEREIRA, 2011, s/p.)

Isso muda a partir da década de 1950, quando as redações passam por um intenso processo de modernização, com a introdução de técnicas específicas, como o lead, e se avança na constituição da atividade como profissão.

Nilson Lage (2006) também apresenta mais algumas características do jornalismo como produto industrial que demanda enorme esforço, além de mobilizar grandes equipes, que também rondam permanentemente o poder embora “vivam menos que uma borboleta”. (LAGE, 2006, 81) E ainda destaca o marco da década de 1980, quando tal produção deixa de ser taylorista, com base na especialização dos profissionais em etapas distintas, para incorporar o modelo toyotista, “com concentração de várias atividades em um mesmo profissional ou em um grupo de profissionais”. (LAGE, 2006, 81)

4.1.

A dimensão da formação e o papel do jornalismo na sociedade

Ao pensar sobre as relações entre ação e linguagem, Patrick Charaudeau²⁰⁵ recorre a Aristóteles para lembrar que toda ação produz um sentido social decorrente dos atores que nela estão envolvidos. Dessa forma, a linguagem, tanto verbal quanto visual, teria o propósito de representar as ações humanas, na produção de narrativas que não se constituem como ações, mas sim como descrições daquilo que se realiza ou de acontecimentos.

O ponto de vista *interacional* consiste em considerar que a linguagem é o resultado das trocas que se produzem entre os membros de um grupo social, entre as quais encontramos interações específicas que são as interações verbais. Essas trocas são objeto de ritualizações (Goffman), e na medida em que elas comandam

²⁰⁵ CHARAUDEAU, Patrick. O discurso entre a ação e a comunicação. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html>

os comportamentos dos atores sociais, pode-se dizer que o sentido se constrói em relação com as intenções e os interesses recíprocos dos parceiros da troca em um nível intersubjetivo (Garfinkel), porque essas trocas se definem de acordo com uma certa finalidade que é a intercompreensão. É isso que funda ao mesmo tempo a ação social.²⁰⁶

Recorrendo ao sentido da palavra discurso, encontramos o significado de “em curso”, ou algo em movimento, como observa Eduardo Manhães (2011), ao lembrar que:

(...) a discursividade implica a compreensão de que a mensagem é construída no interior de uma conversa e pode ser considerada a concretização de um ato ou uma ação. A linguagem é um instrumento de comunicação que está sempre em atividade, seja nas relações cotidianas, coloquiais, seja nas interações institucionais, formais. (MANHAES, 2011, 305)

Dessa forma, o emissor é aquele que se constitui como sujeito da ação social, capaz de classificar, ordenar, organizar, persuadir, convencer, ordenar e organizar o mundo que apresenta, assim como construir um modo de falar que represente “um entendimento do mundo” (MANHÃES, 2011, 305)

É dentro dessa lógica que buscamos apresentar o lugar de fala de alunos, professores e profissionais, na dimensão de que isso representa uma ação destinada ao entendimento do mundo, o mundo do jornalismo, da formação e da sua atuação como agente capaz de produzir inúmeros impactos na sociedade e, também, ser impactado por esta mesma sociedade e todas as suas transformações e reverberações. São os atos de fala que fazem o emissor ocupar o lugar de sujeito da ação, que fala diante de uma posição que ocupa diante do interlocutor:

(...) toda comunicação é uma **ação simbólica e social**, concomitantemente. Ao falar, emissores e receptores realizam atos de fala, que dão corpo a uma locução, à articulação de fonemas e à construção de frases, e também à representação de papéis sociais. Ou seja, o sujeito apropria-se da linguagem para ordenar, explicar ou pedir e, ao fazê-lo, mostra o mundo a partir de seu ponto de

²⁰⁶ Idem, ibidem

vista para interlocutores em conversas que acontecem em determinadas situações, que, por sua vez, possuem indicações de tempo e espaço. (MANHÃES, 2011, 312, grifo do autor)

Embora o propósito aqui não seja desenvolver uma análise de discurso, as observações de Chareau deau servem para apoiar o contexto das falas que manifestam as análises e considerações feitas pelos grupos ouvidos, visando cumprir o propósito central deste estudo, de discutir a formação dos jornalistas, em um momento de profundas transformações em todos os âmbitos da vida, e da própria atividade, tanto do ponto de vista das dimensões profissionais quanto do processo de consumo de notícias da parte do público.

As discussões a respeito do jornalismo quanto ao papel que desempenha na sociedade quanto do próprio processo da formação e da capacidade dos jornalistas de atuarem em um mundo onde as tecnologias se fazem cada vez mais presentes, e como vimos no capítulo anterior, que deram maior liberdade a todos os envolvidos no processo de produção e consumo de notícias, se apresentam em diferentes dimensões, estando presentes nas salas de aula, nas redações, nas conversas entre jornalistas e não jornalistas e, claro, nas redes sociais. De forma intensa, apaixonada, acusadora, romântica, saudosista, o jornalismo é posto em xeque.

Vale também observar que o próprio mercado de trabalho constitui um dos elementos que vem, ao longo dos anos, evidenciando as inúmeras mudanças em curso, na medida em que as grandes redações, foco central por tempo considerável do interesse dos jornalistas e das propostas de formação, se encolheram, ao mesmo tempo em que surgiam outros espaços para atuação dos profissionais, como é o caso do planejamento, gestão e execução das atividades de comunicação corporativa, assessoria de imprensa, gestão de redes sociais, produção de conteúdo para finalidades variadas, entre outros.

Assim, aqui quando propomos a discussão a respeito da formação do jornalista na contemporaneidade, procuramos observar esse processo levando em conta as inúmeras dimensões em que o profissional pode atuar, inclusive em

esferas bastante diferenciadas, como é o caso de organizações públicas e do terceiro setor.

4.1.1. As instituições de ensino e os currículos

Retomando Otto Groth (2006), é possível observar o lugar e a posição das instituições de ensino superior no processo de constituição do conhecimento, a partir da relação com a prática. Por isso, segundo o autor, a ciência jornalística para estabelecer o seu lugar entre as disciplinas científicas teve que percorrer diversos passos e ainda hoje apresenta vestígios claros da luta travada pelo seu reconhecimento.

O jornalismo determina, sobretudo, a direção do pensamento e da vontade das amplas camadas da sociedade, e não só destas; dele depende, em grande parte, o patrimônio de conhecimento e, por conseguinte, a capacidade de julgamento de todo o povo. A influência do jornalismo se estende a todas as áreas da vida; sobretudo, a imprensa periódica constitui um importante fator econômico em vários sentidos, e na vida pública essa influência ainda é dominante, a despeito da concorrência crescente. (GROTH, 2006, 184)

No entanto, o autor observa que o fato de ter sido admitido na universidade, não dá ao jornalismo a igualdade de direito de uma ciência autônoma. Em todas as ciências, acrescenta Groth, há métodos que podem e devem ser empregados, como “estabelecer analogias e isolar, medir e contar (estatística), generalizar a individualizar, classificar e tipificar, analisar e sintetizar”, além da contemplação e descrição, da observação e da dialética, do empírico e especulativo, entre outros. O mais importante, no entanto, seria o de compreender, do ponto de vista das ciências do espírito, forma de conhecimento humano que se opõem às ciências da razão. “Nas ciências do espírito está em pauta (...) o conhecimento de fins que são estabelecidos com base em necessidades e idéias valorativas, e do sentido que esses fins dão ao pensar e agir humano”. (GROTH, 2016, 223)

Diante do exposto, considera-se necessário apresentar, antes das falas dos entrevistados, a estrutura curricular adotada pelas universidades a que pertencem

alunos e professores ouvidos, como informamos anteriormente. Para isso, retomaremos as Diretrizes Curriculares Nacionais, implantadas a partir de 2016, e como ela se apresenta nas propostas curriculares dos cursos em questão.

Como vimos anteriormente, no capítulo 1, as DCNs, de acordo com a proposta elaborada por especialistas indicados pelo MEC, foram formuladas com o propósito de atender às exigências da sociedade no que diz respeito à informação e à expressão dialógica, além de promover a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática. O propósito é assegurar a formação de profissões que disponham de “competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável (...)”, com ênfase no “espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos (...)”.²⁰⁷

Cabe ainda ressaltar o destaque que a resolução dá à prática profissional, com o propósito de assegurar a formação de profissionais aptos e comprometidos com “a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público”. E há, inclusive, referência à autoestima dos profissionais, uma vez que o documento aponta que a formação deve ser compreender o jornalista como intelectual e agente da cidadania, como pode ser visto no artigo 5º.

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de

²⁰⁷²⁰⁷ Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192

sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.²⁰⁸

Esse aspecto é reforçado mais adiante, no artigo 6º, que apresenta o eixo de formação humanística capaz de assegurar ao jornalista a capacidade de exercer a função intelectual de quem produz e difunde informações e conhecimentos voltados “à cidadania, privilegiando a realidade brasileira”, mas sem perder a perspectiva dos processos de globalização e dos aspectos regionais também.

Diversas universidades e entidades promoveram debates a respeito das DCNs, tanto no período em que a comissão discutia as propostas quanto já na fase em que deveriam se ajustar às novas orientações. Entidades como a Intercom, o Fórum Nacional de Professores, a Federação Nacional dos Jornalistas e sociedades de pesquisadores da área, como a Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), entre outras, também promoveram debates, com o propósito de apresentar propostas que orientaram a ação da comissão de especialistas e, depois, discutir o processo de implantação dos currículos revistos.

Em alguns encontros, os professores que integraram a comissão de especialistas foram convidados a esclarecer pontos da proposta que orientou as novas DCNs, enquanto em outros o debate se concentrava entre professores e alunos. A Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (Eca-Usp), por exemplo, promoveu um painel, em fevereiro de 2014, que contou com a participação do professor Eduardo Meditsch, um dos responsáveis pela reformulação implementada. Na ocasião, ele destacou a necessidade de o curso assegurar o equilíbrio entre teoria e prática, para assegurar a formação de um profissional apto a lidar com as demandas da sociedade contemporânea. Para o professor, a prática deve ser mais valorizada na graduação, uma vez que a formação de acadêmicos, com maior base teórica, cabe às pós-graduações²⁰⁹.

²⁰⁸ Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

²⁰⁹ Disponível em <https://www5.usp.br/40600/forum-na-eca-debate-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-do-curso-de-jornalismo/>

Outro tema bastante discutido no mesmo encontro foi o propósito dos trabalhos de conclusão de curso que, segundo os participantes do painel, deveriam se voltar de forma mais efetiva às questões do jornalismo, tanto nos trabalhos práticos quanto nas monografias.

Há vasto material a respeito dos debates ocorridos no período de elaboração da proposta e posteriormente, durante a implantação, inclusive focadas nos diferentes aspectos previstos na resolução que institui as diretrizes específicas de Jornalismo, como é o caso dos processos e finalidades dos trabalhos de conclusão de curso, da implantação do estágio, dos eixos orientadores, entre outros.

A preocupação de formar jornalistas comprometidos com as demandas da sociedade na atualidade, e toda a complexidade decorrente do impacto da tecnologia e das transformações dos modos de produzir e consumir notícias e conteúdos informativos, aparece também em praticamente todas as descrições dos cursos de Jornalismo oferecidos pelas instituições cujos alunos e professores entrevistados nesta tese.

No caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o processo de adequação do currículo às exigências das DCNs é retratado desde a aprovação do projeto pedagógico aprovado na 838ª reunião ordinária do Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que aponta ter sido a principal mudança a entrada em separado dos alunos aprovados para a habilitação de Jornalismo. A carga horária, de 3 mil horas, incluindo 200 horas de estágio profissional e atividades complementares, também tem o propósito, segundo a instituição, de integrar a teoria com a prática e promover a interdisciplinaridade²¹⁰.

O site do curso destaca que o propósito da formação é “dar conhecimentos teóricos e metodológicos da Comunicação ao aluno, relacionando-os à prática jornalística, investindo na formação sociocultural e política do estudante com a

²¹⁰ <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/992-eco-ufrj-tera-novo-curriculo-para-o-curso-de-jornalismo>

expectativa de que venha a aplicar este conhecimento na atividade jornalística”. E entre as características que devem ser dominadas pelo futuro profissional estão:

(...) domínio da linguagem jornalística para as diferentes mídias; curiosidade intelectual permanente; capacidade de percepção dos fatos, de sua rigorosa apuração e de sua transformação em mensagem jornalística; capacidade de traduzir e mediar discursos de forma jornalística; humildade diante da realidade e exigente na busca da verdade, com postura ética e de compromisso com a cidadania; habilidade em interpretar, explicar e contextualizar as informações no mundo em que vive; compreensão dos mecanismos envolvidos no processo de recepção das mensagens e seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; elaboração de críticas à mídia e proposta de alternativas inovadoras; visão integrada dos processos de Comunicação, incluindo áreas conexas.²¹¹

É interessante observar que em algumas universidades, a ênfase dada à formação é a do jornalista apto a atuar em redações. É o caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), que destaca entre os objetivos, formar profissionais com base humanística e técnica, capazes de atuar de forma responsável, crítica e criativa, além de dispor de formação técnica e teórica que habilitem os estudantes para o exercício profissional em diferentes suportes midiáticos. Outro propósito é garantir “a base para um olhar crítico sobre a realidade, bem como proporcionar-lhe a oportunidade de exercer a prática jornalística em seus variados aspectos (reportagem, redação, edição, editoração eletrônica)”. Há uma breve menção à formulação de projetos alternativos de comunicação.²¹²

Isso também pode ser observado na Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Embora a universidade destaque os diferentes campos em que o jornalista pode atuar, como as assessorias de imprensa e editoras, destaca que o profissional tem como matéria-prima do seu trabalho a notícia e, por isso, “divulga, apura e investiga fatos e informações de interesse público, entrevista personalidades, cobre eventos, aponta tendências, faz matérias sobre lugares inusitados e histórias interessantes para jornais, revistas, sites, emissoras de rádio e de TV”, numa clara alusão às tarefas executadas normalmente por quem atua na

²¹¹ <http://www.eco.ufrj.br/index.php/graduacao/cursos/jornalismo>

²¹² <http://www.uff.br/?q=curso/comunicacao-social-jornalismo/34795/bacharelado/niteroi>

produção tradicional de notícias e sem maiores alusões aos outros campos possíveis.²¹³

O curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é o mais novo entre as universidades públicas e também está entre o mais recente entre as demais instituições que tiveram alunos e professores entrevistados nesta pesquisa. Surgido em 2010, o curso passou por reformas para se adequar às DCNs e ressalta em seu Projeto Político Pedagógico o compromisso de:

Formar profissionais e cidadãos críticos, aptos a atuar na sociedade e num mercado de trabalho que se apresenta progressivamente diversificado e especializado. Formar profissionais com visão global e inter (multi) disciplinar, capazes de articular a construção e o diálogo do conhecimento específico do campo da Comunicação Social, sempre comprometido com a contemporaneidade e com outras áreas do saber. Possibilitar o desenvolvimento da visão crítica da realidade e do desenvolvimento intelectual do estudante, capacitando-o a propor mudanças. Oferecer ao aluno ferramentas capazes de propiciar sua atuação intelectual e profissional.²¹⁴

A universidade aponta a atuação profissional diversificada como um dos aspectos orientadores do projeto pedagógico do curso, lembrando o foco central do estudo de jornalismo é a informação de interesse social.

(...) deve o graduado, além do correto domínio da língua portuguesa, possuir uma visão crítica da sociedade e das relações entre os estados nos âmbitos global e regional. E também: Apresentar uma sólida formação teórica específica na área de Jornalismo, aliada ao fazer prático; • Interagir com as várias áreas de conhecimento em perspectiva interdisciplinar, mediante a prática da pesquisa científica, entendida como a base da compreensão da realidade e de uma sólida formação inter (multi) disciplinar; • Um profissional comprometido com os princípios da democracia, capaz de trabalhar em equipe e favorecer o diálogo, o

²¹³ http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/comunicacao_jornalismo.html#profissional

²¹⁴ <http://cursos.ufrj.br/grad/jornalismo/files/2014/04/PCC-jornalismo2015-17122015-aprovado-CEPE.pdf>

respeito às diferenças sociais e políticas e a conscientização da cidadania, correspondente à singularidade da formação e do exercício da prática educativa.²¹⁵

No caso da Universidade Estácio de Sá, a referência ao curso enfatiza a formação do jornalista multimídia e multifuncional, que “pesquisa, redige, edita reportagens, escreve crônicas, artigos e comentários e presta assessoria de comunicação e marketing, inclusive no ramo das celebridades”.²¹⁶ Ressalta que o aluno, desta forma, torna-se capaz de “desempenhar sua missão como jornalista, com eficiência e eficácia, em meios de comunicação tradicionais e digitais”, com competência para utilizar as técnicas jornalísticas e também atento às transformações do mundo. Sobre o mercado, a universidade destaca a possibilidade de atuar nos meios tradicionais (rádio, jornal, revista, tv), no mercado digital, bem como em assessorias de comunicação e marketing de empresas públicas, privadas ou do terceiro setor, além de agências de notícias; produtoras de áudio e comerciais; produtoras e empresas distribuidoras de conteúdo, além de poder atuar como profissional liberal.²¹⁷

Já o Ibmec, a instituição privada que oferece o curso há menos tempo, apresenta no site institucional o que faz um jornalista, com a indicação de tarefas bem focadas nas tradicionais redações, como investigar e divulgar fatos de interesse público, fazer entrevista, escrever artigos, produzir pautas e reportagens, além do campo das assessorias de imprensa.

O curso oferece ampla variedade de disciplinas eletivas para que o aluno possa direcionar sua formação com autonomia e sólida base teórica e prática, seja para atuação em veículos de comunicação, comunicação corporativa, mídias sociais ou empreendedorismo. Uma formação voltada para compreender o valor da comunicação em uma sociedade democrática e globalizada. Desde os processos de produção, distribuição e financiamento de notícias até seu papel no funcionamento do mercado.²¹⁸

²¹⁵ Idem

²¹⁶ <http://portal.estacio.br/curso.aspx?po=mktLandingCursosSearch&curso=jornalismo>

²¹⁷ Idem

²¹⁸ <https://www.ibmec.br/rj/cursos/graduacao/comunicacao/comunicacao-social-jornalismo>

Todas as instituições adequaram seus currículos às exigências das DCNs, reorganizando e atualizando as disciplinas e a distribuição delas ao longo dos oito períodos de duração do curso de Jornalismo. O cumprimento da carga horária também foi observado, assim como a implantação do estágio obrigatório e das atividades extracurriculares. Isso pode ser observado nas descrições dos cursos apresentadas nos sites e documentos sobre os cursos.

Observando-se tais organizações curriculares, é possível perceber inúmeras semelhanças na concepção da formação dos jornalistas, inclusive no que diz respeito à formação mais geral e humanística e os aspectos teóricos e práticos específicos da área. Há também aspectos comuns nas distribuições das disciplinas e organização dos currículos ao longo dos períodos.

Normalmente, os cursos têm início com um ciclo básico, em um ou dois períodos, mas que nem sempre é assim chamado. Nesses períodos, as disciplinas costumam ser comuns em diversas instituições aos alunos de Jornalismo e Publicidade, embora o processo de entrada dos alunos seja distinto. A partir do 2º ou 3º período, começam a ser oferecidas as disciplinas específicas do campo do jornalismo, divididas entre as teóricas e práticas, mas ainda prosseguem disciplinas de formação mais geral, tanto na chamada grande área da comunicação ou mesmo relativas a aspectos que complementam a formação, como é o caso da disciplina de empreendedorismo, que aparece tanto na grade da UFRJ quanto do Ibmecc

Isso pode ser visto no quadro abaixo, que apresenta as disciplinas que compõem as estruturas curriculares das universidades incluídas neste estudo, tanto públicas quanto privadas. As informações foram retiradas dos sites dessas instituições.

Quadro 2: Grade curricular de universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro - curso de jornalismo

Instituição\ Período	UFRJ	Rural	UFF	PUC	Estácio	Ibmec
1º Período	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem Gráfica - Linguagem Fotográfica - História da Comunicação e do Jornalismo - Gêneros Jornalísticos - Comunicação e Filosofia - Teoria da Comunicação I 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução às Ciências Sociais - História da Comunicação - Comunicação e Novas Tecnologias - Introdução à Linguagem Jornalística - Oficina De Texto 	<ul style="list-style-type: none"> - Teorias da Informação e da Comunicação - Introdução Ao Jornalismo - Linguagens Visuais e Gráficas - Oficina de Leitura e Produção Textual - Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação - Realidade Socioeconômica e Política Brasileira - Introdução à Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria da Comunicação I - Introdução ao Jornalismo - Introdução à Publicidade e Propaganda - Introdução ao Cinema - Comunicação E Expressão I 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação Empresarial Integrada - Fundamentos Das Ciências Sociais - Introdução à Fotografia - Introdução às Profissões em Comunicação - Língua Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução Ao Marketing - Introdução à Comunicação - Fundamentos do Design Gráfico - Ciências Sociais e Atualidades - Língua Portuguesa
Período	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Linguagem Audiovisual - Introdução à Pesquisa em Jornalismo - Redação Jornalística I - Comunicação e Artes - Teoria da Comunicação II 	<ul style="list-style-type: none"> - Mídia Impressa - Técnica de Reportagem - Teorias da Comunicação I - Introdução à Fotografia 	<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia I - Linguagem Fotográfica - História dos Meios de Comunicação - Linguagem Jornalística - Linguagens e Técnicas Audiovisuais - Oficina de Linguagem Audiovisual 	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria Da Comunicação Ii - Técnicas De Comunicação - Comunicação Gráfica - Comunicação Impressa - O Homem E O Fenômeno Religioso - Optativas De Sociologia - Núcleo Básico Ccs (Para Comunicação Social) 	<ul style="list-style-type: none"> - Computação Gráfica E Editoração Eletrônica - Comunicação Nas Empresas - Cultura Brasileira - Estética E História Da Arte - Contemporânea - Fotojornalismo - História Da Cult. E Da 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção Gráfica - Comunicação E Sustentabilidade - Estudos Da Contemporaneidade - Fotografia Básica - Teoria Da Comunicação I

					Soc. No Mundo Contemp. História Da Mídia Marketing Para O Terceiro Setor Narrativa Midiática	
3º Período	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria Do Jornalismo - Fotojornalismo I - Redação Jornalística II - Radiojornalismo - Mídia, Psicologia e Cognição - Antropologia e Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Mídia Sonora I - Redação Jornalística I - Teorias da Comunicação II - Fotojornalismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguística Xvi (Estudos De Linguagem) - História da Imprensa - Teorias e Técnicas de Reportagem - Oficina de Reportagem - Introdução ao Fotojornalismo - Assessoria de Imprensa - Linguagem Jornalística I 	<ul style="list-style-type: none"> - Estética Da Comunicação De Massa - Técnicas Da Comunicação Ii - Comunicação Audiovisual - Comunicação Em Rádio - Comunicação Em Televisão - Antropologia Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação E Semiótica - Estética Da Imagem - Redação Para Mídia Impressa - Técnicas De Apuração E Pesquisa Jornalística - Teorias Da Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Redação Jornalística - Teoria Da Comunicação Ii - Editoração Eletrônica I - Pesquisa E Apuração Fotojornalismo
4º Período	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura e Relações Étnico-Raciais Brasileiras - Fundamentos de Economia para Comunicação - Webdesign - Reportagem II - Telejornalismo - Análise das Práticas Discursivas 	<ul style="list-style-type: none"> - Mídia Sonora II - Redação Jornalística II - Ética, Política e Comunicação - Comunicação Visual 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguística Xvii(Anal. Dos Disc.Mediat.) - Linguagens Hipertextuais - História do Rádio e da Tv - Introdução ao Radiojornalismo - Introdução 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação E Literatura Brasileira - Técnicas De Reportagem - Planejamento Gráfico - Fotojornalismo - Optativas De Cristianismo - Política I – Teoria Política 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação E Política - Economia Empresarial - História Do Jornalismo - Planejamento Gráfico E Editorial - Redação E Produção Para Áudio (Rádio) - Técnicas De Entrevista - Jornalística 	<ul style="list-style-type: none"> - Editoração Eletrônica Ii - Planejamento De Comunicação Integrada - Telejornalismo - Teoria Do Jornalismo - Radiojornalismo

			<ul style="list-style-type: none"> ao Telejornalismo - Comunicação Organizacional - Oficina de Comunicação Institucional - Estágio Curricular 			
5º Período	<ul style="list-style-type: none"> - Política e Comunicação - Cibercultura - Marketing e Gestão para Jornal - Assessoria de Imprensa e de Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação Histórica do Mundo Contemporâneo - Comunicação e Cidadania - Telejornalismo - Estética e Cultura Midiática 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Visual-Gráfico - Ética e Jornalismo - Jornalismo para Plataformas Digitais - Oficina de Radiojornalismo - Introdução à Economia I 	<ul style="list-style-type: none"> Cultura Brasileira Redação Em Jornalismo Impresso Radiojornalismo Telejornalismo História Do Mundo Contemporâneo 	<ul style="list-style-type: none"> Assessoria De Comunicação Cultura Das Mídias Cultura Empreendedora Ética E Legislação Jornalística Historiografia Brasileira Jornalismo Especializado Sustentabilidade De Técnicas De Reportagem Jornalística Teoria Do Jornalismo 	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação Organizacional E Indicadores De Avaliação Comunicação Interna Ética E Legislação Jornalística Jornalismo Etnográfico Produção Estratégica E Inovação
6º Período	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação e Ética no Jornalismo - Jornalismo De Dados - Inovação e Empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria de Comunicação - Criação Audiovisual - Planejamento Editorial - Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Editorial - Oficina de Telejornalismo - Filosofia e Comunicação - Geografia dos Blocos Mundiais do Poder 	<ul style="list-style-type: none"> Mídias Globais Edição Em Jornalismo Impresso Edição Em Telejornalismo Ética Cristã História Econômica, Política E Social Do 	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação Pública E Privada Linguagem E Roteirização Para Audiovisuais Metodologia Da Pesquisa Em Comunicação Mídias Digitais 	<ul style="list-style-type: none"> Economia E Jornalismo Econômico Financeiro Produção De Sentido E Estética Em Comunicação Empreendedorismo E Gestão De Negócios De Comunicação

				Brasil	Planejamento De Cobertura Jornalística Produção De Projetos Jornalísticos Redação E Produção Para Web	Produção Audiovisual Jornalismo Digital
7º Período	- Pesquisa em Jornalismo - Estágio Supervisionado I	- Planejamento Estratégico em Comunicação - Jornalismo Hipermissão - Teoria do Jornalismo - Projetos em Jornalismo I	- Oficina De Webjornalismo - Introdução ao Projeto Experimental de Jornalismo	Metodologia Da Pesquisa Em Comunicação Mídias Locais Laboratório De Jornalismo Impresso Laboratório De Radiojornalismo Laboratório De Telejornalismo	Arquitetura Da Informação Audiovisual Para Web - Estágio Supervisionado I - Práticas De Jornalismo Multimídia -Redação E Produção Para Vídeo (Tv)	Jornalismo Político Jornalismo Esportivo Comunicação De Crise E Risco Metodologia Da Pesquisa
Período	- Projeto Experimental em Jornalismo - Estágio Supervisionado II	- Tópicos Avançados em Estudos de Mídia - Projetos em Jornalismo II - Estágio Supervisionado Em Jornalismo	Projeto Experimental De Jornalismo	Projeto Experimental Em Jornalismo Ética Socioambiental E Direitos Humanos	Comunicação Comunitária Estágio Supervisionado Ii Jornalismo De Dados Psicologia Da Comunicação Tcc Em Jornalismo Tópicos Em Libras: Surdez E Inclusão Tópicos Especiais Em Comunicação	Jornalismo Crítico Infográficos E Vinhetas Jornalísticas Jornalismo De Risco Editorias Especiais Estágio Supervisionado (200 Horas) Trabalho De Conclusão De Curso (Tcc)

Estão aqui representadas as principais universidades que oferecem o curso de Jornalismo no Estado do Rio de Janeiro, com exceção da Uerj, cuja estrutura curricular não apresenta distinção efetiva das demais analisadas.

A partir do quadro, é possível observar que as disciplinas introdutórias procuram apresentar características das profissões da área de comunicação, além de aspectos históricos que normalmente discutem as transformações das práticas comunicativas a partir da introdução de diferentes suportes – do jornalismo impresso ao digital, além de tratar do impacto desse processo diante da sociedade.

Há casos também em que disciplinas introdutórias apresentam um panorama do mercado de trabalho no campo do Jornalismo e da Comunicação, podendo alcançar ainda a publicidade, aspectos gráficos e fotografia. Língua portuguesa, Ciências Sociais, Filosofia e Teorias da Comunicação e do Jornalismo figuram também entre as disciplinas que estão presentes nos primeiros períodos, e que são consideradas constitutivas da base de formação que os jornalistas – e os publicitários – precisam ter.

Com relação à formação específica, convém destacar a presença das redações, normalmente oferecidas na sequência de aparecimento dos meios de comunicação – impresso, rádio, tv e web, de forma distinta e sem contemplar a perspectiva da produção multiplataforma hoje presente em praticamente todas as redações. Em geral, os aspectos digitais e que contemplam essa realidade aparecem, normalmente, de forma pontual, em disciplinas que tratam especificamente da produção jornalística em ambiente digital, como é o caso de Jornalismo para Plataformas Digitais e Oficina de Webjornalismo, oferecida pela UFF no 4º e no 7º período, respectivamente; Jornalismo Digital, do Ibmec no 6º período; Redação e Produção para Web, Audiovisual para Web e Práticas de Jornalismo Multimídia, no currículo implementado pela Estácio no 6º e 7º períodos respectivamente; Jornalismo Hipermídia, no 7º período da Universidade Rural; Webdesign, no 4º período da UFRJ.

No que diz respeito a outros possíveis campos de atuação profissional, em geral, os currículos são bastante modestos, limitando-se a oferecer disciplinas voltadas às assessorias de comunicação e/ou imprensa. Desta forma, é possível

observar a ênfase na formação das técnicas jornalísticas ainda direcionadas à produção de notícias, baseada no modelo das redações tradicionais, contemplando tanto as mídias *off line* e *on line*, e a prática do processo de apuração e coleta de dados. Uma disciplina bem característica do momento de grande oferta de fontes de informação, inclusive digitais, é a de jornalismo de dados, que aparece em currículos de duas das universidades apresentadas – a UFRJ e a Estácio.

Em geral, a conclusão de todos os cursos se dá com a realização de trabalhos e projetos de pesquisa sobre o campo da comunicação de forma mais geral ou mais especificamente do Jornalismo. Outra disciplina que costuma aparecer em todos os currículos, muitas vezes, inclusive, com o mesmo nome, é a destinada a discutir as questões relativas à ética e à legislação no jornalismo.

Com relação ao aspecto da interação entre teoria e prática, isso se efetiva em termos efetivos, a partir das orientações dadas pelos projetos pedagógicos adotados por cada curso e, claro, pela ação das coordenações dos cursos e, principalmente, pela visão que os professores têm a respeito. Podemos observar de antemão que em geral o ensino das teorias costuma ficar a cargo de professores com formação mais teórica e menos experiência prática, enquanto as práticas são ministradas por professores especialmente provenientes do mercado e que nem sempre têm uma formação teórica mais efetiva.

Pode-se considerar que o fosso criado entre a formação teórica e a formação prática, e apontado em diversos estudos, seja decorrente da estrutura curricular implementada por orientação do Ciespal e que vigorou durante décadas, focada na formação de um profissional polivalente, o chamado “comunicólogo”.

O professor Edson Luiz Spenthof¹ lembra que esse racha chegou a dividir também os professores em dois grupos, sendo os dedicados à teoria mais valorizados do que os envolvidos com a prática.

A sustentá-la uma visão anticientífica ou antiteórica, mas estratégica, de que a teoria deveria moldar a prática e não tê-la como objeto e ajudar a entendê-la. O fosso reside no fato de as disciplinas teóricas terem se mantido em grande parte à margem da realidade social, inclusive da realidade das profissões que a

compõem, notadamente o jornalismo. A propalada comunicação única e genérica sempre encontrou, no mundo real, uma imensa lista de diferenças e até antagonismos internos, de técnicas, discursos e, inclusive, deontológicos. A autocrítica do Ciespal, feita anos depois, a partir de um encontro de pesquisadores na Costa Rica, que marca a reorientação de rumos da entidade, é reveladora tanto desse distanciamento entre teoria-realidade social quanto entre teoria-teoria, isto é, entre a teoria positivista imposta/importada e a teoria que se começava a construir na América Latina, a partir de correntes antagônicas àquela, notadamente a da Escola de Frankfurt.²¹⁹

4.2.

A visão de quem está na universidade e no mercado

Retomando o propósito central desta tese, vamos agora apresentar e analisar a visão a respeito do Jornalismo em diferentes e importantes dimensões – os alunos, os professores que atuam nos cursos universitários da área e os profissionais que atuam no mercado.

4.2.1.

Percepções de calouros e veteranos sobre a formação e o papel do jornalismo na sociedade

Como observado na introdução, a escuta com os alunos do 1º período foi desenvolvida por meio de entrevista inicial com a participação de seis alunos de uma instituição de ensino particular, com idades de 18, 19 e 24 anos, que durante uma hora discutiram temas relativos à formação e ao papel do jornalismo na sociedade.

A partir desses resultados e em função do desejo de ouvir um maior número de alunos, inclusive de outras instituições de ensino, optou-se pelo envio de perguntas por e-mail e Whats App, numa coleta que envolveu mais oito jovens, com idades de 17, 18, 20 e 22 anos de idade. Todos estavam, na ocasião, matriculados no 1º período do curso de Jornalismo, nas Universidades Federal do

²¹⁹ SPENTHOF, Edson Luiz. Da imposição do curso conservador e genérico em comunicação à revalorização da singularidade do jornalismo nas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Disponível em <http://fnpj.org.br/soac2/index.php/15enpj/15enpj/paper/viewFile/68/58>

Rio de Janeiro (2), Federal Rural do Rio de Janeiro (2) e Estácio de Sá (4). A seleção dos alunos se deu de forma aleatória.

Já com estudantes do 8º período, o processo contemplou inicialmente conversas individuais com alunos durante aulas dadas pela autora desta pesquisa, para sondagem dos aspectos a serem observados e a melhor forma de abordagem. Depois, foram selecionados, também de forma aleatória, 11 alunos, com idades de 21, 22, 23, 25, 26 e 56 anos, das Universidades Estácio de Sá (5), Federal Fluminense (3), Rural (2) e PUC-Rio (1), para os quais foram enviadas perguntas por e-mail e Whats App.

Para análise, as falas foram agrupadas de acordo com as questões apresentadas e são reproduzidas em parte ou no todo, com o propósito de evidenciar as percepções do grupo. Não houve a identificação dos autores das falas nem pelo nome ou pela instituição de ensino pois observou-se que no caso das universidades não havia diferenças significativas que justificassem o uso de tais informações.

Os chamados “calouros”, como são conhecidos os alunos do 1º período, demonstram, por meio de suas falas, as expectativas que normalmente marcam esta fase inicial dos estudos universitários, ainda que todos os ouvidos tenham também manifestado clareza quanto às mudanças que o Jornalismo vem passando e as dificuldades inerentes à carreira.

Começamos por observar o que eles esperam do curso, em falas que permitem observar de forma clara e incontestável a importância que atribuem à formação universitária para quem deseja ser jornalista e à importância que tal fator tem para que os futuros profissionais possam dar conta dos desafios da profissão.

“Quero absorver o máximo de conhecimento (...) para ser uma boa jornalista no futuro”, ter “uma visão mais crítica do mundo e as ferramentas pra opinar e relatar os meios (...) além de me preparar para entender e aplicar a comunicação em organizações” ou ainda ter acesso a “novos modos de enxergar

as diferentes realidades” são algumas das falas apresentadas por este grupo de estudantes, quando questionados sobre o que esperam do curso.

O desejo de contribuir com uma sociedade melhor também aparece nas falas desses alunos, que destacam, entre outras coisas, o interesse de “tentar mudar algo na sociedade em que estou inserida”, ou ainda “me tornar uma boa profissional de comunicação, apurar ainda mais o meu olhar crítico a respeito das situações sociais para saber escrever e passar a notícia do que está acontecendo a minha volta”. Isso nos levar a perceber a forte ênfase que se dá à carreira como um agente de transformação social, em função do acesso à informação.

É interessante perceber também um discurso recorrente, a respeito do curso como a realização de um sonho ou desejo pessoal. Essa é uma perspectiva que deve ser levada em conta e que se observa na rotina das aulas especialmente nas turmas de 1º período em que leciono e já lecionei, onde é significativo o número de jovens que informam que a escolha do jornalismo como profissão, em geral, não conta com o apoio familiar. Diversos relatos, na pesquisa e no cotidiano, dão conta de que a maioria dos pais ou responsáveis optaria por carreiras diferentes para seus filhos, se fosse possível, em geral por considerarem o jornalismo uma carreira arriscada ou instável e sem perspectivas de estabilidade ou de futuro.

Ao ser perguntada sobre o que representa o curso, uma das jovens ouvidas afirmou de forma categórica que significa a realização de um desejo pessoal, seguido da tentativa de mudar o que fosse possível na sociedade.

Há também quem considere que a formação em jornalismo representa a possibilidade de construir uma visão crítica do mundo, dando aos jornalistas as ferramentas necessárias para “opinar e relatar fatos em meios de comunicação, além de também me preparar para entender e aplicar a comunicação em organizações”.

Base discursiva de qualidade e a possibilidade de falar de diversos lugares e pontos de vistas são os aspectos da formação apontados por outro jovem, que

considera que o curso pode proporcionar novos modos de enxergar as diferentes realidades.

Outro aspecto que deve ser destacado é que os alunos do 1º período consideram que a formação ideal é a que se ancora numa base “humanística e voltada para os valores essenciais da profissão”, que seriam o de fornecer informações de qualidade para as melhorias necessárias à sociedade, ou também consciente da função social que o jornalista e o jornalismo ocupam na sociedade. Há claras observações quanto à importância das notícias, visando esclarecer melhor as pessoas a respeito de seus direitos e deveres, inclusive com a justificativa de que as notícias “são necessárias para o dia a dia”, em especial a “circulação de uma notícia verídica e ética”.

Nos grupos dos jovens ouvidos, tanto entre os “calouros” quanto entre os “veteranos”, alunos que estavam prestes a concluir o curso, a formação acadêmica é apontada como fundamental para o exercício do bom jornalismo, devendo contemplar tanto os aspectos teóricos quanto os práticos. Isso significa que não se concebe o jornalismo sem a formação específica, mesmo diante da decisão do STF de suspender a exigência do diploma.

Um dos alunos do 1º período ressaltou que tal formação deve fornecer uma base teórico-crítica e realista, isto porque acredita que “existe ainda hoje um deslumbramento muito grande com a profissão” pelo fato de muitos começarem o curso “almejando uma ascensão profissional mais artística (ser visto na TV) do que de fato profissional”. E há também os que falam a respeito de uma possível concorrência com os chamados influenciadores digitais, que não têm formação jornalística, mas muitas vezes atuam como se fossem.

A importância da formação para o mercado também é ressaltada na fala de alguns dos jovens do 1º período: “A formação acadêmica, além de agregar conhecimentos, é um fator diferencial para o currículo, podendo ser um requisito para a contratação durante uma entrevista de emprego, por exemplo”, explica um dos ouvidos, enquanto outro observa que a “formação acadêmica em jornalismo serve não apenas para formalizar a profissão e inclui-la dentro da pauta das profissões que devem receber assistências e direitos básicos comum das

profissões, mas também para capacitar o profissional, dando a ele habilidades e conhecimentos de atuação no ramo”.

Mas isso não significa que o protagonismo estudantil não seja imprescindível neste processo de formação de um bom profissional. “A graduação oferece disciplinas que nos ajudam a traçar um caminho, mas o sucesso depende também de como o aluno busca o conhecimento fora da sala de aula”, observa-se na fala de outro que está iniciando a vida acadêmica.

A esse respeito, vale destacar ainda o depoimento que explicita o valor que os cursos possuem para “qualificar” o jornalista, tornando-o “capaz de filtrar e organizar os conteúdos para disponibilizar ao público”. Ou, ainda, para “promover profissionais dispostos a democratizem as sociedades onde vivem, para que se possa ter contato com os acontecimentos do próprio país e do mundo e de alguma forma formar profissionais que estejam dispostos a isso e outras coisas”. E, também, “para ensinar como manipular, de forma ética e moral, as informações, que precisam ser veiculadas”, tendo em vista “o papel decisivo que o jornalista ocupa dentro do processo comunicacional”.

Dentro dessa linha, quando questionados sobre o papel da formação acadêmica, como lugar de produção de saber ou com foco nas exigências do mercado de trabalho, os alunos do 1º e 8º períodos consideram a produção do saber como fundamental, identificando o espaço acadêmico como o lugar onde se constitui conhecimentos capazes de tornar os profissionais aptos para atuarem, inclusive no mercado. Assim, o lugar de produção de saber não exclui ou deixa de lado as exigências do mercado, como se observa na fala apresentada a seguir: “A produção de saber é importante para a formação de um bom profissional independente da área, mas a estrutura social cobra que o indivíduo esteja apto para o mercado de trabalho”, disse um dos entrevistados do 1º período.

Em uma outra das falas desse grupo, ressalta-se a necessidade de o futuro profissional poder “sobreviver” no mercado, ainda que a produção do saber seja considerada fundamental. “Acredito que a formação deve ser um equilíbrio entre a produção do saber, valorizando o caráter de "utilidade pública" que encontramos no Jornalismo, e o mercado de trabalho, justamente por esse agente comandar as

exigências que todo jornalista estará submetido”, observa-se em outra fala também de um aluno também do 1º período.

Não há alterações significativas nas falas com relação a este ponto entre os alunos do 8º período. Em geral, os estudantes concluintes, com idade entre 21 e 56 anos, consideram que o foco da formação deve ser a produção de saber. Mas também não descartam a importância de a formação levar em conta outras perspectivas, como o aspecto social do jornalismo e dos jornalistas, visando possibilitar mais empatia diante das demais pessoas, inclusive do público. E, ainda, o foco no mercado, uma vez que é onde os futuros profissionais vão atuar.

É um enlace que assegura o que muitos alunos definem como uma formação de qualidade, comprometida com os aspectos éticos e técnicos da profissão, inclusive numa dimensão crítica.

“Um jornalista precisa conhecer as teorias que envolvem a profissão, precisa entender a fundo técnicas e absorver conhecimento sobre isso”, afirma um dos alunos veteranos, observando ainda que o conhecimento teórico não basta: “(...) é preciso entender as áreas do mercado e como elas funcionam para que esse profissional possa sair da academia e ingressar no mercado de trabalho”.

Outro também vai por esta linha, mas destacando o conhecimento como fundamental: “Em um primeiro momento, o foco deve ser a produção de saber, para que se possa adquirir os conhecimentos necessários para atuar na área. O mercado também é importante, porque é nele que um jornalista espera estar, mas o conhecimento vem antes (...) é a base de tudo”.

Vale ainda observar a fala de mais um veterano, que alerta para a necessidade de adaptação e superação do que não é bom e do equilíbrio que o espaço acadêmico deve contemplar, entre a produção de saber e a realidade efetiva que o futuro profissional vai encontrar no mercado, inclusive no sentido de poder criar e reinventar possibilidades: “Acho que a junção dos dois (produção de saber e mercado) é importante, mas priorizando com certeza a produção do saber. Não podemos ficar presos aos moldes. Temos que nos adaptar ao presente e principalmente mudar os padrões negativos”.

O ensino, na visão dos dois grupos, deve ser composto pelo equilíbrio entre as disciplinas teóricas e práticas, distribuídas ao longo do curso. Nem a teoria e nem a prática deve se sobrepôr à outra. Isto porque acreditam, em geral, que é dessa forma que se consegue estabelecer uma formação qualificada. Isso significa que para os jovens ouvidos prática e teoria devem ter a mesma importância no currículo do curso de Jornalismo, pois se complementam, assegurando uma melhor compreensão do lugar e do papel do jornalismo num mundo em permanente transformação e com inúmeras desigualdades e questões graves a serem enfrentadas.

“Assim como a prática é ótima para desenvoltura profissional, a (formação) teórica promove um pensamento crítico a partir dos conceitos apresentados”, diz um dos alunos ouvidos, enquanto outro ressalta que “para colocarmos algo em prática, necessitamos antes estudar aquilo que queremos fazer, e as aulas teóricas nos dão a base e as explicações”.

Um dos jovens destacou o papel das disciplinas teóricas como fundamentais para o exercício da prática, ressaltando que tais conhecimentos (teóricos) são capazes de nos tirar do senso comum, fazendo ainda “com que eu enxergue as coisas que antes não tinha atinado”. Desta forma, pode-se perceber que na visão dos alunos não deve haver jamais disputa entre os dois campos – o teórico e o prático – e nem que devam ser trabalhados, cada um, em seus aspectos isolados, mas sempre de forma integrada, associada à realidade, ao debate e à análise do que se faz e do que se pode fazer no e pelo jornalismo. Assim, também há críticas quando os cursos adquirem um caráter primordialmente prático ou teórico, uma vez que esses modelos não permitiriam a formação considerada adequada.

Mas há também observações de que nem sempre isso acontece, diante de falas que apontam o excesso de teorias dissociadas da realidade prática da profissão e, também, a prática ensinada pela prática, sem reflexão teórica.

Em algumas das falas, o papel do professor, no processo de formação, é ressaltado espontaneamente, com destaque para a importância da experiência profissional passada pelo professor ao aluno, para que “pense de forma diferente e

não fique presa somente nas minhas conclusões”. Ou, ainda, pela capacidade que os professores têm de “demonstrar a realidade do mercado de trabalho de maneira didática” e, também, pela diferença efetiva que decorre do fato de “alguns professores em passar o que há de mais novo e não ficar no arroz com feijão”.

Há ainda o destaque sobre a necessidade de o ensino se calcar uma base teórico-crítica, estimulando os estudantes “a pensar de maneira prática para que, assim, a utilização do conhecimento teórico deixe de ser uma utopia”. Ou outro que fala da importância de o ensino focar nos pilares do que considera ser a ação jornalística: apurar, redigir, editar e publicar). “Sendo assim, comprometimento na busca de fontes, habilidades em divulgação informações em várias fontes, direito de resposta e estímulo a curiosidade são demandas que devem ser aplicadas a todo momento durante a construção do jornalista, considerando esses elementos ímpares (...)”, afirma.

A redação aparece ainda como o lugar principal de atuação dos jornalistas, embora alguns alunos tenham atribuído a mesma pontuação à assessoria de imprensa, de comunicação e à produção de conteúdo, quando perguntados sobre as possíveis áreas em que, na atualidade, os profissionais da área poderiam se colocar.

Outro aspecto a ser ressaltado nas escutas é a atribuição de status ao diploma, ainda que não haja mais a exigência legal, em virtude da decisão do STF, como visto anteriormente. Apenas um dos jovens do 1º período não concorda com a tese de que o diploma confere status a quem o possui.

A fala de um dos 12 jovens que destaque o status conferido pelo diploma indica bem o pensamento dos demais: “(...) o diploma te qualifica como um melhor profissional, pois comprova que você estudou para aquilo, que tem formação.” Ou ainda: “Um diploma ajuda a legitimar nosso conhecimento técnico, afinal, o jornalismo não deixa de ser uma ciência” e “O diploma é um atestado de que a pessoa está apta a exercer o jornalismo, por ter, teoricamente, conhecido o universo jornalístico”.

Por isso, os estudantes ouvidos não têm dúvidas de que o fim da exigência do diploma impactou a profissão e, também, a qualidade dos profissionais que atuam no mercado e do jornalismo que se produz. “A forma como a informação é passada é prejudicada vindo de uma pessoa que não é necessariamente um profissional da área”, afirma um jovem, enquanto outro ressalta que houve ainda uma perda de credibilidade da profissão, pelo fato de muitos conteúdos produzidos por não profissionais serem irrelevantes.

Há também falas que consideram o fim da exigência do diploma como mais um elemento a promover a desvalorização da profissão e dos profissionais, chegando a considerar que isso tem desmotivado algumas pessoas a iniciar a graduação na área. “Com diploma, já vivemos numa grande crise de profissionais no mercado. Acho que tirar a obrigatoriedade do diploma desqualifica totalmente a profissão, que é de extrema importância na sociedade. Na era da informação digital, em tempo real, pessoas formadas e preparadas para exercer esse papel na comunicação é fundamental”, afirma um veterano, enquanto outro estudante observa que isso tornou o “jornalismo menos seletivo, menos profissional”, já que “qualquer um pode se intitular jornalista sem uma formação, a profissão perdeu um pouco de credibilidade, foi desvalorizada”.

Dessa forma, o diploma passa a ser um marcador que distingue os que o possuem dos demais: “(...) o diploma passa a “marcar” não somente a (formação) teórica (como) a maior capacidade de tratar a informação, mas, também, a alta capacidade reflexiva e argumentativa frente à exploração crescente dentro da classe”.

Para um aluno do 8º período, “o conhecimento adquirido ao longo da faculdade é o que transforma qualquer um que goste de escrever em jornalista”, isto porque ele ressalta que “ser jornalista não é escrever alguns parágrafos e esperar que todo mundo leia”, mas sim “entender um acontecimento, saber avaliar de forma imparcial e correta e saber como relatar”.

A respeito do papel que o jornalismo deve desempenhar na sociedade, os alunos apontaram o processo de produção da notícia de forma recorrente, como na fala a seguir: “O jornalismo tem o papel de coletar informações verdadeiras,

investigar, preparar uma notícia e veicular a informação para os indivíduos.” Ou ainda de “esclarecer, para os diversos públicos, os fenômenos ocorridos dentro de uma sociedade, além de servir, também, como posterior documentação histórica”, sendo o jornalista o “mediador entre o fato e o leitor”.

Já ao jornalista que atua como repórter ou redator, caberia o papel de quem “leva/fala a notícia para o indivíduo”, sendo ainda este profissional o que “tem papel de transformar a informação em notícia, o que implica organizar o grande volume de dados por meio de diversos processos”, tendo em vista o fato de que “o jornalismo é o principal instrumento da sociedade para a garantia da democracia”, ou ainda o que “promove a democratização”, uma vez que “sem o jornalismo, a sociedade perde sua voz”. Ainda de acordo com esta última fala, o “bom jornalista é capaz de promover algumas mudanças ou faz com que pelos menos aquela sociedade seja percebida de alguma forma”.

Mas há também críticas, como a do jovem que afirma: “(...) atualmente o jornalismo tornou-se muito sensacionalista e despreocupado com a verdade. Muitas notícias são veiculadas sem ao menos serem apuradas e, dessa forma, temos as chamadas *fake news*”. Ou da que observa que o “compromisso com o receptor é constantemente ignorado”, pelo fato de a “imparcialidade jornalística ter caído por terra há muito tempo” e ainda pelo fato de os meios de comunicação não funcionarem mais como esfera pública, já que deixaram de servir aos interesses do povo para estabelecer essa relação com o setor privado.

Outra fala que ressalta o não cumprimento do papel do jornalismo e dos jornalistas com a sociedade destaca que isso ocorre principalmente nos meios tradicionais, como o jornal impresso e a televisão, que teriam deixado de ser imparciais e, “assim, o jornalismo pode construir e viralizar “verdades absolutas”, alienando algumas parcelas da sociedade e dificultando o pensamento crítico e individual”.

O mercado de trabalho é apontado como um dos principais desafios no jornalismo entre os alunos do 1º e 8º períodos. Os calouros apresentam entre os motivos a dificuldade de se inserir num mercado cada vez mais competitivo, inclusive por hoje reunir pessoas sem formação; o medo do desemprego; os

baixos salários; e as longas jornadas de trabalho. Há também quem aponte o cerceamento da liberdade de expressão, a dificuldade de se inteirar com os meios digitais e as demais transformações que ocorrem na área, inclusive em virtude do volume de informações que circula na atualidade, inclusive as chamadas *fake news*.

“Creio que o maior desafio dos jornalistas seja o de se inteirar nos meios digitais, uma vez que o volume de informações veiculadas neles têm sido cada vez maior. Absorver e organizar tudo em algo coerente me parece uma tarefa árdua”, afirma uma das alunas ouvidas, observando ainda que o acúmulo de funções também resulta na maior causa de desemprego na área, outro desafio que considera importante.

Interessante também observar o aspecto da exclusão de negros e transexuais e do assédio contra mulheres, além das *fake news*, presentes em outra fala sobre desafios que se verificam no jornalismo.

O jornalista tem que lidar com críticas a todo instante e isso pode afeta-lo psicologicamente, além de ser uma profissão excludente para pessoas que não se enquadram em um padrão, como, por exemplo, não há transexuais trabalhando em noticiários (se há, eu desconheço). Outra dificuldade encontrada pelo público feminino são os assédios que sofrem tanto do público quanto de colegas de trabalho. Atualmente, a difusão de fake News é um desafio para o jornalismo e a facilidade de viralizar conteúdos através das redes sociais pode ser um grande aliado ou grande inimigo da comunicação.²²⁰

Há também quem aponte “a manipulação velada das informações, assim como o domínio dos veículos de informação por um número reduzido de grandes empresas e a ausência do estímulo de um público leitor que tenha desejo de informação”, como se observa em outro depoimento. Quando perguntados se acreditavam que a universidade daria o suporte necessário para o enfrentamento desses desafios, todos disseram concordar ou pelo menos esperar por isso.

²²⁰ Depoimento de estudante de 1º período colhido por meio de entrevista

No caso dos alunos do 8º período, dos quais quatro já atuam no mercado e cinco não, as falas merecem ser destacadas, pois a maior parte (sete) aponta o acesso ao mercado como principal desafio. E há ainda os que associam a falta de emprego com os baixos salários. “Até para encontrar um estágio durante a faculdade está complicado, quanto mais conseguir um emprego. Os estágios estão buscando profissionais com experiência, tudo o que você não tem durante a faculdade. Então se essa seleção já é complicada durante a faculdade, imagina depois?”, pergunta um dos entrevistados, enquanto outro aponta o fato de os profissionais serem tratados como mão-de-obra barata.

Dos jovens do 8º período ouvidos, apenas um não se considera preparado para enfrentar esses desafios. Os demais acreditam que a formação que receberam os ajudará a superar os desafios apontados acima. “A diminuição das contratações torna a disputa mais acirrada, mas ainda assim o conhecimento adquirido ao longo desses quatro anos é muito bom e mais do que suficiente para nós destacarmos”, observa um dos entrevistados. Mas mesmo o que considera que enfrentará muitas recusas, diz que não se imagina em outra profissão.

4.3.

A visão de quem forma: com a palavra, os professores

Não há dados a respeito de quantos professores que atuam nos cursos de jornalismo sejam jornalistas que estejam ou já tenham passado pelo mercado de trabalho. Mas essa é uma tendência que se verifica em praticamente todas as instituições incluídas neste estudo e que tem se intensificado nos últimos anos. Muitas instituições, inclusive, justificam essa presença como um elemento que as diferencia das demais, capaz de atribuir qualidade, permitir que o aluno vivencie a realidade que encontrará no mercado do trabalho e, assim, esteja mais apto a se candidatar às vagas existentes. Uma ação baseada na lógica de que se pode aprender melhor, no campo da prática, quando se aprende com quem faz.

Levando em conta a natureza da proposta de discussão desta tese, no que diz respeito à formação dos jornalistas, optamos por selecionar professores que tenham essa característica, ou seja, que já tenham atuado ou estejam atuando como jornalistas, em campos variados, inclusive como autores e produtores de sites independentes ou empresas de assessoria. Como visto na introdução, foram

selecionados, de forma aleatória, oito professores que já ocuparam diferentes funções no jornalismo, desde editor chefe, chefe de reportagem, entre outras, inclusive em veículos de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro. Também há docentes que atuaram em assessorias de imprensa e de comunicação. A experiência profissional entre esse grupo de docentes varia de 12 a 35 anos, no campo do jornalismo, e de quatro a 20 anos como docentes. O grupo atua ou já atuou em universidades particulares (no Ibmecc e na Estácio), públicas (Rural e UFRJ) e uma confessional (PUC-Rio). As idades variam de 47 a 59 anos e a coleta de opiniões foi feita pelo uso de e-mail e Whats App.

Todos os professores ouvidos consideram que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão, em especial para a construção de uma visão mais crítica da atividade. Entre as justificativas apontadas, estão a necessidade de uma formação que ofereça “além das ferramentas necessárias para ele praticar o seu ofício, uma base teórica e de formação humana para formar um pensamento crítico” ou ainda pela importância de o estudante “pensar os processos de comunicação e acompanhar de perto, a partir de seu repertório teórico, a evolução e as mudanças no fazer jornalístico”.

Um dos professores afirmou que a academia “pode despertar nos alunos questionamentos teóricos da profissão, fazendo com que não tenham um ensinamento puramente técnico”, de modo que se tornem “mais do que simples “apertadores de botão”. Outro considera que o contato com professores que atuam no mercado leva os alunos a entender melhor a lógica da profissão.

“Trata-se de uma profissão cada vez mais complexa tecnicamente, que exige uma formação multimídia e ampla bagagem intelectual para dialogar com os entrevistados e investigar os fatos”, explica outro dos professores. O contato com pensadores, teóricos da comunicação e personalidades foi destacado por um dos professores, para quem a formação deve ser multimídia e é cada vez mais complexa.

A universidade é considerada mais preparada para passar aos alunos conteúdos específicos para o exercício profissional do que o mercado. Outro observou ainda que a “formação universitária amplia o conhecimento teórico que

dá embasamento para que o jovem jornalista desenvolva as habilidades necessárias ao exercício da profissão”, sendo, portanto, “impossível imaginar um jornalista sem conhecimentos básicos de antropologia, sociologia, filosofia, além das teorias que sustentam a prática da profissão”.

Há uma divisão entre os professores que conhecem e os que não conhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais adotadas pelo curso a partir de 2016: quatro a quatro. Entre os que conhecem, destacam que as DCNs melhoraram o ensino de jornalismo porque “problematizaram a prática jornalística dentro dos desafios apresentados neste cenário de convergência”, ou “porque levam em conta que a profissão ficou muito mais complexa tecnicamente após a entrada das mídias digitais do que quando bastava ao repórter sair da faculdade sabendo fazer um lide (primeiro parágrafo da notícia)”.

Dessa forma, os professores consideram, com exceto de um, que a universidade seja capa de formar jornalistas que atendam às exigências do mercado. A resposta negativa foi dada por um professor que diz que vem buscando a preparação para ser bom professor dentro da sala de aula e considera que muitos cursos não formam o profissional que o mercado precisa. E um dos motivos seria também responsabilidade do ensino médio e dos cursinhos pré-vestibular, que não conseguem formar adequadamente os jovens. O resultado é que muitos chegam com enormes lacunas no ensino superior.

Um dos professores ressaltou que a formação acadêmica consegue dar aos futuros jornalistas algumas noções éticas que não seriam aprendidas fora dali, assim como explicações técnicas que numa redação costumam ser jogadas sobre os novatos, sem qualquer reflexão. Há, no entanto, quem afirme que as universidades “formam para o básico”, devendo o aluno continuar o seu aperfeiçoamento por conta própria.

Os professores são mais positivos que os alunos na avaliação de que a universidade forma os jornalistas para que atendam às exigências da sociedade contemporânea. Seis concordam com essa afirmativa e apenas dois não. Entre os que não concordam, os motivos apontados seriam imaturidade dos alunos em termos emocionais e também as visões distorcidas da realidade que apresentam

por viverem em “bolhas”, sem conhecer a realidade social que os cercam, e, também, pelo fato de o jornalista tender a servir mais à empresa e ao círculo em que está inserido. “Temos menos interessados na rua, in loco, no jornalismo de investigação, no esforço da apuração”, afirma, considerando que isso deixa a população mais vulnerável a informações falsas ou menos relevantes.

Entre os que concordam, um considera que a formação deveria contemplar mais noções de empreendedorismo e, também, das ferramentas digitais. “Por exemplo, acho que o jornalista do futuro vai ter que saber basicamente programar em computador, pensar em aplicativos, essas coisas. Tudo caminha neste sentido”, afirma, sem descartar a importância da formação humanística.

Outro considera que o Jornalismo não é uma ilha isolada da sociedade.:

Jornalistas sofrem e promovem ajustes ao longo da existência e funcionamento das instituições. Justamente por isso, é preciso que o Jornalismo se ajuste de acordo com as necessidades, desejos e rejeições da sociedade. Em algumas situações, somos aqueles que dão um impulso em busca de mudanças. Em outros momentos, acompanhamos essas alterações.

Mas mesmo quem aposta na formação aponta deficiências na formação dos jornalistas brasileiros. “Os jornalistas não entendem que a forma de comunicar, de apresentar notícias está em constante mudança. Poucos conhecem as ferramentas necessárias para navegar no jornalismo digital e nas pesquisas de bancos de dados”, afirma um dos professores, enquanto outro diz que as faculdades “não oferecem ferramentas para que os estudantes possam praticar o novo jornalismo”, especialmente no que diz respeito aos recursos audiovisuais, pouco explorados pela falta de laboratórios adequados.

Outro ponto apresentado pelos professores diz respeito ao isolamento das universidades em relação ao que é praticado no mercado, inclusive com relação às mudanças em termos de oferta de oportunidades de trabalho. “Temos que preparar os alunos para a realidade que os empregos nas grandes redações vão ficar cada vez mais escassos. Logo, eles terão que encontrar uma forma de se colocar neste mercado. Costumo dizer que o jornalismo não está em crise, a forma de produção

do século XX é que entrou em colapso. Quem sai das universidades deve se adequar a essa realidade”, explica o docente.

A lista vai além e, também, alcance deficiências dos próprios alunos, inclusive intelectuais, além de conhecimentos sobre a língua portuguesa, multimídia, chegando também a aspectos mais técnicos, como, reportagem assistida por computador. Por isso, um dos docentes considera que deva haver, em todos os níveis de ensino, mais incentivo à leitura, à escrita, o que resultará num melhor desenvolvimento das ideias e até da capacidade de descrever os fatos.

Por isso, um dos docentes destaca que o papel da universidade é “formar profissionais com capacidade reflexiva e sendo crítico para entender como funciona a produção e divulgação das notícias”, enquanto outro ressalta a necessidade de o ensino aliar teoria com a prática de mercado. “Eu mesmo sofri com isso. Durante anos, fiquei restrito à disciplina rádio por não ter tido tempo e interesse em ampliar o conhecimento acadêmico. Com o Mestrado, sinto mais confiança de entrar em sala de aula e ministrar disciplinas teóricas. Por ter tido a experiência de mercado, consigo passar o conteúdo para os alunos explicando de que maneira prática e teoria acabam se unindo em torno de um bem comum”, explica o professor.

Com relação ao que pode assegurar qualidade do processo de formação dos jornalistas brasileiros, os docentes apresentam aspectos distintos, como “jovens que ainda apostam na carreira de jornalismo”, a criatividade e o interesse que os alunos apresentam, o caráter humanista da formação e a ênfase que os cursos dão a respeito da ética e das boas práticas, além do corpo docente, destacado por dois dos ouvidos, inclusive por muitos aliarem repertório teórico e experiência. Mas há quem considere que se deve formar um comunicador global:

Tenho a ilusão e a pretensão de pensar que ajudo na formação de pessoas que podem trabalhar em qualquer lugar do mundo. Penso que o jornalista brasileiro tem que aprender desde cedo que a concentração dos veículos em poucas mãos tem influência direta da cobertura política no Brasil. Em compensação, acredito que a nova geração é combativa e questionadora.

Novamente, acho que isso é uma questão que transborda fronteiras, não se encontra em territórios, e sim em espíritos do tempo.

Os docentes concordam com os alunos que a melhor formação é a que equilibra teoria e prática. Um considera inadequada a presença de disciplinas teóricas no 1º período, pois os alunos não costumam ter maturidade para assimilar tais conteúdos, ou fazer as reflexões que se fazem necessárias. Um dos professores ressaltou a defasagem que costuma haver a respeito dos avanços tecnológicos e a estrutura das universidades, o que afeta de forma considerável os modos de ensinar a fazer jornalismo. Nessa mesma linha, outro professor considera que a formação especialmente nas chamadas novas mídias ainda é inadequada, exatamente pela falta de estrutura e até de professores que estejam sintonizados com as transformações ocorridas no mercado.

Interessante notar também a mudança de perspectiva que um professor apresenta em função de ter concluído o mestrado há cerca de dois anos:

Com a experiência de vida, acadêmica e de mercado, chego à conclusão que o equilíbrio é fundamental para a formação do futuro jornalista. Quando eu era um jornalista que dava aulas, achava a prática mais importante. Atualmente, como professor e já fora do mercado, percebo a importância da teoria no desenvolvimento acadêmico dos jovens valores. O equilíbrio entre prática e teoria é o ideal, na minha opinião, para a formação dos estudantes.

Quando perguntados sobre o que mudariam na formação dos jornalistas, os professores também apresentam propostas distintas, mas todas focadas nos aspectos práticos da profissão. Um considera que em todos os períodos deveriam ser incluídas disciplinas práticas, capazes de “estimular o aluno a criar e produzir ainda na universidade”, enquanto outro “acrescentaria mais laboratórios desde os primeiros períodos e que os jovens possam estagiar a partir do quarto período em rádio, tv, e *on lines*”. Outro depoimento foca na aproximação entre a prática acadêmica e a prática do mercado, visando formar profissionais “com visão global em relação às possibilidades da área, em função da disponibilidade de tecnologias e plataformas” ou ainda, na mesma fala, “que transite com desenvoltura por todos os suportes digitais”.

O professor que sugeriu a inclusão de uma visão mais empreendedora no curso retoma essa questão ao falar de possíveis melhorias no curso, defendendo o investimento em disciplinas com esse propósito e, também, focadas na formação tecnológica, opinião que também é apresentada por outro professor, para que os alunos “entendessem quais as ferramentas os novos tempos proporcionaram para o exercício do jornalismo”.

Numa linha aparecida, outro professor ouvido sugeriu maior ênfase ao ensino de gestão de inovação, tendo em vista a fase atual do jornalismo, na era pós-industrial. Mas há também quem aposte na formação de jornalista de opinião, resenhista e intérprete da notícia, mais do que no que produz notícia. “Precisamos de mais jornalistas com foco em análises e presença em diversos assuntos com mais fluidez”, defende o docente.

Todos concordam que o mercado deve participar da formação dos novos jornalistas, mas não como definidores ou orientadores dessa formação: “O mercado pode dialogar com a universidade sobre essa formação, mas não impor um direcionamento”, defende um dos professores, enquanto outro acha que uma das formas de isso ocorreria é com a presença de profissionais das empresas oferecendo, por exemplo, oficinas, palestras, visitas ou outras atividades, que possibilitem aos jovens conhecer mais de perto a profissão na prática.

4.4.

A visão dos profissionais: a experiência no(s) mercado(s)

É interessante observar como as análises em diversos aspectos são convergentes, dos alunos aos professores, chegando aos profissionais. Em termos gerais, observa-se que entre os profissionais também há a compreensão da importância da formação acadêmica dos jornalistas, assim como eles identificam situações em que aplicam os conhecimentos obtidos na universidade, mas os observam diante da experiência que adquirem nas diferentes atividades do(s) mercado(s) em constante transformação.

Neste caso, a análise teve início com a realização de uma entrevista teste com uma profissional com 35 anos de experiência no jornalismo e que também se dedica ao ensino, mas em nível de cursos de curta duração ou de especializações.

A partir de perguntas propostas, houve discussão sobre a pertinência da abordagem, até que se chegasse ao roteiro de perguntas proposto aos demais integrantes do grupo.

As mudanças observadas foram relativas à elaboração das perguntas, mais voltadas à prática e às perspectivas da profissão. Questões relativas à crise do jornalismo e, inclusive, ao seu possível fim, aventadas em algumas análises, foram excluídas pois considerou-se que desviariam o foco do propósito maior, de discutir a formação, além de enveredar o estudo para especulações, sem que se percebesse como poderiam agregar valor ao propósito desta tese.

Os profissionais, entrevistados também por e-mail e Whats App, têm idades de 26, 33, 42, 46, 56 e 59 anos (dois), sendo que três deles têm experiência docente, mas não se dedicam no momento ao ensino da área. Um está aposentado, um criou um site independente, um é sócio de empresa de assessoria de comunicação, um trabalha como repórter de tv, outro na produção de tv e, por fim, um como assessor de comunicação. As escolhas também foram feitas de forma aleatória.

Interessante observar que a formação é considerada um quesito fundamental para o exercício da profissão. Todos concordam com a afirmativa e os motivos apontados, em geral, estão relacionados à possibilidade de o aluno desenvolver uma reflexão mais crítica a respeito do fazer jornalístico, bem como ter mais dimensão da sua importância e impacto sobre a sociedade.

Um dos entrevistados, no entanto, embora concorde que a formação seja necessária não concorda que deva ser obrigatoriamente em um curso específico, como o jornalismo ou de comunicação. “Trabalhei com vários profissionais brilhantes com outras formações”, explica, citando como exemplo os jornalistas Marcos Sá Corrêa, formado em História, e que foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* e editor das Revistas *Veja* e *Época*, entre outros veículos jornalísticos; e Fritz Utzeri, formado em Medicina, e que atuou também no *Jornal do Brasil* e na TV Globo. Na opinião do jornalista, “mais do que nunca diferentes formações são fundamentais para a prática do jornalismo, como profissionais de TI (tecnologia da informação)”.

Entre os que defendem a formação específica, a justificativa é de que há especificidades claras, associadas ao processo de produção de notícias, e também pelos debates e troca de experiência profissional junto aos professores que também são jornalistas. “O jornalismo é muito mais do que reproduzir o que o entrevistado falou: exige senso crítico, conhecimento geral, capacidade de organizar o pensamento, a fim de transmitir as informações com fidelidade e, principalmente, postura ética, que exige consciência do papel do jornalista perante à sociedade”, observa um dos jornalistas ouvidos na pesquisa.

Para outro, a formação universitária ajuda a ter uma noção sobre a profissão. “(...) acredito que possa ajudar a orientar o caminho do profissional, ver as áreas que a pessoa teria mais interesse e também é importante para que possa começar a fazer contatos”, explica, enquanto outro aponta o lugar da formação acadêmica como capaz de levar o profissional a compreender o contexto onde está inserido e atuará profissionalmente, isto porque o “exercício do jornalismo não é apenas uma repetição de práticas” e exigiria a compreensão do todo.

Questionados sobre situações vividas na profissão em que aplicam os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, pelo menos quatro dos entrevistados afirmaram que sim e deram exemplos. “Basicamente, o trabalho desenvolvido em laboratórios, como de rádio e TV. No início da carreira, trabalhei na TV Bandeirantes, como produtora, e fui repórter da Rádio Alvorada”, afirma um dos entrevistados, que considera que tal prática ajudou na sua atuação profissional, por já conhecer as regras e processos desse tipo de trabalho.

Outro entrevistado apontou as disciplinas destinadas ao ensino das técnicas de reportagem e assessoria de imprensa como de “suma importância”, auxiliando-o no período de estágio e na atuação profissional.

Houve quem atribuisse isso às orientações teóricas que são aplicadas rotineiramente na prática, “como fazer um texto com lead, técnicas das diferenças para uma matéria a ir ao ar no rádio ou na tv, por exemplo” ou ainda nas escolhas das palavras como ocorre no fechamento de um texto. “Esse é um dos processos mais subjetivos do trabalho jornalístico, explica o jornalista sobre a escolha das palavras. Para ele, a escolha pode significar o tom que uma determinada matéria

pode tomar ou não. “Por várias vezes me vi questionando se o uso de um determinado texto não reforçava estereótipos, estigmas ou preconceitos sobre um determinado grupo. Por exemplo, é muito comum usar a palavra “homens” como sinônimo de agentes de determinada força de segurança. Mas, ora, muitas dessas forças são formadas também por mulheres. Por que não o uso da expressão “homens e mulheres?”, questiona, lembrando que isso não é um conhecimento específico e nem tecnicista, mas “reflexões sobre meu texto, sobre a sociedade em que eu vivo e sobre o papel social que eu exerço que tenho certeza que foram fortemente influenciadas pela minha formação acadêmica”, acrescenta.

Quando perguntados sobre se os cursos são capazes de formar jornalistas que atendam às exigências do mercado, as opiniões também não são consensuais. Quatro dos profissionais consideram que a formação não é adequada. Um dos depoimentos aponta a necessidade de muita apuração no trabalho cotidiano dos jornalistas que atuam nas redações, quando isso não é muito explorado na universidade.

Há ainda quem considere que um dos primeiros aspectos de as exigências do mercado não serem atendidas é pelo fato de os cursos superiores não suprirem as deficiências de formação nos níveis elementar e médio, além de muitos professores e cursos não acompanharem as transformações do mercado.

(...) cada vez mais se exige mais atribuições de um profissional. Não basta ter bom texto. É preciso ter conhecimento em fotografia, vídeo, edição, jornalismo de dados, noções de informática, reportagem auxiliada por computador. Se antes da existência de novas tecnologias, poucos professores acompanhavam a velocidade das transformações do mercado, hoje isto fica praticamente impossível. Há três semanas, por exemplo, fui convidado para falar sobre jornalismo popular em uma universidade baiana por uma professora de jornalismo especializado. Considero o tema e o nome da disciplina anacrônicos.

Esse mesmo profissional defende a revisão dos cursos como forma de atender mais às exigências do mercado, especialmente no que diz respeito à importância da apuração. “Estamos vivendo em uma época que qualquer um com um celular se julga capaz de ser “repórter” e publicar nas redes sociais sem

nenhum tipo de confirmação do que realmente aconteceu”, diz, lembrando que muitos jornalistas também se formam sem ter noções básicas de assuntos que são cobertos diariamente pela imprensa.

Para outro profissional, existem atualmente dois tipos de cursos que ficam nos extremos opostos, divididos entre a ênfase à técnica ou à teoria.

De um lado, cursos altamente tecnicistas. Nestes, o conhecimento do debate, da discussão, das teorias, as reflexões sobre a sociedade são tratadas de maneira superficial e o aprendizado da técnica é favorecido. Por outro lado, especialmente nas faculdades públicas, há cursos altamente teóricos, onde o ensino da técnica parece supérfluo. Discordo de ambos. Na minha opinião, seria necessário um curso híbrido - com ênfase na reflexão teórica, mas também no aprendizado técnico. A ausência desse meio termo faz com que, na minha opinião, especialmente os cursos de universidades públicas sejam defasados. As ementas não acompanham a velocidade das transformações da profissão.

Já entre os que consideram a formação adequada, destaca-se a presença de professores que vieram do mercado e possuem, portanto, expertise sobre o mercado valendo-se das aulas de cases que ilustram situações do cotidiano, entre outros aspectos.

O atendimento das exigências da sociedade é outro ponto vulnerável na formação, entre outros motivos, pelo fato de a universidade se fechar em si mesma ou ainda apresentar

uma visão ainda muito maniqueísta em relação a temas caros. “A academia se movimenta em ritmo lento, incapaz de acompanhar as necessidades e o dinamismo da sociedade”, observa outro profissional, que ainda aponta o desprestígio do professor e a valorização da titulação como outros elementos que podem comprometer a formação.

Reiterando essa perspectiva, os entrevistados apontam outros problemas ou deficiências na formação dos jornalistas no Brasil. “O jornalista é um especialista em generalidade, escreve a história acontecendo. Então, ele tem que ser burilado para ter preocupação em pesquisar, estar atento para as respostas que

a sociedade precisa ter e saber ouvir”, observa-se em uma das falas, enquanto outra diz que a deficiência começa pelo baixo nível educacional brasileiro, já citado anteriormente.

Com isso, são criados abismos intransponíveis na formação dos jornalistas. Há maus professores, professores que justificam seu fracasso alegando que o mercado vai separar o joio do trigo. Cursos universitários com duração cada vez menor, enquanto a formação deveria um período maior, acompanhando, inclusive, o processo de amadurecimento do estudante. Falta de intercâmbios. Falta de realização de congressos e seminários sérios nas universidades em vez da improvisada “semana de comunicação”. Currículo superficial de disciplinas. Turmas gigantescas e ridiculamente multidisciplinares, quando juntam por exemplo alunos de jornalismo e de publicidade.

Com relação às deficiências prévias, observa-se o domínio do português, que afeta a escrita, além da falta de conhecimentos gerais, o que, segundo um dos entrevistados, é um “quesito básico para que o jornalista possa fazer boas perguntas, associar ideias e ir além do óbvio”, enquanto outro lembra que muitas vezes esses conhecimentos são considerados básicos demais e acabam não sendo devidamente abordados nas universidades.

Outros apontam a falta de disciplinas na própria formação dos jornalistas, como economia e aspectos jurídicos. “Muitos colegas têm dificuldade em coberturas de pesquisas”, afirma um dos jornalistas ouvidos, que lembra que o universo jurídico também poderia auxiliar a cobertura de casos criminais e julgamentos, inclusive sobre o que cabe à justiça federal ou estadual.

A importância de saber apurar mais uma vez é citada, com a observação de que “os jovens de hoje são muito ligados em redes sociais” e, dessa forma, precisam saber “que nem tudo que aparece circulando nas redes sociais é realmente verdade”.

Mas é interessante observar que cinco dos entrevistados identifica qualidades ou aspectos positivos na formação dos jornalistas no Brasil, citando como exemplos debates que participaram no período em que eram estudantes

sobre teorias da comunicação, assim como os docentes. “O bom professor pode guiá-lo para um caminho bastante positivo e se tornar um grande jornalista”, assim como orientar o início do caminho profissional. O domínio das tecnologias e a facilidade e flexibilidade para transitar entre diferentes mídias são outros aspectos destacados, assim como a prática em laboratórios quando bem equipados. Mas um dos profissionais, assim como um dos alunos, considera que tudo depende do interesse do futuro jornalista.

Diante disso, há quem defenda que a formação privilegie mais a formação intelectual, além de enfatizar mais a leitura de jornais e revistas impressos, para dar uma base maior de conhecimento sobre o cotidiano, além da revisão curricular mais frequente, uma vez que “não dá para se formar jornalistas do século XXI com currículos do século XX”, observa um deles.

Esclarecer sobre a realidade profissional, informar sobre as diferentes áreas de trabalho, limitar o número de alunos a no máximo 20 por turma são outras sugestões dadas por outro jornalista, que também outros aspectos básicos, como articulação de trabalhos de disciplinas afins. Como exemplo, diz que os professores de português, redação jornalística, fotografia e edição poderiam passar um único trabalho para ser feito durante o semestre, com cada um analisando aquilo que cabe à sua disciplina. “Isto evitaria uma série de trabalhos inúteis e as reclamações de que não há tempo para produzir tudo o que é pedido”, diz, defendendo ainda, assim como observado por um dos professores, disciplinas com foco em empreendedorismo e, também, destinadas aos aspectos visuais.

Quando questionados sobre a participação do mercado na formação, um dos entrevistados considera que isso não deve ocorrer, pelo fato dos interesses que orientam as empresas do setor. Outro lembrou que as empresas têm criado suas universidades corporativas, com o propósito de formar seus trainees, justamente por não ficarem satisfeitos com os jornalistas recém-saídos das universidades. Mas ele afirma que a crise provocada por má gestão, falência do modelo de negócios e ganância de empresários do setor acabou por afetar também essas iniciativas.

Poucas empresas como Google, Facebook, Twitter e Organizações Globo investem pesados em iniciativas como o Congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), que ajuda na formação, mas traz embutido muito mais interesses empresariais. Se conseguisse obter recursos e equipamentos com estas empresas, mantendo um propósito essencialmente educacional, não veria nenhum motivo para que o mercado não participasse dessa formação.

Outros dois lembram que isso já ocorre por meio dos estágios e outras parcerias que permitem aos estudantes conhecerem mais sobre a profissão. “Mas a formação deve ser da universidade, já que, na maioria das empresas, o estagiário acaba virando um profissional de baixo custo. O foco acaba sendo apenas a parte prática, o que não basta”, ressalta outro.

Para um outro jornalista ouvido, as empresas também não diferenciam os jornalistas mais bem formados, pagando o mesmo para quem tem graduação, mestrado ou doutorado. “A qualificação é vista apenas como “requisito para dar aula”. E não é. Em todas as áreas o profissional pós-graduado é mais bem pago, mais valorizado. No jornalismo não. Como o estudo nesse caso não impacta diretamente no resultado, isso se torna “menos valoroso”, destaca.

Novamente o mercado é apontado como o principal desafio também pelos profissionais, que destacam as poucas vagas oferecidas especialmente nas redações, o que tem levado inclusive profissionais experientes a terem que se reinventar, em busca de trabalho. E quem está empregado viria enfrentando sobrecarga de trabalho em virtude dos cortes de vagas. “Os jornalistas têm que assumir várias funções para continuar empregado. Assim, é importante que a pessoa esteja preparada para desempenhar diversas atividades (...)investir em uma formação geral e também saber administrar o tempo”, disse um dos ouvidos.

Vale observar também um dos relatos sobre as condições de trabalho, no que diz respeito à falta de investimentos por parte das empresas, em especial nas equipes, o que atrapalha o trabalho, inclusive de apuração.

Outro aponta como principal desafio o modo de consumo das mídias, lembrando que este é um processo que ainda não chegou ao fim. “Acho que a

formação teórica ajuda muito nesse caso porque as transformações vêm, o *savoir faire* muda, mas o saber pensar permanece”, ressalta.

Ainda que as transformações estejam em cursos e sejam impactantes, vale observar o relato de quem acha que o básico da profissão segue da mesma forma: “(...) ter curiosidade, duvidar do que ouve, trabalhar com ética e ter recursos prévios de boa formação”, embora as áreas de atuação sejam cada vez mais diferenciadas e misturem o processo de produção de notícias com o uso de recursos tecnológicos e com o aspecto intelectual, típico do período em que poucos exerciam o jornalismo, tenha se perdido.

Falamos hoje de uma sobra de mão-de-obra de profissionais assalariados, que desenvolvem múltiplas funções e que têm seu trabalho final diluído na cadeia de profissionais que de participaram na construção da notícia: o chefe de reportagem, o editor, o editor de vídeo, o de fotografia, etc. Hoje, na prática, o jornalista se formará numa variedade de perfis: produtor, jornalista de dados, analista de redes sociais, *podcaste*²²¹, especialista em SEO²²², desenvolvedor de audiências e tantas outras funções que surgiram e que surgirão de acordo com as mudanças de suportes e plataformas. Creio que a formação deve criar uma inquietude, procurando dignificar a profissão e fazer os estudantes pensarem. Só com técnicas ou só com teorias, o jornalista recém-formado não terá as armas necessárias para enfrentar o ofício. Num momento em que qualquer pessoa se sente autorizada a produzir informações (internet e redes sociais), e quando um jornalista, por força das exigências do mercado, apertando um botão envia texto e imagem de um lugar do planeta a outro, desaparece o tempo. E, desaparecendo o tempo, desaparece o recurso indispensável de pensar.

Os depoimentos expostos e analisados se entrecruzam, se complementam e apontam aspectos a serem observados urgentemente na formação e na atuação dos jornalistas. Há muitas interseções que podem resultar em inúmeras outras articulações, trocas, compartilhamentos, e que evidenciam a complexidade da atividade e o que está por vir.

²²¹ Profissional que produz áudios distribuídos na internet

²²² Responsável por otimizar sites de modo que fiquem melhor posicionados nos mecanismos de buscas

Retomando as questões norteadoras desta tese, cabe destacar o papel que os alunos tanto nas fases inicial e final dos cursos atribuem à Universidade, de espaço de constituição de saberes, sem que isso seja dissociado do atendimento das exigências do mercado de trabalho.

Podemos, assim, considerar, que se atribui ao espaço universitário o lugar de levar o aluno a conhecer, constituir conhecimentos, desenvolver a perspectiva crítica, experimentando novos processos e experiências, mas sem perder o foco que o mercado tem exigências que precisam ser consideradas nesta formação. Isso não deve ser visto como uma forma de moldar o profissional para o mercado, mas sim de também não desconsiderar a realidade que será encontrada mais adiante e que exigirá dos futuros profissionais adaptações e até enfrentamentos para os quais devem estar preparados tanto no que diz respeito aos aspectos conteudistas quanto de comportamentos e atitudes.

As expectativas, por sua vez, reiteram os lugares dos “calouros” e dos “veteranos”, os primeiros motivos pela visão ainda muitas vezes romântica, mas cada vez mais crítica a respeito dos meios e das suas teias de relações nem sempre claras com o poder e os interesses além da notícia. Da mesma forma que não há um desencanto e nem a desconsideração, por qualquer dos grupos, a respeito da importância da formação, diante das exigências cada vez maiores de uma profissão que se transforma, trazendo junto de si toda a complexidade da contemporaneidade e das relações humanas.

Os professores, por sua vez, pelo perfil escolhido, evidenciam a dinâmica que marca o olhar sobre o mercado, do qual têm experiência, e a dimensão das possibilidades do espaço acadêmico, nas reflexões e inflexões que moldam, em boa medida, o *ethos* profissional, constituído historicamente e pela própria dinâmica das atividades envolvidas. Isso também é reiterado nas falas dos profissionais, que se mostram sobrecarregados de forma excessiva não só pelo cotidiano do que fazem, mas, em boa medida, pela falta de perspectiva quanto ao futuro daquilo a que se dedicam. O acúmulo de funções, a correria do dia a dia, a pressão dos diferentes grupos a que estão expostos, a falta de expectativas em relação à carreira, os baixos salários e a perda de parte da glamourização da profissão afastam o jornalista cada vez mais da atividade intelectual o sentido do

pensar, refletir, se distanciar, mergulhar nas histórias que contam, ao mesmo tempo em que também o levam a procurar cada vez mais procurar novas formas de se manter atualizado, numa evidente busca de aprimorar e de reencontrar seu lugar de destaque numa sociedade que cada vez exige e necessita de informação qualificada e de produtos jornalísticos relevantes e capazes de ajudar a todos a compreender o mundo em que vivemos.

Isso nos mantém na questão central de como se deve formar um jornalista, num mundo como o atual, que se desconstrói e se reconstrói, que se divide em posições tão polarizadas que parecem não caber mais em estruturas curriculares formatadas em espécies de caixas, por períodos, disciplinas, em ordenações que não parecem mais ser capazes de compreender tudo o que está ocorrendo e o que ainda está por vir, e muitas vezes limitadas pelo espaço físico das salas de aula, da precariedade dos laboratórios ou até da sua inexistência.

Pensar as relações entre prática e teoria só pode ocorrer na medida em que o chamado “fosso” entre o campo profissional e as universidades for superado, em que não deixemos mais de ser jornalistas para ser professores, mas que sigamos sendo jornalistas e professores, professores e jornalistas, na simbiose que a prática exige da teoria e vice e versa.

Currículos não são capazes de assegurar a formação de um bom jornalista. É preciso que esta ação recaia sobre toda a sociedade, numa discussão, ou em muitas discussões, que não se restrinjam mais aos espaços acadêmicos ou ao mercado em seus momentos de crise.

É preciso restituir ao jornalismo o seu lugar de destaque na lógica de que o direito à informação representa, acima de tudo, um direito à vida, à ética, ao bem-estar coletivo.

El periodismo es una pasión insaciable que sólo puede digerirse y humanizarse por su confrontación descarnada con la realidad. Nadie que no la haya padecido puede imaginarse esa servidumbre que se alimenta de las imprevisiones de la vida. Nadie que no lo haya vivido puede concebir siquiera lo que es el palpito sobrenatural de la noticia, el orgasmo de la primicia, la

demolição moral do fracasso. Nadie que no haya nacido para eso y esté dispuesto a vivir sólo para eso podría persistir en un oficio tan incomprensible y voraz, cuya obra se acaba después de cada noticia, como si fuera para siempre, pero que no concede un instante de paz mientras no vuelve a empezar con más ardor que nunca en el minuto siguiente. (GABRIEL GÁRCIA MÁRQUEZ)²²³

Paixão ou não, é impossível pensar o mundo sem o acesso de notícias que sejam produzidas seguindo normas éticas e estéticas, ainda mais em uma sociedade onde atuam cada vez mais sofisticados sistemas de comunicação e de informação, permeados cada vez mais por lutas ideológicas. A cultura jornalística é fundamental no contexto em que nos encontramos, de mudanças, de desintegrações, de reagrupamentos, de questionamentos, que nos levam a compreender que o jornalista é acima de tudo um intelectual e, também, educador.

²²³ Tradução livre da autora: “O jornalismo é uma paixão insaciável que só pode ser digerida e humanizada por seu confronto com a realidade. Ninguém que não tenha sofrido pode imaginar essa servidão que se alimenta da imprevisibilidade da vida. Ninguém que não tenha vivido pode até conceber o que é o palpito sobrenatural da notícia, o orgasmo dos primeiros frutos, a demolição moral do fracasso. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só por isso poderia persistir em um trabalho tão incomprensível e voraz, cujo trabalho termina depois de cada notícia, como se fosse para sempre, mas não concede um momento de paz enquanto não começar de novo com mais ardor do que nunca no minuto seguinte”. 11 breves lecciones de García Márquez sobre periodismo. Centro Gabo. Disponível em <https://centrogabo.org/gabo/hablemos-de-gabo/11-breves-lecciones-de-garcia-marquez-sobre-periodismo>

5. Considerações finais

Não há saídas ou soluções simples para aquilo que é complexo. E o jornalismo se revela cada vez mais complexo, tendo em vista as transformações que envolvem o campo enquanto profissão, incluindo aí sua extensão e diversidade, como também as mudanças que envolvem o processo de produção e consumo de notícias.

A tese comprova justamente tal complexidade, ao mostrar, no caso específico do Brasil, as inúmeras tentativas até a constituição do primeiro curso universitário, no fim da década de 1940, resultado de muitas disputadas entre a visão prática e as perspectivas acadêmicas que envolviam a área.

Também foi possível observar, na retrospectiva da trajetória dos cursos, as inúmeras influências, inclusive externas, quanto à formação dos jornalistas, em ações que acabaram por dar fim ao atendimento das especificidades que revestem as atividades profissionais do campo.

Associado a isso, também é possível perceber que as relações com as instâncias de poder e a intelectualidade revestiram a profissão de uma glamourização que não se concretizou em termos práticos num mercado de trabalho que tem, historicamente, se tornado precário, e porque não dizer, opressor, impedindo, muitas vezes, pelo excesso de tarefas e a rotina extenuante da corrida contra o tempo, que a prática fosse sendo aprimorada e conseguisse atender à demanda de uma sociedade cada vez mais bem informada e que contava, por sua vez, com mais recursos par este propósito.

Um exemplo clássico disso é o processo de informatização das redações ocorridos nos anos 1980, associado normalmente à promessa e à expectativa de que os então novos recursos tecnológicos, com uso de computadores e sistemas avançados para a época, pudessem resultar em mais tempo para a produção das notícias. Um período de muitas incertezas e temores que acabaram se concretizando, na medida que o que se deu foi justamente o inverso: a tecnologia encurtou prazos, processos, suprimiu funções e fez o jornalismo se tornar uma disputa de quem chegava primeiro às bancas, no caso dos jornais e revistas, ou ao

ar, no caso dos canais de televisão e rádio. Na ocasião, muitas funções vitais para a qualidade do que era produzido foram simplesmente eliminadas, como é o caso das funções de redatores e dos revisores.

A internet veio, mais uma vez, trazer um misto preocupações e otimismo. Havia a promessa de novos negócios, capazes de ampliar a capacidade de as pessoas se informarem, se comunicarem e, conseqüentemente, expandirem os negócios e os empregos na área. O fenômeno chamado de bolha.com ou bolha da internet, na década de 1990, resultou numa bolha especulativa em ações de empresas de tecnologia da informação e de comunicação, as chamadas TICs, que atraíram uma quantidade significativa de jornalistas, que acabaram por perder seus empregos na medida em que os resultados não eram os esperados.

Daí por diante o que se viu foi uma mudança radical do modelo de negócios das empresas de comunicação, que viram suas receitas publicitárias despencarem vertiginosamente, associadas à perda expressiva de audiência. Novos formatos de produção de conteúdo, não necessariamente jornalístico, passaram a fazer enorme sucesso, especialmente a partir do processo de expansão da presença das redes sociais na vida cotidiana e dos dispositivos tecnológicos que passaram a estender a capacidade comunicativa dos indivíduos, tal qual Marshall McLuhan (1974) vislumbrara na década de 1960.

A chamada era pós-industrial fez com que as tradicionais empresas de comunicação perdessem o domínio do processo de produção e consumo de notícias. E a reboque disso vieram também os jornalistas, ainda mais submetidos a condições adversas de trabalho, baixos salários, entre inúmeros outros fatores.

O documento que trata deste fenômeno, discutido no capítulo 3, desenvolvido pela Universidade de Colúmbia, revela que a ruptura do modelo que vigorou nos veículos de comunicação tradicionais começou justamente na década de 1990²²⁴.

²²⁴ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos*. Relatório de C.W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky. Tradução de Ada Félix. In Revista de Jornalismo da ESPM. Edição Brasileira da Columbia Journalism Review. Junho de 2013, número 5, ano 2.

Embora a receita trazida pela publicidade tradicional tenha começado a cair em 2006, a transformação do mercado publicitário subjacente já estava, àquela altura, bastante avançada. A perda da receita era um indicador tardio de um cenário já transformado. Meios de comunicação tradicionais não vendem conteúdo como se fosse um produto. Seu negócio é a prestação de serviços, com a integração vertical de conteúdo, reprodução e distribuição. Uma emissora de TV também mantém recursos para a difusão de conteúdo via satélite ou cabo; uma revista opera ou contrata serviços tanto de impressão como de distribuição do material. Na integração vertical, o custo de capital é elevado, reduzindo a concorrência e, às vezes, criando um gargalo no qual o público poderia ser induzido a pagar. A internet acaba com essa integração vertical, pois todo mundo paga pela infraestrutura – que é, então, usada por todos.²²⁵

E muda também a perspectiva do público, como mostra o estudo:

Quando queremos ler algo no papel, é cada vez mais comum imprimirmos o material em uma pequena impressora a poucos passos de nós, quando bem entendermos, em vez de pagar alguém situado a quilômetros de distância para imprimir algo que vai chegar com um dia de atraso. Quando queremos ouvir algo ou assistir a um vídeo, usamos cada vez mais a infraestrutura genérica da internet, e não a infraestrutura especializada (e financiada) de torres de transmissão e redes de cabo. Meios de comunicação também costumam promover uma integração horizontal, juntando num mesmo saco notícias relevantes e horóscopo, colunas sociais, receitas e esportes. No passado, quem sintonizava um determinado canal ou comprava uma publicação para ler um artigo específico seguia vendo ou lendo o que mais houvesse nesse pacote por pura inércia.²²⁶

Os autores ressaltam que o que era visto como fidelidade – permanecer consumindo conteúdo em um mesmo veículo – era na verdade preguiça e a internet acaba com toda a lógica de integração horizontal que se estabelecera nas chamadas mídias *off line* ou tradicionais.

²²⁵ *O Jornalismo Pós-industrial. Adaptação aos novos tempos.* Relatório de C.W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky. Tradução de Ada Félix. In Revista de Jornalismo da ESPM. Edição Brasileira da Columbia Journalism Review. Junho de 2013, número 5, ano 2.

²²⁶ Idem

Antes dela (a internet), reunir uma dezena de textos bons – ainda que não excelentes – num pacote só costumava ser o suficiente para impedir que alguém saísse à cata dos dez melhores textos em uma dezena de publicações distintas. Num mundo de links e feeds, no entanto, em geral é mais fácil achar a próxima coisa a ser lida, vista ou ouvida por indicação de amigos do que pela fidelidade inabalável a uma determinada publicação. Hoje, a preguiça favorece a dispersão em muitos sites jornalísticos de interesse geral, a categoria mais comum de leitor é aquela formada por gente que confere um único artigo por mês.²²⁷

A competição pela oferta de conteúdos se acirrou e o número de fontes explodiu. Como exemplo, eles citam que em 2009 uma busca feita no Google a respeito de informações sobre o resgate pela Marinha norte-americana do capitão de um cargueiro de bandeira dos Estados Unidos sequestrado por piratas na Somália, por exemplo, indicava 11.264 fontes possíveis de matérias sobre o episódio, muitas delas totalmente iguais e só reproduzidas.

Outra questão observada pelos pesquisadores e que se comprova nos negócios do setor é que a popularização das redes sociais possibilitou a criação de novas modalidades de anúncios que não são capazes de cobrir os custos de criação e produção de notícias. E há ainda o fato de muitas marcas, inicialmente, resistirem à presença nos espaços virtuais, por considerarem que não eram locais seguros ou que pudessem controlar e aferir.

Os investimentos publicitários se pulverizaram, a audiência se dividiu e o jornalismo se desconstruiu, num processo de disruptura que resultou, como demonstrado neste e em outros estudos, em demissões, crises e questionamentos das mais variadas formas. O jornalismo nos moldes em que é feito já não dá mais conta das exigências de um público equipado com dispositivos de alta tecnologia, que podem ter acesso a diversos tipos de informação, além de interagir, discutir, questionar.

Há que se observar ainda outros fenômenos, como o fato de as redações já há muito tempo não serem a única e nem, muitas vezes, o mercado que mais atrai a atenção dos jovens e experientes profissionais. Muitos têm procurado desde o

²²⁷ Idem

início das carreiras, ou diante das demissões nas redações, outros campos de trabalho, como é o caso dos serviços de comunicação corporativa e governamental, assim como produções independentes, focadas em relações mais efetivas com os públicos a que se destinam, tanto em termos de segmentação e especialização, quanto a respeito do desenvolvimento de projetos mais focados nos aspectos locais, de comunidades que vivem normalmente à margem da pauta dos grandes veículos. E que exigem saberes distintos, inclusive do ponto de vista da administração das organizações, do relacionamento entre pessoas, além de aspectos relativos à gestão de negócios, desenvolvimento de projetos, empreendedorismo, entre outros saberes.

Some-se a isso o fato de termos ainda inúmeras outras complexidades e transformações que vão além do campo específico do jornalismo e alcançam a sociedade como um todo, reconfigurando as redações entre os indivíduos, e destes com a sociedade e com a coletividade.

Pensar o jornalismo diante das transformações que vêm ocorrendo em suas práticas, processos e estruturas, associados às transformações da sociedade, é um desafio que se apresenta no cotidiano para todos nós: os que formam os novos jornalistas, os que atuam no mercado, os que estão em processo de formação, os que investem em negócios do setor e, principalmente, da sociedade como um todo, que para ser livre, justa e democrática, precisa ter assegurado o seu acesso à informação de qualidade.

Retomar a formação específica, a partir das DCNs, é, sem dúvida, um avanço considerável, inclusive pelo simples fato de ter sido motivo para o debate em torno da temática, que há tempos não se limita mais às salas de aula das universidades ou às redações e outros espaços profissionais. Essa é uma temática que permeia e envolve a sociedade, que discute as relações de poder muitas vezes não muito claras de empresas e jornalistas, inclusive no âmbito da política, da economia e dos aspectos sociais.

Numa época em que robôs são utilizados para disseminar um grande número de mensagens destinadas a polarizar o debate público, controlados por softwares que simulam a presença humana, não é simples pensar em como deve

ser a formação de quem lida diretamente com o processo de produção e difusão da informação. Isso sem falar das fake News, que impactam resultados de eleições no Brasil e no mundo, polarizam e confrontam posições e percepções historicamente construídas.

Há quem aposte que o jornalismo se depara com uma de suas piores crises. E também para quem invista na profusão de dúvidas, embates e desgastes que descontroem a ideia romântica de atividade ligada aos mais dignos e especiais ideais de liberdade e da democracia.

Mas vale observar que se há tanto embate em torno do jornalista e dos jornalistas é porque a sua presença no campo social se faz mais do que necessária e há espaços efetivos para reconfigurar e reconstruir modelos e processos.

Como observado por Edgar Morin (2000), a sociedade se tornou complexa e, desta forma, exige análises cada vez mais complexas, inclusive pelo entrelaçamento da teoria da informação e da cibernética, por ter criado a informação como programa.

Introduzimos a informação, que por sua vez dita à máquina o seu comportamento. A informação torna-se parte inseparável da organização. (...) Nesse momento, somos produtos-produtores. Estamos num ciclo. A sociedade nasce das interações entre os indivíduos, mas com sua cultura, com o seu saber, ela retroage sobre os indivíduos e os produz para se tornarem indivíduos humanos. O fenômeno produto-produtor é um fenômeno constante. (MORIN, 2000, 28)

Nelson Traquina é taxativo ao afirmar que “poucas profissões e poucos profissionais têm sido objeto de tanto escrutínio intensivo e tanta crítica escaldante quanto o jornalismo e os jornalistas”. O pensamento do autor vai ao encontro de manifestações que vêm ocupando diferentes espaços e grupos distintos, não só entre os que se sentem pressionados pelas pautas e ações jornalísticas quanto os que são os destinatários das notícias.

A análise das falas reunidas nesta tese identifica que há aspectos convergentes e divergentes entre os grupos analisados. Observa-se, em termos

gerais, uma visão pouco otimista com relação ao mercado, especialmente no que diz às possibilidades e condições de trabalho, objetos de muitas críticas de todos os jornalistas ouvidos.

Demissões, acúmulo de funções, excesso de trabalho estão entre os aspectos destacados em muitas das falas coletas e também aparecem com frequência nos debates ocorridos em sala de aula. Os mais jovens, chamados “calouros”, inclusive, apresentam preocupações sobre o mercado que vão encontrar e sobre a concorrência que os jornalistas enfrentam dos chamados influenciadores digitais, que se utilizam das redes para criar canais sobre as mais variadas temáticas.

Também há concordância com relação ao fato de que o mercado, por seus interesses privados, não é o que deve conduzir a formação desses profissionais, embora deva participar desse processo. Ainda que alguns possam observar que isso ocorre, é preciso rever a forma como isso vem ocorrendo, especialmente no que diz respeito aos estágios, muitas vezes usados como forma de contratar profissionais com baixos salários, quando na verdade devem servir como lugar de experimentação e discussão das formas de produção que nem sempre se mostram mais capazes de superar a complexidade com que se dá o consumo de informação e notícias.

À universidade, se atribui o papel de produtora do saber, de formação crítica, exige-se, diante dos depoimentos, maior proximidade com o campo profissional, utilizando seu espaço para reflexão, debate e pesquisas que tenham mais a ver com a realidade de um jornalismo mergulhado, mais uma vez, em um intenso processo de transformação e sobre o qual pouco se conhece.

No entrelaçamento das falas dos diferentes grupos, observa-se o reconhecimento da importância da formação acadêmica, que se mostram mais do que nunca indispensáveis para o exercício do bom jornalismo, seja nas redações, nas assessorias, nas redes sociais ou em outros inúmeros espaços e formas que vêm surgindo em função das transformações tecnológicas e dos modos de vida da sociedade contemporânea.

Vale ressaltar, também, a importância que todos os entrevistados dão à formação e ao diploma, como observado por um jovem profissional, para quem o jornalismo vai muito além do aprendizado das técnicas de produção de lead.

Um dos grandes críticos nas redes sociais do jornalismo praticado pelas empresas jornalísticas brasileiras, o professor Nilson Lage, que lecionou durante anos nas Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Santa Catarina (UFSC), entrevistado no início da produção desta tese, considera que a formação dos jornalistas no Brasil esbarra em vários obstáculos.

O primeiro é a chamada “área de comunicação”, um conjunto mau ajambrado de práticas profissionais que utilizam tecnologias (gráficas, eletrônicas) para mediar o tráfego de informação, concebida no sentido centro-periferia. Na verdade, toda comunicação é tecnológica, da escrita à arquitetura, do teatro à música instrumental. Comunicação é um conceito tão genérico, social mesmo nas espécies animais, que abrange ou penetra toda a atividade dos seres vivos. A colocação do jornalismo como “ciência social aplicada” só se explica no plano da política acadêmica e do esforço das ciências sociais, que adquiriram voga em meados do Século XVIII, para ampliar seu poder e abrangência. A teoria do jornalismo – essa que pouco se ensina – vincula-se, de fato, às ciências da linguagem: a lógica que permeia sintaxe e semântica; a retórica e as estratégias de convencimento; a análise dos discursos, semiologia e teoria do conhecimento. Como linguagem, o jornalismo transita entre a condição social e a psicologia dos indivíduos.²²⁸

O professor defende, assim, que haja maior consciência por parte de quem forma e de quem é formado sobre as implicações éticas das mensagens difundidas. E, ainda que observe que tenhamos avançado desde a década de 1970, com a implantação de laboratórios, considera que o alcance de mais avanço representa uma luta difícil, em função de “uma sociedade que odeia os fundamentos éticos do ofício e pretende sempre aparelhar o jornalismo para a dominação dos povos ou a revolução imaginária”.²²⁹

²²⁸ Entrevista realizada pelo Facebook, em janeiro de 2018

²²⁹ Idem

Maior ênfase no ensino à teoria do jornalismo, inclusive com mais pesquisas sobre o jornalismo, seria um dos caminhos possíveis para melhorar a formação dos profissionais, “o que significa pesquisar a relação concreta entre o homem-testemunha e a realidade que ele tenta transmitir em narrativas.; considerar essa relação tanto no contexto das organizações produtoras de informação quanto fora delas; aprofundar a crítica das linguagens de perspectiva peculiar – aquela em que a forma mais corriqueira de dizer é a menos marcada ideologicamente; libertar-se da ditadura das formas jurídicas e dos dogmas afirmados como ciência”, acrescenta.

Na opinião de Lage, a evolução curricular, inclusive com as DCNs implantadas em 2016, tem sido lenta em virtude da dificuldade de se remover o entulho acadêmico que se consolidou na área. Mas ele alerta que reduzir a atividade profissional a uma “prática” é uma forma de exclusão acadêmica:

(...) medicina, direito, ensino, engenharias também são “práticas”, mas, obviamente, não se limitam ao treinamento da execução de tarefas segundo modelos preexistentes. Laboratórios existem para produzir técnicas, experimentar práticas e estratégias, gerar conhecimento, não para simples reprodução. É a partir da vivência do ofício que se constrói a teoria do jornalismo, de onde a prática não se basta como finalidade no ambiente universitário. Teoria e prática não se contradizem, como querem fazer crer: integram-se e se completam em uma relação acadêmica sadia.²³⁰

Longe de querer encerrar a discussão sobre a formação de jornalistas, esta tese tem o propósito de trazer para o debate a visão dos principais atores desse processo, visando reuni-las mediante algumas das principais questões a esse respeito. Isso nos leva a propor outras questões, relativas inclusive à organização curricular dos cursos, bastante similar, como visto no capítulo 4. Tais estruturas parecem ainda ancoradas numa tradição analógica do jornalismo, focado ainda no mercado profissional exclusivo das redações, inclusive com a permanência de técnicas de produção textual que se constituíram como uma marca efetiva e

²³⁰Entrevista realizada pelo Facebook em janeiro de 2018. Disponível anexo A

distinta do jornalismo, mas parecem não mais dar conta dos anseios e dos interesses dos indivíduos.

Um exemplo disso é a organização do ensino das redações, que segue nos moldes tradicionais, do impresso, passando pelo rádio, televisão, até chegar ao digital, na perspectiva de surgimento e expansão dos meios, quando hoje, na prática, a escrita é muito mais baseada na perspectiva multiplataforma ou de narrativas transmídias, que exploram as possibilidades de cada veículo, em conteúdos que se integram, se expandem e convergem.

Isso vale tanto para quem produz conteúdo noticioso no estilo consagrado pelo jornalismo das chamadas *hard News* quanto para quem atua em corporações, com a missão de informar a respeito dos feitos institucionais e das distinções de mercado. E pode recair também a respeito dos aspectos relativos às práticas dos processos de apuração e coleta de informações, que podem e devem articular a utilização de todos os recursos possíveis e disponíveis, como bem observam os pesquisadores de Colúmbia.

A organização baseada na lógica das caixas de disciplinas, que teoricamente devem se complementar se articular já parece também não mais caber na dinâmica da vida contemporânea. O conhecimento é interdisciplinar e transdisciplinar e exige saberes a respeito da busca, e não necessariamente do acúmulo. As disciplinas do jeito como são organizadas parecem mais enclausuradas do que efetivamente relacionadas às demandas da vida real, que exige novas formas de contar histórias, sempre tendo como base a relevância daquilo que será dito e das formas utilizadas.

É preciso ainda investir, e muito, na desconstrução das dicotomias e divisões que marcam os aspectos teóricos dos práticos. Afinal, a prática precisa da teoria para ser reflexiva e capaz de responder ao que se apresenta de (inúmeras) forma(s), complexa(s), contraditória(s) e mutante. Já do ponto de vista da teoria, para fazer sentido, é preciso que seja ancorada na prática, nas experiências, nas resistências, nas características que muitas vezes são impostas pelos modos e possibilidades do fazer cotidiano. Ou como observa Nelson Traquina (2005), “sendo a compreensão da teoria tão importante para o saber profissional, a

preparação para uma profissão deve ser uma experiência tanto intelectual como prática”, o que só pode ser assegurado quando professores e alunos forem imersos em ambientes que possibilitem as duas dimensões de forma equilibrada, o que nem sempre acontece.(TRAQUINA, 20005, 102)

Os relatos dos alunos indicam, muitas vezes, a ênfase à prática ou à teoria, a partir do perfil dos professores, que também parecem se dividir entre os dois grupos distintos: os que vêm do mercado para ensinar com sua experiência e os que vêm da academia para ensinar com a teoria. Conjugando os dois grupos, bem como o mercado, inclusive nas dimensões da prática, e não apenas do relato, como ocorre normalmente nos fóruns, pode fazer toda a diferença.

Compreende-se que o jornalismo, como profissão, cada vez mais, se torna complexo e desafiador, em função não só das transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que o mundo vem enfrentando, mas também pelas demandas e formas de consumo e produção de notícias, que vêm se alterando de forma efetiva, inclusive com a sensação, muitas vezes, de que qualquer pessoa pode produzir conteúdo diante da disponibilidade de um celular ou outro recurso tecnológico que seja capaz de captar imagem e som. Não é assim.

Observa-se com o estudo realizado que se as mudanças são uma marca efetiva no campo, aqui e em qualquer parte do planeta, diante de uma sociedade cada vez mais mergulhada e dependente do mundo da informação.

É toda essa tessitura que torna ainda mais exigente a formação, inclusive contínua, de quem se dedica à área, uma vez que o bom jornalismo um verdadeiro aliado da prática democrática e um direito social, que só pode ser assegurado por jornalistas bem formados e conscientes do seu papel; por professores capazes de formar esses profissionais de forma crítica e com a possibilidade de se reinventarem a cada novo tempo; e por um mercado, que precisa se adequar e valorizar uma mão-de-obra que se perdeu o aspecto da intelectualidade, se revela fundamental quando se trata a informação como um direito social.

Tudo isso ou pelo menos parte disso só poderá ser assegurada quando se restituir ao jornalista a autoridade de quem se distingue, em termos de formação e

compreensão e capacidade de análise, dos modos efetivos de informar bem a quem quer que seja, utilizando como veículos as mídias tradicionais ou as recém surgidas na era digital, ou ainda o espaço das corporações, dos governos, das organizações não-governamentais, das ruas, mediante o cumprimento de códigos de ética que sejam acordados pela sociedade como um todo, capaz de compreender os efeitos que uma notícia de qualidade pode assegurar a todos os atores envolvidos neste processo.

6. Referências bibliográficas

ABREU, Alzira . *et al. A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AGUIAR, Leonel. *As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo*. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, Volume 14, número 27, julho\dez 2013.

AGUIAR, Leonel. e BARSOTTI, Adriana. *Clássicos da comunicação – os teóricos*. Rio de Janeiro: Vozes e Puc-Rio, 2017

AGUIAR, Leonel. e BARSOTTI, Adriana. *O Processo de Produção da Primeira Página: uma perspectiva crítica a partir das teorias do jornalismo*. Intercom 2017. Disponível em
<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0644-1.pdf>>
Acesso em:

AGUIAR, Leonel; e RODRIGUES, Claudia. *Ser jornalista na contemporaneidade: Uma contribuição aos estudos da profissão*. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 7, n. 21, p. 301-316, jul./dez. 2017. Disponível em
<<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/491/321>> Acesso em:

ALMEIDA, Maria da Conceição de. CARVALHO, Edgar de Assis (org). *Edgar Morin - Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Cibele Yahn de. *Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social*. Disponível em
<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf> Acesso em:

AVANZA, Marcia Furtado. *A contribuição de Danton Jobim para o ensino de jornalismo: análise atual das escolas pioneiras*. <Disponível em
<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20contribuicao%20de%20Danton%20Jobim%20para%20o%20ensino%20de%20jornalismo%20analise%20atual%20das.pdf>> Acesso em:

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARSOTTI, Adriana. *Jornalista em mutação – Do cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Florianópolis: Insular, 2014.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERGER, Christa; e MAROCCO, Beatriz (org). *A era glacial do jornalismo – Teorias sociais da imprensa*. Volume 1. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior* / Carlos Tünnermann Bernheim e Marilena de Souza Chauí. – Brasília : UNESCO, 2008. 44 p.

BERTOLLETI, Vanessa Alves. *Anísio Teixeira e o projeto de universidade brasileira*. UDF e UNB. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.39.pdf> Acesso em:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BREED, Warren. *Controlo social na redacção. Uma análise funcional*. In: *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Org. de Nelson Traquina. Coleção Comunicação e Linguagem. Lisboa: Vega, 2^a edição, 1999.

BURKE, Peter e BRIGGS, ASA. *Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento – De Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CALLADO, Ana Arruda. Danton Jobim e Celso Kelly: *Confluências e dissonâncias*. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/3803/3352>> Acesso em:

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso entre a ação e comunicação*. Disponível em Le site de Patrick Charaudeau. Disponível em:< <http://www.patrick-charaudeau.com/>> Acesso em:

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo – Relatório*. Portal do MEC, Brasília, set./2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf> Acesso em:

CORREIA, João. *Algumas reflexões sobre a formação universitária dos jornalistas*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf>> Acesso em:

CORREIA, João. O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>> Acesso em:

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil: 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino superior no octênio FHC*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>> Acesso em:

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Paulo da Rocha, *O amigo do Rei. Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DIRETORIA da Compós. *Posição final sobre proposta de diretrizes de Jornalismo*. Site da Compós - Notícias, Brasília, dez./2009. Disponível em <<http://www.compos.org.br/>> Acesso em:

DUARTE, Jorge. E BARROS, Antonio (org). *Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011*.

FACCIN, Milton. E FERREIRA, Soraya Venegas. *Entre nós: desafios da implantação dos TCC's como síntese dos seis eixos previstos pelas DCN's para formação do jornalista no século XXI*. Disponível em <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/372/230>> Acesso em:

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas (org). *Formação superior em Jornalismo. Uma exigência que interessa à sociedade. Cátedra Fenaj-UFSC de Jornalismo para a Cidadania*. Disponível em <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/livro11.pdf>> Acesso em:

FIDALGO, Antônio. *O ensino de jornalismo no e para o século XXI*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf>> Acesso em:

FNPJ - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. *Reflexões para o ensino de jornalismo no Brasil: algumas abordagens*; organização de Fabiano Ormaneze, Rogério Eduardo Rodrigues Bazi. - Campinas: 2014. Disponível em <http://www.abejor.org.br/Livro_FNPJ.pdf> Acesso em:

FRANÇA, Vera Veiga. *O objeto da comunicação. A comunicação como objeto*. In Teorias da Comunicação. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GONÇALVES, Carlos Manoel. *Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento*. Disponível em
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>> Acesso em:

GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da ciência da Cultura. In *A era glacial do jornalismo – Teorias sociais da imprensa*. BERGER, Christa; e MAROCCO, Beatriz (org). Volume 1. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

GUIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. *Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>> Acesso em:

HOHLFELDT, Antonio. Luiz Beltrão: *Do jornalismo à literatura*. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, Volume XXVI, número 1, Janeiro\junho 2003.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (organizadores). *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2010.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: EdUsp, 1992.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EdUsc, 2001.

KELLY, Celso. *Arte e Comunicação*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978, 2ª edição ampliada.

KELLY, Celso. *As novas dimensões do Jornalismo*. Coleção Temas Atuais. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.

KELLY, Celso. *Escola Nova para um tempo novo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual. Ensaio sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Unesp, 2005. Disponível em <<http://kucinski.com.br/pdf/Jornalismo%20Virtual%20Web.pdf>> Acesso em:

LAGE, Nilson. *A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LAGO, Cláudia. e BENETTI, Marcia (org). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEMONS, André; BERGER, Christa; e BARBOSA, Marialva. *Narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LOPES, Fernanda Lima. *Ser jornalista no Brasil – Identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MACHADO, Elias. *Dos estudos sobre jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento)*. Disponível em <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2>> Acesso em:

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In *Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação*. DUARTE, Jorge. E BARROS, Antonio (org). 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista – O desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista*. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda – jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MEDISTCH, Eduardo. *A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no Jornalismo*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-filosofia-paulo-freire.pdf>> Acesso em:

MEDISTCH, Eduardo. *Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do Jornalismo*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>> Acesso em:

MEDISTCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?* Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>> Acesso em:

MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir. A função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização*. Florianópolis: Insular, 2012.

MEDITSCH, Eduardo; DE LA BARRERA AYRES, Melina; SEGALA, Mariana. *De volta à especificidade dos estudos em jornalismo: O GT da Alaic no início do novo século*. Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación. Ano XV, número 27, Julio-Diciembre 2017.

MELO, José Marques. *História social da imprensa. Coleção Comunicação*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.

MELO, José Marques. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2007.

MICK, Jacques (coord) e LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro – Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013

MICK, Jacques. *Formação superior e mercado de trabalho: a reconfiguração do campo jornalístico nos anos 2000*. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt36-5/1241-formacao-superior-e-mercado-de-trabalho-a-reconfiguracao-do-campo-jornalistico-no-brasil-nos-anos-2000/file>> Acesso em:

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 25, n. 96, p. 585-608, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n96/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500939.pdf>> Acesso em:

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapor: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MORAES, Lilian Saback de Sá. *As novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo e o possível fortalecimento da ética profissional*. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP – São Paulo – Novembro de 2017. SPBJOR. Disponível em <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/675/440>> Acesso em:

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Sociologia do currículo: origens, desenvolvimento e contribuições*. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1776>> Acesso em:

MORETZHON, Sylvia. *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Unesco-Cortez Editora, 2000.

NUZZI, Erasmo de Freitas. *História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero*. Edição comemorativa do cinquentenário. São Paulo: Fundação Cásper Líbero, s/ano.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. *O jornalista de “ampla cultura geral” ou a ênfase humanística na primeira fase do ensino de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero*. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-jornalista-de-201camp-la-cultura-geral201d-ou-a-ênfase-humanística-na-primeira-fase-do-ensino-de-jornalismo-da-faculdade-casper-libero>> Acesso em:

OLIVEN, Arabela Campos. *Histórico da educação superior no Brasil*. Disponível em <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>> Acesso em:

PAULA, Maria de Fátima de. *A formação universitária no Brasil: concepções e influências*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a05v14n1.pdf>> Acesso em:

PULIZTER, Joseph. *A escola de jornalismo – A opinião pública*. Edição bilingue. Série Jornalismo a rigor. V. 3. Florianópolis: Insular, 2009.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

RIZZINI, Carlos. *O ensino do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990*. Disponível em <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em:

SANTOS, Márcia V. Malcher dos. *Jornalista por Vocação: algumas considerações sobre a percepção de Max Weber a respeito da profissão*. Mediações Revista de Ciências Sociais. Vol. 23, número 1, 2018.

SCHUDSON, Michael. *As notícias como um gênero difuso: a transformação do jornalismo na contemporaneidade*. Revista Comunicação & Cultura, número 12, 2011.

SCHUDSON, Michael. *Descobrendo a notícia – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHWARTZMAN, SIMON. *A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100012> Acesso em:

SOLOSKI, John. *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*. In: *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Org. de Nelson Traquina. Coleção Comunicação e Linguagem. Lisboa: Vega, 2ª edição, 1999.

STALLIVIERI, Luciane. *O sistema de ensino superior do Brasil: Características, tendências e perspectivas*. Disponível em <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf> Acesso em:

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade – Uma teoria social da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*; Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo no jornalismo no século XX*. São Leopoldo-RS: Unisinos 2001.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume I – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Max. *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2009.

XAVIER, Libânia Nassif. *Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/17.pdf>> Acesso em:

Anexos

Anexo A

Entrevista Professor Nilson Lage

Professor das Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Federal de Santa Catarina (UFSC), autor de diversos livros sobre Jornalismo.

Entrevista realizada por e-mail, em 26 de janeiro de 2018

1. A missão fundadora do jornalismo vai ao encontro do ideal iluminista de esclarecimento dos homens. A partir disso, como avalia o papel do jornalismo e dos jornalistas na atualidade?

O jornalismo surgiu, no Século XVI, poucas décadas após a implantação da tecnologia dos tipos móveis, para divulgar “novidades” – informação comercial, boatos, fofocas, previsões, histórias fabulosas, notícias, anúncios – em impressos periódicos; a palavra gazeta (gazeta) designava a moeda com que se compravam os impressos periódicos em Veneza e, por extensão o próprio volante (gazeta Edeleine Novita).

Desde logo se constatou a convergência de dois interesses: o de quem tem algo a informar (uma fonte de renda) e de quem consome a informação (a outra fonte de renda).

A mídia difundiu-se em centros comerciais do Continente e da Inglaterra, mas a circulação regular dos jornais – logo, a história oficial do jornalismo, – começa décadas depois, quando a burguesia ampliou a atividade, beneficiando-se da criação dos serviços de correios, e passou a imprimir diários (daí a palavra jornal, do latim diurnale), e a utilizá-los como instrumento de sua luta pelo poder com a nobreza oriunda do período feudal, quer no artigo de fundo, quer na agregação de versões convenientes aos fatos noticiados.

O ideal iluminista jamais foi dominante neste processo.

A utilização da mídia como instrumento para difundir o conhecimento científico da sociedade, dos homens e da natureza sempre foi projeto secundário, prejudicado, em geral, pela dificuldade de construir um discurso não comprometido com o processo de dominação política.

Tentativa importante nesse sentido surgiu nos Estados Unidos no início do Século XX: abalada em sua credibilidade pelo sensacionalismo, as empresas jornalísticas permitiram a investigação de técnicas adequadas à difusão da verdade factual – os fatos em sua singularidade –, tanto quanto possível alijada de versões interesseiras.

Logo se provou que, polarizados pela luta de classes e condicionados por tradições culturais (o discurso dos mortos que governa os vivos), os indivíduos agem platonicamente: não acreditam que haja uma realidade externa a eles e que, se houver, seja possível mostrá-la tal como é.

Uniram-se, assim, dominantes e dominados, burgueses e proletários, na negação apaixonada da possibilidade de se contemplar objetivamente o mundo.

2. Como analisa a formação universitária atual dos jornalistas no Brasil? É uma formação capaz de contemplar as demandas e complexidades da sociedade contemporânea?

A formação dos jornalistas no Brasil esbarra com vários obstáculos.

O primeiro é a chamada “área de comunicação”, um conjunto mal ajambrado de práticas profissionais que utilizam tecnologias (gráficas, eletrônicas) para mediar o tráfego de informação, concebida no sentido centro periferia.

Na verdade, toda comunicação é tecnológica, da escrita à arquitetura, do teatro à música instrumental. Comunicação é um conceito tão genérico, social mesmo nas espécies animais, que abrange ou penetra toda a atividade dos seres vivos.

A colocação do jornalismo como “ciência social aplicada” só se explica no plano da política acadêmica e do esforço das ciências sociais, que adquiriram voga em meados do Século XVIII, para ampliar seu poder e abrangência.

A teoria do jornalismo – essa que pouco se ensina – vincula-se, de fato, às ciências da linguagem: a lógica que permeia sintaxe e semântica; a retórica e as estratégias de convencimento; a análise dos discursos, semiologia e teoria do conhecimento. Como linguagem, o jornalismo transita entre a condição social e a psicologia dos indivíduos.

O conhecimento da sociedade é, sem dúvida, tão importante para os jornalistas quanto para quaisquer outros profissionais que atuem no meio social, como advogados, médicos ou professores.

O que caracteriza a profissão e o domínio das técnicas do ofício – que pressupõe um conhecimento utilitário da tecnologia – e a consciência das implicações éticas das mensagens difundidas.

3. Houve algum avanço com as DCNs aprovadas em 2013?

Tem havido avanços desde que, ainda na década de 1970, com a implantação dos laboratórios, iniciou-se a lenta devolução do espaço acadêmico à reflexão objetiva sobre a atividade dos jornalistas fora da perspectiva alheada do comportamentismo.

É uma luta difícil, que se trava passo a passo, confrontando uma sociedade que odeia os fundamentos éticos do ofício e pretende sempre aparelhar o jornalismo para a dominação dos ovos ou a revolução imaginária.

4. Algum(alguns) aspecto(s) deve(m) ser modificado(s)?

Na prática acadêmica, é necessário aprofundar a teoria do jornalismo, o que significa pesquisar a relação concreta entre o homem-testemunha e a realidade que ele tenta transmitir em narrativas.; considerar essa relação tanto no contexto das organizações produtoras de informação quanto fora delas; aprofundar a crítica das linguagens de perspectiva peculiar – aquela em que a forma mais corriqueira de dizer é a menos marcada ideologicamente; libertar-se da ditadura das formas jurídicas e dos dogmas afirmados como ciência.

Aspecto interessante e novo é que, a informação centralizada tende a ser reelaborada (portanto, multiplicada em informação nova) pelos receptores que se organizam em rede.

A democratização do acesso às tecnologias reforça o compromisso com o profissionalismo, a qualidade e a credibilidade do jornalismo, tornando mais visível aquilo que, nos veículos, simula ser jornalismo e, na verdade, não passa de propaganda.

5. Como avalia a relação entre a reflexão acadêmica sobre o jornalismo e as transformações pelas quais passam as empresas jornalísticas? De que maneira essa relação interfere nos cursos de graduação?

A suposição de que empresas jornalísticas vivem da publicidade comercial e venda avulsa já não se sustenta. Aporte suplementar é sempre necessário, seja como subsídio, donativo ou publicidadezinha – aquela que não se fatura e que se designa, em geral, como relações-públicas.

A concentração da riqueza e do poder no mundo reduziu bastante o espaço de pluralidade na mídia e mostra, cada vez, mais, a imprensa comercial como o que ela de fato é – um negócio dependente de patrocínio e de suporte bancário.

Isso aponta para outras formas do fazer jornalístico, no âmbito de agentes institucionais e econômicos. Não por acaso, a mídia mais relevante, hoje, é constituída de órgãos estatais, como a *BBC*, a *DW*, a *RT*, a *Xinhua*– e agências mantidas por alguma forma de *crowdfunding* e trabalho voluntário, como o *Wikileaks*. Ou a *Wikipedia*, a que se somam publicações – ensaios, resenhas e narrativas - oriundas do meio acadêmico objetivando divulgação do conhecimento.

6. Alguns autores, responsáveis por mudanças importantes no currículo do curso em décadas passadas, como Celso Kelly, ressaltam o valor da prática e da sensibilidade dos jornalistas para o bom desempenho profissional. Considera que esses são fatores essenciais e importantes no processo de formação e atuação dos jornalistas?

O primeiro currículo de comunicação social, redigido por Celso Kelly, em 1968, propunha a formação “polivalente”, admitindo, de forma subsidiária, ciclos profissionais complementares, com ênfase na “prática” das profissões de jornalista, relações-públicas, publicitário, cineasta e o que mais se acrescentasse.

Cumpria, assim, a diretriz traçada pelos serviços de inteligência americana para a América Latina, como reação à atuação dos jornalistas no processo da revolução cubana, nove anos antes: para frear o “quixotismo idealista” dos repórteres e confrontar as ideais de matriz marxista (particularmente Lukacs e a os estudos de linguagem de base reflexológica, como os de Mikhail Bakhtin) , promoveu-se a criação, no Equador, de um centro de formação teórica, o Ciespal. Com apoio da Aliança para o Progresso, produziu-se ampla literatura recuperando estudos funcionalistas das décadas de 1920 e 1930, adaptações de modelos desenvolvidos para telecomunicações, simplificações de teorias estruturalistas em ciência sociais e textos selecionados de filósofos da Escola de Frankfurt, de modo a descaracterizar a sociedade capitalista como “sociedade industrial”.

Kelly, homem ligado a interesses americanos e militante da “banda de música” da UDN, foi apoiador fervoroso do golpe de 1964 e presidiu a Associação Brasileira de Imprensa, sucedendo a Herbert Moses, entre esse ano e 1966. Vivia-se um período em que a liberdade de imprensa era vista com um bem em si, fundamento mesmo da democracia, elidindo as questões-chaves de quem controla os veículos e a serviço de quem eles estão: dos poderes que informam ou do público que é informado. São itens que se evidenciariam na década seguinte, particularmente no Relatório McBride, da Unesco.

Tem sido lenta a evolução desse currículo em confrontos sucessivos, dos quais a alteração feita em 2013 é mais um capítulo. A remoção de entulho acadêmico, quando se consolida, é tarefa delicada.

Reduzir a atividade profissional a uma “prática” é uma forma de exclusão acadêmica: medicina, direito, ensino, engenharias também são “práticas”, mas, obviamente, não se limitam ao treinamento da execução de tarefas segundo modelos preexistentes.

Laboratórios existem para produzir técnicas, experimentar práticas e estratégias, gerar conhecimento, não para simples reprodução. É a partir da vivência do ofício que se constrói a teoria do jornalismo, de onde a prática não se basta como finalidade no ambiente universitário.

Teoria e prática não se contradizem, como querem fazer crer: integram-se e se completam em uma relação acadêmica sadia.

7. Atualmente, o jornalismo precisa contemplar quatro eixos: gestão, pensamento, linguagem e algoritmo. Como avalia a articulação dessas quatro instâncias nos cursos de graduação?

Não percebo a questão dessa forma. Pensamento, linguagem e concepção dos algoritmos são integrados. A gestão depende do modelo de atividade.

8. Do publicismo à internet, o jornalismo sofreu transformações profundas como as provocadas pela industrialização, pelas grandes guerras e pela radiodifusão. Na sua opinião, que práticas profissionais poderão ser extintas no contexto atual?

Nenhuma. Elas se integram quer na composição das equipes quer na formação individual, o que não significa que as habilidades sejam partilhadas homogeneamente. Haverá sempre alguma possibilidade de especialização.

Anexo B

Entrevistas com profissionais

Entrevista 1

Jornalista, de 59 anos, com 35 anos de profissão, formada em universidade privada do Rio, em 1982.

Já atuou como repórter, editora-assistente, editora-adjunta, editora de treinamento e coordenadora do Programa de Estágio da Infoglobo e Sistema Globo de Rádio, além de coordenadora da Gerência de Produtos e editora de Mídias Sociais no jornal *O Globo*.

1. Como analisa a formação dos jornalistas no Brasil?

R.: Não é possível dissociar a formação dos jornalistas do cenário em que a profissão se desenvolve, da sociedade onde o profissional atuará, do mercado que dita regras nos meios de comunicação massivos (portanto, de seus interesses econômicos e políticos) e das transformações tecnológicas e sociais. O básico da profissão segue o mesmo: ter curiosidade, duvidar do que ouve, trabalhar com ética e ter recursos prévios de boa formação. Como sabemos das deficiências na formação dos estudantes no país, imaginamos que os dois últimos itens estão bastante comprometidos. Também não podemos mais imaginar que a formação se dará, em modelos antigos, quando a profissão era exercida por poucos, que tinham prestígio (vários se tornaram políticos e exerceram funções de comando em vários países) e que eram tratados como intelectuais. Falamos hoje de uma sobra de mão-de-obra de profissionais assalariados, que desenvolvem múltiplas funções e que têm seu trabalho final diluído na cadeia de profissionais que participaram na construção da notícia: o chefe de reportagem, o editor, o editor de vídeo, o de fotografia, etc. Hoje, na prática, o jornalista se formará numa variedade de perfis: produtor, jornalista de dados, analista de redes sociais, *podcaster*, especialista em SEO, desenvolvedor de audiências e tantas outras funções que surgiram e que surgirão de acordo com as mudanças de suportes e plataformas. Creio a formação deve criar uma inquietude, procurando dignificar a profissão e fazer os estudantes pensarem. Só com técnicas ou só com teorias, o jornalista recém-formado não terá as armas necessárias para enfrentar o ofício. Num momento em que qualquer pessoa se sente autorizada a produzir informações (internet e redes sociais), e quando um jornalista, por força das exigências do mercado, apertando um botão

envia texto e imagem de um lugar do planeta a outro, desaparece o tempo. E, desaparecendo o tempo, desaparece o recurso indispensável de pensar.

2. Qual a principal deficiência que identifica nos jornalistas que estão no mercado hoje ?

R.: A falta de uma visão crítica sobre o que envolve a profissão (para além de recursos internos que deveriam trazer). As distorções passaram a ser maiores quando notícia virou um bom negócio _ e isto afeta o nosso ofício, sobretudo se não temos uma visão crítica. Isso aumentou a brecha entre donos de veículos e gerentes dos meios de comunicação e jornalistas, porque cada grupo persegue interesses e objetivos diferentes. O ingresso de dinheiro para a manutenção de um negócio lucrativo faz o olhar do primeiro grupo mirar no que é possível vender (audiência, publicidade). Por mais verdadeira que for uma informação, pesará o fato de quanto interessará ao público que interessa aos meios. Quantos cliques essa matéria dará? Como esta informação trará uma audiência “mais qualificada”, sinônimo de assinantes, aqueles que pagariam pela informação (muitas vezes encontrada gratuitamente na web)? Sem a inquietude capaz de questionar orientações dadas, os jornalistas mais jovens e que ganham salários menores, muitas vezes de submetem ao fluxo, às rotinas de trabalho que em nada ou muito pouco se aproximam dos valores mais dignificantes da profissão.

3. Considera que o jornalismo esteja atravessando a pior crise?

R.: Difícil dizer se é a pior sem a perspectiva histórica, mas, sem dúvida, é uma crise que está sendo capaz de transformar a forma de produção e de distribuição da notícia; que trouxe concorrentes como o Facebook, onde as pessoas se informam e que não produz uma única notícia (os veículos a disponibilizam gratuitamente na busca por uma audiência que fugiu dos sites); que colocou o repórter sentado, apurando pelo telefone e não mais na rua, para produzir o maior número de matérias durante o dia; e que, por fim, torna a profissão menos digna, alvo de críticas das pessoas que, não raramente, questionam nas redes sociais o despreparo dos profissionais, os textos editorializados e a falta de autonomia.

4. A que atribui esta crise?

R.: À crise porque passa a indústria jornalística, que perde dinheiro porque não é mais a única fonte de informação e tenta, à deriva, se adequar aos novos tempos, sem algum sucesso. Às transformações sociais (acesso de camadas antes menos favorecidas a bens de consumo, como smartphones) e tecnológicas, que incluíram um novo público, com seus próprios interesses e objetivos. À formação deficiente de profissionais e às precárias condições de trabalho e de remuneração dos profissionais.

5. Pode-se afirmar que o jornalismo e os jornalistas estão em vias de extinção?

R.: Não. De modo algum. A profissão, mesmo que mudada, continuará a existir. O jornalismo independente, por exemplo, tem feito surgir iniciativas interessantes (algumas, premiadas).

Entrevista 2

Jornalista de 56 anos, com 37 anos de profissão, formado por universidade privada e pós-graduação em Comunicação Jornalística na Universidade Cândido Mendes (RJ) e Master em Jornalismo, no Instituto Internacional de Ciências Sociais (SP). Atuou por cinco anos como docente em universidades privadas, além de um ano na formação de comunicadores na favela da Maré e três meses treinando jornalistas em Moçambique.

Em redações, já ocupou todas as funções relacionadas ao processo de produção de notícias, de estagiário a editor-chefe, em jornais impressos de quatro estados do país, além de ter atuado também como pesquisador na Revista Veja, da editora Abril. Teve passagem também pelo site da Globonews.com e em assessorias de comunicação e atualmente é criador e responsável por um projeto multimídia destinado à cobertura do semiárido brasileiro.

1. Considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

Sim

Não

Justificativa: Considero a formação universitária fundamental, mas não necessariamente o curso de comunicação. Trabalhei com vários profissionais brilhantes com outras formações. Exemplos: Marcos Sá Corrêa (história) e Fritz Utzeri (medicina). Hoje em dia, mais do que nunca diferentes formações são fundamentais para a prática do jornalismo como profissionais de TI.

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

Sim

Não

Obs: Deixei a academia em 2006 para voltar a atuar em redação.

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

Sim

Não

Por quê (justificativa):

SEM RESPOSTA

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

(x) Não

Justificativa: Primeiro porque não suprem as deficiências de formação dos níveis elementar e médio. Depois porque cada vez mais se exige mais atribuições de um profissional. Não basta ter bom texto. É preciso ter conhecimento em fotografia, vídeo, edição, jornalismo de dados, noções de informática, reportagem auxiliada por computador. Se antes da existência de novas tecnologias, poucos professores acompanhavam a velocidade das transformações do mercado, hoje isto fica praticamente impossível.

Há três semanas, por exemplo, fui convidado para falar sobre jornalismo popular em uma universidade baiana por uma professora de jornalismo especializado. Considero o tema e o nome da disciplina anacrônicos.

5. Atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

(x) Não

Justificativa): A academia se movimenta em ritmo lento, incapaz de acompanhar as necessidades e o dinamismo da sociedade. Há um desprestígio do professor e uma valorização da titulação. Título é mais reconhecido que conhecimento devido às bases cartoriais de nosso país. Minha experiência na Estácio revelou que a direção da instituição e dos cursos priorizava o lucro e não os alunos, visava o autobenefício em vez de servir à sociedade.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Tudo começa com o baixo nível educacional brasileiro. Com isso, são criados abismos intransponíveis na formação dos jornalistas. Há maus professores, professores que justificam seu fracasso alegando que o mercado vai separar o joio do trigo. Cursos universitários com duração cada vez menor, enquanto a formação deveria um período maior, acompanhando, inclusive, o processo de amadurecimento do estudante. Falta de intercâmbios. Falta de realização de congressos e seminários sérios nas universidades em vez da improvisada “semana de comunicação”. Currículo superficial de disciplinas. Turmas gigantescas e ridiculamente multidisciplinares, quando juntam por exemplo alunos de jornalismo e de publicidade. Etc.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

As qualidades dependem do interesse do futuro jornalista. Todo aquele que se interessa em se manter atualizado, em fazer intercâmbios em boas universidades, em aperfeiçoar o conhecimento em idiomas (mais dois pelo menos que o português), participar de congressos e seminários, fazer network, trocar informações...

Do ponto de vista das escolas de formação, creio que bons equipamentos e softwares ajudam, mas é preciso ter professores antenados com as transformações

sociais e mercadológicas. Tenho visto poucos exemplos. Um deles na UFSC onde o professor Samuel Lima está estudando as experiências de novos meios de jornalismo independente e sua análise – a ser divulgada no dia 6 de agosto – servirá para criação de uma incubadora e um portal de novas mídias – quatro delas já estão inscritas. A associação dessas novas experiências é a única forma de que os veículos independentes surgidos a partir das demissões em massa de jornalistas nos últimos anos possam sobreviver a um universo dominado pelos “tubarões do Vale do Silício”.

8. A formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Não sou a melhor pessoa para falar sobre teoria, pois a que tive na faculdade considero superada. Não creio que uma prepondere sobre a outra, mas os professores das duas áreas deveriam trocar mais experiências em vez de se encastelarem e se acharem mais importantes do que os outros.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Antes de aceitar uma matrícula é preciso tirar todas as dúvidas do interessado, fazendo ampla explanação sobre a realidade profissional que lhe espera e as diferentes áreas de trabalho para um comunicador. As turmas não deveriam ter mais de 20 alunos. Por exemplo, os trabalhos seriam monitorados por professores de disciplinas afins e valeria pelo desempenho em cada área. Por exemplo: os professores de português, redação jornalística, fotografia e edição poderiam passar um único trabalho para ser feito durante o semestre, cada um atuando em sua área e avaliando o desempenho do estudante em cada item. Isto evitaria uma série de trabalhos inúteis e as reclamações de que não há tempo para produzir tudo o que é pedido. Ampliaria as disciplinas para formação de jornalistas visuais e de empreendedorismo, dentre outras coisas.

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Há muito tempo, as empresas criaram suas universidades corporativas e passaram a formar trainees por não ficarem satisfeitas com o perfil médio dos jornalistas recém-saídos das universidades. A crise provocada por má gestão, falência do modelo de negócios e ganância dos empresários também atingiu essas iniciativas. Poucas empresas como Google, Facebook, Twitter e Organizações Globo investem pesados em iniciativas como o Congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), que ajuda na formação, mas traz embutido muito mais interesses empresariais. Se conseguisse obter recursos e equipamentos com estas empresas, mantendo um propósito essencialmente educacional, não veria nenhum motivo para que o mercado não participasse dessa formação.

Entrevista 3

Jornalista de 46 anos, com 24 anos de experiência, formada em universidade privada.

Sempre atuou como repórter em jornal impresso, sendo atualmente responsável também por edição de blog.

1. A formação universitária contribuiu para o exercício da profissão?

(x) Sim

() Não

De que forma ? Para a reflexão sobre o tratamento dos temas pela mídia. Afinal, pensadores importantes, que são atuais até hoje, ajudam na formação crítica do profissional. Porém, acho que é preciso mais investimento na formação geral do estudante.

2. Identifica situações em que aplica nas atividades profissionais os conhecimentos que adquiriu ao longo do curso de jornalismo?

(x) Sim

() Não

Em caso de a resposta acima ser SIM, indicar situações: Basicamente, o trabalho desenvolvido em laboratórios, como de rádio e TV. No início da carreira, trabalhei na TV Bandeirantes, como produtora, e fui repórter da Rádio Alvorada.

3. Os cursos de jornalismo, na sua opinião, são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

(x) Não

Justificativa: De fato, o trabalho que se faz em redações exige muito apuração, o que não é muito explorado na universidade.

4. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

(x) Não

Justificativa: Pelo menos, na minha época, achava a universidade muito intramuros ou com uma visão ainda muito maniqueísta em relação a temas caros, como a maneira que as diferentes mídias tratam a notícia.

5. Identifica problemas ou deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

(x) Sim

() Não

Se a resposta for SIM, indicar quais deficiências ou problemas: O jornalista é um especialista em generalidade, escreve a história acontecendo, então ele tem que ser burilado para ter preocupação em pesquisar, estar atento para as respostas que a sociedade precisa ter e saber ouvir.

6. Identifica qualidades ou aspectos positivos na formação dos jornalistas no Brasil?

(x) Sim

() Não

Se a resposta for SIM, indicar quais qualidades ou aspectos positivos: Lembro de ter participado de debates importantes na faculdade sobre teoria da comunicação.

7. No cotidiano do trabalho jornalístico que realiza, já sentiu falta de algum tipo de conhecimento não abordado na sua formação?

(x) Sim

() Não

Se a resposta for SIM, indicar quais: Principalmente, sobre assuntos relacionados à cultura e ao mundo direito.

8. Algo deve ser mudado na formação dos jornalistas?

Acho que é preciso considerar mais a formação intelectual. Preenchi mais essa lacuna com uma pós-graduação em história na UFF e também fazendo outra faculdade, a de Direito.

9. O mercado deve participar da formação dos jornalistas? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Acho que não. O mercado é movido por interesse. A faculdade para fomentar o pensamento.

10. Realiza algum tipo de atividade ou formação destinada à atualização? Em caso positivo, favor informar qual atividade ou curso e explicar motivo de escolha.

No momento, não.

11. Quais são os principais desafios que o jornalista enfrenta atualmente na profissão? A formação universitária prepara para lidar com essa(s) situação(ões)? O tratamento que será dado a notícia. De forma alguma. Do que lembro havia apenas a preocupação em discutir a fórmula de uma matéria, como o que, como, quando....enfim regrinhas que não refletem como é complexo o trabalho de informar.

Entrevista 4

Jornalista, formada em universidade pública, iniciou as atividades profissionais em 1983, com passagens por TVs, jornais impressos, revista, agência de notícias vinculadas a jornais, tendo ocupado diferentes cargos, como de repórter, subeditora, editora, chefe de redação, coordenadora de site e de projetos especiais. Atou como docente durante um ano. Atualmente, é sócia de empresa de comunicação.

1. Você considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

() Sim

() Não

Justificativa: A profissão tem especificidades que são favorecidas por um curso específico. Um dos pontos positivos que considero na formação universitária de qualidade é que contribui para o senso crítico do futuro jornalista, seja pela discussão da ética jornalística (como parte do curso), seja pelos debates em sala ou pela troca a partir da experiência profissional dos professores. O jornalismo é muito mais do que reproduzir o que o entrevistado falou: exige senso crítico, conhecimento geral, capacidade de organizar o pensamento, a fim de transmitir as informações com fidelidade e, principalmente, postura ética, que exige consciência do papel do jornalista perante a sociedade.

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() Sim

() Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() Sim

() Não

Por quê (justificativa):

SEM RESPOSTA

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

() Não

Justificativa: os argumentos citados na pergunta 1 mostram que cursos universitários ajudam a formar bons profissionais. As próprias empresas preferem buscar profissionais oriundos de cursos reconhecidos (no caso do Rio, estudantes de UFRJ, UFF, PUC e, mais recentemente, ESPM) acabam conquistando a maior parte das vagas de trainee ou estágio.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

() Não

Por quê (justificativa): SEM JUSTIFICATIVA

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

O domínio da língua portuguesa, em especial na escrita, e a falta de conhecimento geral, quesito básico para que o jornalista possa fazer boas perguntas, associar ideias e ir além do óbvio.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

O domínio da tecnologia (não necessariamente pela formação universitária, mas pela familiaridade com mídias digitais no dia a dia) e a facilidade/flexibilidade para transitar entre diferentes mídias.

8. a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

As duas são importantes. A prática é fundamental, mas precisa ter uma base teórica que sustente o exercício da profissão tanto do ponto de vista ético como do papel social exercido pelo jornalista.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

SEM RESPOSTA

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Na oferta de estágios ou parcerias com as universidades, criando oportunidades de conhecer de perto a profissão. Mas a formação deve ser da universidade, já que, na maioria das empresas, o estagiário acaba virando um profissional de baixo custo. O foco acaba sendo apenas a parte prática, o que não basta.

Entrevista 5

Jornalista, com dez anos de experiência, formada em universidade privada, teve como primeira formação o curso de Direito, em universidade pública. Já atuou como repórter, chefe de reportagem e produtora, em TV, jornal e site. Atualmente, trabalha como chefe de reportagem de emissora de TV localizada no Rio.

1. A formação universitária contribui para o exercício da profissão?

(x) Sim

() Não

De que forma? A formação universitária ajuda a ter uma noção sobre a profissão, acredito que possa ajudar a orientar o caminho do profissional, ver as áreas que a pessoa teria mais interesse e também é importante para que possa começar a fazer contatos na área.

2. Identifica situações em que aplica nas atividades profissionais os conhecimentos que adquiriu ao longo do curso de jornalismo?

- Sim
 Não

Em caso de a resposta acima ser SIM, indicar situações: Algumas coisas como orientações teóricas que colocamos na rotina em prática, como fazer um texto com *lead*, técnicas das diferenças para uma matéria a ir ao ar no rádio ou na tv, por exemplo.

3. Os cursos de jornalismo, na sua opinião, são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

- Sim
 Não

Justificativa: Acredito que os cursos devem passar por adaptações para poder atender as exigências no mercado, em especial a questão da importância da apuração, como deve ser feita corretamente ... acho que deve ser um dos pontos que merece mais destaque nos cursos. Estamos vivendo em uma época que qualquer um com um celular se julga capaz de ser "repórter" e publicar nas redes sociais sem nenhum tipo de confirmação do que realmente aconteceu. Outra: mais noções gerais sobre assuntos que possam ser aplicados em uma rotina de uma redação que cobre uma editora geral. Por exemplo, ensinar por alto diferenciar o que a polícia militar, a polícia civil ou a polícia federal faz.

4. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

- Sim
 Não

Justificativa: Como já dito acima, no mundo em que qualquer um tem acesso a um celular e às redes sociais, tem que se tomar muito cuidado com as informações, como deve ser usado o material que as redações recebem por Whatstapp, importância de apurar, de ouvir os dois lados.

5. Identifica problemas ou deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais deficiências ou problemas: Acho que faltam matérias na grade que possam ajudar a formação dos jornalistas, por exemplo, em economia e em questões jurídicas. Muito colegas têm dificuldade em coberturas de pesquisas. Poderiam orientar melhor como analisar uma pesquisa, mostrar que é importante ter um caso que aproxime os dados da realidade da pessoa, ensinar os termos econômicos para dar uma base na faculdade. Outro tema que gera muita dúvida é o universo jurídico. Poderiam ensinar questões básicas, as principais palavras usadas, para auxiliar em coberturas de casos criminais e julgamentos, as diferenças entre o que é da justiça estadual ou da federal. Os jovens de hoje também são muito ligados em redes sociais. Por isso, ratifico a

importância de saber apuração e que nem tudo que aparece circulando nas redes sociais é realmente verdade.

6. Identifica qualidades ou aspectos positivos na formação dos jornalistas no Brasil?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais qualidades ou aspectos positivos: Como já dito, a faculdade ajuda a orientar o início do caminho do profissional, ele tendo uma ideia geral pode escolher o que seguir, se irá para o lado dos veículos, como fazer reportagens, por exemplo. Na própria faculdade, fazendo alguns trabalhos acadêmicos, a pessoa já pode perceber que não gosta desta área e que prefere ficar na parte acadêmica.

7. No cotidiano do trabalho jornalístico que realiza, já sentiu falta de algum tipo de conhecimento não abordado na sua formação?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais: Acho que poderia se investir mais em noções de edição na faculdade, tanto com edição de áudios como de vídeos. Atualmente acho que seja importante o aprofundamento em redes sociais, como se portar diante delas, como podem ajudar e como também podem prejudicar o trabalho do jornalista. Outras questões são mais informações gerais do cotidiano de uma redação geral para um jornalista que faça matérias de economia, casos criminais, e tal. Muita coisa a gente vai aprendendo na prática, no dia a dia, mas poderia se dar um básico, alguma noção já na faculdade

8. Considera que algo deve ser mudado na formação dos jornalistas?

Como já dito acima, é importante para os estudantes já terem uma noção básica de economia e questões jurídicas, a importância da apuração, o que é ou não é adequado para ser publicado, como se publicar.

9. Com relação ao mercado, considera que deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

O mercado de trabalho é onde realmente o profissional conclui a sua formação, pois vê na prática como funcionam as coisas, percebe que alguns conhecimentos básicos podem ser colocados em prática, que outras coisas ensinadas na faculdade estão muito distantes da realidade vivenciada nos veículos de imprensa atualmente.

A experiência prática acredito que seja vital para a carreira. Por isso, acho que os estágios devem ser essenciais na formação profissional. Alguns já deviam começar dentro da própria instituição de ensino para que, quando em períodos superiores, (os estudantes) possam já ter uma boa base para estagiar em empresas fora da faculdade, se relacionando com o mercado real de trabalho.

10. Realiza algum tipo de atividade ou formação destinada à atualização? Em caso positivo, favor informar qual atividade ou curso e explicar motivo de escolha.

Após a faculdade, fiz curso relacionados a mídias sociais, pois estava precisamos saber mais sobre como usar redes como Facebook, por exemplo, para melhorar o trabalho de pesquisa necessário em apurações as vezes.

Gostaria de fazer outros cursos semelhante para e atualizar novamente, pois desde que o fiz já devem ter modificado algumas ferramentas que não uso tanto no cotidiano. Além disso, outros cursos para outras redes sociais como Instagram e outras, mas ando com o tempo comprometido.

11. Quais são os principais desafios que o jornalista enfrenta atualmente na profissão? A formação universitária prepara para lidar com essa(s) situação(ões) ?

Acho que o mercado de trabalho atual é um dos grandes desafios da profissão. São pouquíssimas vagas oferecidas nos veículos de comunicação.

Até profissionais com muita experiência não estão encontrando espaço e tem procurado se reinventar.

Já quem está contratado sofre com o acúmulo e sobrecarga de trabalho, pois os cortes são feitos e não se tem reposição.

Os jornalistas têm que assumir várias funções para continuar empregado.

Assim é importante que a pessoa esteja preparada para desempenhar diversas atividades, por isso é importante investir em uma formação geral e também saber administrar o tempo.

Entrevista 6

Jornalista com 33 anos de idade e sete de profissão, formado em universidade privada. Já atuou como repórter em revista especializada. Atualmente, atua em empresa de assessoria de comunicação.

1. A formação universitária contribui para o exercício da profissão?

(x) Sim

() Não

De que forma? SEM RESPOSTA

2. Identifica situações em que aplica nas atividades profissionais os conhecimentos que adquiriu ao longo do curso de jornalismo?

(x) Sim

() Não

Em caso de a resposta acima ser SIM, indicar situações: Disciplinas como Técnicas de Reportagem e Assessoria de Imprensa são de suma importância para a aprendizagem no estágio e no trabalho de qualquer profissional de comunicação na prática.

3. Os cursos de jornalismo, na sua opinião, são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

- Sim
 Não

Justificativa: Há cursos muito bons no mercado, com professores e profissionais do mercado com vivência e expertise. Sempre bom aprender o conceito do jornalista, história, cases etc.

4. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

- Sim
 Não

Justificativa: Acredito que sim. A imprensa é a voz da sociedade. O jornalismo expõe críticas e anseios de uma comunidade.

5. Identifica problemas ou deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais deficiências ou problemas: Atualmente, vejo uma série de jornalistas partidários, os jornais (imprensa) estão com linhas editoriais bem definidas partidariamente. Alguns professores levam isso para dentro de sala de aula. Expõem o que pensam. Isso é uma deficiência quando o assunto é delicado, como política, religião, etc. Os novos jornalistas já saem das faculdades adestrados. Outro ponto importante é que não há mais apuração dos fatos. Os portais de notícias, pela falta de investimentos, estão cortando colaboradores. Isso afeta diretamente a carreira e a formação.

6. Identifica qualidades ou aspectos positivos na formação dos jornalistas no Brasil?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais qualidades ou aspectos positivos: Tem muita coisa boa no mercado e na formação também. Um bom professor pode guiá-lo para um caminho bastante positivo e se tornar um grande jornalista. Depende dele e de você, é claro.

7. No cotidiano do trabalho jornalístico que realiza, já sentiu falta de algum tipo de conhecimento não abordado na sua formação?

- Sim
 Não

Se a resposta for SIM, indicar quais: Senti falta de aulas mais práticas sobre como montar uma entrevista coletiva, pensar no todo. Aulas de rádio e TV também. O ensino é básico. Acho que as faculdades podem e devem criar mecanismos a mais sobre os veículos citados. Posicionamento corporal, leitura, ferramentas, etc.

8. Considera que algo deve ser mudado na formação dos jornalistas?

Mais leitura de jornais impressos e revistas. Vejo os novos jornalistas saindo sem base de conhecimento do cotidiano do país. Acho que a faculdade deve promover essa prática. Até com provas e exercícios de conhecimentos gerais.

9. Com relação ao mercado, considera que deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Podemos ajudar sim. Acho que empresas que têm a participação de estagiários, por exemplo, podemos ensiná-los na teoria e na prática as diversas nuances da profissão. Fora isso, creio que com palestras, workshops e debates no Sindicato e nas universidades.

10. Realiza algum tipo de atividade ou formação destinada à atualização? Em caso positivo, favor informar qual atividade ou curso e explicar motivo de escolha.

Sempre participo de cursos sobre o mercado. Um mercado promissor é o jornalismo na era digital. Como as empresas podem vender seu produto com essas ferramentas.

11. Quais são os principais desafios que o jornalista enfrenta atualmente na profissão? A formação universitária prepara para lidar com essa(s) situação(ões) ?

SEM RESPOSTA

Entrevista 7

Jornalista com 26 anos de idade e oito de profissão (incluindo três anos de estágio), formado em universidade pública, já atuou em assessoria de imprensa, revista especializada, jornal impresso e TV, onde trabalha há seis anos e meio.

1. A formação universitária contribui para o exercício da profissão?

- (X) Sim
() Não

De que forma? O exercício do jornalismo não é apenas uma repetição de práticas. Exige compreensão do todo, do contexto.

2. Identifica situações em que aplica nas atividades profissionais os conhecimentos que adquiriu ao longo do curso de jornalismo?

- (X) Sim
() Não

Em caso de a resposta acima ser SIM, indicar situações: Em discussões sobre escolhas de palavras no fechamento de um texto, por exemplo. Esse é um dos processos mais subjetivos do trabalho jornalístico. A escolha pode significar o tom que uma determinada matéria pode tomar ou não. Por várias vezes me vi questionando se o uso de um determinado texto não reforçava estereótipos, estigmas ou preconceitos sobre um determinado grupo. Por exemplo, é muito comum usar a palavra “homens” como sinônimo de agentes de determinada força de segurança. Mas, ora, muitas dessas forças são formadas também por mulheres. Por que não o uso da expressão “homens e mulheres”?

Não se trata de um conhecimento específico, tecnicista, mas de reflexões sobre meu texto, sobre a sociedade em que eu vivo e sobre o papel social que eu

exerço que tenho certeza que foram fortemente influenciadas pela minha formação acadêmica.

3. Os cursos de jornalismo, na sua opinião, são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

- () Sim
(X) Não

Justificativa: Na minha opinião, hoje, existem dois extremos. De um lado, cursos altamente tecnicistas. Nestes, o conhecimento do debate, da discussão, das teorias, as reflexões sobre a sociedade são tratados de maneira superficial e o aprendizado da técnica é favorecido. Por outro lado, especialmente nas faculdades públicas, há cursos altamente teóricos - onde o ensino da técnica parece supérfluo. Discordo de ambos. Na minha opinião, seria necessário um curso híbrido - com ênfase na reflexão teórica, mas também no aprendizado técnico. A ausência desse meio termo faz com que, na minha opinião, especialmente os cursos de universidades públicas sejam defasados. As ementas não acompanham a velocidade das transformações da profissão. A UFRJ até hoje disponibiliza uma disciplina eletiva, por exemplo, chamada “Jornalismo em mídias digitais”. Ora, qual jornalismo em 2018 não é em mídias digitais? Rádio, TV, impresso, todos dialogam com o digital.

4. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

- () Sim
(X) Não

Justificativa: Na mesma linha da resposta anterior, nos cursos mais tecnicistas, observo que questões da sociedade contemporânea são ignoradas ou desvalorizadas como se o jornalismo fosse exercido de forma alheia às transformações que essa sociedade vive.

5. Identifica problemas ou deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

- (X) Sim
() Não

Se a resposta for SIM, indicar quais deficiências ou problemas: Acho que a formação dos jornalistas carece de competências ligadas a algumas áreas como a própria língua, muitas vezes deixada de lado no nível superior como se fosse algo básico demais, os conhecimentos de história do Brasil e de economia.

6. Identifica qualidades ou aspectos positivos na formação dos jornalistas no Brasil?

- () Sim
(X) Não

Se a resposta for SIM, indicar quais qualidades ou aspectos positivos:

7. No cotidiano do trabalho jornalístico que realiza, já sentiu falta de algum tipo de conhecimento não abordado na sua formação?

(X) Sim

() Não

Se a resposta for SIM, indicar quais: Economia é algo recorrente. E, olha, que não sou setorista no assunto. Mas, por exemplo, na minha graduação tive a disciplina “Comunicação e economia”. Foi toda relacionada à economia da cultura. Bacana o conhecimento, mas totalmente alheio a questões macroeconômicas que permeiam nossa sociedade.

8. Considera que algo deve ser mudado na formação dos jornalistas?

Acho que a atualização curricular é a primeira coisa. Não dá pra se formar jornalistas do século 21 com currículos do século 20.

Em segundo lugar, acho que o encontro do equilíbrio nos cursos de graduação. Um equilíbrio entre teoria e técnica, entendendo que cada qual é fundamental na formação do profissional.

9. Com relação ao mercado, considera que deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Acho que o mercado precisa entender que a qualificação faz diferença na carreira do jornalista. Hoje um jornalista apenas graduado, mestre ou doutor ganha a mesma coisa numa redação. A qualificação é vista apenas como “requisito para dar aula”. E não é. Em todas as áreas o profissional pós-graduado é mais bem pago, mais valorizado. No jornalismo não. O que importa é o resultado. Como o estudo nesse caso não impacta diretamente no resultado, isso se torna “menos valoroso”.

10. Realiza algum tipo de atividade ou formação destinada à atualização? Em caso positivo, favor informar qual atividade ou curso e explicar motivo de escolha.

Atualmente não. Mas recentemente concluí o mestrado.

Minha escolha se baseou muito mais numa ambição pessoal (de mais pra frente concluir o doutorado) e em uma visão a longo prazo (de eventualmente conciliar a carreira profissional com a acadêmica) do que efetivamente num possível retorno em relação a isso

11. Quais são os principais desafios que o jornalista enfrenta atualmente na profissão? A formação universitária prepara para lidar com essa(s) situação(ões) ?

Hoje eu acho que é a transformação do modo de consumo das mídias, né? Um processo que ainda está em formação. Que continua acontecendo. Acho que a formação teórica ajuda muito nesse caso porque as transformações vêm, o *savoir*

faire muda, mas o saber pensar permanece. Mas, sem dúvidas, não prepara de maneira plena.

Anexo C

Entrevistas com professores

Entrevista 1

Idade: 50 anos

Tempo de atuação como jornalista: 24

Formação (universidade e ano): Facha/1994

Tempo de docência: 17 anos.

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Estagiário/Produtor/Repórter/Redator/Apresentador - Rádio CBN 1993/1998; Assessor de Imprensa - MMPress – 1998; Assessor de Imprensa - Embratel - 2000/2004; Editor, editor executivo, editor-chefe, chefe de reportagem/Gerente de Produção de TV/Coordenador de Produção Musica - TVE/TV Brasil - 1998/atual; Professor - Unifeso - 2001/2004; Professor, professor-tutor, coordenador de curso - Estácio - 2004/atual.

1. Considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

() Sim

() Não

Justificativa: Pela importância do discente pensar os processos de comunicação e acompanhar de perto, a partir de seu repertório teórico, a evolução e as mudanças no fazer jornalístico.

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() Sim

() Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() Sim

() Não

Justificativa: Porque problematizaram a prática jornalística dentro dos desafios apresentados neste cenário de convergência.

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

() Não

Justificativa: Porque há mais oferta do que demanda.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

() Não

Justificativa: A maior parte da atividade jornalística é mecanizada, ou seja, há poucos espaços para o jornalismo "autêntico", a partir dos fundamentos da profissão.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?
O isolamento das escolas em relação ao praticado no mercado.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?
O repertório teórico e a experiência dos docentes na área.

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

As duas são importantes e merecem atenção. Do ponto de vista prático, há um gap de tecnologia e estrutura que afeta os modos de ensinar a fazer jornalismo.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Aproximar a prática acadêmica da prática do mercado e da realidade dos alunos. Formar o profissional com visão global em relação às possibilidades da área, em função da disponibilidade de tecnologias e plataformas. Investimento na formação de um profissional que transite com desenvoltura por todos os suportes digitais.

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Sim, com encontros de aproximação, mas apenas apresentando às escolas as suas necessidades de formação.

Entrevista 2

Idade: 59 anos

Tempo de atuação como jornalista: 35 anos dentro de redação e outros 3 em site e frilas

Formação (universidade e ano): Bacharel em Comunicação 1980 ECO UFRJ.
Mestrado em Comunicação UERJ 2015

Tempo de docência: dois anos (antes disso, outros dois anos há dez anos)

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Jornalista repórter desde 1980 até 2000 em jornal, rádio, TVE e TV Manchete, além de produtora de vídeo. A partir de 2000 e até 2015 editora assistente no jornal *O Globo*. Professora da ESPM desde 2016.

1. Considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

(X) Sim

() Não

Justificativa: O repórter precisa de uma formação universitária que vai oferecer, além das ferramentas necessárias para ele praticar o seu ofício, uma base teórica e de formação humana para formar um pensamento crítico

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

(X) Sim

() Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() Sim

() Não

Justificativa: Na ESPM a coordenação faz reuniões periódicas com os professores para atualização de métodos e práticas de ensino dentro das salas de aula. Há uma reflexão muito interessante, a partir do que é proposto nas DCNs

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

() Não

Justificativa): Estou me referindo ao curso que conheço mais de perto, da ESPM. Não estou familiarizada com os outros. Tenho buscado dentro da sala de aula essa preparação . Por isso respondi não. Infelizmente muitos cursos não estão formando profissionais que o mercado precisa. Ainda temos um longo caminho a percorrer. Mas há uma questão anterior: o Ensino Médio também não está formando um aluno capacitado para enfrentar esse mercado de trabalho. Os cursinhos para o vestibular estão robotizando alunos que, ao chegar na universidade, enfrentam muitos problemas no aprendizado, nas discussões em sala de aula.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

() Não

Justificativa: Pelos mesmos motivos citados acima. A sociedade contemporânea pede reflexões importantes que muitos alunos não são capazes de fazer. A experiência que tenho em sala de aula tem me surpreendido ao encontrar jovens imaturos emocionalmente e com visões distorcidas da realidade fora da bolha em que vivem.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Os jornalistas não entendem que a forma de comunicar, de apresentar notícias está em constante mudança. Poucos conhecem as ferramentas necessárias para navegar no jornalismo digital e nas pesquisas de bancos de dados.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

Encontrar jovens que ainda apostam na carreira de jornalismo é um prazer. Os cursos devem continuar enfatizando a ética e as boas práticas.

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Deveria haver um equilíbrio entre as duas. As disciplinas teóricas, em alguns cursos , começam no primeiro período com jovens que não tem maturidade para assimilar esse conteúdo e nem fazer as reflexões necessárias. Acredito que um mix de teoria e prática é melhor para o aprendizado.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Acho que em todos os períodos deveria haver disciplinas práticas para estimular o aluno a criar e produzir ainda na universidade.

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

O mercado pode dialogar com a universidade sobre essa formação, mas não impor um direcionamento.

Entrevista 3

Idade: 57

Tempo de atuação como jornalista: 30 anos

Formação (universidade e ano): Letras UFRJ 1985, Mestrado Uerj 2018

Tempo de docência: 14 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Repórter fotográfica e editora de fotografia no jornal O Dia DE 1988 a 1991. Subeditora e editora de fotografia no jornal do Brasil de 1991 a 2004

1. Você considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

(X) Sim

() Não

Justificativa):

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() Sim

(X) Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() Sim

() Não

Justificativa:

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

(X) Sim

() Não

Justificativa:

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

(X) Sim

() Não

Justificativa):

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil? Principais deficiências: faculdades que não oferecem ferramentas para que os estudantes possam praticar o novo jornalismo. O jornalismo, hoje, tem um componente audiovisual importante e sem laboratórios adequados para essa prática nas universidades os jovens saem com essa defasagem.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil? O corpo docente é fundamental nesta formação.

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Acho que precisa ter um equilíbrio maior entre prática e teoria. Em geral, as faculdades tendem a priorizar a parte teórica.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Eu acrescentaria mais laboratórios desde os primeiros períodos e que os jovens possam estagiar a partir do quarto período em rádio, tv, e on lines.

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito

O mercado deve participar sim. Profissionais de várias empresas poderiam colaborar a cada semestre do curso com oficinas nas empresas jornalísticas para que os jovens possam vivenciar a experiência profissional.

Entrevista 4

Idade: 47 anos

Tempo de atuação como jornalista: 22 anos

Formação (universidade e ano): UFRJ - 1997

Tempo de docência: 16 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Repórter, editor de radiojornais e chefe de reportagem na rádio CBN; coordenador de programação e apresentador da Rádio Globo

1. Você considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

(x) Sim

() Não

Justificativa: Porque a academia pode despertar nos alunos questionamento teóricos da profissão, fazendo com que os alunos não tenham um ensinamento puramente técnico. Fazer deles mais do simples "apertadores de botão". Além disso, o contato com professores que atuaram no mercado os faria entender um pouco a lógica da profissão.

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() Sim

(x) Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() Sim

() Não

Justificativa):

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

() Sim

() Não

Justificativa: São parte desta formação. Se os alunos fossem para o mercado sem passar pelo banco universitário algumas noções éticas, além de explicações técnicas que numa redação são jogadas no colo dos neófitos.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() Sim

() Não

Justificativa: O único reparo que eu faria era a para que os alunos tivessem mais noções de empreendedorismo na profissão e noções das ferramentas digitais que poderiam usar. Por exemplo, acho que o jornalista do futuro vai ter que saber basicamente programar em computador, pensar em aplicativos, essas coisas. Tudo caminha neste sentido.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Acho que nas duas respostas anteriores eu enunciei o que acho problemático. Temos que preparar os alunos para a realidade que os empregos nas grandes redações vão ficar cada vez mais escassos, logo, eles terão que encontrar uma forma de se colocar neste mercado. Costumo dizer que o jornalismo não está em crise, a forma de produção do século XX é que entrou em colapso. Quem sai das universidades deve se adequar a essa realidade.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

Não consigo pensar em qualidades de um jornalista brasileiro, costumo pensar num comunicador global. Tenho a ilusão e a pretensão de pensar que ajudo na formação de pessoas que podem trabalhar em qualquer lugar do mundo. Penso que o jornalista brasileiro tem que aprender desde cedo que a concentração dos veículos em poucas mãos tem influência direta da cobertura política no Brasil. Em compensação, acredito que a nova geração é combativa e questionadora. Novamente, acho que isso é uma questão que transborda fronteiras, não se encontra em territórios, e sim em espíritos do tempo.

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Algumas vezes penso que o ciclo básico tem muita teoria e pouca prática. Acho que uma reforma curricular deve diluir essa teoria ao longo de todo curso. Às vezes os alunos não têm maturidade para absorver tudo que lhes é dito nos primeiros períodos. Mas o que diferencia a universidade de um curso técnico é a propriedade com que discute as teorias da comunicação e do fazer jornalístico.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Investiria em cadeiras de empreendedorismo e na formação tecnológica, justamente para que eles entendessem quais as ferramentas, os novos tempos proporcionaram para o exercício do jornalismo

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Sim, o mercado pode abrir espaço para que essas iniciativas cheguem ao público. Rádios podem ceder espaços alternativos, assim como televisões. Jornais poderiam dedicar suplementos especiais em dessa forma, investir na formação desses novos profissionais. O mercado é uma realidade, temos que aproveitar o que ele pode oferecer de bom.

Entrevista 5

Idade: 54 anos

Tempo de atuação como jornalista: 28 anos

Formação (universidade e ano): UFF, 1986

Tempo de docência: 12 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): repórter revista *Veja* dois anos; repórter, subeditor e editor *Jornal do Brasil* 24 anos; editora da revista *Nossa História* um ano; editora do Portal Literal dois anos; professora UniverCidade um ano; professora substituta Uerj um ano; professora adjunta UFRJ há nove anos e coordenadora do curso de Jornalismo da ECO por oito anos

1. Você considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

(X) Sim

() Não

Justificativa): Trata-se de uma profissão cada vez mais complexa tecnicamente, que exige uma formação multimídia e ampla bagagem intelectual para dialogar com os entrevistados e investigar os fatos

2. Conhece das Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

(X) Sim

() Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

(X) Sim

() Não

Justificativa): Por que levam em conta que a profissão ficou muito mais complexa tecnicamente após a entrada das mídias digitais do que quando bastava ao repórter sair da faculdade sabendo fazer um lide.

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

(X) Sim

() Não

Justificativa): Se tiverem laboratórios devidamente equipados e professores capacitados, sim.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

(X) Sim

() Não

Justificativa): A formação humanista é fundamental neste quesito

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Deficiências intelectuais, língua portuguesa, multimídia, reportagem assistida por computador

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

A formação humanista e o incentivo à experimentação

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Devem ser equilibradas

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Mais ênfase ao ensino de gestão e inovação, num contexto de jornalismo pós-industrial

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Deveria, pode ser com oficinas, visitas, palestras, estágios, treinamentos

Entrevista 6

Idade: 55 anos

Tempo de atuação como jornalista: 35 anos

Formação (universidade e ano): Escola de comunicação da universidade federal do rio de janeiro- 1981 até 1985

Tempo de docência: 16 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Redatora, repórter, apresentadora, produtora, editora, chefe de reportagem, editora-chefe, pauteira coordenadora de produção

Professora universitária: Docente nas disciplinas de Jornalismo, Cinema e Produção Audiovisual; coordenadora do telejornal ao vivo da Universidade Estácio de Sá, coordenadora da TV Estácio, coordenadora da parte prática do telejornal e programas da TV Estácio, produtora de eventos relacionados à universidade e participação como mediadora em mesas durante a semana de comunicação da universidade

1. Considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

(x) sim

() não

Justificativa: O jornalista contemporâneo participa de múltiplas atividades e a universidade o coloca em contato prático e teórico com as várias possibilidades que o mercado de trabalho precisa. Além disso, a universidade permite um desenvolvimento do pensamento crítico e um contato com pensadores, teóricos da

comunicação e personalidades que ajudam na formação deste jornalista que hoje precisa ser multimídia.

2. Conhece das diretrizes curriculares nacionais do jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() sim

(x) não

3. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() sim

() não

Justificativa:

4. Os cursos de Jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

(X) sim

() não

Justificativa: No caso, formam para o básico. o profissional deve continuar o seu aperfeiçoamento e se dedicar de acordo com o local onde está trabalhando, destinando seu tempo para aprender o que for necessário para melhorar e atender às expectativas.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

() sim

(x) não

Justificativa: Acho que no caso da sociedade como um todo, o jornalista atual, tende a servir à empresa e atender ao círculo em que está inserido. temos menos interessados na rua, in loco, no jornalismo de investigação, no esforço da apuração. acredito que isso deixa a população vulnerável a informações falsas ou menos informações.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Mais incentivo à leitura em geral, escrita e formação da nossa própria língua. Há deficiência da descrição dos fatos, como se o jornalista tivesse dificuldade em desenvolver uma ideia e concluí-la. falta vocabulário e conhecimento da gramática e da língua formal.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

São criativos, inventivos, curiosos e ligados nas informações que lhes interessam.

8. A formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Acho que a formação prática, principalmente em novas mídias está um pouco inadequada.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

O jornalista de opinião, o resenhista, o intérprete de uma notícia. eu investiria mais neste perfil do que no jornalista que noticia. Precisamos de mais jornalistas com foco em análises e presença em diversos assuntos com mais fluidez.

10. O mercado deve participar dessa formação? se sim, de que forma. se não, justifique sua opinião a respeito.

O mercado pode participar incentivando a participação em cursos e no aprendizado da sua mão de obra. Isso vai fazer a diferença no seu profissional.

Entrevista 7

Idade:

Tempo de atuação como jornalista: 30 anos

Formação (universidade e ano):

Tempo de docência: 20 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Jornalista de O Globo por dois anos, sete anos em assessoria de imprensa (6 anos Aepet e um ano no MIS; 10 anos como docente na Universidade Estácio de Sá; um ano na PUC-Rio e oito anos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1. Considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

() sim

() não

Justificativa: Porque há conteúdos específicos para o exercício da profissão que a universidade está mais preparada q o mercado p transmitir ao aluno

2. Conhece das diretrizes curriculares nacionais do jornalismo, implantadas a partir de 2016?

() sim

() não

3. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

() sim

() não

Justificativa: Melhorou em vários aspectos, mas há o que se discutir

4. Os cursos de Jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às

exigências do mercado?

(X) sim

() não

Justificativa: Porque a maioria está inserindo na formação do aluno a necessidade de formar profissionais multifacetados que atendam às novas exigências do mercado q surgiram com as NTCs e o webjornalismo.

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

(X) sim

() não

Justificativa: Porque a sociedade contemporânea e a sociedade marcada pelas mudanças trazidas pelas NTICs.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Formar profissionais com capacidade reflexiva e sendo crítico para entender como funciona a produção e divulgação das notícias.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

Os jornalistas já estão saindo das universidades com condições de desempenhar várias funções ao mesmo tempo, ou seja, de serem profissionais multifacetados.

8. A formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada?

Acho que a formação está adequada.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Incluiria mais disciplinas voltadas para as NTICs

10. O mercado deve participar dessa formação? se sim, de que forma. se não, justifique sua opinião a respeito.

Sim. Por meio de parcerias com as universidades

Entrevista 8

Idade: 51 anos

Tempo de atuação como jornalista: 24 anos

Formação (universidade e ano): Faculdade da Cidade - 1990

Tempo de docência: 16 anos

Funções que desempenha ou já desempenhou como jornalista e professor universitário (local e tempo): Jornalista: apurador, escuta, repórter (geral e setorista), redator, chefe de reportagem, editor, apresentador, secretário de redação (Rádio Manchete: 1988 a 1992; Rádio JB FM: 1992 a 1996; Rádio CBN: 1996 a 1998; Rádio FM O Dia: 1997 a 1999; Rádio Globo 2000 a 2014).

Professor: assistente, coordenador de laboratório de rádio, coordenador de Núcleo de Comunicação, coordenador de laboratórios da Indústria Criativa (Universidade Estácio de Sá: 2004 a 2018).

1. Você considera que a formação universitária é fundamental para o exercício do jornalismo como profissão?

Sim

Não

Justificativa: A formação universitária amplia o conhecimento teórico que dá embasamento para que o jovem jornalista desenvolva as habilidades necessárias ao exercício da profissão. Impossível imaginar um jornalista sem conhecimentos básicos de antropologia, sociologia, filosofia, além das teorias que sustentam a prática da profissão.

2. Conhece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Jornalismo, implantadas a partir de 2016?

Sim

Não

3. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior (2), considera que as DCNs melhoraram a formação?

Sim

Não

Justificativa:

4. Os cursos de jornalismo são capazes de formar os jornalistas para atender às exigências do mercado?

Sim

Não

Justificativa): Mesmo que de maneira superficial, tenho informações de que os cursos de jornalismo em geral buscam fornecer a teoria fundamental para ser aplicada à prática jornalística no dia a dia (mercado).

5. E atendem às exigências da sociedade contemporânea?

Sim

Não

Justificativa: Acredito que sim. O Jornalismo não é uma ilha isolada da sociedade. Jornalistas sofrem e promovem ajustes ao longo da existência e funcionamento das instituições. Justamente por isso, é preciso que o Jornalismo se ajuste de acordo com as necessidades, desejos e rejeições da sociedade. Em algumas situações somos aqueles que dão um impulso em busca de mudanças. Em outros momentos, acompanhamos essas alterações.

6. Quais são as principais deficiências na formação dos jornalistas no Brasil?

Aliar teoria com a prática de mercado. Eu mesmo sofri com isso. Durante anos, fiquei restrito à disciplina rádio por não ter tido tempo/interesse em ampliar o conhecimento acadêmico. Com o Mestrado, sinto mais confiança de entrar em sala de aula e ministrar disciplinas teóricas. Por ter tido a experiência de mercado,

consigo passar o conteúdo para os alunos explicando de que maneira prática e teoria acabam se unindo em torno de um bem comum.

7. E quais são as principais qualidades na formação dos jornalistas no Brasil?

Há profissionais de altíssimo gabarito ensinando os jovens valores a como se comportar quando da execução de práticas jornalísticas. Aliado a isso, se a instituição dispuser de laboratórios e equipamentos semelhantes aos utilizados pelas empresas jornalísticas (grande mídia), os egressos saem ganhando com as aulas ministradas ao longo do curso.

8. Para você, a formação prática e a teórica ocupam espaço adequado na formação dos jornalistas? Ou alguma delas deveria ser enfatizada? Com a experiência de vida, acadêmica e de mercado, chego à conclusão que o equilíbrio é fundamental para a formação do futuro jornalista. Quando eu era um jornalista que dava aulas, achava a prática mais importante. Atualmente, como professor e já fora do mercado, percebo a importância da teoria no desenvolvimento acadêmico dos jovens valores. O equilíbrio entre prática e teoria é o ideal, na minha opinião, para a formação dos estudantes.

9. O que você mudaria na formação dos jornalistas?

Nada. Se a universidade mantiver os olhos abertos em relação às novidades do mercado e da academia, o estudante está bem amparado para desenvolver suas aptidões.

10. O mercado deve participar dessa formação? Se sim, de que forma. Se não, justifique sua opinião a respeito.

Como já disse anteriormente, ninguém vive de maneira isolada na sociedade contemporânea. Em uma visão holística, percebo que o mercado já participa da formação do futuro jornalista, que consome a produção que estiver sendo veiculada, independentemente da mídia. Basta aos centros formadores (universidades) ficarem atentos, perceber essas mudanças e adotar os conceitos dentro das grades curriculares.

Anexo D

Roteiro entrevistas alunos 1º período

Nome:

Idade:

Instituição onde estuda:

Período:

1. Quais são suas expectativas em relação ao curso de Jornalismo?
2. Como deve ser a formação de um jornalista?

3. Para que serve a formação acadêmica em jornalismo?
4. Considera que a formação deve ter como foco as exigências do mercado ou a produção de saber?
5. Sobre as disciplinas:
- a) as práticas são mais importantes do que as teóricas
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?
- b) as teóricas têm maior peso na sua formação?
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?
- c) As disciplinas teóricas e práticas devem ter o mesmo peso na formação
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?
6. Na sua opinião, quais são as áreas onde o jornalista pode atuar? Numere as opções por ordem de importância, sendo 1 a de maior importância, e 5 a de menor importância:
- () Redação () Assessoria de comunicação
() Assessoria de imprensa () Produção de programas
() Monitoramento de redes sociais () Produção de conteúdo
- Outras:
7. O diploma confere status à profissão?
() SIM
() NÃO
() NÃO SEI AVALIAR
8. Considera que o fim da exigência do diploma alterou ou impactou de alguma forma a profissão?
9. Qual o papel do jornalista e do jornalismo na sociedade? Considera que tais papéis vêm sendo desempenhados de forma satisfatória?

10. Quais são os principais desafios dos jornalistas e do jornalismo no Brasil?
Espera aprender a lidar com esses desafios na Universidade?

Anexo E

Roteiro entrevistas alunos 8º período

Nome:

Idade:

Instituição onde estuda:

Período:

1. O foco da formação de um jornalista deve ser o mercado ou a produção de saber?
2. A sua formação valorizou algum desses aspectos (demandas do mercado e\ou produção de saber)?
3. Considera-se apto para atuar no mercado, em qualquer área do jornalismo?
Justifique sua resposta.
4. O que você esperava do curso se concretizou ao longo dos semestres?
5. Sobre as disciplinas:
 - d) as práticas foram mais importantes do que as teóricas
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?
 - e) as teóricas tiveram maior peso na sua formação?
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?
 - f) As disciplinas teóricas e práticas tiveram o mesmo peso na formação
() Concordo
() Discordo
() Não sei avaliar
Por quê ?

6. Já atua no jornalismo?

- () SIM
() NÃO

SE A RESPOSTA FOR SIM, INDICAR ONDE:

7. Na sua opinião, quais são as áreas onde o jornalista pode atuar? Numere as opções por ordem de importância, sendo 1 a de maior importância, e 5 a de menor importância:

- () Redação () Assessoria de comunicação
() Assessoria de imprensa () Produção de programas
() Monitoramento de redes sociais () Produção de conteúdo

Outras:

8. Na sua opinião, o diploma confere status à profissão?

- () SIM
() NÃO
() NÃO SEI AVALIAR

Justifique sua opção:

9. Considera que o fim da exigência do diploma alterou ou impactou de alguma forma a profissão?

10. Qual o principal desafio que um jornalista recém-formado enfrenta atualmente?

11. Considera-se preparado para enfrentar esse desafio? Em caso positivo, essa preparação decorre da formação universitária que recebeu?

Outras observações que gostaria de apresentar sobre sua formação: